Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo
Diário da Assembleia Legislativa – 19ª Legislatura

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris	Presidente	Gilmaci Santos	1º Vice-Presidente	Barros Munhoz	4º Vice-Presidente
Enio Tatto	1º Secretário	Ricardo Madalena	2º Vice-Presidente	Bruno Ganem	3º Secretário
Milton Leite Filho	2º Secretário	Coronel Telhada	3º Vice-Presidente	Léo Oliveira	4º Secretário

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000 www.al.sp.gov.br

Volume 130 • Número 233 • São Paulo, terça-feira, 15 de novembro de 2020 www.imprensaoficial.com.br

Orçamento e emendas parlamentares são destaques na tribuna nesta segunda-feira

Aplicação das emendas parlamentares também foi abordada pelos deputados

LEONARDO FERREIRA
FOTO: CAROL JACOB

A Lei Orçamentária Anual para 2021, em tramitação na Alesp, foi tema debate durante sessão plenária ordinária desta segunda-feira (14/12). Em discursos na tribuna, deputados cobraram mais compromisso de quem recebe os recursos de emendas parlamentares, previstas no orçamento.

Na ocasião, a deputada **Janaina Paschoal** (PSL), que se mostrou favorável ao parecer elaborado pelo deputado Delegado Olim (PROGRESSISTAS), relator do Projeto de Lei 627/2020 na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, disse que é preciso alterar o valor destinado a gastos publicitários.

Ainda comentando a proposta de lei orçamentária de 2021, ela também explicou que "a pessoa responsável por receber e administrar os recursos de emendas parlamentares precisam se comprometer com a execução da verba, porque, alguma vezes, acabamos perdendo esses valores porque essas pessoas não fazem a sua parte".

De maneira semelhante, o deputado **Gil Diniz** (sem partido) disse ser "muito triste enviar um recurso que é tão escasso, como o das emendas parlamentares, e não vê-lo executado, muitas vezes por preguiça de quem o recebe".

Além deles, o deputado **Castello Branco** (PSL) também falou sobre orçamento para o ano que vem, com destaque para a quantidade recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

"Gostaria de externar minha preocupação, apreensão e insegurança quanto ao parecer aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, no que diz respeito ao orçamento. Esse relatório contém um dispositivo que desvincula 30% das transferências determinadas pela Constituição à Fapesp", afirmou.

Para ele, "a defesa da ciência tem sido uma das minhas bandeiras e, na minha opinião, nada justifica esse corte de R$ 454 milhões para o desenvolvimento científico".

Outro assunto abordado durante o expediente desta segunda-feira (14/12) foi a violência contra agentes de segurança pública no Estado.

Sessão ordinária desta segunda-feira

Ao citar a morte de um investigador da polícia responsável pela elaboração de retratos falados, que foi vítima da Covid-19, o deputado **Coronel Telhada** (PROGRESSISTAS) disse que "é uma perda muito grande, tanto para a família, quanto para a sociedade e segurança pública como um todo, porque, em vida, ele ajudou prender vários criminosos com o seu trabalho".

A próxima sessão ordinária deve acontecer nesta terça-feira (15/12), às 14h30.

Mire a câmera do celular e assista ao vivo a Rede Alesp

Ato solene debate propostas voltadas à agilidade no processo de adoção de crianças

LUIZ RHEDA
REPRODUÇÃO REDE ALESP

Um ato solene realizado na manhã desta segunda-feira (14/12) discutiu políticas públicas voltadas à celeridade no processo de adoção de bebês em São Paulo. O encontro, realizado em ambiente virtual, foi presidido pela deputada Janaina Paschoal (PSL) e contou com a participação de autoridades estaduais e nacionais.

Para Ângela Gandra, secretária nacional da Família, o desejo de agilidade no processo de adoção é algo louvável. "Levar essa preocupação adiante é importante para discutir o tema, porque o processo de adoção é muito difícil e é objeto de luta há muito tempo", disse.

Na ocasião, os participantes debateram a minuta de um projeto de lei que deverá ser protocolado na Alesp, o qual prevê que toda família que estiver na fila da adoção, no Estado de São Paulo, poderá funcionar como família acolhedora, desde que esteja ciente da possibilidade de a criança voltar para a família biológica.

Participantes reunidos em ambiente virtual

O texto estabelece ainda que a família acolhedora deverá ter prioridade para ficar com a criança, caso ela fique disponível para adoção.

Autora da proposta e organizadora do evento, a deputada Janaina Paschoal (PSL) explicou que tentou escrever um projeto que privilegiasse o encontro de almas, que abrisse as portas para oportunidades e que respeitasse a legislação federal.

"Entre idas e vindas, as crianças ficam anos em situação de conflito e acabam envelhecendo em abrigos ou passando de família em família. A ideia é que as pessoas preparadas, que tenham recebido uma criança temporariamente, possam ficar com elas caso, no fim do conflito, o menor não volte para a família biológica e a Justiça decida pela adoção", afirmou.

O deputado Delegado Olim (PROGRESSISTAS) considerou a proposta importante porque deverá ajudar as crianças paulistas. "Se as crianças estão na fila de adoção, por que não as deixar com a família acolhedora que já tem algum vínculo? Acho que essa minuta de projeto é inteligente e temos de brigar pela aprovação dessa proposta", afirmou.

Além dos já citados, também participou do ato solene a deputada Adriana Borgo (PROS).

As matérias da seção Atividade Parlamentar são de inteira responsabilidade dos parlamentares e de suas assessorias de imprensa. São devidamente assinadas e não refletem, necessariamente, a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

PROJETO

Deputado quer exame toxicológico para alunos do ensino superior

DA ASESSORIA DO DEPUTADO ALTAIR MORAES

O deputado Altair Moraes (REPUBLICANOS) protocolou na Assembleia Legislativa o projeto de lei 720/2020 que determina que o processo seletivo para ingresso em ensino público superior estadual em São Paulo tenha, como etapa obrigatória, a realização de exame toxicológico, que deverá ser renovado anualmente durante o ato de matrícula e rematrícula.

Segundo a justificativa do projeto, as faculdades espalhadas por todo o país têm se tornado grandes centros de consumo e de comércio de drogas. "Nossa intenção é prevenir o consumo de entorpecentes por jovens para que não corram o risco de perder oportunidades no seu futuro profissional" disse o deputado.

Quando o aluno completar um ano de sua matrícula e não apresentar seu exame toxicológico, terá o prazo de 90 dias para fazê-lo, sob pena de ter seu nome retirado do quadro de alunos da instituição de ensino. O exame deverá ser custeado pelos que fazem o processo seletivo e pelos estudantes das instituições de ensino público e realizado em clinicas médicas cadastradas na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O projeto visa premiar aqueles com uma conduta social condizente com os valores morais da maioria da população, que, conforme recente pesquisa DataFolha, condena o consumo de entorpecentes ilícitos e sua legalização. A população, de acordo com a análise desses dados, espera que seus futuros médicos, professores, engenheiros e juízes não sejam usuários dessas substâncias ilícitas.

Foto da assessoria parlamentar

Altair Moraes

Primeiro secretário quer o fim de copos plásticos na Assembleia Legislativa

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO ENIO TATTO

O 1º secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), deputado Enio Tatto (PT), apresentou o Projeto de Resolução (PR) 20/2020 que institui o Programa Adote uma Caneca no âmbito interno do Poder Legislativo estadual para estimular a não utilização de copos plásticos descartáveis.

A proposta, de acordo com o parlamentar, tem como principal objetivo estimular servidores e parlamentares a praticarem o consumo consciente dentro do Poder Legislativo.

Conforme o artigo 3º do PR, a Assembleia Legislativa deverá substituir os copos descartáveis por recipientes de maior durabilidade, como canecas ou copos de vidro, de alumínio e/ou de plástico rígido.

"Os estoques de copos plásticos descartáveis existentes deverão ser disponibilizados para uso imediato, sem a possibilidade de aquisição ou compra para reposição", comenta Enio Tatto.

Foto da assessoria parlamentar

Enio Tatto

O deputado do PT lembra que a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que o plástico representa 80% do lixo do oceano. "Além disso, estudos da Equipe de Impacto Ambiental da UNESP estimam que são consumidos, no Brasil, cerca de 720 milhões de copos descartáveis por dia, o que corresponde a 1.500 toneladas de resíduos plásticos produzidos diariamente".

Para reverter essa situação, segundo Tatto, é preciso colocar em prática o conceito de redução, reutilização e reciclagem desses materiais. "Foi a partir desses conceitos, que algumas instituições de ensino brasileiras tomaram iniciativas para diminuir o consumo de copos descartáveis", conclui o parlamentar.

Siga nossas redes

/ assembleiaspconteudo

/assembleiaSP

/assembleiasp

/assembleiasp

Veja mais notícias no portal da Alesp
www.al.sp.gov.br/noticias

alesp

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidente: Cauê Macris
1º Secretário: Enio Tatto
2º Secretário: Milton Leite Filho
Secretário-Geral Parlamentar: Rodrigo Del Nero
Secretário-Geral de Administração: Joel Oliveira
Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato
Divisão de Imprensa: Natacha Jones

Noticiário da Assembleia
Diretor de Redação: Rodrigo Luchiari
Reportagem: Joel Melo, Karina Freitas, Luiz Rheda e Mauricia Figueira
Revisão: Vicente Sedrangulo Filho
Fotografia: Bruna Sampaio, Carol Jacob, José Antonio Teixeira, Marco Antonio Cardelino e Sérgio Galdino
Editoração Eletrônica: Antonio Galban e Vilma Jacob
Agência de Notícias: Camila Brandi

Estagiários: Arthur Souza, Barbara Moreira, Beatriz Ferreira, Beatriz Lauerti, Daniele Alves de Oliveira, Eduardo Reis, Juliana Leal, Leonardo Ferreira, Lucas Ferreira, Matheus Batista, Paula Santos, Sabrina Batista e Weslley Henrique Lima Ramos.

O Noticiário da Assembleia é produzido pela Divisão de Imprensa do Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa. As matérias da seção Atividades Parlamentares são de inteira responsabilidade da assessoria de imprensa dos deputados.

Telefones: 3886-6033/6605/6674/6285
E-mail: imprensa@al.sp.gov.br

Mire a câmera do celular para acompanhar as últimas notícias sobre as atividades parlamentares, pesquisar sobre projetos de leis e muito mais

As matérias da seção Atividade Parlamentar são de inteira responsabilidade dos parlamentares e de suas assessorias de imprensa. São devidamente assinadas e não refletem, necessariamente, a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Intolerância religiosa e racismo na política é debatido na Rede Alesp

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO TENENTE NASCIMENTO

Foto da assessoria parlamentar

Tenente Nascimento, Priscila Silvério e Suellen Rosim

Vai ao ar nesta terça-feira (15/12), às 21h, na Rede Alesp o programa Ideias e Debates que traz como convidados dois políticos conservadores e cristãos: deputado Tenente Nascimento (PSL) e a prefeita eleita no município de Bauru Suellen Rosim (Patriotas) para debater a intolerância religiosa e o racismo na política.

Às vésperas e após a votação do segundo turno, a prefeita eleita em Bauru sofreu ataques racistas e foi ridicularizada e julgada por ser uma mulher negra, conservadora e cristã. As ofensas foram postadas em grupos de WhatsApp e também nas redes sociais.

Nesse bate-papo comandado pela jornalista Priscila Silvério, o deputado, que é pastor pela igreja Assembleia de Deus Ministério no Ipiranga, e Suellen que pertence a Igreja MIPE – Ministério Produtores de Esperança expõem a intolerância religiosa e o racismo, que além de ser vivenciado na política, é enfrentado também por pessoas que não estão na política.

"A Suellem veio para governar para todos: para o negro, para o branco, para o evangélico e para o não evangélico. Uma mulher altamente competente que buscou seu espaço na democracia", defendeu Tenente Nascimento na entrevista.

"O fato de ser cristã e se posicionar causa estranheza em muita gente. Eu gosto de me posicionar, sou cristã, sou uma mulher, sou negra e o que importa é que eu vou trabalhar pela sociedade, vou trabalhar pelas pessoas e a gente vai governar para todo mundo, e dá para governar para todo mundo tendo princípios cristãos", destacou Suellen durante o programa.

A Rede Alesp, emissora da Assembleia Legislativa de São Paulo é transmitida no canal digital aberto e pelo cabo no estado de São Paulo. No Youtube pelo endereço: https://www.youtube.com/user/assembleiaspconteudo

Psicólogos contestam contratação por pregão eletrônico

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO CARLOS GIANNAZI

Está causando indignação entre os psicólogos os equívocos no processo de contratação de profissionais pela Secretaria da Educação, que se nega a abrir diálogo com as entidades. O tema foi abordado em audiência pública promovida por Carlos Giannazi (PSOL) em 8/11.

Representando o Conselho Regional, Lilian Suzuki explicou que a iniciativa da pasta contraria a Lei federal 13.935/2019 e o Código de Ética da profissão ao confundir psicologia escolar com atendimento clínico. Além disso, qualquer intervenção individualizada seria inviável, dada a enorme desproporção entre o número pretendido de psicólogos (1 mil) frente à quantidade de potenciais pacientes (4 milhões de estudantes e educadores), como destacado por Ângela Soligo, presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia.

Roseli Caldas, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, e Beatriz de Paula, do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, destacaram algumas competências do psicólogo educacional, que, sempre atuando em equipes multidisciplinares, deve agregar seus conhecimentos aos projetos pedagógicos e às ações específicas, como aquelas voltadas à superação de estigmas e de situações que causem sofrimento.

Nesse sentido, a professora Maria Cláudia Junqueira, do Centro do Professorado Paulista, teme que a Secretaria da Educação provoque um retrocesso ao tempo em que os docentes indicavam os alunos que precisariam de atendimento psicológico. "Isso só aumentava a estigmatização", afirmou.

Do Sindicato dos Psicólogos, Marcela Milano considerou que a forma de contratação adequada seria por concurso público, jamais um pregão eletrônico orientado por preço mínimo. "É a uberização do nosso trabalho", lamentou.

A gravação da reunião já foi enviada à Secretaria e ao Conselho Estadual de Educação, com um apelo para que a licitação seja imediatamente suspensa e que seja aberto diálogo. Além disso Giannazi encaminhou ofício ao Tribunal de Contas do Estado apontando as irregularidades do pregão, inclusive indícios de direcionamento e solicitando a suspensão imediata do mesmo!

Parlamentar indica recursos para saúde de Itupeva

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO ALEXANDRE PEREIRA

O deputado Alexandre Pereira participou de uma reunião, na quinta-feira (10/12), com o prefeito de Itupeva, Marcão Marchi, e o vice-prefeito e secretário de Governo, Alexandre Mustafa, para tratar sobre recursos para a saúde do município. O encontro realizado no Paço Municipal também contou com a presença da secretária de Saúde, Luciane Cunha, e do vereador Jota Júnior.

O deputado falou sobre os recursos indicados ao orçamento do Estado para a saúde do município, que somam R$ 620 mil. "No ano passado, visitei a Central de Ambulâncias de Itupeva e soube dos anseios da criação de um novo espaço. Naquela época, ainda não havia um projeto no papel e eu me comprometi, a fim de que essa realização fosse viabilizada. O projeto para a construção da Base do SAMU e Transporte Sanitário tem o valor estimado de R$ 800 mil e já coloquei no orçamento do Estado uma indicação para o ano que vem, referente à metade dessa quantia, ou seja, R$ 400 mil, para que a nova base possa ser concretizada."

Alexandre também confirmou a indicação no orçamento do Estado para a aquisição de uma UTI Móvel para Itupeva. "Naquela mesma ocasião, recebi uma outra solicitação, a respeito da possibilidade da indicação de uma nova ambulância de UTI e, hoje, trago essa notícia, que já indiquei ao orçamento do Estado para 2021, o valor de R$ 220 mil para aquisição da UTI Móvel."

O prefeito agradeceu o apoio do deputado. "Alexandre Pereira sempre ajudou a cidade, estando muito presente, juntamente com o vereador Jota Júnior. Agradeço pela indicação. A saúde de Itupeva agradece."

Foto da assessoria parlamentar

Alexandre Pereira (2º à dir.)

Ordem do Dia

15 DE DEZEMBRO DE 2020
112ª SESSÃO ORDINÁRIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, que "dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, institui a Participação nos Resultados - PR, e dá providências correlatas". Com 3 emendas. Com requerimento de método de votação aprovado. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2004, (Autógrafo nº 26629), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza a execução de atividades de Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Administrador Hospitalar sob a forma de plantão. Parecer nº 128, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui e disciplina o Sistema de Pontuação Acrescida para Afrodescendentes para fins de realização de concurso público visando ao provimento dos cargos de Defensor Público do Estado. Com 07 emendas. Parecer nº 504, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 505, de 2006, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto, às emendas de nºs 1 e 3 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2011, (Autógrafo nº 30512), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, com sede naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 36, de 2011, (Autógrafo nº 32418), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2013, (Autógrafo nº 32333), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante aos professores readaptados o direito à aposentadoria especial de magistério. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2014, (Autógrafo nº 31204), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrância de Unidades Judiciárias do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 44, de 2015, (Autógrafo nº 32785), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Presidente Prudente - AU-Presidente Prudente, com sede no Município de Presidente Prudente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 58, de 2015, (Autógrafo nº 31966), vetado parcialmente, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera as Leis Complementares nºs 988 e 1050, visando a reposição inflacionária dos vencimentos dos Defensores Públicos e Servidores da Defensoria Pública do Estado. Parecer nº 1397, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 59, de 2015, (Autógrafo nº 31450), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui na Secretaria da Fazenda do Estado a Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORFISP. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Cria e extingue cargos e funções-atividades no Quadro da Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN. Com emenda. Parecer nº 626, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2016, (Autógrafo nº 32832), vetado totalmente, de autoria da deputada Márcia Lia. Estabelece Normas Gerais para a realização de Concurso Público pela Administração Direta e Indireta no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 42, de 2016, (Autógrafo nº 32910), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Altera a Lei Complementar nº 918, de 2002 e a Lei Complementar nº 1.025, de 2007, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 1.175, de 2012, que dispõem sobre as nomeações dos membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e os membros da Diretoria da Agencia Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2017, (Autógrafo nº 31982), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado. Parecer nº 1398, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera as Leis Complementares nº 724, de 1993, que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado e dá providências correlatas, e nº 1.270, de 2015 - Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Com 5 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 33, de 2017, (Autógrafo nº 32141), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2018, (Autógrafo nº 32472), vetado totalmente, de autoria do Sr. Governador. Integra a classe de Cirurgião Dentista na Lei Complementar nº 1.193, de 2013 e dá providências correlatas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 56, de 2018, (Autógrafo nº 32405), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Dispõe sobre a extinção do Centro de Convivência Infantil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, extingue e cria cargos e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 5, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, que "dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, institui a Participação nos Resultados - PR, e dá providências correlatas". Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 40, de 2019, (Autógrafo nº 32667), vetado totalmente, de autoria do deputado Sargento Neri. Insere dispositivos na Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médica-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019, (Autógrafo nº 32860), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 84, de 2019, (Autógrafo nº 32844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológico, e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0230, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Institui prêmio como recompensa por informações que resultem na localização de pessoas procuradas pela Polícia. Com 5 emendas. Parecer nº 1061, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0312, de 2000, (Autógrafo nº 25050), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores. Parecer nº 1477, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0392, de 2001, (Autógrafo nº 25111), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Disciplina o registro e a fiscalização dos estabelecimentos denominados "Flats" e "Apart-Hotéis". Parecer nº 39, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 551, de 2003, (Autógrafo nº 27305), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Obriga a instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1126, de 2003, (Autógrafo nº 30056), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Institui as "Classes Hospitalares" nos hospitais participantes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 17, de 2004, (Autógrafo nº 27306), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o Projeto "Deus na Escola" na rede pública estadual de ensino fundamental. Parecer nº 3042, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 18, de 2004, (Autógrafo nº 27706), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Obriga a entrega, ou o envio, de formulário de interposição do recurso cabível, em anexo à Notificação da Autuação ou à Notificação da Penalidade por cometimento de infração de trânsito. Parecer nº 3039, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 61, de 2004, (Autógrafo nº 32318), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Obriga as empresas montadoras de motocicletas a instalarem hastes metálicas protetoras contra linhas de pipas, nos guidões dos veículos de sua produção. Com emenda. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 157, de 2004, (Autógrafo nº 29849), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Institui o Serviço Rodoviário Intermunicipal Metropolitano de Transporte Individual de Passageiros. Parecer nº 1242, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 179, de 2004, (Autógrafo nº 32177), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Institui normas para as relações entre instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 548, de 2004, (Autógrafo nº 28802), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Regulamenta o serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros sob regime de fretamento. Pareceres nºs 610 e 611, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2005, (Autógrafo nº 27053), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Obriga os servidores ocupantes de cargos em comissão ou de livre provimento, que especifica, a fazerem declaração pública e circunstanciada de seus bens, por ocasião de suas nomeações e exonerações. Parecer nº 116, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 434, de 2005, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a fim de assumir débitos tributários e não-tributários, mediante o recebimento simultâneo de créditos representados por precatórios. Com 8 emendas. Parecer nº 2205, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto com substitutivo e contrário às emendas. Parecer nº 2206, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, contrário às emendas e ao substitutivo. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 540, de 2005, (Autógrafo nº 32299), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Cria "Conselhos Gestores dos Parques Estaduais". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 803, de 2005, (Autógrafo nº 30027), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n.º 11.258, de 2002, que dispõe sobre a utilização dos veículos utilizados no Serviço Rodoviário Intermunicipal de Transporte Coletivo de Estudantes. Parecer nº 258, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 53, de 2006, (Autógrafo nº 27058), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Proíbe a instalação de estabelecimento educacional, destinado à internação de adolescentes por prática de ato infracional, nas estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 172, de 2006, (Autógrafo nº 31195), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Estação Sebastião Zillig", à Estação Grajaú da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, na Capital. (Artigo 28, §6º da Constituição do Estado).

40 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 177, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Com 2 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 273, de 2006, (Autógrafo nº 31803), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Semana Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a redução de débito decorrente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias referentes ao ICM e ao ICMS. Com emenda. Parecer nº 1608, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 751, de 2006, (Autógrafo nº 31313), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui a "Semana Estadual de Incentivo à Saúde Mamária". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 6, de 2007, (Autógrafo nº 32206), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Semana Estadual de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 441, de 2007, (Autógrafo nº 30835), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Martins. Assegura atendimento por psicólogos e assistentes sociais aos alunos das escolas públicas de educação básica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 442, de 2007, (Autógrafo nº 30057), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Autoriza o Poder Executivo a implantar nos quadros funcionais das escolas estaduais um profissional na área de psicologia e um na área de assistência social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 578, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a regularização de posse em áreas de terras devolutas ou presumivelmente devolutas, acima de 500 hectares, situadas na 10ª Região Administrativa do Estado. Com 12 emendas e 2 substitutivos. Pareceres nºs 1661 e 1662, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Agricultura, favoráveis ao projeto e contrários aos substitutivos e às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 2007, (Autógrafo nº 27759), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga os Restaurantes Bom-Prato, conveniados com o Governo do Estado, o fornecimento de alimentação diferenciada para as pessoas portadoras de diabetes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 921, de 2007, (Autógrafo nº 32182), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública estadual a fornecer, gratuitamente, bloqueador

Sumário

Este caderno, com 40 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA **1**
ORDEM DO DIA **4**
15 DE DEZEMBRO DE 2020 112ª SESSÃO ORDINÁRIA 4
PAUTA **9**
15 DE DEZEMBRO DE 2020 112ª SESSÃO ORDINÁRIA 9
ORADORES INSCRITOS **9**
EXPEDIENTE **9**
14 DE DEZEMBRO DE 2020 111ª SESSÃO ORDINÁRIA 9
OFÍCIOS 9
PROJETOS DE LEI 10
PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS 10
MOÇÕES 11
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO 11
REQUERIMENTOS 11
INDICAÇÕES 11
SUBSTITUTIVOS 12
EMENDAS 12
DESPACHOS 14
COMISSÕES **14**
CONVOCAÇÕES 14
ATOS ADMINISTRATIVOS **16**
TRIBUNAL DE CONTAS **17**
COMUNICADOS 18
DESPACHOS 18
ACÓRDÃOS 30
PARECERES 33
SENTENÇAS 33
COMUNICADOS DE CARTÓRIOS 38
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 39
UNIDADES REGIONAIS 39
ATOS ADMINISTRATIVOS 39
MATÉRIA ADMINISTRATIVA 40

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente Carlos André de Maria de Arruda
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretora Industrial Izabel Camargo Lopes Monteiro (respondendo cumulativamente)
Diretor de Gestão de Negócios Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Estado de São Paulo
PODER LEGISLATIVO

Matriz
Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118
Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800
www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial
• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

solar às pessoas carentes, vítimas de queimaduras e portadoras de lúpus eritematoso, de câncer de pele, de vitiligo e de albinismo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 436, de 2008, (Autógrafo nº 30257), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas PET (fabricadas com tereftalato de polietileno) ou plásticas em geral, estabelecidas no Estado, a desenvolver programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 506, de 2008, (Autógrafo nº 30434), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Estabelece critérios de participação dos municípios que abriguem florestas plantadas em seus territórios no produto da arrecadação do ICMS gerado pela cadeia produtiva dessas florestas. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 2008, (Autógrafo nº 28314), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e Municípios nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. Pareceres nºs 1137 e 1138, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 614, de 2008, (Autógrafo nº 28518), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Institui o "Programa Doadores do Amanhã". (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

54 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 830, de 2008, (Autógrafo nº 29598), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Torna obrigatória a instalação de cercas de proteção centrais e laterais em toda a extensão das rodovias estaduais duplicadas. Parecer nº 49, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

55 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 9, de 2009, (Autógrafo nº 30408), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Torna obrigatória a utilização do símbolo oficial do Sistema Único de Saúde - SUS nas unidades da rede estadual de saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

56 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 36, de 2009, (Autógrafo nº 31802), vetado parcialmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a "Semana Estadual de Mobilização Estadual para Doação de Medula Óssea". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

57 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 43, de 2009, (Autógrafo nº 28213), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Determina a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

58 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 80, de 2009, (Autógrafo nº 31451), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Biblioteca-cidadã". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

59 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 214, de 2009, (Autógrafo nº 28568), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a Lei nº 12.547, de 2007, vedando a exigência de comprovação de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil para expedição de notas contratuais. Parecer nº 2251, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

60 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 2009, (Autógrafo nº 30566), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Martins. Dispõe sobre a assistência pública e gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social direcionada à população de baixa renda. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

61 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 417, de 2009, (Autógrafo nº 29646), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Institui a certificação "Selo Verde Saúde Pública e Bem Estar Animal do Estado de São Paulo". Parecer nº 254, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

62 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 578, de 2009, (Autógrafo nº 30829), vetado totalmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Autoriza o Poder Executivo a realizar convênio com as clínicas que realizam tratamento de Oxigenoterapia Hiperbárica (OHB) ou Hiperoxigenação Hiperbárica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

63 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1187, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Institui o Programa Ambiental de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Estado de São Paulo - IM/SP. Com 18 emendas. Parecer nº 703, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao Projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

64 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 21, de 2010, (Autógrafo nº 29056), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Assegura a disponibilização de documentos a ex-detentos e egressos do sistema prisional do Estado. Pareceres nºs 1543 e 1544, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

65 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 244, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Reconhece os recolhimentos de ICMS efetuados em operações de importação por conta e ordem de terceiros, na hipótese que especifica. Com 01 emenda. Pareceres nºs 707 e 708, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários à emenda nº 1. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

66 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 281, de 2010, (Autógrafo nº 29303), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio, o transporte, o armazenamento e a devolução e a destinação de embalagens de agrotóxicos e afins no território do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

67 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 380, de 2010, (Autógrafo nº 31791), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Institui o "Programa Carona Verde", através do qual os veículos de passeio utilizados por três ou mais pessoas são isentos do pagamento das tarifas de pedágios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

68 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 390, de 2010, (Autógrafo nº 32085), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dá a denominação de "Linha 1 - Prefeito Faria Lima" à Linha 1 da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

69 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 411, de 2010, (Autógrafo nº 30059), vetado parcialmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Institui o Circuito Turístico das Confecções e Indústrias Têxteis, integrado pelos Municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa, Sumaré e Hortolândia. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

70 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 485, de 2010, (Autógrafo nº 32086), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre abatimento do ICMS, em caráter de permuta, na aquisição de bens duráveis por detentores de créditos contra a Fazenda do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

71 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 510, de 2010, (Autógrafo nº 29058), vetado totalmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Torna obrigatória a realização de pelo menos 1 (um) exame parasitológico com resultado positivo ou 01(hum) teste sorológico com proteína recombinante, considerados exames confirmatórios, para efeito de realização de eutanásia em cães para o controle da Leishmaniose Visceral Canina no Estado. Pareceres nºs 1546 e 1547, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

72 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 564, de 2010, (Autógrafo nº 30352), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Institui o Plano Estadual de Controle e Construção de Equipamentos de Represamento de Água. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

73 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 650, de 2010, (Autógrafo nº 30070), vetado totalmente, de autoria da deputada Vanessa Damo. Institui Sistema de Consignação Facultativa em folha de pagamento de empréstimos em dinheiro, realizados por instituições financeiras, aos servidores estaduais no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

74 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 728, de 2010, (Autógrafo nº 29882), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Estabelece regras para a interrupção de fornecimento de serviços prestados por concessionárias de serviços públicos, motivada por falta de pagamento. Pareceres nºs 1409 e 1410, de 2012, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Infraestrutura, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

75 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 808, de 2010, (Autógrafo nº 30028), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a garantia de produtos substituídos por motivo de defeito insanável do fabricante. Pareceres nºs 219 e 220, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6 da Constituição do Estado).

76 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 184, de 2011, (Autógrafo nº 32450), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Célia Leão e Orlando Bolçone. Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

77 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 266, de 2011, (Autógrafo nº 29484), vetado parcialmente, de autoria do deputado André Soares. Regulamenta a oferta de serviços do tipo "couvert" pelos restaurantes, lanchonetes, bares e seus congêneres no Estado. Parecer nº 1327, de 2011, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

78 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 270, de 2011, (Autógrafo nº 29663), vetado totalmente, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Cria o "Centro de Estudos para Prevenção de Acidentes e Catástrofes - CEPAC". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

79 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 329, de 2011, (Autógrafo nº 32717), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Dá denominação de "Dener Francisco de Lima" ao Comando de Policiamento do Interior9 - CPI-9, em Piracicaba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

80 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 413, de 2011, (Autógrafo nº 30051), vetado totalmente, de autoria do deputado Edinho Silva. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual e Conselhos Regionais de Segurança Pública e Cidadania. Parecer nº 362, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

81 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 455, de 2011, (Autógrafo nº 29460), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a Lei 7.844, de 1992, que assegura aos estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

82 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 459, de 2011, (Autógrafo nº 29701), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a complementação de aposentadoria aos empregados da extinta FEPASA Ferrovia Paulista S.A. contratados até 31/12/1980 sob o regime da legislação trabalhista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

83 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 485, de 2011, (Autógrafo nº 29635), vetado totalmente, de autoria do deputado Jooji Hato. Proíbe no Estado o trânsito de motocicletas com carona nos dias úteis da semana, compreendidos entre segunda-feira e sexta-feira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

84 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 613, de 2011, (Autógrafo nº 29465), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Cezar. Dispõe sobre a realização de "Seminário Antidrogas" no ínicio do ano letivo nas escolas da rede estadual de ensino. Parecer nº 1279, de 2011, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

85 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 659, de 2011, (Autógrafo nº 31766), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Obriga os órgãos estaduais de água, saneamento e meio ambiente a fazer levantamento batimétrico para monitoramento e controle da qualidade e da quantidade das águas dos reservatórios utilizados para abastecimento público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

86 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 2011, (Autógrafo nº 29703), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Santos. Proíbe o uso de som nos pátios dos postos de combustíveis do Estado. Parecer nº 516, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

87 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 754, de 2011, (Autógrafo nº 30016), vetado totalmente, de autoria da deputada Leci Brandão. Institui o Programa SP-Digital. Pareceres nºs 215, 216 e 217, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação, Ciência, Tecnologia e Informação e de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6 da Constituição do Estado).

88 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 876, de 2011, (Autógrafo nº 31350), vetado parcialmente, de autoria da deputada Vanessa Damo. Institui a campanha "Outubro Rosa", de prevenção ao câncer de mama, no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

89 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 927, de 2011, (Autógrafo nº 29724), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Neves. Proíbe a inserção, pelas empresas de telefonia móvel, de mensagem de voz cobrando seus clientes, durante as ligações efetuadas por estes, por conta não paga. Parecer nº 588, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, §6º da Constituição do Estado).

90 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 975, de 2011, (Autógrafo nº 30018), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Altera a Lei nº 12.300, de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. Parecer nº 194, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

91 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1005, de 2011, (Autógrafo nº 31182), vetado totalmente, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Dá a denominação de "Vereador Rodrigo da Cruz França" à estação ferroviária de Franco da Rocha. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

92 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1017, de 2011, (Autógrafo nº 32130), vetado parcialmente, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigação dos postos de abastecimento de veículos movidos a gás natural GNV de só poderem abastecer veículos que estejam identificados com o selo do INMETRO. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

93 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1086, de 2011, (Autógrafo nº 29700), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Obriga os fornecedores de produtos ou serviços no Estado a cumprir o prazo estabelecido nos contratos para entrega do serviço ou produto. Parecer nº 261, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

94 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1087, de 2011, (Autógrafo nº 30047), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Obriga os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública do Estado a divulgar, em todos os veículos de comunicação oficial e em cada unidade escolar, os dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio. Pareceres nºs 364 e 365, de 2013, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

95 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1128, de 2011, (Autógrafo nº 31194), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Neves. Dá a denominação de "Estação São Roque: Recanto dos Imigrantes" à estação central de trem da CPTM em São Roque. (Artigo 28, § 6º Da Constituição do Estado).

96 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1197, de 2011, (Autógrafo nº 31648), vetado totalmente, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Dispõe sobre a prestação de assistência médica e psicológica aos professores da Rede Estadual de Educação do Estado portadores da Síndrome de Burnout. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

97 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 25, de 2012, (Autógrafo nº 31493), vetado totalmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui o "Programa Multidisciplinar para Tratamento da Obesidade Infantil", sob coordenação da Secretaria de Estado da Saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

98 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 237, de 2012, (Autógrafo nº 30343), vetado totalmente, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

99 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 269, de 2012, (Autógrafo nº 30008), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Neves. Determina que os estabelecimentos públicos de ensino do Estado enviem aos pais ou responsáveis pelos alunos carta informando os respectivos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Parecer nº 182, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

100 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 307, de 2012, (Autógrafo nº 30358), vetado totalmente, de autoria do deputado André do Prado. Dispõe sobre monitoramento da qualidade das caixas de areia, destinadas a recreação e lazer, em propriedades, públicas ou privadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

101 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 308, de 2012, (Autógrafo nº 30250), vetado totalmente, de autoria do deputado Estevam Galvão. Institui o "Sistema Único de Informação em Saúde". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

102 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 336, de 2012, (Autógrafo nº 30172), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Santos. Torna obrigatória a exibição de filme publicitário de advertência contra a pedofilia e ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes antes das sessões nos cinemas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

103 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 340, de 2012, (Autógrafo nº 32497), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Cria os "Centros de Proteção e Assistência Integral à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual - CEPAIs". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

104 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 358, de 2012, (Autógrafo nº 32433), vetado totalmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a Equoterapia como método terapêutico de tratamento para habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, na rede pública de saúde, e política de educação inclusiva no ensino e aprendizagem na rede pública de educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

105 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 396, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE. Com 12 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

106 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 415, de 2012, (Autógrafo nº 30850), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Neves. Inclui as notas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) no cômputo das notas dos exames admissionais da Escola Técnica Estadual (ETEC) e da Faculdade de Tecnologia (FATEC), do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS). (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

107 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 565, de 2012, (Autógrafo nº 31662), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a visitação pública em parques estaduais, que só serão permitidas desde que acompanhadas de um monitor ambiental devidamente cadastrado pelos órgãos públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

108 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 573, de 2012, (Autógrafo nº 30735), vetado totalmente, de autoria do deputado André do Prado. Institui o "Programa Diagnóstico Amigo da Criança". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

109 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 624, de 2012, (Autógrafo nº 31820), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui a "Política Estadual de Prevenção às Doenças Ocupacionais" que acometem os docentes e os demais profissionais da educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

110 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 649, de 2012, (Autógrafo nº 31492), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar diferenciada para os alunos diagnosticados como diabéticos, obesos e celíacos nas escolas da rede pública do Estado. Parecer nº 648, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

111 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 666, de 2012, (Autógrafo nº 30255), vetado totalmente, de autoria da deputada Regina Gonçalves e outros. Proíbe no âmbito do Estado a cobrança da taxa de 10% de serviços em compras coletivas na Internet. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

112 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 706, de 2012, (Autógrafo nº 31927), vetado totalmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Restringe a utilização de animais em atividades de ensino no Estado, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipais, Estaduais ou Federais. Pareceres nºs 677 e 762, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

113 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 730, de 2012, (Autógrafo nº 32492), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria o serviço voluntário de Capelania carcerária em todos os estabelecimentos do Departamento de Administração Penitenciária do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

114 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 57, de 2013, (Autógrafo nº 30341), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dispõe sobre a instalação de sistema de monitoramento através de câmeras de vídeo em locais que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

115 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 58, de 2013, (Autógrafo nº 30656), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

116 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 62, de 2013, (Autógrafo nº 30815), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Cezar. Cria o curso "Cuidados a Serem Observados em Situações de Risco", a ser oferecido em todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

117 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 71, de 2013, (Autógrafo nº 31422), vetado totalmente, de autoria do deputado Jooji Hato. Regulamenta o trânsito de motocicletas com carona no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

118 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 75, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordos diretamente com os credores de precatórios da Administração direta, autárquica e fundacional, para pagamento dos respectivos débitos. Com Mensagem Aditiva Substitutiva e emenda. Pareceres nºs 1259, 1260 e 1261, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto na forma da Mensagem Aditiva Substitutiva e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

119 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 81, de 2013, (Autógrafo nº 31646), vetado parcialmente, de autoria do deputado Welson Gasparini. Institui a "Semana Estadual de Doação do Leite Humano". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

120 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 84, de 2013, (Autógrafo nº 31467), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Institui o "Programa de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

121 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 104, de 2013, (Autógrafo nº 30984), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Institui a "Campanha Permanente de Combate a Alienação Parental" no Estado. Parecer nº 36, de 2015, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

122 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 112, de 2013, (Autógrafo nº 31149), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

123 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 114, de 2013, (Autógrafo nº 30981), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Autoriza o Poder Executivo a fazer constar de todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação, para execução de obras públicas, a exigência de reserva de 5% das vagas de emprego para presos em regime de cumprimento de pena semiaberto e egressos do Sistema Penitenciário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

124 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 141, de 2013, (Autógrafo nº 30273), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui o "Dia Estadual da Economia Solidária". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

125 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 156, de 2013, (Autógrafo nº 30975), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Cria o Programa de Capacitação e Formação de Cuidador do Idoso. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

126 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 175, de 2013, (Autógrafo nº 30822), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dispõe sobre a obrigatoriedade em manter-se no mínimo um vagão em cada composição de trem ou metrô para uso exclusivo de mulheres, em todo o Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

127 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 201, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Com substitutivo e 22 emendas. Parecer nº 1842, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário ao substitutivo e às emendas. Parecer nº 1843, de 2013, de relator especial pela Comissão de Assuntos Metropolitanos, favorável ao projeto com emenda, às emendas de nºs 8 e 9 com subemenda, e contrário ao substitutivo e às demais emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

128 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 239, de 2013, (Autógrafo nº 32434), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Cria o "Programa Menor Recuperado". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

129 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 249, de 2013, (Autógrafo nº 31625), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza que especifica, bem como dos imóveis localizados nos Municípios de Itirapina e Cajuru, e dá providências correlatas. Parecer nº 1120, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

130 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 253, de 2013, (Autógrafo nº 32314), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dispõe sobre a isenção do IPVA para pessoa aposentada por invalidez e sobre a restituição proporcional na hipótese de privação dos direitos de propriedade do veículo em decorrência de dano causado por alagamento, enchente ou inundação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

131 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 308, de 2013, (Autógrafo nº 30662), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre os descontos ou vantagens temporárias oferecidos pelas operadoras de TV por assinatura. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

132 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 347, de 2013, (Autógrafo nº 30821), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Estabelece a obrigatoriedade da chamada pública e do registro de demanda por acesso e permanência de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas redes públicas de ensino do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

133 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 361, de 2013, (Autógrafo nº 31649), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Institui a "Semana de Conscientização da Síndrome de Down". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

134 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 386, de 2013, (Autógrafo nº 30692), vetado parcialmente, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a divulgação do serviço de disque denúncia de violência, abuso e exploração sexual contra a mulher no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

135 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 396, de 2013, (Autógrafo nº 31792), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Autoriza o Poder Executivo a conceder sobre isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a produtos alimentícios para diabéticos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

136 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 405, de 2013, (Autógrafo nº 31424), vetado totalmente, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dispõe sobre a instalação de bicicletários nos próprios públicos estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

137 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 406, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10.354, de 1999,

que dispõe sobre a proteção e auxílio às vítimas da violência. Com 2 emendas. Pareceres nºs 1585, 1586 e 1587, de 2013, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

138 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 411, de 2013, (Autógrafo nº 32100), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Centro Avançado de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

139 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 413, de 2013, (Autógrafo nº 32493), vetado totalmente, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Dispõe que todas as propriedades rurais do Estado deverão tratar seus dejetos humanos de maneira ambientalmente correta. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

140 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 430, de 2013, (Autógrafo nº 30819), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Autoriza o Poder Executivo a destinar 20% (vinte por cento) do valor arrecadado com multas de trânsito para a modernização dos equipamentos e treinamento dos policiais civis e militares do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

141 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 463, de 2013, (Autógrafo nº 31767), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Revoga a Lei nº 2.090, de 1979, que estabelece a proibição de instalação e funcionamento de indústria de alto risco poluidor na bacia de drenagem do Rio Paranapanema. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

142 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 501, de 2013, (Autógrafo nº 30831), vetado totalmente, de autoria dos deputados Francisco Campos Tito e José Zico Prado. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Expansão da Agricultura Familiar Irrigada - "Mais Água, Mais Renda" nos empreendimentos rurais de agricultura familiar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

143 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 608, de 2013, (Autógrafo nº 30925), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino e outros. Proíbe o uso de munição de elastômero (bala de borracha) no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

144 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 657, de 2013, (Autógrafo nº 31776), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dispõe sobre a promoção de crédito presumido ao estabelecimento fabricante de produtos têxteis produzidos a partir de materiais reciclados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

145 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 733, de 2013, (Autógrafo nº 30983), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Atendimento ao Ostomizado no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

146 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 741, de 2013, (Autógrafo nº 32664), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de cardápios em braile e fonte ampliada nos bares, lanchonetes, motéis, restaurantes e afins do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

147 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 820, de 2013, (Autógrafo nº 31457), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dispõe sobre a instalação de TAG - dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias - em ambulâncias no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

148 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 906, de 2013, (Autógrafo nº 31225), vetado totalmente, de autoria do deputado Francisco Campos Tito. Dá a denominação de "Alcione Aparecida Fernandes Pereira" ao viaduto situado no km 109 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Sumaré. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

149 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 947, de 2013, (Autógrafo nº 30826), vetado totalmente, de autoria do deputado Beto Trícoli. Institui a "Política Estadual de Inclusão das Comunidades Isoladas" no planejamento das ações de saneamento em todo o Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

150 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 4, de 2014, (Autógrafo nº 30827), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

151 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 56, de 2014, (Autógrafo nº 32178), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o pagamento das aulas vagas ("horário-janela") a todos os professores das escolas públicas e privadas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

152 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 113, de 2014, (Autógrafo nº 31785), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Acrescenta § 8º ao Artigo 67 da Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

153 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 164, de 2014, (Autógrafo nº 32734), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Concede desconto no pagamento de taxas relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

154 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 169, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Pareceres nºs 424 e 425, de 2014, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

155 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 213, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 93, de 1972, que institui o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET e dá providências correlatas. Com emenda. Pareceres nº 543, 544 e 545, de 2014, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação, de Ciência e Tecnologia e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

156 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 519, de 2014, (Autógrafo nº 30980), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame denominado emissões otoacústicas evocadas nos hospitais-maternidade do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

157 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 564, de 2014, (Autógrafo nº 32135), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dispõe sobre a obrigatoriedade do plantio e conservação de árvores, conforme especifica, nos canteiros centrais das rodovias estaduais, objetivando a preservação da flora do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

158 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 660, de 2014, (Autógrafo nº 31647), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência de Diagnóstico e Tratamento de Pessoas com Síndrome Pós-Pólio e Doenças Neuromusculares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

159 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 784, de 2014, (Autógrafo nº 31794), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Garante o atendimento prioritário e a acessibilidade de pessoas com obesidade em grau III aos serviços dos estabelecimentos bancários, comerciais, órgãos públicos e outros que importem em atendimento por filas, senhas ou outros métodos similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

160 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 860, de 2014, (Autógrafo nº 31821), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Torna obrigatória a instalação de barreira acústica, barreiras de concreto e atenuadores de impacto nas rodovias. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

161 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 876, de 2014, (Autógrafo nº 30971), vetado totalmente, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Diretoria de enfermagem na Rede Hospitalar Pública. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

162 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 928, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Institui o sistema unificado de ocorrência para registro de infrações penais e administrativas relacionadas à Segurança Pública. Com 8 emendas. Parecer nº 1144, de 2014, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto às emendas nºs 1, 2, 4 e 8 com subemenda e contrário às demais emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

163 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 962, de 2014, (Autógrafo nº 31446), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar a "Certificação Paulista de Origem Protegida - CPOP". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

164 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1073, de 2014, (Autógrafo nº 30926), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo e outros. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Participação Social - PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social - SEPS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

165 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1189, de 2014, (Autógrafo nº 31645), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Autoriza o Governo do Estado a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às Prefeituras Municipais que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinam para o desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

166 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1235, de 2014, (Autógrafo nº 31211), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Helio Ribeiro" ao pátio Oratório do monotrilho da linha 15-Prata do Metrô de São Paulo, no Jardim Independência/Vila Prudente, na Capital. Parecer nº 1382, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

167 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1257, de 2014, (Autógrafo nº 32435), vetado totalmente, de autoria do deputado Adriano Diogo. Institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

168 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1262, de 2014, (Autógrafo nº 32150), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Dá a denominação de "Estação Largo da Batata" à Estação Faria Lima da Linha 4 - Amarela da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

169 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1333, de 2014, (Autógrafo nº 31400), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Dá a denominação de "Santa Cabrini" à estação da linha "9 - Esmeralda" da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos CPTM, no Jardim São Bernardo Vila Natal, Distrito do Grajaú, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

170 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 6, de 2015, (Autógrafo nº 31830), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Dispõe sobre a implantação do ONCO CHECK-UP obrigatório para pessoas a partir dos quarenta anos de idade no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

171 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 363, de 2015, (Autógrafo nº 31481), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a circulação de veículos de tração de carga realizada por animal e a condução de animais com cargas no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

172 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 401, de 2015, (Autógrafo nº 31777), vetado totalmente, de autoria do deputado Jooji Hato. Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e vigilância e detectores de metais em áreas comuns de repartições públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

173 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 454, de 2015, (Autógrafo nº 32735), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Cezar. Autoriza o Poder Executivo a instituir a disciplina "Educação Ambiental" na Educação Básica da rede escolar no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

174 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2015, (Autógrafo nº 31787), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Fixa o valor dos emolumentos devidos aos juízes de casamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

175 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 490, de 2015, (Autógrafo nº 31459), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Giglio. Cria no âmbito do governo do Estado cadastro de registro e identificação de drone, também conhecido como vant (veículo aéreo não tripulado). (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

176 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 538, de 2015, (Autógrafo nº 31831), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Nascimento. Cria o Conselho Escolar Antidrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

177 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 608, de 2015, (Autógrafo nº 31666), vetado parcialmente, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Institui o "Dia Estadual das Vítimas de Trânsito". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

178 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 610, de 2015, (Autógrafo nº 31779), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

179 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 673, de 2015, (Autógrafo nº 31464), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a apresentação de prestação de contas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no que se refere à atuação das Organizações Sociais no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

180 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 675, de 2015, (Autógrafo nº 31805), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial" no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

181 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 780, de 2015, (Autógrafo nº 31454), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Damasio. Obriga o Poder Executivo, pelo órgão responsável, a inserir nos projetos arquitetônicos dos órgãos do Estado a instalação de painéis para captação de energia solar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

182 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 811, de 2015, (Autógrafo nº 31463), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre mecanismos de inibição da violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas no Estado, por meio de monitoramento eletrônico de agressor e multa. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

183 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 819, de 2015, (Autógrafo nº 31488), vetado totalmente, de autoria do deputado Léo Oliveira. Obriga os estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços no Estado a manter em local visível e de fácil acesso ao público pelo menos um exemplar do Estatuto do Idoso. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

184 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 836, de 2015, (Autógrafo nº 31653), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de capas sobre os veículos guardados em Pátios ou Depósitos de Recolhimento localizados no Estado, de modo a inibir a proliferação do mosquito "Aedes aegypti". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

185 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 888, de 2015, (Autógrafo nº 31460), vetado totalmente, de autoria do deputado Teonilio Barba. Cria o Conselho Estadual de Política Industrial e Comercial do Estado de São Paulo - CEPICESP. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

186 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 889, de 2015, (Autógrafo nº 31795), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui o "Banco de Remédio" do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

187 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 902, de 2015, (Autógrafo nº 31312), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Estação Juventus/Bresser" à atual "Estação Bresser-Mooca" da Linha Vermelha do Metrô, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

188 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 912, de 2015, (Autógrafo nº 31428), vetado totalmente, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Incentivo à Doação de Medula Óssea e de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário no Estado. Parecer nº 301, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

189 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 981, de 2015, (Autógrafo nº 32264), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Regulamenta a divulgação por qualquer meio ou processo de dado pessoal sem a prévia autorização de seu titular. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

190 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 986, de 2015, (Autógrafo nº 31480), vetado totalmente, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produto ou serviços informarem histórico dos preços dos produtos ou serviços em promoção. Parecer nº 649, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

191 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 991, de 2015, (Autógrafo nº 31796), vetado totalmente, de autoria do deputado André do Prado. Institui a Campanha de Conscientização sobre a Esteatose Hepática. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

192 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 993, de 2015, (Autógrafo nº 31810), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados nas vias e logradouros públicos e que venham perturbar o sossego público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

193 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1034, de 2015, (Autógrafo nº 31486), vetado parcialmente, de autoria do deputado Caio França. Proíbe a comercialização de Anti-respingo de solda sem silicone, benzina, éter, tíner e clorofórmio para menores de 18 (dezoito) anos no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

194 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1039, de 2015, (Autógrafo nº 32148), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Proíbe a comercialização de materiais de pesca de emalhar às pessoas não licenciadas nos termos da legislação federal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

195 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1050, de 2015, (Autógrafo nº 31456), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre a criação da Academia Preparatória de Guardas Civis Municipais da Região Metropolitana de Sorocaba. Parecer nº 302, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

196 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1083, de 2015, (Autógrafo nº 31640), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

197 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1113, de 2015, (Autógrafo nº 32687), vetado totalmente, de autoria do deputado Wellington Moura. Dispõe sobre a isenção tarifária nos meios de transporte coletivo, no âmbito metropolitano e intermunicipal, aos portadores de doenças crônicas ou degenerativas. Parecer nº 935, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

198 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1118, de 2015, (Autógrafo nº 32208), vetado totalmente, de autoria do deputado Adilson Rossi. Torna obrigatória a instalação de filtros que impossibilitem o acesso a "sites" com conteúdo erótico, pornográfico ou impróprio para menores, bem como os que fazem apologia à violência e ao consumo de drogas e substâncias ilícitas, em todos os equipamentos de informática da rede de ensino pública do Estado. Parecer nº 361, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

199 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1129, de 2015, (Autógrafo nº 31485), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre a inclusão da dosagem de vitamina D no rol dos exames de rotina solicitados nas Unidades de Saúde do Estado. Parecer nº 650, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

200 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1138, de 2015, (Autógrafo nº 31461), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Determina aos órgãos competentes a colocação de placas ou adesivos, em locais visíveis, na entrada de restaurantes, bares e similares, onde constará se naquele estabelecimento é permitida ou não a entrada de animais domésticos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

201 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1158, de 2015, (Autógrafo nº 31426), vetado parcialmente, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Institui a "Semana da Cultura Gospel". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

202 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1160, de 2015, (Autógrafo nº 31427), vetado parcialmente, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação dos dados identificadores da empresa que presta serviço de segurança por meio de vigilantes em estabelecimentos em que se realizem eventos no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

203 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1168, de 2015, (Autógrafo nº 31564), vetado totalmente, de autoria do deputado Igor Soares. Dá a denominação de "Antonio Furlan" ao viaduto que dá acesso à pista leste da Rodovia Presidente Castello Branco - km 22,5, sentido São Paulo Capital, em Barueri. Parecer nº 832, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

204 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1185, de 2015, (Autógrafo nº 31806), vetado totalmente, de autoria dos deputados Rogério Nogueira e Luiz Fernando T. Ferreira. Obriga as empresas de telecomunicação que envolvem telefonia fixa, móvel, internet e televisão por assinatura, companhias seguradoras e instaladoras de qualquer ordem e demais que impliquem em presença de funcionário a enviar comunicado aos usuários quando da realização de serviços na residência destes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

205 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1203, de 2015, (Autógrafo nº 31661), vetado totalmente, de autoria do deputado Gil Lancaster. Determina que as viaturas policiais sejam revestidas de blindagem na forma que específica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

206 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1208, de 2015, (Autógrafo nº 31984), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Torna obrigatória a publicação, em sítio eletrônico oficial, das listas dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado. Parecer nº 1523, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

207 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1223, de 2015, (Autógrafo nº 32110), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Terminal Metropolitano Yoshio Yamashita" ao Terminal Metropolitano de Americana do Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares (Noroeste), em Americana. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

208 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1232, de 2015, (Autógrafo nº 31823), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dispõe sobre a criação de um Programa de Amparo e Cuidados à Mulher Alcoólatra, e fixa outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

209 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1236, de 2015, (Autógrafo nº 31425), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a proibição da cobrança de valores adicionais para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes, e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

210 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1241, de 2015, (Autógrafo nº 32822), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dispõe sobre a doação com encargo à Administração Estadual de terrenos para edificação de habitações de interesse social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

211 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1272, de 2015, (Autógrafo nº 32663), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Camargo. Dá a denominação de "Cantor Jair Rodrigues" ao Poupatempo, em Cotia. Parecer nº 936, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

212 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1282, de 2015, (Autógrafo nº 31807), vetado totalmente, de autoria do deputado Léo Oliveira. Obriga as concessionárias exploradoras de pedágio situadas no âmbito do Estado a cederem passe livre às ambulâncias de hospitais, clínicas, empresas e similares, conforme determina o inciso VII do art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503, de 1997. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

213 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1303, de 2015, (Autógrafo nº 32451), vetado totalmente, de autoria do deputado Wellington Moura. Dispõe sobre a realização do Teste de Triagem Neonatal, na modalidade ampliada, em Espectromia de Massa em Tandem (EIM), em crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde da rede pública do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

214 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1322, de 2015, (Autógrafo nº 31430), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Dispõe sobre o uso preferencial de fertilizantes orgânicos por parte da administração estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

215 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1327, de 2015, (Autógrafo nº 31781), vetado parcialmente, de autoria do deputado André Soares. Altera a Lei nº 12.281, de 2006, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

216 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1343, de 2015, (Autógrafo nº 31447), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a criação do "Programa Farmácia Cidadão" no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

217 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1363, de 2015, (Autógrafo nº 32688), vetado totalmente, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre a autorização, comercialização, propaganda e consumo de bebida alcoólica em eventos esportivos nos estádios de futebol e arenas esportivas localizadas no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

218 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1369, de 2015, (Autógrafo nº 31644), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

219 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1375, de 2015, (Autógrafo nº 31798), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a proibição de fabricação e comercialização de gordura hidrogenada e de produtos alimentícios que a utilizam em sua composição no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

220 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1382, de 2015, (Autógrafo nº 31452), vetado parcialmente, de autoria do deputado André do Prado. Proíbe a distribuição e comercialização em todo o Território Estadual dos brinquedos que especifica e institui a Semana da Valorização da Infância e da Cultura de Paz. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

221 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1432, de 2015, (Autógrafo nº 31683), vetado parcialmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Determina que pessoas que cometerem maus-tratos a animais domésticos fiquem proibidas de obter novamente a guarda do animal agredido ou de outros animais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

222 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1448, de 2015, (Autógrafo nº 31799), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da "Fundação de Apoio à Extensão Universitária - FAEx" no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

223 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1509, de 2015, (Autógrafo nº 31800), vetado parcialmente, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Microcefalia. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

224 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1512, de 2015, (Autógrafo nº 32837), vetado totalmente, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

225 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1530, de 2015, (Autógrafo nº 31824), vetado totalmente, de autoria do deputado Caio França. Institui o "Programa Município Protetor da Vida Animal". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

226 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1553, de 2015, (Autógrafo nº 31825), vetado totalmente, de autoria da deputada Clélia Gomes. Dispõe sobre autorização à prestação de auxílio e amparo religioso em todas as entidades hospitalares da rede pública ou particular, bem como a qualquer estabelecimento em que se encontrem pessoas enfermas ou com restrição de liberdade no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

227 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1562, de 2015, (Autógrafo nº 31778), vetado totalmente, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre a colocação de porta de proteção ou portas de plataforma de embarque nas estações do sistema metroviário do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

228 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1572, de 2015, (Autógrafo nº 31642), vetado totalmente, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Fanfarra Força da Águia", em Cosmópolis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

229 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1607, de 2015, (Autógrafo nº 31782), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Dispõe sobre a inclusão das disciplinas Direito do Consumidor e Educação Fiscal na grade curricular do ensino médio das escolas do Estado. Parecer nº 167, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

230 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1609, de 2015, (Autógrafo nº 31652), vetado totalmente, de autoria do deputado Atila Jacomussi. Dispõe sobre a obrigatoriedade das Instituições de Ensino viabilizarem estágio aos estudantes no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

231 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1626, de 2015, (Autógrafo nº 31721), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Dá a denominação de "Enéas Tognini - Vila Mariana" à atual Estação Vila Mariana da Companhia do Metropolitano - METRÔ, Linha 1 Azul. Parecer nº 168, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

232 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 29, de 2016, (Autógrafo nº 31660), vetado totalmente, de autoria do deputado Professor Auriel. Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem carro reserva similar ao do cliente no caso do automóvel ficar parado por mais de 15 dias por falta de peças durante o prazo de garantia contratado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

233 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 30, de 2016, (Autógrafo nº 32437), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Dispõe sobre a fixação, pelos açougues e supermercados, de informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

234 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 43, de 2016, (Autógrafo nº 31826), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Dá a denominação de "Estação Nacional - Água Branca" à atual "Estação Água Branca" da Linha 7 - Rubi da CPTM, na Capital. Parecer nº 222, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

235 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 79, de 2016, (Autógrafo nº 31808), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a criação e implantação do CADASTRO ESTADUAL DE SANGUE e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

236 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 82, de 2016, (Autógrafo nº 32465), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a criação de Distritos Turísticos no Estado com a implantação de Projeto Piloto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

237 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 87, de 2016, (Autógrafo nº 32165), vetado totalmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Institui a "Segunda Sem Carne" em restaurantes, lanchonetes, bares, escolas, refeitórios e estabelecimentos similares que exerçam suas atividades nos órgãos públicos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

238 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 104, de 2016, (Autógrafo nº 32504), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Rômulo Neves Baptista" ao acesso localizado no km 586 da Rodovia Raposo Tavares, SP-270, em Presidente Bernardes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

239 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 119, de 2016, (Autógrafo nº 31871), vetado totalmente, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Adelio Brumati" à Escola Estadual do Bairro do Pinus do Iriguassu, em Caçapava. Parecer nº 414, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

240 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 120, de 2016, (Autógrafo nº 31814), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dispõe sobre a proibição do uso de pneus em estacionamentos ao ar livre como proteção de para-choques, e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

241 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 218, de 2016, (Autógrafo nº 31815), vetado parcialmente, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco para fins de comprovação de maioridade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

242 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 229, de 2016, (Autógrafo nº 31816), vetado totalmente, de autoria do deputado Gileno Gomes. Determina que todos os pontos de ônibus localizados em rodovias estaduais, estradas ou vicinais, cuja responsabilidade seja do poder público do Estado, sejam identificados, cobertos e iluminados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

243 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 250, de 2016, (Autógrafo nº 32163), vetado parcialmente, de autoria do deputado Marcos Damasio. Institui a "Campanha Permanente de Conscientização e Combate ao mosquito Aedes aegypti". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

244 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 283, de 2016, (Autógrafo nº 32397), vetado totalmente, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a informatização da carteira de vacinação no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

245 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 319, de 2016, (Autógrafo nº 31783), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Fernando Machado. Institui, nas redes pública e privada do Estado de São Paulo, o estudo da dependência química e suas consequências. Parecer nº 170, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

246 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 2016, (Autógrafo nº 31788), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Institui a obrigatoriedade da emissão de atestados médicos digitais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

247 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 449, de 2016, (Autógrafo nº 31784), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a criação do programa de educação política e para a cidadania destinado aos estudantes das escolas de rede estadual de ensino. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

248 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 460, de 2016, (Autógrafo nº 31985), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a exclusão do 3º dígito nos preços de combustíveis ao consumidor no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

249 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 548, de 2016, (Autógrafo nº 32691), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dispõe sobre a presença obrigatória de profissionais de Educação Física capacitados em treinamento de Emergências Cardiovasculares Básico (TECA B) e de Desfibrilador Externo automático (DEA) em locais públicos com equipamentos de ginástica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

250 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 556, de 2016, (Autógrafo nº 32115), vetado totalmente, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a instalação de câmeras de vigilância em transportes coletivos intermunicipais e similares no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

251 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 560, de 2016, (Autógrafo nº 31986), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

252 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 561, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e dá providências correlatas. Com 4 emendas. Parecer nº 1019, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos e de Finanças, favorável com emenda e contrário às emendas de nº 1 a 4. (Artigo 26 da Constituição do Estado). Com pedido de retirada.

253 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 573, de 2016, (Autógrafo nº 32445), vetado totalmente, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o estabelecimento de cota para mulheres vítimas de violência doméstica nos Programas de Habitação de Interesse Social no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

254 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 582, de 2016, (Autógrafo nº 32191), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Torna obrigatória, em todos os supermercados e congêneres, a adaptação de 5% (cinco por cento) dos carrinhos de compras às crianças com deficiência ou mobilidade reduzida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

255 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 585, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal em favor do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP. (Artigo 26 da Constituição do Estado). Com pedido de retirada.

256 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 634, de 2016, (Autógrafo nº 31811), vetado totalmente, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre medição individualizada de consumo de água no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

257 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 641, de 2016, (Autógrafo nº 31961), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre a criação da "Casa do Adolescente Itinerante - Multi Jovem" e dá outras providências. Parecer nº 1410, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

258 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 649, de 2016, (Autógrafo nº 32496), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dispõe sobre a instituição do Cadastro Estadual da Pessoa com TEA - Transtorno do Espectro do Autismo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

259 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 672, de 2016, (Autógrafo nº 31793), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Cezar. Institui o Programa de Educação para a Segurança no Trânsito nos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Pública de Educação do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

260 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 679, de 2016, (Autógrafo nº 32903), vetado parcialmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública Estadual divulgar em seu "site" institucional a localização de todos os radares de fiscalização e os respectivos limites de velocidade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

261 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 683, de 2016, (Autógrafo nº 32727), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Santos. Obriga as empresas de ônibus intermunicipal do Estado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de transbordo de passageiro. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

262 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 729, de 2016, (Autógrafo nº 31964), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos, de pequeno, médio e grande porte no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

263 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 739, de 2016, (Autógrafo nº 31789), vetado totalmente, de autoria do deputado Coronel Telhada. Altera a Lei nº 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica. Parecer nº 173, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

264 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 743, de 2016, (Autógrafo nº 32698), vetado totalmente, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dá a denominação de "Soldado PM Leonel Almeida de Carvalho" à passarela localizada sobre o km 031+10m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Cotia. Parecer nº 937, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

265 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 775, de 2016, (Autógrafo nº 32164), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Camargo. Isenta do pagamento de pedágio os veículos cujos proprietários sejam Professores, Dentistas, Enfermeiros, Fisioterapeutas ou Médicos das Redes Públicas Estadual, Federal e Municipal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

266 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 783, de 2016, (Autógrafo nº 31763), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 11.602, de 2003, relativos ao Fundo de Atualização Tecnológica - FAT da Secretaria da Fazenda e dá outras providências. Parecer nº 174, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

267 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 787, de 2016, (Autógrafo nº 32778), vetado totalmente, de autoria do deputado André do Prado. Dispõe sobre o direito do portador de câncer ou neoplasia maligna ao tratamento de reprodução humana assistida na rede pública de saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

268 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 803, de 2016, (Autógrafo nº 31720), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal, para o fim que especifica. (Artigo 28, §6º da Constituição do Estado).

269 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 825, de 2016, (Autógrafo nº 32126), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Propõe a criação de campanha publicitária de alerta em relação à epidemia de sífilis, voltada para as gestantes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

270 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 831, de 2016, (Autógrafo nº 31774), vetado totalmente, de autoria do deputado Professor Auriel. Obriga as seguradoras de veículos somente credenciar ou referenciar oficinas para conserto, reparo e serviços de funilaria que ofereçam garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses dos serviços prestados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

271 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 834, de 2016, (Autógrafo nº 32127), vetado totalmente, de autoria do deputado Ed Thomas. Proíbe a exploração do gás de xisto no Estado pelo método de fratura hidráulica "fracking". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

272 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 837, de 2016, (Autógrafo nº 32017), vetado totalmente, de autoria do deputado Igor Soares. Dá denominação de "Vereador Belizário Neves" à passarela localizada na Rodovia Professor Zeferino Vaz - SP 332, no km 159 Sul, em Artur Nogueira. Parecer nº 1909, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

273 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 843, de 2016, (Autógrafo nº 31775), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa Impulso" para a Região Metropolitana da Baixada Santista e na Região do Vale do Ribeira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

274 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 853, de 2016, (Autógrafo nº 31790), vetado totalmente, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre a inclusão de curso de culinária saudável aos pais dos alunos matriculados nas unidades da rede estadual. Parecer nº 172, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

275 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 868, de 2016, (Autógrafo nº 32055), vetado totalmente, de autoria do deputado Igor Soares. Dá a denominação de "Coronel PM Edson Santos da Silva" ao 20º Batalhão de Polícia Militar BPM/M, em Barueri. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

276 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 869, de 2016, (Autógrafo nº 31819), vetado totalmente, de autoria do deputado Itamar Borges. Institui a "Política Estadual de Inspeção Predial" e a obrigatoriedade de inspeção periódica nas edificações no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

277 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 886, de 2016, (Autógrafo nº 32427), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Cria a Política de Atendimento à Gestante no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

278 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 894, de 2016, (Autógrafo nº 32210), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, de todos os níveis, no âmbito do Estado, a oferecer, em suas salas de aula e demais locais onde sejam ministradas atividades educativas, assentos adaptados à população obesa. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

279 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 964, de 2016, (Autógrafo nº 32193), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Cury. Obriga a realização do teste de glicemia capilar em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino. Parecer nº 315, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

280 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 4, de 2017, (Autógrafo nº 32128), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Cezar. Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV ou acesso a internet, na mesma fatura, ou de modo que possa induzir o consumidor a erro. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

281 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 5, de 2017, (Autógrafo nº 32328), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre a utilização de Massa Asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

282 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2017, (Autógrafo nº 32098), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

283 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 32, de 2017, (Autógrafo nº 32428), vetado totalmente, de autoria do deputado André Soares. Dispõe sobre o prazo para divulgação da lista de material didático pedagógico de uso individual do aluno, exigido pelas instituições do sistema de ensino do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

284 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 53, de 2017, (Autógrafo nº 32467), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Proíbe a cobrança de taxas de adesão, mensalidades ou similares, pela utilização de dispositivos eletrônicos - TAGs, para pagamento de tarifas de pedágio nas rodovias do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

285 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 64, de 2017, (Autógrafo nº 32648), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Professora Maria Luisa Marques Brandão" à Escola Estadual Coronel Raul Humaitá Villa Nova, na Capital. Parecer nº 823, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

286 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 91, de 2017, (Autógrafo nº 32400), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre o funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

287 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 93, de 2017, (Autógrafo nº 32274), vetado totalmente, de autoria do deputado José Américo. Torna obrigatória a inclusão da matéria "Redação" na disciplina da Língua Portuguesa, a partir do 3º ano do Ensino Fundamental I, junto à rede de escolas públicas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

288 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 136, de 2017, (Autógrafo nº 32099), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Cury. Altera dispositivos da Lei nº 8.074, de 1992, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

289 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 171, de 2017, (Autógrafo nº 32133), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Xadrez" nas grades curriculares de Ensino Fundamental e Médio das escolas da Rede Pública do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). 290 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 192, de 2017, (Autógrafo nº 32074), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Vereador Almir Pedro dos Santos" à Escola Estadual Jardim Paineiras, em Limeira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

291 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 194, de 2017, (Autógrafo nº 32211), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

292 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 207, de 2017, (Autógrafo nº 32138), vetado totalmente, de autoria do deputado Professor Auriel. Torna obrigatório o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam os veículos novos, nacionais e importados, comercializados no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

293 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 211, de 2017, (Autógrafo nº 32167), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre a criação do Plano de Ação de Emergências contra os efeitos da ressaca no litoral do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

294 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 2017, (Autógrafo nº 32278), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA, nas placas de atendimento prioritário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

295 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 236, de 2017, (Autógrafo nº 32212), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Ana do Carmo e Aldo Demarchi. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

296 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 249, de 2017, (Autógrafo nº 31939), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

297 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 253, de 2017, (Autógrafo nº 31929), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 13.457, de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício, a Lei 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

298 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 278, de 2017, (Autógrafo nº 32213), vetado totalmente, de autoria do deputado Caio França. Institui a Política de Incentivo à Economia Criativa no Estado de São Paulo. Parecer nº 360, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

299 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 287, de 2017, (Autógrafo nº 32187), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Expansão, Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais - SOS VICINAIS, no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

300 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 289, de 2017, (Autógrafo nº 32168), vetado totalmente, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dispõe sobre a passagem livre nas praças de pedágio para as ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros e dos demais órgãos públicos da área da saúde do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

301 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 312, de 2017, (Autógrafo nº 32522), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Ludovico Altomani" ao viaduto localizado no km 242 + 800 m da Rodovia Tales de Oliveira - SP 318, em São Carlos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

302 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 313, de 2017, (Autógrafo nº 32183), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre os procedimentos obrigatórios para preservar a saúde dos participantes de eventos profissionais de artes marciais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

303 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 329, de 2017, (Autógrafo nº 32176), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a criação do Programa Nota Fiscal da Saúde do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

304 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 352, de 2017, (Autógrafo nº 32329), vetado parcialmente, de autoria do deputado Luiz Turco. Dispõe sobre a prioridade da mulher na titularidade da posse e/ou propriedade de imóveis oriundos dos Programas Habitacionais do Governo do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

305 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 439, de 2017, (Autógrafo nº 32401), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém-nascidos com Síndrome de Down às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

306 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 477, de 2017, (Autógrafo nº 32169), vetado totalmente, de autoria do deputado Gileno Gomes. Obriga as distribuidoras de energia a disponibilizar linhas telefônicas exclusivas aos prestadores de serviços essenciais, arrolados no art. 10 da Lei Federal nº 7.783, de 1989, com atendentes próprios, capacitados e aptos a dar efetividade ao atendimento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

307 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 492, de 2017, (Autógrafo nº 32094), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre a criação da Academia Preparatória de Guardas Civis Municipais da Região Metropolitana da Baixada Santista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

308 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 547, de 2017, (Autógrafo nº 32420), vetado totalmente, de autoria do deputado Davi Zaia e outros. Altera a Lei nº 11.331, 2002, que dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

309 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 549, de 2017, (Autógrafo nº 32122), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Institui a "Campanha de Educação Digital", no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

310 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 557, de 2017, (Autógrafo nº 32170), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de pessoa treinada para realizar o teste de glicemia capilar e administrar insulina subcutânea nas crianças e adolescentes portadores de diabetes, nos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

311 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 632, de 2017, (Autógrafo nº 32121), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Santos. Acrescenta inciso IX ao artigo 14 da Lei n.º 11.165, de 2002, que institui o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

312 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 675, de 2017, (Autógrafo nº 32087), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a vedação da alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos - ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

313 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 704, de 2017, (Autógrafo nº 32644), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Prefeito Luiz Antonio Melges Tinós" ao trevo localizado no km 442 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Lins. Parecer nº 824, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

314 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 705, de 2017, (Autógrafo nº 32113), vetado totalmente, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de "Hospital de Base - Dr. Oscar de Barros Serra Dória", ao Hospital de Base em São José do Rio Preto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

315 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Institui o Fundo Estadual de Direitos Humanos e Cidadania - FEDHC, vinculado à Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania. Com 31 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

316 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 801, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Estabelece os termos e condições para a compensação de créditos em precatórios com débitos tributários ou de outra natureza inscritos na dívida ativa, na forma autorizada pela Emenda Constitucional Federal nº 94, de 2016. Com 16 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

317 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 840, de 2017, (Autógrafo nº 32791), vetado totalmente, de autoria do deputado Teonilio Barba. Institui o programa de conciliação dos devedores mutuários da - CDHU. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

318 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 857, de 2017, (Autógrafo nº 32440), de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Torna obrigatória a distribuição de forma contínua e gratuita de leite sem lactose às crianças de baixa renda, comprovadamente portadoras de intolerância à lactose, no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

319 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 863, de 2017, (Autógrafo nº 32789), vetado totalmente, de autoria dos deputados José Américo e Fernando Cury. Dispõe sobre o atendimento por assistentes sociais e psicólogos aos alunos da rede pública de educação básica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

320 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 872, de 2017, (Autógrafo nº 32180), vetado totalmente, de autoria do

deputado Raul Marcelo. Torna obrigatório aos estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e instituições bancárias a afixar, de forma clara e visível, tabelas contendo as taxas de juros anuais praticadas nas vendas a prazo e no crédito ao consumidor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

321 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 973, de 2017, (Autógrafo nº 32215), vetado totalmente, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Torna obrigatório aos Oficiais Registradores de Imóveis a fornecerem anualmente aos municípios listagem contendo todas as informações cadastrais de todos imóveis matriculados na sua circunscrição imobiliária a fim de manter o cadastro imobiliário municipal de forma organizada e atualizada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

322 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 984, de 2017, (Autógrafo nº 32129), vetado parcialmente, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo de Opioides. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

323 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 996, de 2017, (Autógrafo nº 32297), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a Lei nº 14.984, de 2013, que dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

324 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1002, de 2017, (Autógrafo nº 32124), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre imóveis da CESP - Companhia Energética de São Paulo que estejam na posse de Universidades Públicas Estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

325 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1012, de 2017, (Autógrafo nº 32441), vetado parcialmente, de autoria do deputado Itamar Borges e outros. Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

326 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1041, de 2017, (Autógrafo nº 32185), vetado totalmente, de autoria do deputado Estevam Galvão. Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro mensal, de interesse da assistência social e da saúde para o Estado, às entidades prestadoras de serviços de "Terapia Renal Substitutiva" para pagamento das contas pelo consumo de água tratada e pela utilização do serviço de tratamento de esgoto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

327 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1060, de 2017, (Autógrafo nº 32174), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe os Policiais Rodoviários Estaduais que fiscalizam as rodovias estaduais posicionarem-se de maneira oculta aos condutores com a finalidade de aplicar sanções de trânsito. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

328 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1099, de 2017, (Autógrafo nº 32797), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Institui desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA aos contribuintes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

329 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1100, de 2017, (Autógrafo nº 32175), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Estabelece penalidades administrativas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo ou homofobia nos estádios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

330 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1174, de 2017, (Autógrafo nº 32308), vetado totalmente, de autoria do deputado Teonilio Barba. Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços, referentes aos insumos utilizados na construção das unidades habitacionais para famílias de baixa renda. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

331 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 37, de 2018, (Autógrafo nº 32424), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Kaká. Autoriza o Poder Executivo a dispor na grade extracurricular o ensino do idioma chinês mandarim, no âmbito das escolas estaduais, no ensino médio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

332 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 39, de 2018, (Autógrafo nº 32701), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual do Auditor de Controle Externo". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

333 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 84, de 2018, (Autógrafo nº 32470), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "José Catarino Leonello" ao trevo localizado no km 178 da Rodovia Deputado Mario Beni - SP 340, em Estiva Gerbi. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

334 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 86, de 2018, (Autógrafo nº 32269), vetado parcialmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Dia da Queima do Alho". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

335 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 146, de 2018, (Autógrafo nº 32603), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Isalino Quintiliano" ao trevo localizado no km 189 da Rodovia Deputado Mario Beni - SP 340, em Estiva Gerbi. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

336 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 170, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o sistema eletrônico de compras do Governo do Estado de São Paulo, autoriza a criação de nova sociedade por ações e dá outras providências. Com 44 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

337 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 179, de 2018, (Autógrafo nº 32495), vetado totalmente, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Autoriza o Poder executivo a instalar restaurante do "Programa Bom Prato", em Várzea Paulista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

338 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 206, de 2018, (Autógrafo nº 32399), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Obriga os fornecedores, importadores, distribuidores e revendedores de bicicletas a fornecerem material educativo sobre segurança de uso do produto no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

339 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 215, de 2018, (Autógrafo nº 32430), vetado parcialmente, de autoria do deputado Wellington Moura. Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas no interior das lojas de conveniências, bem como nas dependências dos postos de abastecimento de combustíveis no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

340 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 231, de 2018, (Autógrafo nº 32464), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Dispõe sobre o consentimento informado e instruções prévias de vontade sobre tratamento de enfermidade em fase terminal de vida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

341 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2018, (Autógrafo nº 32431), vetado totalmente, de autoria do deputado Raul Marcelo. Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais e servidores públicos vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Administração Penitenciária vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

342 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 347, de 2018, (Autógrafo nº 32442), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem que exerçam as funções no poder público, rede privada e filantrópica, no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

343 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 417, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o estabelecimento das condutas infracionais contra fauna doméstica e suas respectivas sanções administrativas e cria o cadastro geral de cães e gatos no âmbito do Estado. Com substitutivo e 9 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

344 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 463, de 2018, (Autógrafo nº 32670), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Professora Sueli Aparecida Fernandes Bergamin" ao prédio da Diretoria de Ensino da Região de Itapevi. Parecer nº 938, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

345 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 465, de 2018, (Autógrafo nº 32426), vetado totalmente, de autoria da deputada Clélia Gomes. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Conselho de Segurança do Metrô de São Paulo - CONSEG METRÔ". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

346 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 471, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 3.201, de 1981, que dispõe sobre a parcela pertencente aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Com 2 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

347 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 480, de 2018, (Autógrafo nº 32534), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dispõe sobre normas para a realização de "Recall" de veículos pelos seus fabricantes quando detectado defeito de fabricação, para automóveis vendidos e em circulação no território do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

348 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 507, de 2018, (Autógrafo nº 32403), vetado totalmente, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Institui o "Programa Sala de Leitura" nas escolas da rede pública do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

349 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 538, de 2018, (Autógrafo nº 32863), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Estabelece penalidades administrativas a quem divulgar informação falsa que afete interesse público relevante ou que vise à obtenção de vantagem de qualquer natureza. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

350 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 558, de 2018, (Autógrafo nº 32901), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre o controle populacional de animais exóticos invasores e o manejo sustentável de espécimes silvestres nocivos aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária, à saúde pública e às outras espécies silvestres nativas no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

351 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 569, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM a reparar os danos causados a usuários prejudicados por paralisação na prestação de serviço, na forma que especifica. Com 3 emendas. Com pedido de retirada. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

352 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 595, de 2018, (Autógrafo nº 32662), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Denomina "José Cândido Macedo Filho - Prefeito Macedo" o Conjunto Habitacional Jacupiranga E, naquele Município. Parecer nº 939, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

353 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 600, de 2018, (Autógrafo nº 32466), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo - FIES-SP. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

354 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 627, de 2018, (Autógrafo nº 32448), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dispõe sobre os rendimentos a serem considerados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU ao estimar a renda do proponente de financiamento habitacional a fim de determinar o subsídio público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

355 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 631, de 2018, (Autógrafo nº 32665), vetado parcialmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

356 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 640, de 2018, (Autógrafo nº 32490), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS/FUNDEB. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

357 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 645, de 2018, (Autógrafo nº 32620), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Denomina "Ademir Martins Coelho" o Plantão Permanente, em Novo Horizonte. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

358 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 684, de 2018, (Autógrafo nº 32457), vetado totalmente, de autoria do deputado Feliciano Filho. Regulamenta o direito à informação, assegurado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), no âmbito do Estado, relativamente à exibição em gôndola de produtos ou componentes dos produtos que contenham animal ou que tenham sido produzidos a partir de métodos que utilizem animal, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

359 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 695, de 2018, (Autógrafo nº 32673), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Denomina "Américo Sargi" o dispositivo de acesso localizado no km 347,900 da Rodovia Brigadeiro Faria Lima - SP 326, em Jaboticabal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

360 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 720, de 2018, (Autógrafo nº 32455), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Obriga o Poder Executivo a regulamentar os meios de acesso ao serviço de travessia de balsas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

361 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 724, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS a receber, mediante doação com encargo, do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, o imóvel que especifica. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

362 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 4, de 2019, (Autógrafo nº 32787), vetado totalmente, de autoria do deputado Itamar Borges e outros. Cria o Plano Estadual de Desburocratização - Empreenda Fácil com o objetivo de simplificar e acelerar os processos de abertura, licenciamento e fechamento de empresas e melhorar o ambiente empreendedor do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

363 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 14, de 2019, (Autógrafo nº 32685), vetado totalmente, de autoria do deputado Welson Gasparini. Denomina "Reginaldo Fernando Lourençon" o viaduto localizado no km 0 da Rodovia Romildo Prado, em Louveira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

364 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 19, de 2019, (Autógrafo nº 32629), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Cury. Denomina "Professora Esmeralda Bazo Casari" a Escola Estadual "Professor Jefferson Soares de Souza", em Jumirim. Parecer nº 822, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

365 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 20, de 2019, (Autógrafo nº 32564), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Gonzaga Vieira. Institui a Central de Atendimento ao Surdo - CAS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

366 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2019, (Autógrafo nº 32494), vetado totalmente, de autoria do deputado Dr. Itamar. Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Regional de Transplantes, ligado à Santa Casa de São José dos Campos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

367 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 113, de 2019, (Autógrafo nº 32756), vetado totalmente, de autoria da deputada Isa Penna. Cria o Dossiê Mulher Paulista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

368 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 183, de 2019, (Autógrafo nº 32655), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a concessão de uso de parte do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, para a exploração do Zoológico de São Paulo, do Zoo Safári, do Jardim Botânico e de atividades de educação ambiental, de recreação, de lazer, de cultura e de ecoturismo, com os serviços associados, e dá providências correlatas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

369 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 233, de 2019, (Autógrafo nº 32793), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Institui o Conselho de Mediação de Conflitos - CMC nas escolas da rede estadual de ensino do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

370 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 273, de 2019, (Autógrafo nº 32815), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Denomina "Velez Navarro da Silva" o viaduto localizado no km 510,300 da Rodovia Prefeito Homero Severo Lins - SP 284, em Rancharia. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

371 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 317, de 2019, (Autógrafo nº 32897), vetado totalmente, de autoria do deputado Castello Branco. Altera a Lei n 9.171, de 31 de maio de 1995, que institui o Fundo Penitenciário do Estado de São Paulo - FUNPESP, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de telecomunicações em estabelecimentos penitenciários. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

372 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 325, de 2019, (Autógrafo nº 32666), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Determina a veiculação do número 180, da Central de Atendimento à Mulher, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, em locais públicos e privados e em veículos que atendem o transporte público, transporte por aplicativos e táxi, no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

373 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 343, de 2019, (Autógrafo nº 32759), vetado totalmente, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Obriga as empresas que contratam com o Estado, suas autarquias, empresas públicas e fundações, a demonstrar que são cumpridoras das leis e decretos federais naquilo que é concernente à inclusão de aprendizes e deficientes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

374 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 461, de 2019, (Autógrafo nº 32882), vetado totalmente, de autoria do deputado Dirceu Dalben. Altera o artigo 8º da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, a fim de suspender os efeitos da inclusão de nome de pessoa física ou jurídica no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

375 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 466, de 2019, (Autógrafo nº 32757), vetado parcialmente, de autoria da deputada Delegada Graciela. Institui o Programa de Reeducação de Agressor de Violência Doméstica e Familiar - Viva Mulher e estabelece diretrizes para a criação dos Serviços de Reeducação do Agressor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

376 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 532, de 2019, (Autógrafo nº 32686), vetado totalmente, de autoria do deputado Delegado Olim. Institui o Fundo Especial da Polícia Civil para o Combate do Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro - FEPCCOLD. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

377 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 568, de 2019, (Autógrafo nº 32786), vetado parcialmente, de autoria do deputado Thiago Auricchio. Institui a Campanha Fevereiro Laranja. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

378 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 578, de 2019, (Autógrafo nº 32693), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

379 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 614, de 2019, (Autógrafo nº 32806), vetado totalmente, de autoria do deputado Barros Munhoz. Disciplina o contato por empresas de telefonia móvel ou fixa para oferta de produtos, serviços, cobrança e campanhas por meio de telemarketing. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

380 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 628, de 2019, (Autógrafo nº 32807), vetado totalmente, de autoria do deputado Ataide Teruel. Institui o Programa de Assistência Social e Psicossocial aos envolvidos em acidentes de trânsito com motocicletas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

381 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 673, de 2019, (Autógrafo nº 32760), vetado parcialmente, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Autoriza a instalação de placas com cardápios em braille nos restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no território do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

382 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 2019, (Autógrafo nº 32808), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcio da Farmácia. Institui o Programa Estadual Adote um Animal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

383 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 752, de 2019, (Autógrafo nº 32769), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a concessão de financiamentos com recursos do Fundo de Apoio aos Contribuintes do Estado de São Paulo - FUNAC, disciplinado pelo Decreto-Lei nº 240, de 12 de maio de 1970, em condições subsidiadas, para projeto que especifica. Com 12 emendas. Emenda Aglutinativa apresentada nos termos do §1º do artigo 175 do Regimento Interno. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

384 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 755, de 2019, (Autógrafo nº 32900), vetado totalmente, de autoria do deputado Sergio Victor e outros. Institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas para expedição de atos públicos de liberação da atividade econômica e dispõe sobre a realização de análise de impacto regulatório. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

385 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 783, de 2019, (Autógrafo nº 32749), vetado parcialmente, de autoria do deputado Heni Ozi Cukier. Institui a Política sobre Drogas do Estado de São Paulo e o Fundo Estadual Antidrogas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

386 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 799, de 2019, (Autógrafo nº 32902), vetado totalmente, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Assegura direitos e garantias aos agentes públicos quando da colaboração com informações sobre a prática de crimes, atos de improbidade ou infrações. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

387 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 846, de 2019, (Autógrafo nº 32895), vetado parcialmente, de autoria do deputado Delegado Bruno Lima. Institui o Programa Estadual de Combate à Fome nos períodos de férias escolares de crianças, de adolescentes e de jovens matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

388 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 961, de 2019, (Autógrafo nº 32846), vetado parcialmente, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Institui o Programa da Polícia Militar "Patrulha Maria da Penha", que visa o monitoramento da segurança das mulheres vítimas de violência doméstica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

389 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 993, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a desafetar e alienar o imóvel que especifica. Com substitutivo e 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

390 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1051, de 2019, (Autógrafo nº 32905), vetado totalmente, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista e outros. Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

391 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1052, de 2019, (Autógrafo nº 32906), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Torna obrigatória a realização de teste de hepatite C em conjunto com o exame de hemograma. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

392 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1061, de 2019, (Autógrafo nº 32809), vetado totalmente, de autoria dos deputados Paulo Correa Jr e Roque Barbiere. Altera a Lei nº 15.911, de 29 de setembro de 2015, que institui a "via rápida" para o procedimento de realização de leilão público de veículos retidos, removidos ou apreendidos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

393 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1156, de 2019, (Autógrafo nº 32890), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 9.085, de 17 de fevereiro de 1995. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

394 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1340, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências. Com emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

395 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 66, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei n° 10.393, de 16 de dezembro de 1970, que reorganiza a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, a Lei nº 14.016, de 12 de abril de 2010, que declara em extinção a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, e a Lei nº 16.877, de 19 de dezembro de 2018, que autoriza o Poder Executivo a extinguir o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP. Com 5 emendas. Parecer nº 209, de 2020, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

396 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 174, de 2020, (Autógrafo nº 32865), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Estadual de saldos positivos de fundos especiais de despesa, nos termos que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

397 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 307, de 2020, (Autógrafo nº 32891), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

398 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 350, de 2020, (Autógrafo nº 32867), vetado parcialmente, de autoria do deputado Adalberto Freitas e outros. Estabelece medidas emergenciais de combate ao novo coronavírus - COVID-19 no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

399 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 529, de 2020, (Autógrafo nº 32909), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

400 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 547, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 7.634, de 10 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. Com 2 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

401 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 548, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas. Com emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

402 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 627, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021. Com 15161 emendas. Retiradas as emendas nºs 6389, 14382, 14383 e 15123. Parecer nº 454, de 2020, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto, às emendas nºs 12144 a 12148, às emendas A, B e C apresentadas, às emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 37, 38, 42, 47, 93, 94, 113, 114, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 688, 689, 690, 695, 696, 697, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1432, 1504, 1518, 1519, 1520, 1521, 1523, 1526, 1527, 1528, 1542, 1543, 1544, 2197, 2198, 2199, 2200, 2202, 2203, 2204, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2222, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2302, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2471, 2475, 2476, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2523, 2525, 2526, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2930, 2932, 2973, 3683, 3692, 3693, 3694, 3695, 3696, 3697, 3698, 3699, 3700, 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3708, 3709, 3710, 3711, 3712, 3713, 3714, 3715, 3716, 3717, 3718, 3719, 3720, 3721, 3722, 3723, 3724, 3725, 3726, 3727, 3728, 3729, 3730, 3731, 3732, 3733, 3734, 3736, 3738, 3742, 3745, 3749, 3751, 3755, 3758, 3760, 3761, 3769, 3770, 3772, 3773, 3774, 3775, 3776, 3777, 3780, 3781, 3786, 3790, 3792,3794, 3802, 3803, 3806, 3807, 3809, 3810,

3813, 3814, 3817, 3818, 3820, 3821, 3822, 3823, 3824, 3826, 3832, 3833, 3836, 3837, 3839, 3840, 3844, 3848, 3859, 3907, 3959, 3979, 3980, 4000, 4064, 4065, 4066, 4067, 4068, 4074, 4078, 4080, 4081, 4082, 4083, 4084, 4094, 4095, 4096, 4097, 4098, 4099, 4100, 4101, 4102, 4103, 4104, 4105, 4106, 4107, 4108, 4109, 4110, 4111, 4112, 4113, 4114, 4115, 4116, 4117, 4118, 4119, 4120, 4121, 4122, 4123, 4124, 4125, 4126, 4127, 4128, 4129, 4130, 4131, 4132, 4133, 4134, 4135, 4136, 4137, 4138, 4139, 4140, 4141, 4142, 4143, 4144, 4145, 4146, 4147, 4148, 4149, 4150, 4151, 4152, 4153, 4154, 4155, 4156, 4173, 4174, 4175, 4176, 4177, 4178, 4179, 4180, 4181, 4182, 4183, 4184, 4185, 4186, 4187, 4188, 4205, 4206, 4207, 4208, 4209, 4210, 4211, 4212, 4213, 4214, 4215, 4216, 4217, 4218, 4219, 4220, 4237, 4238, 4239, 4240, 4241, 4242, 4243, 4244, 4245, 4246, 4247, 4248, 4249, 4250, 4251, 4252, 4257, 4258, 4259, 4260, 4265, 4266, 4267, 4268, 4296, 4310, 4311, 4319, 4320, 4321, 4322, 4323, 4324, 4326, 4328, 4329, 4337, 4338, 4339, 4340, 4342, 4344, 4348, 4350, 4353, 4354, 4355, 4358, 4362, 4363, 4364, 4367, 4392, 4407, 4408, 4409, 5098, 5120, 5121, 5122, 5123, 5124, 5125, 5126, 5128, 5141, 5144, 5146, 5152, 5499, 5508, 5513, 5516, 5518, 5520, 5524, 5525, 5530, 5532, 5536, 5542, 5546, 5547, 5701, 5705, 5714, 5716, 5717, 5721, 5729, 5733, 5737, 5738, 5741, 5744, 5745, 5746, 5747, 5803, 5804, 5832, 5833, 5834, 5842, 5844, 5850, 5852, 5859, 5868, 5870, 5871, 5873, 5874, 5885, 5895, 5900, 5901, 5904, 5906, 5913, 5919, 5920, 5923, 5924, 5929, 5930, 5931, 5932, 5933, 5934, 5935, 5936, 5939, 5940, 5946, 5979, 5981, 5982, 5983, 5984, 5985, 5986, 5987, 5988, 5989, 5990, 5991, 5992, 5993, 5994, 5995, 5996, 5997, 5998, 5999, 6000, 6001, 6002, 6003, 6157, 6201, 6203, 6208, 6220, 6221, 6224, 6225, 6226, 6240, 6248, 6254, 6258, 6281, 6286, 6296, 6299, 6304, 6311, 6317, 6326, 6329, 6339, 6342, 6346, 6348, 6350, 6357, 6367, 6371, 6372, 6378, 6379, 6380, 6385, 6387, 6390, 6391, 6392, 6393, 6394, 6396, 6397, 6514, 6558, 6559, 6560, 6561, 6562, 6563, 6564, 6565, 6566, 6567, 6583, 6584, 6593, 6594, 6598, 6599, 6600, 6602, 6604, 6613, 6616, 6627, 6629, 6632, 6633, 6642, 6644, 6651, 6654, 6657, 6675, 6678, 6684, 6689, 6691, 6694, 6697, 6712, 6715, 6716, 6717, 6718, 6719, 6721, 6725, 6727, 6728, 6729, 6730, 6733, 6734, 6742, 6752, 6753, 6759, 6762, 6764, 6765, 6767, 6771, 6806, 6807, 6809, 6810, 6811, 6812, 6813, 6814, 6815, 6816, 6817, 6818, 6819, 6820, 6821, 6822, 6823, 6824, 6825, 6826, 6827, 6828, 6830, 6831, 6832, 6833, 6834, 6835, 6836, 6837, 6838, 6839, 6840, 6841, 6842, 6856, 6872, 6873, 6874, 6875, 6876, 6877, 6878, 6879, 6880, 6881, 6882, 6883, 6884, 6885, 6886, 6887, 6888, 6889, 6890, 6891, 6892, 6893, 6894, 6895, 6896, 6898, 6899, 6900, 6901, 6902, 6903, 6904, 6905, 6906, 6907, 6908, 6909, 6910, 6911, 6912, 6913, 6914, 6915, 6916, 6917, 6918, 6919, 6920, 6921, 6922, 6923, 6924, 6925, 6926, 6927, 6928, 6929, 6930, 6931, 6932, 6933, 6934, 6935, 6936, 6937, 6938, 6939, 6940, 6941, 6942, 6943, 6944, 6945, 6946, 6947, 6948, 6949, 6950, 6951, 6952, 6953, 6954, 6955, 6956, 6957, 6958, 6959, 6960, 6961, 6962, 6963, 6964, 6965, 6966, 6967, 6968, 6969, 6970, 6971, 6972, 6973, 6974, 6975, 6976, 6977, 6978, 6979, 6980, 6981, 6982, 6983, 6984, 6985, 6986, 6987, 6988, 6989, 6990, 6991, 6992, 6993, 6994, 6995, 6996, 6997, 6998, 6999, 7000, 7001, 7002, 7003, 7004, 7005, 7006, 7007, 7008, 7009, 7010, 7011, 7012, 7013, 7014, 7015, 7016, 7017, 7018, 7019, 7020, 7021, 7022, 7023, 7024, 7025, 7026, 7027, 7028, 7029, 7030, 7031, 7032, 7033, 7034, 7035, 7036, 7037, 7038, 7039, 7040, 7041, 7042, 7043, 7044, 7045, 7046, 7047, 7048, 7049, 7050, 7051, 7052, 7053, 7054, 7055, 7056, 7057, 7058, 7059, 7060, 7061, 7062, 7063, 7064, 7065, 7066, 7067, 7068, 7069, 7070, 7071, 7072, 7073, 7074, 7075, 7076, 7077, 7078, 7079, 7080, 7081, 7082, 7083, 7084, 7085, 7086, 7087, 7088, 7089, 7090, 7091, 7092, 7093, 7094, 7095, 7096, 7097, 7098, 7099, 7100, 7101, 7102, 7103, 7104, 7105, 7106, 7107, 7108, 7109, 7110, 7111, 7112, 7113, 7114, 7115, 7116, 7117, 7118, 7119, 7120, 7121, 7122, 7123, 7124, 7125, 7126, 7127, 7128, 7129, 7130, 7131, 7132, 7133, 7134, 7135, 7136, 7137, 7138, 7139, 7140, 7141, 7142, 7143, 7144, 7145, 7146, 7147, 7148, 7149, 7150, 7151, 7152, 7153, 7154, 7155, 7156, 7157, 7158, 7159, 7160, 7161, 7162, 7163, 7164, 7165, 7166, 7167, 7168, 7169, 7170, 7171, 7172, 7173, 7174, 7175, 7176, 7177, 7178, 7179, 7180, 7181, 7182, 7183, 7184, 7185, 7186, 7187, 7188, 7189, 7190, 7191, 7192, 7193, 7194, 7195, 7196, 7197, 7198, 7199, 7200, 7201, 7202, 7203, 7204, 7205, 7206, 7207, 7208, 7209, 7210, 7211, 7212, 7213, 7214, 7215, 7216, 7217, 7218, 7219, 7220, 7221, 7222, 7223, 7224, 7225, 7226, 7227, 7228, 7229, 7230, 7231, 7232, 7233, 7234, 7235, 7236, 7237, 7238, 7239, 7240, 7241, 7242, 7243, 7244, 7245, 7246, 7247, 7248, 7249, 7250, 7251, 7252, 7253, 7254, 7255, 7256, 7257, 7258, 7259, 7260, 7261, 7262, 7263, 7264, 7265, 7266, 7267, 7268, 7269, 7270, 7271, 7272, 7273, 7274, 7275, 7276, 7277, 7278, 7279, 7280, 7281, 7282, 7283, 7284, 7285, 7286, 7287, 7288, 7289, 7290, 7291, 7292, 7293, 7294, 7295, 7296, 7297, 7298, 7299, 7300, 7301, 7302, 7303, 7304, 7305, 7306, 7307, 7308, 7309, 7310, 7311, 7312, 7313, 7314, 7315, 7316, 7317, 7318, 7319, 7320, 7321, 7322, 7323, 7324, 7325, 7326, 7327, 7328, 7329, 7330, 7331, 7332, 7333, 7334, 7335, 7336, 7337, 7338, 7339, 7340, 7341, 7342, 7343, 7344, 7345, 7346, 7347, 7348, 7349, 7350, 7351, 7352, 7353, 7354, 7355, 7356, 7357, 7358, 7359, 7360, 7361, 7362, 7363, 7364, 7365, 7366, 7367, 7368, 7369, 7370, 7371, 7372, 7373, 7374, 7375, 7376, 7377, 7378, 7379, 7380, 7381, 7382, 7383, 7384, 7385, 7386, 7387, 7388, 7389, 7390, 7391, 7392, 7393, 7394, 7395, 7396, 7397, 7398, 7399, 7400, 7401, 7402, 7403, 7404, 7405, 7406, 7407, 7408, 7409, 7410, 7411, 7412, 7413, 7414, 7415, 7416, 7417, 7418, 7419, 7420, 7421, 7422, 7423, 7424, 7425, 7426, 7427, 7428, 7429, 7430, 7431, 7432, 7433, 7434, 7435, 7436, 7437, 7438, 7439, 7440, 7441, 7442, 7443, 7444, 7445, 7446, 7447, 7448, 7449, 7450, 7451, 7452, 7453, 7454, 7455, 7456, 7457, 7458, 7459, 7460, 7461, 7462, 7463, 7464, 7465, 7466, 7479, 7480, 7481, 7482, 7483, 7484, 7485, 7486, 7487, 7488, 7509, 7521, 7522, 7523, 7524, 7525, 7527, 7528, 7529, 7530, 7531, 7532, 7533, 7534, 7535, 7536, 7537, 7538, 7539, 7541, 7543, 8373, 8495, 8496, 8497, 8498, 8500, 8504, 8507, 8509, 8516, 8517, 8518, 8541, 8547, 8552, 8587, 8588, 8591, 8599, 8600, 8602, 8603, 8612, 8615, 8714, 8716, 8718, 8720, 8722, 8729, 8731, 8732, 8734, 8739, 8743, 8744, 8747, 9147, 9177, 9178, 9179, 9180, 9181, 9182, 9183, 9184, 9185, 9186, 9187, 9188, 9189, 9190, 9191, 9192, 9193, 9194, 9195, 9196, 9197, 9198, 9199, 9200, 9201, 9202, 9203, 9204, 9205, 9206, 9207, 9208, 9209, 9210, 9211, 9212, 9213, 9219, 9220, 9221, 9222, 9223, 9224, 9225, 9227, 9228, 9229, 9230, 9232, 9233, 9234, 9236, 9237, 9238, 9240, 9242, 9243, 9245, 9247, 9248, 9249, 9251, 9253, 9255, 9257, 9259, 9260, 9262, 9263, 9265, 9267, 9268, 9269, 9270, 9272, 9274, 9276, 9280, 9281, 9283, 9284, 9286, 9287, 9288, 9290, 9291, 9293, 9294, 9296, 9298, 9299, 9300, 9301, 9302, 9303, 9304, 9306, 9307, 9308, 9310, 9312, 9314, 9316, 9318, 9322, 9324, 9326, 9328, 9330, 9332, 9334, 9336, 9338, 9340, 9341, 9343, 9344, 9346, 9347, 9349, 9350, 9351, 9352, 9353, 9354, 9355, 9356, 9357, 9358, 9359, 9361, 9362, 9363, 9365, 9367, 9368, 9370, 9372, 9374, 9376, 9378, 9380, 9382, 9384, 9385, 9386, 9388, 9389, 9391, 9392, 9395, 9397, 9400, 9404, 9405, 9407, 9408, 9410, 9412, 9415, 9416, 9418, 9421, 9423, 9426, 9428, 9430, 9432, 9434, 9436, 9437, 9438, 9439, 9441, 9443, 9445, 9447, 9448, 9450, 9452, 9454, 9455, 9457, 9458, 9459, 9461, 9462, 9463, 9466, 9468, 9470, 9474, 9476, 9478, 9480, 9481, 9484, 9485, 9486, 9488, 9489, 9491, 9493, 9495, 9496, 9499, 9501, 9502, 9504, 9506, 9508, 9509, 9511, 9512, 9514, 9515, 9516, 9518, 9519, 9521, 9522, 9523, 9525, 9526, 9528, 9530, 9532, 9534, 9535, 9537, 9538, 9540, 9541, 9543, 9545, 9546, 9548, 9549, 9550, 9552, 9554, 9555, 9556, 9558, 9559, 9561, 9562, 9564, 9565, 9567, 9569, 9570, 9571, 9572, 9574, 9576, 9577, 9579, 9581, 9583, 9585, 9586, 9588, 9590, 9591, 9593, 9594, 9596, 9598, 9600, 9602, 9604, 9606, 9608, 9609, 9610, 9611, 9612, 9613, 9615, 9616, 9618, 9620, 9622, 9624, 9625, 9627, 9628, 9630, 9632, 9633, 9635, 9638, 9639, 9640, 9642, 9644, 9646, 9647, 9649, 9651, 9652, 9657, 9658, 9659, 9660, 9662, 9664, 9665, 9722, 9755, 9945, 9946, 9947, 9948, 9949, 9950, 9951, 9952, 9953, 9954, 9955, 9956, 9957, 9958, 9959, 9960, 9961, 9962, 9963, 9964, 9965, 9966, 9967, 9968, 9969, 9970, 9971, 9972, 9973, 9974, 9975, 9976, 9977, 9978, 9979, 9980, 9981, 9982, 9983, 9984, 9985, 9986, 9987, 9988, 9989, 9990, 9991, 9992, 9993, 9994, 9995, 9996, 9997, 9998, 9999, 10000, 10001, 10002, 10003, 10004, 10005, 10006, 10007, 10008, 10009, 10010, 10011, 10012, 10013, 10014, 10015, 10016, 10017, 10018, 10019, 10020, 10021, 10022, 10023, 10024, 10025, 10026, 10027, 10028, 10029, 10030, 10031, 10032, 10033, 10034, 10035, 10036, 10037, 10038, 10039, 10040, 10041, 10042, 10043, 10044, 10152, 10153, 10154, 10155, 10157, 10158, 10159, 10160, 10161, 10162, 10163, 10167, 10354, 10355, 10361, 10411, 10412, 10413, 10414, 10415, 10416, 10417, 10418, 10419, 10420, 10421, 10422, 10423, 10424, 10425, 10426, 10427, 10428, 10429, 10430, 10431, 10451, 10452, 10453, 10455, 10456, 10465, 10495, 10503, 10504, 10506, 10512, 10513, 10515, 10670, 10671, 10672, 10673, 10837, 10838, 10842, 10845, 10846, 10848, 10870, 10871, 10872, 10873, 10874, 10875, 10876, 10877, 10878, 10879, 10880, 10881, 10882, 10883, 10884, 10885, 10903, 10904, 10905, 10906, 10907, 10908, 10909, 10910, 11031, 11032, 11033, 11058, 11071, 11077, 11087, 11089, 11148, 11149, 11152, 11164, 11165, 11178, 11182, 11183, 11185, 11186, 11187, 11188, 11191, 11201, 11210, 11214, 11250, 11283, 11285, 11292, 11296, 11360, 11361, 11362, 11363, 11364, 11381, 11464, 11465, 11466, 11467, 11468, 11469, 11471, 11472, 11473, 11474, 11475, 11477, 11478, 11479, 11480, 11481, 11482, 11483, 11501, 11502, 11503, 11504, 11505, 11506, 11507, 11508, 11509, 11510, 11511, 11514, 11515, 11521, 11522, 11523, 11524, 11525, 11526, 11527, 11528, 11530, 11531, 11532, 11533, 11534, 11535, 11536, 11537, 11538, 11539, 11549, 11550, 11553, 11554, 11555, 11556, 11557, 11558, 11559, 11561, 11562, 11563, 11564, 11565, 11566, 11567, 11568, 11569, 11570, 11588, 11589, 11590, 11591, 11592, 11593, 11594, 11595, 11598, 11600, 11601, 11602, 11603, 11609, 11610, 11612, 11613, 11614, 11615, 11616, 11617, 11621, 11622, 11623, 11624, 11625, 11626, 11627, 11628, 11629, 11630, 11631, 11632, 11633, 11634, 11635, 11636, 11637, 11638, 11639, 11640, 11641, 11642, 11643, 11644, 11645, 11646, 11647, 11648, 11649, 11650, 11651, 11652, 11653, 11654, 11655, 11656, 11657, 11658, 11659, 11660, 11661, 11662, 11663, 11664, 11665, 11666, 11667, 11668, 11669, 11670, 11673, 11675, 11680, 11686, 11723, 11725, 11740, 11741, 11743, 11744, 11762, 11763, 11770, 11771, 11772, 11773, 11774, 11775, 11776, 11777, 11781, 11784, 11788, 11789, 11799, 11821, 11822, 11829, 11830, 11832, 11834, 11841, 11842, 11843, 11849, 11851, 11854, 11857, 11859, 11860, 11868, 11870, 11871, 11872, 11910, 11975, 11977, 11979, 11982, 11983, 11985, 11988, 12001, 12002, 12003, 12004, 12005, 12006, 12031, 12032, 12033, 12053, 12057, 12075, 12077, 12081, 12089, 12091, 12093, 12095, 12099, 12122, 12124, 12139, 12151, 12159, 12190, 12191, 12192, 12193, 12194, 12195, 12196, 12209, 12210, 12211, 12212, 12222, 12226, 12227, 12228, 12245, 12246, 12252, 12263, 12284, 12285, 12287, 12288, 12290, 12291, 12294, 12299, 12300, 12302, 12303, 12304, 12305, 12306, 12307, 12309, 12314, 12315, 12316, 12317, 12318, 12319, 12321, 12322, 12325, 12326, 12327, 12328, 12329, 12330, 12331, 12332, 12333, 12334, 12336, 12337, 12339, 12340, 12341, 12342, 12343, 12344, 12345, 12346, 12347, 12348, 12349, 12350, 12351, 12352, 12353, 12354, 12355, 12356, 12357, 12358, 12359, 12360, 12361, 12362, 12363, 12364, 12365, 12366, 12367, 12368, 12369, 12370, 12371, 12372, 12373, 12374, 12375, 12376, 12377, 12378, 12379, 12380, 12381, 12382, 12383, 12384, 12385, 12386, 12387, 12388, 12389, 12390, 12391, 12392, 12395, 12396, 12397, 12398, 12399, 12400, 12401, 12402, 12468, 12469, 12470, 12472, 12473, 12474, 12475, 12479, 12481, 12484, 12485, 12486, 12489, 12497, 12498, 12499, 12501, 12510, 12513, 12516, 12519, 12525, 12526, 12528, 12529, 12533, 12534, 12536, 12537, 12538, 12540, 12541, 12542, 12543, 12545, 12546, 12547, 12585, 12592, 12593, 12595, 12605, 12606, 12607, 12608, 12609, 12610, 12611, 12612, 12613, 12614, 12615, 12616, 12617, 12618, 12619, 12620, 12621, 12622, 12623, 12624, 12625, 12626, 12627, 12636, 12653, 12755, 12761, 12763, 12766, 12767, 12775, 12781, 12782, 12786, 12812, 12814, 12817, 12818, 12819, 12820, 12821, 12822, 12823, 12824, 12826, 12827, 12828, 12829, 12830, 12831, 12832, 12833, 12834, 12835, 12836, 12837, 12838, 12852, 12853, 12855, 12856, 12858, 12859, 12860, 12862, 12863, 12866, 12884, 12891, 12919, 12920, 12921, 12922, 12923, 12924, 12943, 12964, 12965, 12972, 12974, 12997, 13001, 13016, 13017, 13084, 13085, 13086, 13087, 13088, 13089, 13090, 13091, 13092, 13093, 13094, 13242, 13243, 13244, 13245, 13246, 13247, 13248, 13249, 13250, 13251, 13252, 13253, 13254, 13255, 13256, 13257, 13258, 13259, 13260, 13261, 13262, 13263, 13264, 13265, 13266, 13267, 13268, 13269, 13270, 13271, 13272, 13273, 13274, 13275, 13276, 13277, 13278, 13279, 13280, 13281, 13282, 13283, 13284, 13285, 13286, 13287, 13288, 13289, 13290, 13291, 13292, 13293, 13294, 13295, 13296, 13297, 13298, 13299, 13300, 13301, 13302, 13303, 13304, 13314, 13315, 13316, 13317, 13318, 13319, 13320, 13321, 13328, 13337, 13358, 13386, 13387, 13392, 13393, 13394, 13395, 13396, 13397, 13399, 13400, 14054, 14056, 14057, 14058, 14059, 14060, 14061, 14062, 14063, 14064, 14065, 14066, 14067, 14068, 14069, 14070, 14071, 14072, 14073, 14074, 14075, 14076, 14077, 14100, 14102, 14103, 14104, 14105, 14106, 14109, 14110, 14111, 14112, 14113, 14115, 14116, 14125, 14126, 14127, 14130, 14131, 14132, 14133, 14134, 14138, 14139, 14140, 14141, 14142, 14145, 14146, 14147, 14149, 14150, 14151, 14152, 14153, 14154, 14159, 14160, 14161, 14162, 14164, 14165, 14166, 14168, 14169, 14170, 14171, 14173, 14179, 14182, 14183, 14184, 14185, 14187, 14188, 14209, 14223, 14224, 14225, 14226, 14227, 14228, 14229, 14230, 14231, 14232, 14233, 14234, 14235, 14236, 14237, 14238, 14239, 14240, 14241, 14242, 14243, 14244, 14245, 14246, 14247, 14248, 14249, 14250, 14251, 14252, 14253, 14254, 14255, 14256, 14292, 14293, 14294, 14295, 14297, 14318, 14319, 14320, 14332, 14381, 14384, 14385, 14386, 14387, 14388, 14392, 14393, 14395, 14397, 14398, 14399, 14400, 14401, 14408, 14409, 14410, 14411, 14412, 14444, 14445, 14446, 14447, 14448, 14449, 14450, 14451, 14452, 14453, 14454, 14462, 14463, 14464, 14465, 14483, 14484, 14485, 14486, 14495, 14501, 14502, 14503, 14504, 14505, 14506, 14507, 14510, 14514, 14515, 14517, 14523, 14525, 14527, 14528, 14530, 14531, 14533, 14534, 14535, 14538, 14541, 14544, 14548, 14550, 14553, 14554, 14556, 14557, 14558, 14559, 14560, 14561, 14563, 14564, 14565, 14566, 14567, 14568, 14570, 14571, 14572, 14573, 14574, 14575, 14576, 14577, 14578, 14579, 14580, 14581, 14582, 14583, 14584, 14585, 14586, 14587, 14588, 14589, 14590, 14591, 14592, 14593, 14594, 14595, 14596, 14597, 14598, 14599, 14600, 14601, 14602, 14603, 14604, 14605, 14606, 14607, 14608, 14609, 14610, 14611, 14612, 14613, 14614, 14615, 14616, 14617, 14619, 14620, 14639, 14640, 14669, 14670, 14671, 14672, 14675, 14676, 14677, 14678, 14679, 14680, 14681, 14682, 14683, 14684, 14685, 14686, 14687, 14688, 14689, 14690, 14691, 14692, 14693, 14694, 14695, 14696, 14697, 14698, 14699, 14700, 14701, 14702, 14703, 14704, 14705, 14706, 14707, 14708, 14709, 14710, 14711, 14712, 14713, 14714, 14715, 14716, 14717, 14718, 14719, 14720, 14721, 14722, 14723, 14724, 14725, 14726, 14727, 14728, 14729, 14730, 14731, 14732, 14733, 14734, 14735, 14736, 14737, 14738, 14739, 14740, 14741, 14742, 14743, 14744, 14745, 14746, 14747, 14748, 14749, 14750, 14751, 14752, 14753, 14754, 14755, 14756, 14757, 14758, 14759, 14760, 14761, 14762, 14763, 14764, 14765, 14766, 14767, 14768, 14769, 14770, 14771, 14772, 14773, 14775, 14776, 14777, 14803, 14804, 14805, 14809, 14810, 14811, 14812, 14813, 14814, 14815, 14816, 14817, 14818, 14820, 14934, 14935, 14936, 14937, 15015, 15016, 15018, 15019, 15021, 15022, 15023, 15024, 15025, 15026, 15028, 15029, 15031, 15033, 15035, 15037, 15038, 15041, 15042, 15045, 15048, 15052, 15054, 15056, 15058, 15061, 15063, 15064, 15066, 15069, 15070, 15072, 15076, 15077, 15121, 15124 e 15125 na forma das subemendas nºs 1 a 17 apresentadas, e contrário às demais emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Pauta

15 DE DEZEMBRO DE 2020
112ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 733, de 2020, de autoria da deputada Professora Bebel. Prioriza os professores no recebimento das vacinas destinadas a imunizar a população do Estado contra a infecção causada pelo Novo Coronavius.

2 - Projeto de lei nº 734, de 2020, de autoria da deputada Marina Helou e outros. Estabelece as atividades educacionais como essenciais no Estado, ainda que em situação de emergência ou calamidade pública.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 44, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Susta o Decreto nº 65.252, de 15 de outubro de 2020, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Susta o Decreto nº 65.253, de 15 de outubro de 2020, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 46, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Susta o Decreto nº 65.254, de 15 de outubro de 2020, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 47, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Susta o Decreto nº 65.255, de 15 de outubro de 2020, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2020, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Susta o Decreto nº 65.337, de 07 de dezembro de 2020, que altera o Decreto nº 59.953, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a imunidade, isenção, dispensa de pagamento, restituição e redução de alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

8 - Moção nº 212, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Manifesta veemente repúdio aos organizadores e autores Adriano Pedrosa, Julia Bryan-Wilson e Olivia Ardui Léo Lins, referente à obra de arte HISTÓRIAS DA DANÇA: VOL. 1 CATÁLOGO, disponibilizada no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 732, de 2020, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro. Institui o Programa de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

2 - Moção nº 204, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Aplaude e reconhece o trabalho da Companhia Teatro dos Ventos pelos trabalhos realizados em prol da sociedade durante os seus 20 anos de existência.

3 - Moção nº 205, de 2020, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Protesta contra os atos de conotação racista lançados nas redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação contra a prefeita eleita de Bauru, Suéllen Rosim, e aplaude a atuação da Polícia Civil de Bauru.

4 - Moção nº 206, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Aplaude os PM Sargento Paulo e Soldado Tavares, do 9º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, que fizeram o atendimento de urgência e auxiliaram no nascimento da pequena Mariana, na Zona Norte de São Paulo, em 17 de novembro de 2020.

5 - Moção nº 207, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Aplaude os policiais militares do 50º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em Itu, que realizaram a entrega de mais de 400 brinquedos a serem destinados a crianças carentes, instituições sociais e escolas.

6 - Moção nº 208, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Aplaude os policiais militares Sargento J. Almeida e o Cabo Celso, ambos da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do Interior, que realizaram resgate do cãozinho que foi cruelmente abandonado.

7 - Moção nº 209, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Aplaude os policiais militares Sargento Freitas, Cabo Lambiazzi e Soldado Gabriel, ambos da Corregedoria PMESP.

8 - Moção nº 210, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Aplaude os policiais militares do 2º Batalhão de Polícia de Trânsito, que auxiliaram no nascimento de gêmeos, desempenhando um excelente trabalho com profissionalismo.

9 - Moção nº 211, de 2020, de autoria da deputada Analice Fernandes. Apela ao Sr. Presidente da República e ao Ministro da Saúde a fim de que empreendam esforços para que sejam tomadas as medidas necessárias para a aquisição da vacina BNT162 contra a Covid-19, desenvolvida pelas empresas farmacêuticas Pfizer-Biontech.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 20, de 2020, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui o Programa Adote uma Caneca.

2 - Projeto de lei nº 727, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.

3 - Projeto de lei nº 728, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Considera como atividade essencial a prestação de atividades educacionais com aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino.

4 - Projeto de lei nº 729, de 2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar o terreno situado entre as ruas Visconde de Porto Seguro, Nove de Julho, Senador Vergueiro e Mariano da Costa, no bairro de Santo Amaro, na Capital, para criar o "Parque Jardim Alfomares".

5 - Projeto de lei nº 730, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Isenta os hospitais filantrópicos e Santas Casas do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS na aquisição de equipamentos do segmento médico e insumos hospitalares.

6 - Projeto de lei nº 731, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Institui o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Indígenas.

7 - Moção nº 202, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Apela aos grandes bancos para que adotem medidas para o conforto dos clientes, como disponibilização de assentos e de abrigo ao sol e chuva, tendo em vista as reclamações sobre enormes filas do lado de fora das agências.

8 - Moção nº 203, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Repudia, nos termos regimentais, o ato do Governador do Estado que concedeu para a iniciativa privada o Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2020, de autoria do deputado Alex de Madureira. Altera a Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012, e a Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012, que institui o Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio de Período Integral, e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei nº 726, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, a divulgar a lista de todos os detentos beneficiados pelo Indulto Natalino e Saída Temporária Especial.

3 - Moção nº 200, de 2020, de autoria do deputado Caio França. Apela ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado a fim de que empreendam esforços para a inclusão na carreira do judiciário de todos os aprovados no concurso de Escrevente Técnico Judiciário.

4 - Moção nº 201, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Apela aos Srs. Presidentes da República, Jair Messias Bolsonaro, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, a fim de que empreendam esforços para manter o pagamento do Auxilio Emergencial.

5ª Sessão

Moção nº 199, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Manifesta veemente repúdio à Rede Globo de televisão por compactuar com atitudes criminosas de seu funcionário, Marcius Melhem, no que tange ao abuso sexual e moral.

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 15/12/2020

1 - DR. JORGE LULA DO CARMO
2 - DELEGADO OLIM
3 - JANAINA PASCHOAL
4 - ITAMAR BORGES
5 - FREDERICO D'AVILA
6 - ALEX DE MADUREIRA
7 - DOUGLAS GARCIA
8 - CASTELLO BRANCO
9 - ADALBERTO FREITAS
10 - DRA. DAMARIS MOURA
11 - MAJOR MECCA
12 - VALERIA BOLSONARO
13 - CORONEL TELHADA
14 - GIL DINIZ
15 - MAURICI
16 - REINALDO ALGUZ

GRANDE EXPEDIENTE - 15/12/2020

1 - CARLA MORANDO
2 - MAJOR MECCA
3 - EDMIR CHEDID
4 - REINALDO ALGUZ
5 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
6 - LETICIA AGUIAR
7 - DOUGLAS GARCIA
8 - DANIEL JOSÉ
9 - ITAMAR BORGES
10 - DELEGADO OLIM
11 - CORONEL NISHIKAWA
12 - FREDERICO D'AVILA
13 - DR. JORGE LULA DO CARMO
14 - MAURICI
15 - CARLOS GIANNAZI
16 - VALERIA BOLSONARO
17 - JANAINA PASCHOAL
18 - CORONEL TELHADA
19 - GIL DINIZ
20 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
21 - ALEX DE MADUREIRA
22 - CASTELLO BRANCO
23 - ADALBERTO FREITAS
24 - DRA. DAMARIS MOURA

Expediente

14 DE DEZEMBRO DE 2020
111ª SESSÃO ORDINÁRIA

OFÍCIOS

CÂMARAS MUNICIPAIS

Nº 1080/2020, de Pompeia, manifesta-se acerca do PDL 22/20.

S/Nº, de Tabatinga, encaminha Moção de Apoio para que seja feita a chamada imediata dos aprovados no concurso de Supervisor de Ensino do quadro do magistério do Estado de São Paulo, Rel. nº 005196/2020

DIVERSOS

Nº 01/2020, da Sra. Beatriz Adriana Borges, manifesta-se acerca do PDL 239/19.

Nº 80/2020, da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo - APqC, manifesta-se acerca da possibilidade de publicação do decreto de elevação de nível do processo especial de avaliação para acesso da série de classes de pesquisador científico - ano 2019, Rel. nº 005197/2020

GOVERNO DO ESTADO - CASA CIVIL

Nº 2416/2020, encaminha Parecer da Secretaria de Turismo, acerca do PL 440/17.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

Nº 501/2020, de São Bento do Sapucaí, manifesta-se acerca do PL 396/20.

OFÍCIO

Prezado Presidente

Prevaleço-me da oportunidade para comunicar a Vossa Excelência, que na data de 11 de dezembro de 2020 filiei-me ao Partido AVANTE, conforme ficha de filiação que faço anexar ao presente.

Solicito, outrossim, as providências necessárias quanto à correspondente atualização nos sistemas desta Assembleia Legislativa.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Campos Machado

OFÍCIO

Senhor Presidente

Valho-me da oportunidade para comunicar a Vossa Excelência, que na data de 11 de dezembro de 2020, filiei-me ao Partido AVANTE, conforme comprovante anexo.

Solicito, outrossim, as providências necessárias quanto à correspondente atualização nos sistemas desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Roque Barbiere

OFÍCIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo,

Por oportuno, alerto que o decidido não é suscetível de revisão por esse Legislativo, conforme Deliberação desta Corte de Contas exarada no Processo TC-A-010535/026/94, publicada no Diário Oficial do Estado de 10/11/94.

Na oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Conselheira-Presidente

Primeira Câmara

A C Ó R D Ã O

TC-032497/026/08

Recorrentes: Starbene Refeições Industriais Ltda. e Ricardo Leite Hayden - Diretor Técnico de Saúde III.

Assunto: Contrato entre a Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Serviços de Saúde - Hospital Guilherme Álvaro e Starbene Refeições Industriais Ltda., objetivando a prestação de serviços de nutrição e alimentação hospitalar destinada à pacientes (adultos e infantis), acompanhantes legalmente instituídos e funcionários do Hospital Guilherme Álvaro, no valor de R$2.694.000,00.

Responsáveis: Vera Lucia Pinheiro Augusto (Diretora Técnica de Divisão e Apoio Técnico), Ricardo Tardelli (Coordenador de Saúde) e Alberto Bedulatti Cardoso (Diretor Técnico de Departamento de Saúde).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares o pregão eletrônico, o contrato e os termos de retirratificação, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, bem como aplicou multa ao responsável, Alberto Bedulatti Cardoso, no valor de 200 (duzentas) Ufesps, nos termos do artigo 104, inciso II, da mencionada Lei. Acórdão publicado no D.O.E. de 23-10-14.

Advogados: Ariosto Mila Peixoto (OAB/SP nº 125.311), Erika Alves Oliver Watermann (OAB/SP nº 181.904) e outros.

Procurador da Fazenda: Luis Claudio Mânfio.

Fiscalização atual: UR-20 - DSF-II.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. PREGÃO. CONTRATO E TERMOS DE RETI-RATIFICAÇÃO. ORÇAMENTO DEFASADO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA COMPATIBILIDADE DOS PREÇOS PRATICADOS. REAJUSTE APLICADO NÃO OBEDECEU AO PREVISTO NO INDEXADOR ELEITO CONTRATUALMENTE. DESPROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de outubro de 2019, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Edgard Camargo Rodrigues e Sidney Estanislau Beraldo e dos Auditores Substitutos de Conselheiro Samy Wurman, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis e Antonio Carlos dos Santos, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhes provimento, mantendo-se na íntegra a Decisão combatida e, consequentemente, as penalidades e os encaminhamentos nela determinados.

Presidente – Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Procurador-Chefe da Fazenda do Estado - Luiz Menezes Neto.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 25 de outubro de 2019.

a) ANTONIO ROQUE CITADINI - PRESIDENTE

a) DIMAS RAMALHO - RELATOR

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 735, DE 2020

Dá a denominação de "João Pedro Valverde Casado" ao viaduto da SP-333, do km 343 da Rodovia Rachid Rayes entre as cidades de Assis e Marília.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Passa a denominar-se " João Pedro Valverde Casado" ao viaduto da SP-333, do km 343 da rodovia Rachid Rayes entre as cidades de Assis e Marília.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

João Pedro Valverde Casado, nasceu em 21 de outubro de 1995,na cidade paranaense de Cambé-PR, filho de Valcimar Casado, e de Patrícia Pinheiro Valverde, sendo que com o divórcio de seus pais ocorrido em 1997, João Pedro passou a residir com seus avós maternos (Conandoile Valverde e Dalila Pinheiro Valverde), e seu tio pelo lado materno Alexandre Pinheiro Valverde.

Valcimar, pai de João Pedro, posteriormente se casou com Juliana Sanches Casado, muito presente na vida de João Pedro e desta união nascera seus irmãos Maria Júlia Sanches Casado e Gabriel Sanches Casado.

Patrícia, por sua vez, estabeleceu um novo relacionamento e de tal união nasceu uma irmã caçula chamada Georgia Pinheiro Valverde de Carli.

João Pedro foi o primeiro aluno matriculado junto ao KUMON, unidade de Assis/Vila Xavier, tornando-se precocemente um "aluno adiantado" em português/matemática (nomenclatura utilizada pelo "método" KUMON quando o respectivo aluno ultrapassa o conteúdo de sua série escolar). Paralelamente ao Kumon, João cursava o Colégio Ressureição/Santa Maria até a conclusão de seu ensino médio no ano de 2012.

Realizou intercâmbio para os Estados Unidos durante 14 meses, morando em Pierson, no Estado do Michigan, cursando "Tri County Área Schools, situada em Howard City.

Ao retornar ao Brasil, para sua cidade - Assis, em 2014, João Pedro foi aprovado no Vestibular da UNILINS, passando a cursar a Faculdade de Engenharia Civil, tendo falecido 3 meses antes de sua formatura.

Um dia após a comemoração de seu 23º aniversário, em 22 de outubro de 2018, se envolveu em um acidente automobilístico no km 343 da Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros (SP-333) que liga Marília à Assis, onde dirigia para Lins para apresentar seu TCC na UNILINS, próximo a "Fundação Casa de Marília" e infelizmente não resistiu e veio a falecer.

Um jovem, carismático, muito conhecido, que acumulou amizades por onde passava, de um humor inigualável, um coração bondoso, generoso, amigo, que amava a vida, admirado pelo seu jeito de ser, principalmente por ser quem ele realmente era, deixou um legado, onde distribuiu amor e compaixão durante sua permanência na terra.

Por ser muito querido pelos seus familiares e amigos em sua cidade e nas entorno de Assis, essa tragédia tornou-se um marco de conscientização a todos os motoristas, inclusive aos jovens na direção, onde foi fixado uma cruz e o aluido local se tornou um ponto de peregrinação e oração de muitos amigos e familiares.

Sendo assim, não restam dúvidas de que a homenagem ora pretendida com a apresentação deste Projeto de Lei é mais do que justa e merecida.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Ricardo Madalena - PL

PROJETO DE LEI Nº 736, DE 2020

Declara de utilidade púbica a Associação Beneficente Creche Menino Jesus, com sede em Sorocaba.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRECHE MENINO JESUS", com sede no município de Sorocaba.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRECHE MENINO JESUS", é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência social às famílias em processo de exclusão social, sem qualquer discriminação de raça, cor, credo religioso ou político, abrigar crianças - em regime de creche - inscritas no programa familiar e desenvolver atividades psicossociais conforme o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Propõe-se a desenvolver projetos para atender crianças de 6 meses a 13 anos, de acordo com a necessidade da família proporcionando uma melhora na alimentação, higiene, educação pré-escolar de acordo com a faixa etária dentro das possibilidades da instituição.

Por semelhantes motivos, sinto-me gratificada de desencadear o presente processo legislativo, que ora instruímos com todos os documentos exigidos pela legislação pertinente. O presente projeto merece o apoio de nossos digníssimos Pares.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Maria Lúcia Amary - PSDB

PROJETO DE LEI Nº 737, DE 2020

Veda o uso de carros oficiais por parte dos membros dos três Poderes do Estado, do Ministério Público e de todo órgão ou entidade da administração direta e indireta.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - É vedado o uso de carros oficiais no transporte de membros dos três Poderes do Estado, do Ministério Público e de todo órgão ou entidade da administração direta e indireta, salvo nos termos desta Lei.

Artigo 2º - O uso de carro oficial só poderá ser feito por motivos de segurança, de forma devidamente justificada.

§1º - A justificação será previamente publicada no diário oficial.

§2º - A justificação é válida por um período máximo de quinze dias, podendo ser renovada mediante nova justificação, desde que fique comprovado que a ameaça à segurança continua.

Artigo 3º - Os carros oficiais de propriedade do Estado serão alienados, observadas as normas de licitação.

Artigo 4º - Quando necessário, e quando previsto em lei a obrigação do Estado arcar com os custos de transporte, poderão ser usados serviços de aplicativo para contratação de táxi ou carros particulares.

Parágrafo único - Na escolha do aplicativo, prevalecerá, sempre, o m1ais barato.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Um traço marca o Brasil desde a sua fundação: o patrimonialismo. A ânsia de confundir o público com o privado está enraizada no Estado brasileiro.

Somos o país do super-salário, dos penduricalhos e dos imensos privilégios. Não podemos ter a pretensão de acabar com o patrimonialismo brasileiro com uma canetada, mas há a possibilidade de diminui-lo aos poucos.

Todos os deputados estaduais de São Paulo têm direito a uma imensidão de privilégios: duas dezenas de assessores, auxílio saúde e hospedagem, verba de gabinete, motorista e carro oficial.

Partindo do princípio de que todos os parlamentares paulistas estão no grupo do 1% mais rico do país, esses privilégios não são necessários.

O Governo do Paraná deu um grande passo para acabar com o Carro Oficial: fará com que os servidores utilizem aplicativos de transportes ou táxi em decorrência de um veículo público.

Além da economia da decisão (R$ 500 mil mensais), a medida ainda vai à contramão do histórico patrimonialista do nosso país.

Em São Paulo, temos a oportunidade histórica de continuar sendo vanguarda nos valores da democracia liberal e na igualdade entre entes públicos e a população. Em 2013, nossos pares daquela legislatura extinguiram o auxílio-moradia.

Começando por São Paulo, o Brasil deixará de ser o país do sobrenome, da carteirada, do elevador privativo e do carro oficial.

Parlamentares são líderes. O melhor modelo de liderança se dá pelo exemplo.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Arthur do Val - PATRI

PROJETO DE LEI Nº 738, DE 2020

Institui, no âmbito do Estado, o Programa Emergencial Paulista de Vacinação Contra a COVID-19, na forma que especifica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa Emergencial Paulista de Vacinação Contra a COVID-19, em cumprimento ao que estabelece a presente lei.

Artigo 2º - Atendido os ditames legais quanto à autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para a aplicação de qualquer vacina, desde que efetivamente comprovada a sua eficácia, O Poder Executivo, através do Programa instituído nesta lei, adotará as medidas para que a população do Estado, em sua plenitude, seja imunizada contra o vírus do COVID-19.

Artigo 3º - Adotadas todas as fases de aplicação da vacina, ou das diversas vacinas que estejam autorizadas pelos órgãos competentes federais, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Saúde, em conjunto com os órgãos de saúde dos municípios paulistas, implementará os mecanismos para a efetividade plena de imunização de toda a população residente no Estado.

Artigo 4º - Em cumprimento aos princípios previstos na Constituição Federal, no "caput" do artigo 6º (direito social à saúde), artigo 196 (saúde é direito e todos e dever do Estado), artigo 197 (são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle), a alínea "d" do artigo 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, as autoridades públicas poderão adotar medidas de vacinação...), e, especialmente, o § 4º do artigo 3º da referida lei federal (as pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei), ninguém poderá se escusar da imunização objeto do programa previsto nesta lei.

Artigo 5º - O Poder Executivo, através de Decreto, editará todas as normas regulamentares para a integral execução do programa a que se refere esta lei, observando, dentre outros, os seguintes critérios:

a) Comprovação de imunização para ingresso nas creches, estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, públicos ou particulares, de crianças, alunos, professores, funcionários e prestadores de serviço;

b) Comprovação de imunização para embarques em aeronaves, embarcações, trens, ônibus, metrô e demais modais de transporte;

c) Comprovação de imunização para obtenção de documentos públicos, inscrição em concursos públicos, ingresso em cargos públicos e demais modalidades de prestação ou relação com poderes públicos.

Artigo 6º - Observada a quantidade de imunizantes colocados à disposição do Governo do Estado, para a efetivação do programa a que se refere esta lei, desde que autorizadas pela ANVISA e comprovadas as suas eficácias, o Poder Executivo definirá prazo final para a integral implementação da imunização da população paulista contra a COVID-19.

Artigo 7º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão a conta das dotações próprias do Orçamento do Estado, suplementadas se necessário.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Entramos em uma situação absolutamente emergencial.

Mais de 180 mil mortos pelo coronavírus, isso por uma contagem dos Estados supostamente subestimada.

Como se tem noticiado no mundo todo, uma segunda onda de contaminação está impactando países da Europa, Estados Unidos, e aqui no Brasil, e ao que parece, com uma força viral mais acelerada do que no começo da pandemia.

Chegamos no limiar das expectativas de vacinação.

Não há mais tempo de se discutir prazos, estudos, planos e campanhas de imunização.

É começar o quanto antes a aplicar a vacina, ou as vacinas, desde que autorizadas pela ANVISA, e certificadas suas eficácias, a toda à população. E de maneira universal e imperativa. Não há outra maneira de se debelar esse terrível vírus que nos assola.

Nesse sentido, tem o presente projeto de lei a finalidade de implementar programa, de natureza oficial do Estado, para efetivar a imunização de toda a população paulista, obedecidos os ditames constitucionais e as regras expressamente definidas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, aprovada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Campos Machado – AVANTE

PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2020

Dispõe sobre a construção de edificações com finalidade habitacional destinadas a funcionários públicos, em áreas pertencentes ao patrimônio do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecida a iniciativa de construção de edificações com finalidade habitacional, destinada a funcionários públicos ativos e seus familiares, nos moldes dos chamados de Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), comumente conhecidos como Vilas Militares.

Artigo 2º - Os imóveis, de propriedade pública (Estado), serão disponibilizados pela Administração (Secretaria Estadual, em cuja área, o conjunto de imóveis está construído) a funcionários públicos ativos e seus familiares, mediante pagamento de aluguel sendo, para todos os fins, o administrador do perímetro residencial o Diretor, Chefe, Comandante ou a designação que couber, ao responsável.

Parágrafo único - Para fins de administração, cada Pasta Estadual, respectivamente, providenciará os termos, modelos e documentação de gestão local.

Artigo 3º - Considerando a finalidade social da área habitacional pertencente ao patrimônio do Estado, o valor da locação não excederá o valor de 10 (dez) por cento do salário líquido do servidor locatário.

Parágrafo único - Para fins de disponibilização de imóveis, encabeçarão prioritariamente a listagem de ocupação, os funcionários públicos de menor renda, nas Secretarias ao qual estão lotados e que se encontram em atividade profissional no município.

Artigo 4º - O administrador da área residencial poderá, conforme disponibilidade e conveniência, permitir que funcionário público e sua família, lotado em outra Secretaria Estadual, possa locar imóvel no perímetro sob sua responsabilidade.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Verificam-se modelos de excelência em território nacional quando se trata do suporte ao funcionário público. No Estado de São Paulo, por exemplo, existem diversas áreas em que funcionam Vilas Militares, os Próprios Nacionais Residenciais (PNRs).

Os PNRs se classificam em funcionais, quando seu uso estiver vinculado à função do militar, e de uso geral, quando destinados aos diversos postos ou graduações.

Tal medida reveste-se de indubitável vantagem para o militar (das Forças Singulares), tão como transcende a questão funcional. Na verdade, em sua grande maioria, possui finalidade social.

Existem por todo Estado de São Paulo diversas áreas, em perímetro urbano ou não, pertencentes a todas as Pastas Estaduais, que poderiam receber pequenos conjuntos habitacionais a serem destinados a funcionários públicos e seus familiares, com aluguéis de baixo custo.

Considerando que o servidor público do Estado de São Paulo possui uma das mais baixas remunerações em âmbito nacional (sendo fato que os funcionários subordinados à Pasta de Segurança Pública, por exemplo, são os mais mal remunerados, quando comparados aos seus pares em outros Estados), essa iniciativa possibilita grande suporte, principalmente àqueles que se encontram na base das tabelas de remuneração.

É fato que, somente citando também como exemplo, policiais militares têm recorrido, face sua parca remuneração, a buscar moradias em locais distantes de onde trabalham, tão como em ambientes que por vezes, face o alto índice de criminalidade, acabam sendo ameaçados e admoestados, junto de seus familiares, pelos criminosos locais. Não raramente, além do risco que correm (o que contribui para sua vitimização), são expulsos do local por integrantes do crime organizado.

Desta forma, não somente para a Segurança Pública, mas para integrantes de todo funcionalismo público, tal medida mostra-se não somente adequada como, também, socialmente necessária.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Major Mecca – PSL

PROJETO DE LEI Nº 740, DE 2020

Revoga a Lei nº 17.099/2019 que autorizou a concessão do Ginásio do Ibirapuera.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA

Artigo 1º - Revoga a Lei nº 17.099 de 27 de junho de 2019 que autorizou a concessão do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães - Ginásio do Ibirapuera - para a iniciativa privada.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de São Paulo tem adotado uma política de Estado de concessão de uso de bens públicos para a iniciativa privada aplicada através de atos discricionários do chefe do Poder Executivo, o Sr. João Dória Jr.

A Lei nº 17.099 de 27 de junho de 2019 autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso da área onde se encontra instalado o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães - Complexo Esportivo do Ibirapuera - situado à Rua Manoel da Nóbrega, 1361, no bairro Paraíso, Capital (Setor 036, Quadra 138, Lote 0154 do Cadastro Fiscal da Prefeitura de São Paulo) que inclui (i) Ginásio Geraldo José de Almeida, o Ginásio do Ibirapuera, (ii) Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro; (iii) Estádio Ícaro de Castro Mello, que entre outras finalidades é um centro de excelência de atletismo; (iv) Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo, que inclui uma piscina olímpica, um tanque para saltos ornamentais, além de piscinas menores; e (v) Palácio do Judô.

A Lei nº 17.099 de 27 de junho de 2019 autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso da área onde se encontra instalado o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães - Complexo Esportivo do Ibirapuera Após o Decreto-Lei, a transação foi formalizada por meio de Escritura de Cessão e Transferência lavrada no 5º Tabelião da Capital em 07/06/1944 no 5º Tabelião da Capital, e objeto da Transcrição nº 35.293 do 1º Registro de Imóveis (RI), que registrou a transferência de área da gleba de 248.240,00 m², destacado de área maior de 1.457.711,00 m². Desta gleba, foram realizados desdobros, dos quais a maior parte foi destinada à municipalidade, ao Complexo Esportivo, cerca de 91.870 m², setor 036, quadra 138.

Como se observa, embora o local esteja sob administração do governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Esportes do Estado (SESP) o imóvel é de propriedade do Município, portanto, o processo de concessão não contou com a participação da esfera municipal, o que é necessário já que a concessão implica em alteração da finalidade do imóvel.

Fica evidente, portanto, que a concessão de área pertencente ao município e a alteração da finalidade do imóvel para uso pela iniciativa privada configuram abuso do poder regulamentar do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo neste sentido, em observância as suas atribuições de legislar, fiscalizar, controlar e investigar e nos termos do artigo 20, inciso IX da Constituição Estadual tem competência para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Estas são as razões pelas quais o Projeto de Lei ora apresentado deve ser apreciado e acolhido.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Monica da Mandata Ativista - PSOL

PROJETO DE LEI Nº 741, DE 2020

Institui o "Passaporte Equestre" e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o Passaporte Equestre para permitir o trânsito livre de equinos, asininos e muares no Estado de São Paulo. O passaporte será emitido para participação em cavalgadas, desfiles, treinamentos, concursos, provas ou qualquer outra atividade ou evento de natureza cultural, desportiva ou de lazer e, ainda, para o exercício de atividades equestres de turismo, trabalho rural, policiamento ou de auxílio terapêutico.

Artigo 2º - Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se Passaporte Equestre o documento oficial que, regularmente expedido e com os registros sanitários válidos, equivale à Guia de Transporte de Animal - GTA e substitui qualquer outro documento para fins de trânsito e regularidade fiscal do animal.

§ 1º - Todas as informações constantes no Passaporte Equestre serão prestadas por médico veterinário cadastrado como responsável técnico perante a Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA.

§ 2º - O Passaporte Equestre só poderá ser emitido para equídeos procedentes de estabelecimentos ou proprietários cadastrados e que cumpram a legislação sanitária vigente.

§ 3º - O Passaporte Equestre é uma opção facilitadora e facultativa ao proprietário e usuário de equídeos, o qual poderá optar pelo atual procedimento de emissão da Guia de Transporte Animal - GTA e nota fiscal.

§ 4º - O Passaporte Equestre será emitido em um modelo padronizado, confeccionado em papel moeda com marca d'água da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA, ou em formato eletrônico.

Artigo 3º - O Passaporte Equestre deve ser individual e conter todas as informações referentes ao animal, quais sejam:

I - A identificação do animal através de resenha gráfica e descritiva,

indicando a pelagem, o tipo e a raça;

II - Registro genealógico da respectiva associação de criadores de cavalo, se houver;

III - A identificação do proprietário e a procedência animal;

IV - O atestado de exame clínico por médico veterinário cadastrado perante autoridade de Defesa Sanitária Animal estadual, no próprio corpo do documento, como documento único para fins de defesa sanitária animal;

V - Foto da frente da cabeça, da garupa e dos dois lados do corpo inteiro do animal;

VI - Todos os atestados clínicos, laboratoriais e exames exigidos pela legislação estadual e federal, dentro do período de validade, como documentos anexos.

Artigo 4º - O passaporte Equestre deve conter as informações atualizadas, sob pena de aplicação de penalidades administrativas, tipificadas na legislação estadual de defesa sanitária animal.

Artigo 5º - A emissão do Passaporte Equestre será feita diretamente pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA.

Parágrafo único - O documento de Passaporte Equestre deverá seguir o modelo padronizado, confeccionado em papel moeda com marca d'água da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA, ou em formato eletrônico.

Artigo 6º - O Passaporte Equestre terá validade de 01 (um) ano, e sua regularidade estará vinculada à validade das vacinas, exames, atestados clínicos e laboratoriais obrigatórios aos equídeos e a comprovação das mesmas através de laudo que deverá ser apresentado juntamente com o passaporte equestre.

§ 1º - O período total do trânsito deve estar dentro do período de validade dos exames negativos para anemia infecciosa equina - AIE e para o mormo, devendo ser emitido por laboratório oficial ou credenciado junto ao Estado, e através de parceria entre a Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA e os Sindicatos Rurais.

§ 2º - A validade dos laudos de exames negativos para anemia infecciosa equina - AIE e para mormo será de 06 (seis) meses.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo instituir um Passaporte Equestre que tem por finalidade substituir a Guia de Transporte Animal - GTA e qualquer outro documento para fins de trânsito e regularidade fiscal do animal.

Trata de uma medida facilitadora aos proprietários de equídeos que encontram dificuldade com o transporte de seus animais.

O trânsito de animas é um dos principais disseminadores de doenças infectocontagiosas. O seu controle, juntamente com a vigilância epidemiológica ativa, favorece a prevenção e diminuição de enfermidades. O conhecimento da origem, destino, sazonalidade e fluxo dos equídeos é essencial ao desenvolvimento de estratégias para o controle de patologias, de fundamental importância para o sistema de defesa sanitária animal. Seja qual for a via de trânsito, a apresentação de documentação é obrigatória.

O documento oficial para transporte de animais no Brasil, atualmente, é a Guia de Trânsito Animal (GTA), com base na Lei Federal n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola nacional. A GTA contém informações sobre a origem, o destino e as condições sanitárias, bem como a finalidade do transporte animal. A presente propositura institui passaporte equestre equivalente à GTA. Tal medida facilitará o transporte desses animais, diminuindo a necessidade de realização frequente de exames, viabilizando, assim, a maior adesão de proprietários no cadastramento junto aos órgãos responsáveis.

Ademais, é uma medida facultativa, contemplando em um só documento todas as informações do animal, vacinas e exames, dinamizando, desse modo, a fiscalização e o transporte dos animais equestres.

Diante ao exposto, solicito o apoio dos nobres pares, para aprovação desta propositura.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Itamar Borges - MDB

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2020

Fica sustado o Decreto nº 65.357/2020 de 11 de dezembro de 2020 que altera o Anexo III do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e institui o Plano São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica sustado o Decreto nº 65.357/2020 de 11 de dezembro de 2020 que altera o Anexo III do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quaren-

tena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e institui o Plano São Paulo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Governador do Estado de São Paulo, Sr. João Doria, vêm dia após dia realizando condutas por completo temerárias contra a economia e a população do Estado.

No último dia 30 de novembro publicou o Decreto nº 65.319/2020 que representou um forte abalo na economia e liberdades individuais do povo paulista, regredindo o Plano São Paulo em todo o território estadual para a fase amarela, tal decisão limitou ainda mais os horários de trabalho de todo o comércio, bem como prestadores de serviço.

Esse famigerado decreto foi denunciado nessa Casa de Leis e recebeu um Projeto de Decreto Legislativo, o PDL nº 42/2020, protocolado pelo Deputado Douglas Garcia, com o objetivo de sustar os efeitos da regulamentação ditatorial do Governador.

Pois bem, sem nem mesmo o PDL supracitado ter tido a oportunidade de ter sido pautado, agora em 11 de dezembro o governador publicou novo decreto, piorando o que já estava péssimo, em síntese o Decreto nº 65.357/2020, diminui ainda mais o horário de funcionamento de bares e restaurantes, e faz pior, limita até mesmo o consumo de bebida alcóolica dentro do horário de funcionamento de restaurantes, ou seja, institui uma lei seca, o que não é competente constitucionalmente para fazê-lo.

Tal decreto fere a Constituição Federal no que diz respeito aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência, igualdade, legalidade, do devido processo legal e da razoabilidade, fora isso o estado não possui competência legislativa para dispor sobre a matéria.

No mais reiteramos todos os argumentos trazidos na justificativa do PDL nº 42/2020, sendo a propositura em tela seu substituto natural, eis que publicado novo e ainda mais pernicioso decreto.

Sendo o que nos cabem como representantes do Povo Bandeirante, em defesa da economia paulista e das liberdades individuais do nosso povo, é que pleiteamos que a propositura em tela seja apreciada e acolhida pelos Nobres Pares dessa Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Gil Diniz

MOÇÕES

MOÇÃO Nº 213, DE 2020

Nesta quarta-feira 08 de dezembro de 2020, os policiais militares do 27º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, foram acionados para auxiliarem uma parturiente em uma residência, na Travessa Pau Santo, no Jardim Toca em São Paulo. No local, a equipe constatou que a mulher estava em trabalho de parto, e então, os policiais colocaram o casal na viatura e seguiram para a maternidade do Hospital Geral do Grajaú, quando pequeno Mysael, nasceu dentro da viatura, com o auxílio dos policiais, eles seguiram até a unidade de saúde mesmo após o nascimento da criança, e lá, mãe e filho receberam os primeiros atendimentos médicos por uma obstetra.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares do 2º Batalhão de Polícia de Trânsito, que auxiliaram no nascimento da criança, dentro da viatura, desempenhando um excelente trabalho humanitário e com profissionalismo, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do 27º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, em São Paulo, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 214, DE 2020

Nesta quinta-feira (10/12/2020), uma equipe de policiamento marítimo do 3º Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) flagrou, uma embarcação que realizava a pesca de arrasto de camarão no interior de uma área de proteção ambiental, em Cananéia, no litoral sul paulista. No interior do barco, além de oito quilos de camarão sete-barbas, foi localizado um exemplar de raia-viola, também conhecido como cação-viola, espécie que consta na lista de animais marinhos como criticamente ameaçada de extinção. O flagrante resultou em dois autos de infração ambiental por "exercer a pesca sem autorização do órgão ambiental competente" e "pescar espécies que devam ser preservadas". Além disto, a embarcação e petrechos utilizados na pesca foram apreendidos. Todo o pescado a bordo também foi recolhido.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE os policiais militares do 3º Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb), que realizaram o policiamento marítimo que resultou nesse flagrante, desempenhando um excelente trabalho com profissionalismo em prol da proteção e preservação desta do nosso litoral, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do 3º Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb), em Guarujá, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

MOÇÃO Nº 215, DE 2020

No dia 10 de dezembro de 2020, militares da equipe de resgate do Corpo de Bombeiros da Mooca - 3ºGB, Cb Odair, Sd Abreu e Sd Graziane, realizaram o parto de uma moradora de rua, e como não havia tempo de chegar ao hospital, o fato ocorreu embaixo de um viaduto, a mulher deu à luz a um casal de gêmeos, e passam bem graças a rapidez e profissionalismo dos militares.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APLAUDE militares da equipe de resgate do Corpo de Bombeiros da Mooca - 3ºGB, Cb Odair, Sd Abreu e Sd Graziane, que auxiliaram no nascimento dos gêmeos, desempenhando um excelente trabalho humanitário e com profissionalismo, e requer ainda, que seja encaminhada cópia de inteiro teor ao Comandante do Corpo de Bombeiros da PMESP - 3ºGB, em São Paulo, parabenizando esses grandes heróis.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 802, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XXIV, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, João Dória, solicitando-lhe as seguintes informações sobre a regularização do efetivo do Corpo dos Bombeiros no Município de Santos.

1 - Existe previsão da regularização do efetivo do Corpo dos Bombeiros do Município de Santos?

2 - Se sim, quando haverá essa regularização?

JUSTIFICATIVA

Em atenção a INDICAÇÃO nº 2243 de 2019, onde expomos que, o Corpo de Bombeiros do Município de Santos, está enfrentando diversos problemas por falta de efetivo operacional, e ressaltando que ainda existe uma enorme defasagem desses militares, levando em consideração a extrema necessidade que temos no Município de Santos, onde existe o maior porto da América Latina e o maior Polo Industrial, e onde existem muitas demandas para o Corpo de Bombeiros Militares, visualizando um colapso que pode surgir na cidade pela falta desses militares, é de suma importância que seja feito gestão para a normalização do efetivo do Corpo de Bombeiros do município que deveria ter um número muito maior de bombeiros, para uma maior efetividade e agilidade nos serviços prestados à população.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 803, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, General João Camilo Pires de Campos, requisitando-lhe as seguintes informações sobre a Operação Verão 2020/21, de reforço do policiamento e segurança da Baixada Santista.

1 - Quantos policiais militares, serão enviados para realizarem o reforço da segurança das cidades da Baixada Santista? Qual será o efetivo distribuído para cada um dos municípios (Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Cubatão, Peruíbe, Itanhaém, Bertioga e Mongaguá)?

2 - Qual planejamento está sendo adotado para chegarem nos números do efetivo de reforço?

3 - Quando ocorrerá essa distribuição?

JUSTIFICATIVA

A Operação Verão, já vem sendo realizada reforçando o policiamento nas cidades da Baixada Santista litoral paulista, apoiando na segurança e no exercício das atividades de preservação da ordem pública nos municípios.

Com a distribuição dos militares de reforço, dado a complexidade da missão principalmente neste período de final e começo de ano, a segurança dos municípios estará mais preparada, para uma pronta resposta. Um bom efetivo militar é essencial para uma operação policial bem-sucedida, sendo assim, um planejamento eficaz deve ser realizado para que tenhamos excelência na operação.

Sabemos que os municípios da baixada santista recebem uma número elevado turistas, situação de muita graciosidade, mas que pode gerar um aumento nas demandas sobre criminalidade, sendo assim a distribuição do reforço do efetivo militar que atuará neste período, atenderá de forma expressiva o bem estar e segurança para os município da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Cubatão, Peruíbe, Itanhaém, Bertioga e Mongaguá).

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 804, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, General João Camilo Pires de Campos, requisitando-lhe as seguintes informações sobre a distribuição de Viaturas Blindadas, destinado ao Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, sediado em Santos.

1 - Existe previsão de distribuição de Viaturas Blindadas para os policiais militares, do Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, que atuam na Baixada Santista?

2 - Se sim, quando haverá essa distribuição?

JUSTIFICATIVA

O Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, é responsável pelo exercício das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no município.

Com a distribuição da Viaturas Blindadas, dado a complexidade da missão, os militares estarão muito mais preparados, técnico e tecnologicamente, para uma pronta resposta. A base logística é essencial para uma operação policial bem-sucedida, sendo isso, a possibilidade de utilização dos veículos blindados é extremamente importante.

Sabemos que Santos é uma cidade turística, situação de muita graciosidade, mas que pode gerar um aumento nas demandas sobre criminalidade, sendo assim a distribuição das viaturas, atenderão de forma expressiva o bem estar e segurança para o município de Santos.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 805, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, General João Camilo Pires de Campos, requisitando-lhe as seguintes informações sobre a distribuição de Lancha Cabinada Blindada, destinado ao Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, sediado em Santos.

1 - Existe previsão de distribuição de Lancha Cabinada Blindada para os policiais militares, do Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, que atuam na Baixada Santista?

2 - Se sim, quando haverá essa distribuição?

JUSTIFICATIVA

O Comando de Policiamento do Interior Seis CPI/6, é responsável pelo exercício das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no município.

Com a distribuição da Lancha Cabinada Blindada, dado a complexidade da missão, os militares estarão muito mais preparados, técnico e tecnologicamente, para uma pronta resposta. A base logística é essencial para uma operação policial bem-sucedida, sendo isso, a possibilidade de utilização da embarcação é extremamente importante.

Sabemos que Santos é uma cidade turística, e portuária, situação de muita graciosidade, mas que pode gerar um aumento nas demandas sobre criminalidade, tendo isso em vista, a embarcação em questão, ajudará no tráfego e no patrulhamento da Baixada Santista (área do CPI/6), que atende uma região marítima, onde existe a possibilidade de os criminosos fugirem pelo mar, portanto a distribuição da embarcação, atenderá de forma expressiva o bem estar e segurança para o município de Santos.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Tenente Coimbra

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 806, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, solicito ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Gal. João Camilo Pires de Campos, informações específicas sobre o curso de formação de soldados oferecido pela Escola Superior de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Com o objetivo de garantir os direitos daqueles que se formam na Escola Superior de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, solicito as seguintes informações:

1. Qual é a nomenclatura oficial que designa o curso de formação de soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo? Em que classificação específica, dentro das atuais regras vigentes estabelecidas pelos órgãos públicos competentes, o curso de formação de soldados da PMESP se enquadra?

2. Quais são as matérias e cursos que compõem a grade curricular oficial do curso de formação de soldados da PMESP? Quantas horas aulas possui o referido curso? Quantas horas de estágio assistido possui o referido curso?

3. O curso de formação de soldados da PMESP é reconhecido como Tecnólogo pelo MEC?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende auferir informações fidedignas e exatas que servirão, de modo específico e amplo, para garantir e defender os direitos dos policiais militares que fizeram o curso de formação de soldados da PMESP.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Douglas Garcia

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 807, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de que preste as seguintes informações, relativas a assunto da esfera de competência do Comando Geral da Polícia Militar, órgão hierarquicamente subordinado ao Sr. Secretário:

1. Procede a informação de que o condenado Mizael Bispo de Souza, contra o qual pesava uma ordem de recaptura expedida em 04/12/2020 pelo juízo da 2ª Vara de Execução Criminal da Comarca de Taubaté, apresentou-se espontaneamente na noite daquele mesmo dia, munido de cópia do respectivo mandado, no Presídio Militar Romão Gomes?

2. Procede a informação de que, na ocasião, o condenado teve seu imediato recolhimento à prisão recusado pela unidade prisional, tendo de aguardar por horas até a efetivação da ordem contida no já mencionado mandado de recaptura? Para melhor entendimento dos fatos, favor esclarecer as circunstâncias do cumprimento do aludido mandado.

JUSTIFICATIVA

As informações são requeridas em razão de notícias veiculadas na grande mídia, a exemplo do portal de notícias G1 (https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/05/mizael-bispo-de-souza-se-apresenta-a-policia-apos-stj-revogar-prisao-domiciliar.ghtml), dando conta de que o condenado dirigiu-se espontaneamente ao Presídio Militar Romão Gomes e que sua prisão foi ali recusada.

A propósito, o próprio condenado gravou vídeo expondo a situação acima relatada (https://www.facebook.com/222348667821141/posts/3481184918604150/).

Mizael Bispo de Souza teve seu pedido de recaptura determinado após o STJ revogar prisão domiciliar a ele anteriormente concedida. A revogação do regime domiciliar foi uma reconsideração da liminar do mesmo tribunal superior, que havia permitido que ele cumprisse pena em casa, em Guarulhos. A decisão atendeu a um recurso do Ministério Público Federal.

Mizael foi condenado a 22 anos e oito meses de prisão pela morte da ex-namorada, a advogada Mércia Nakashima, e estava em regime domiciliar desde agosto.

Pelos motivos expostos, faz-se necessária a obtenção das informações ora requeridas.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Marcio Nakashima

REQUERIMENTOS

LETICIA AGUIAR

1672/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Igaratá.

1673/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Lagoinha.

1674/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Taubaté.

1675/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Barrinha.

1676/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Aparecida.

1677/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Ouroeste.

1678/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Sertãozinho.

1679/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Santa Cruz da Esperança.

1680/2020

Propõe um voto de congratulações pelo aniversário do município de Luís Antônio.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

PLC Nº 45/2019

REQUEIRO, nos termos do artigo 226, inciso II, do Regimento Interno, seja dada tramitação de urgência para o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE 2019, de minha autoria, que altera a redação da lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.

JUSTIFICATIVA

A relevância da matéria tratada na propositura em apreço justifica a urgência ora requerida.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Daniel José

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

PL Nº 596/2020

Requeremos, nos termos regimentais, tramitação em regime de Urgência para o Projeto de lei nº 596, de 2020, que versa sobre a inspeção e fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal.

JUSTIFICATIVA

A presente medida se faz necessária para conclusão da tramitação e consequente votação do referido projeto de lei, na corrente sessão legislativa.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Carlão Pignatari a) André do Prado a) Roque Barbiere a) Delegado Olim a) Daniel Soares a) Rodrigo Gambale a) Gilmaci Santos a) Carla Morando a) Jorge Caruso a) Leo Oliveira a) Fernando Cury a) Mauro Bragato a) Vinicius Camarinha a) Cezar a) Estevam Galvão a) Dra. Damaris Moura a) Carlos Cezar a) Ataide Teruel a) Coronel Telhada a) Roberto Engler a) Maria Lúcia Amary a) Marcio da Farmácia a) Rogério Nogueira a) Marta Costa a) Altair Moraes a) Alex de Madureira a) Edmir Chedid a) Itamar Borges a) Wellington Moura a) Analice Fernandes a) Jorge Wilson Xerife do Consumidor a) Barros Munhoz a) Marcos Zerbini a) Adalberto Freitas

REQUERIMENTO SOLICITANDO RETIRADA DE PROPOSITURA

MAURICI

Projeto de Lei 690/2020.

INDICAÇÕES

JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

4038/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Rua Baltazar Nunes, Jardim Bela Vista, munícipio de Santo André.

4039/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Rua Marília de Dirceu, Jardim Aeroporto, Zona Sul do munícipio de São Paulo.

4040/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Rua Antônio José de Freitas, Jardim Aeroporto, Zona Sul do munícipio de São Paulo.

4041/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Rua Mossamedes / Praça General Costa Barreto, Bairro Tatuapé, Zona Leste do munícipio de São Paulo.

4042/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo em toda extensão da Avenida Caititu, Itaquera, Zona Leste do munícipio de São Paulo.

4043/2020

Indica ao Sr. Governador a adoção de todas as medidas necessárias para a implementação dos programas de habitação popular e urbanização da Comunidade Peri Alto, no bairro Jardim Peri, localizada na Zona Norte de São Paulo.

4044/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Avenida Calim Eid, Bairro da Penha, Zona Leste do munícipio de São Paulo.

4045/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, Vila Maria, Zona Norte do munícipio de São Paulo.

4046/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Estrada Canal de Cocaia, Parque Residencial Cocaia, Zona Sul do munícipio de São Paulo.

4047/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Ruas da Vila Natal, Zona Sul do munícipio de São Paulo.

4048/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Avenida Mateo Bei, Bairro São Mateus, Distrito São Mateus, Zona Leste do munícipio de São Paulo.

4049/2020

Indica ao Sr. Governador que sejam adotadas providências no sentido de intensificar as atividades de policiamento ostensivo na Rua Victório Santim, Vila Carmosina, munícipio de São Paulo.

4050/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua David Bem Gurion, entre os números 222 e 415, Jardim Monte Kemel, município de São Paulo.

4051/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua José Pedro do Amaral, Jardim Monte Kemel, município de São Paulo.

4052/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde / aquisição de equipamentos e/ou material permanente para o Grupo Santa Casa de Franca.

4053/2020

Indica ao Sr. Governador a implementação dos programas de habitação popular e urbanização da comunidade Chaparral, no bairro da Penha, localizada sob o Viaduto General Milton Tavares, Zona Leste de São Paulo.

4054/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua Cordeirópolis, Vila Sonia, município de São Paulo.

4055/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua Guanás, Vila Sonia, município de São Paulo.

4056/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua André Saraiva, Vila Sonia, município de São Paulo.

4057/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para as áreas de saúde e assistência social da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no município de Sorocaba.

4058/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para que serão destinados ao Custeio e Prestação de Serviço, do GRACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer.

4059/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento e operação tapa-buracos na Rua José Ferreira da Rocha Filho, Jardim Monte Kemel, município de São Paulo.

4060/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para execução de serviços de reforma na Escola Municipal "Divina Anastácia do Nascimento", localizada na Rua Três, 170, Jardim Presidente - Terra Preta, Mairiporã.

4061/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para o desassoreamento do córrego que margeia a Rua Luís Câmara Cascudo, Jardim Lúcia, Terra Preta, próximo à entrada do loteamento, município de Mairiporã.

4062/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de recapeamento asfáltico na Rua João de Lana, Jardim Itacolomi, zona sul do município de São Paulo.

4063/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para execução de serviços de reforma na Escola Municipal "Paschoal Luciane Junior", localizada na Travessa Satre, Jardim Lucia - Terra Preta, Mairiporã.

4064/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a construção de quadra poliesportiva e academia de terceira idade em terreno localizado na Rua Um, atrás do Conjunto Toyama, bairro Armênia, município de Mogi das Cruzes.

4065/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para execução de serviços de reforma na Escola Municipal "João Puga Dias", localizada na Rua Existente, Jardim Pereira- Terra Preta, Mairiporã.

4066/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para custeio da saúde dos hospitais PIO XIII em São José dos Campos e Stella Maris, no Município de Caraguatatuba, que são mantidos pelo IPMMI - Instituto das Pequenas Missionárias Maria Imaculada, localizado em São José dos Campos.

4067/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para realização de obras de reforma e cobertura da quadra poliesportiva "Leandra Cristina de Jesus Dias Domingos - Cabo Dias", no Parque Esportivo Terra Preta, no município de Mairiporã.

4068/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a instalação de uma academia ao ar livre no Conjunto Oropó na Vila Moraes, no município de Mogi das Cruzes.

4069/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para o desassoreamento de toda a extensão do Rio Jundiaí, na Avenida Japão, bairro Santo Ângelo, no município de Mogi das Cruzes, bem como as obras de contenção, canalização, alargamento e aprofundamento.

4070/2020

Indica ao Sr. Governador o aumento ostensivo do policiamento nas ruas do bairro Jardim Santa Luíza, município de Suzano.

4071/2020

Indica ao Sr. Governador intensificar as atividades de policiamento ostensivo na praça localizada na Rua Otávio Braga de Mesquita, altura do número 800, esquina com a Rua José Manoel da Cunha, Bairro Vila Fátima, município de Guarulhos.

LETICIA AGUIAR

4073/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a construção de uma quadra poliesportiva na Escola José Dini, localizada no bairro dos Moraes, em Socorro.

4074/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a realização de obras de infraestrutura no município de Mirandópolis.

4075/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a área da Saúde no município de Cordeirópolis.

4076/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a realização de obras de infraestrutura urbana no município de Cordeirópolis.

4077/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a pavimentação do trecho inicial da estrada do bairro Boa Vista, no município de Santo Antônio do Pinhal.

4078/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para o custeio do Grupo em Defesa da Criança com Câncer - GRENDACC, localizado em Jundiaí.

4079/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para o custeio das ações desenvolvidas pela Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, localizada em Santana de Parnaíba.

4080/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a realização de obras de infraestrutura urbana no município de São Sebastião.

4081/2020

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para o recapeamento asfáltico em logradouros do bairro de Jardim Adriana, localizado no município de Guarulhos.

MARINA HELOU

4083/2020

Indica ao Sr. Governador o estabelecimento de um cronograma de chamadas de aprovados nos concursos públicos da Educação do Estado, bem como a nomeação dos aprovados nos respectivos concursos.

MONICA DA MANDATA ATIVISTA

4072/2020

Indica ao Sr. Governador que atue junto a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A para restabelecer o funcionamento das balsas que ligam o bairro Barra do Ribeira à Iguape.

VINÍCIUS CAMARINHA

4082/2020

Indica ao Sr. Governador a extensão da Rodovia Presidente Castelo Branco, SP-280, interligando-a à BR-153, na proximidade do Município de Lupércio e outros da Alta Paulista.

SUBSTITUTIVOS

SUBSTITUTIVO Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Lei nº , de de de 2020.

Dispõe sobre a instituição de distritos turísticos no Estado de São Paulo, sobre a utilização da logomarca "SP Pra Todos" e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

SEÇÃO I

DOS DISTRITOS TURÍSTICOS

Artigo 1º - O Poder Executivo instituirá, por meio de leis específicas, distritos turísticos visando a estimular a atração e a implantação de empreendimentos de natureza turística, nacional e internacional.

§ 1º - Constituem distritos turísticos, para os fins desta lei, as áreas territoriais situadas em um ou mais Municípios do Estado de São Paulo que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

1 - componham áreas públicas ou privadas de relevante interesse cultural, histórico, ambiental, urbanístico e econômico, com vocação para atividade econômica de turismo nacional ou internacional;

2 - apresentem condições para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos de interesse nacional ou internacional com base em um ou mais dos seguintes atributos:

a) relevância paisagística, natural ou cênica;

b) relevância histórica, arquitetônica, étnica ou cultural;

c) existência de complexos de lazer e parques temáticos;

d) presença de orla marítima.

§ 2º - A caracterização de uma área territorial como distrito turístico fará incidir sobre ela o regime jurídico previsto nesta lei.

§ 3º - A participação de um Município em um Distrito Turístico deverá ser precedida de aprovação de lei específica autorizativa por parte do Poder Legislativo municipal respectivo.

§ 4º - Em caso de ocorrer a constituição de Distritos Turísticos, nos termos da presente lei, em áreas adjacentes que pertençam à Municípios situados em outros Estados e que seja de interesse do referido Distrito, a participação do Município situado em outro Estado deverá ser precedida de aprovação de leis específicas autorizativas por parte dos Poderes Legislativos estadual e municipal respectivos.

§ 5º - O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo projeto de lei específico, em até 180 (cento e oitenta) dias da aprovação da presente lei, para regulamentação da presente lei.

Artigo 2º - A instituição de distritos turísticos tem por objetivos:

I - ampliar as atividades econômicas associadas ao turismo, as oportunidades de investimento e estimular o desenvolvimento de áreas estratégicas com potencial de atração e geração de turismo nacional e internacional;

II - garantir a implantação, melhoria ou expansão da infraestrutura adequada para o desenvolvimento turístico da área delimitada;

III - estimular o empreendedorismo privado e a oferta de soluções criativas e inovadoras para viabilização de empreendimentos em áreas de grande potencial turístico;

IV - fortalecer a promoção e a competitividade do turismo de São Paulo a partir do desenvolvimento de áreas com potencial de repercussão nacional ou internacional;

V - fomentar parcerias entre entes públicos e privados voltadas à promoção do turismo estadual;

VI - promover o desenvolvimento da cadeia de valor e de serviços relacionadas às atividades turísticas da área delimitada;

VII - fomentar a economia local e o desenvolvimento de produtos locais, com geração de emprego e renda;

VIII - promover a expansão do turismo em harmonia com as metas de desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado;

IX - prover os Municípios envolvidos com mecanismos que fomentem e viabilizem o incremento da eficiência e a melhoria de qualidade dos serviços de turismo em âmbito local;

X - assegurar a longevidade e a continuidade das políticas públicas de incentivo ao turismo.

Artigo 3º - A instituição de distritos turísticos deverá ser precedida de:

I - realização de estudos técnicos que identifiquem o potencial turístico nacional e internacional da área territorial proposta para o distrito turístico, com base em aspectos ambientais, urbanísticos, econômicos e sociais;

II - definição dos objetivos, diretrizes, metas, resultados e parâmetros de interesse público específicos que devem orientar a criação do distrito turístico;

III - justificativa, fundamentada no efetivo interesse público, considerando as especificidades da área, seu potencial turístico, sua relevância regional e o efeito estruturante que as ações de fomento ao turismo poderão ter no local e no entorno;

IV - estudos de viabilidade e de impacto econômico, social, jurídico e ambiental, que identifiquem, ainda, os investimentos de infraestrutura necessários para viabilizar o desenvolvimento adequado do potencial turístico da área delimitada;

V - realização de consulta pública, assegurada ampla participação popular;

VI - edição de resolução, pelo Secretário de Turismo do Estado, declarando que a área preenche os requisitos para a instituição de distrito turístico;

VII - adesão expressa dos Municípios envolvidos na área delimitada, por meio de ato do Prefeito Municipal, precedida de autorização legal pelo Poder Legislativo respectivo;

VIII - elaboração de um plano básico de implantação e gerenciamento do distrito turístico, de acordo com os critérios previstos em resolução do Secretário de Turismo do Estado.

§ 1º - Os critérios, as formas e os meios de apresentação das exigências serão definidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto a ser expedido após aprovação de lei específica pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

§ 2º - O produto resultante dos itens I a VIII do presente artigo deverão constituir, item a item, anexos específicos que deverão integrar o projeto de lei específico a ser enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo estadual para instituição de cada distrito turístico individualmente.

Artigo 4º - O distrito turístico será gerido por Conselho Gestor, instituído por ato específico do Poder Executivo para cada distrito, por ocasião de sua criação.

§ 1º - O Conselho Gestor referido no "caput" deste artigo será composto por representantes do Estado e dos Municípios que comporão o distrito turístico, bem como por representantes da sociedade civil, no âmbito Estadual e Municipal dos Municípios que vierem a integrar o respectivo distrito turístico, na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

§ 2º - Poderá o Poder Executivo constituir consórcio público, nos termos da Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e celebrar outros instrumentos de parceria com um ou mais Municípios onde esteja localizado o distrito turístico, para fins de gestão associada do distrito turístico e implementação das medidas previstas na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

Artigo 5º - Para fins de incentivo ao desenvolvimento dos distritos turísticos, o Estado, em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento.

Artigo 6º - O Estado e os Municípios onde estiver situado o distrito turístico deverão disponibilizar, de acordo com as competências de cada ente e observadas as normas relacionadas ao orçamento público, a infraestrutura necessária para o desenvolvimento turístico local, mediante a abertura das vias de acesso, instalação de redes de energia de alta e baixa tensão, rede de fornecimento de água e coleta de esgoto, rede tronco de telefonia e demais obras e serviços necessários ao adequado funcionamento das atividades associadas direta ou indiretamente associadas ao turismo.

§ 1º - Os empreendedores turísticos locais poderão realizar investimentos em infraestrutura, com recursos privados, observadas as diretrizes constantes na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

§ 2º - Terão prioridade as obras de infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, necessárias para a adequação viária e de saneamento.

Artigo 7º - A participação de qualquer forma de qualquer parceiro privado em um Distrito Turístico deverá ser precedida de licitação, na forma de concorrência pública, nos termos da legislação federal suprajacente.

SEÇÃO II

DO USO DA LOGOMARCA "SP PRA TODOS"

Artigo 8º - A Secretaria de Turismo adotará as providências necessárias para difundir a logomarca "SP Pra Todos", identificada nos manuais de identidade visual editados pela Secretaria Especial de Comunicação, para utilização nas campanhas de divulgação dos atrativos turísticos do Estado de São Paulo.

§ 1º - A utilização da logomarca em ações e campanhas realizadas por prestadores de serviços turísticos privados deverá ser precedida de autorização legislativa específica, concedida pela Secretaria de Turismo.

§ 2º - A Secretaria de Turismo acompanhará o uso da logomarca "SP Pra Todos" por órgãos públicos e por prestadores de serviços turísticos privados e adotará as providências cabíveis em caso de utilização indevida ou inadequada.

SEÇÃO III

DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDAS

EMENDA Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dê-se à ementa do Projeto de lei nº 723, de 2020, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a instituição de distritos turísticos no Estado de São Paulo, sobre a utilização da logomarca "SP Pra Todos", com selo de acessibilidade para pessoas com deficiência e dá providências correlatas."

JUSTIFICATIVA

O direito de ir e vir é um direito universal, assegurado para todos, logo, garantir a acessibilidade é assegurar que todo o cidadão participe da sociedade ativamente, conferindo-lhe, dentro do que for possível, autonomia.

A Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), trata da questão do turismo, especificamente, entre os artigos 42 a 45, deixando claro que o turismo deve ser acessível às pessoas com deficiência.

A inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer em diversas áreas e o turismo, claro, não poderia ficar de fora, afinal, todo ser humano necessita de momentos de prazer, descanso, realizando viagens, passeios com a garantia de que todos terão a oportunidade de usufruir disso tudo da melhor forma possível, sempre tendo em mente que a acessibilidade deve ser o elemento central de qualquer política de turismo responsável.

Além da Lei 13. 146, de 2015, há que se observar, também, a ABNT NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificação às condições de acessibilidade, que devem ser levadas em conta no projeto de lei 723, de 2020.

Dentro de todo esse contexto, a presente emenda é de vital importância para que haja a promoção do turismo efetivamente para todos, respeitando a inclusão social das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Adalberto Freitas

EMENDA Nº 2, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Na Seção I, acrescente-se ao item 2 do §1º do artigo 1º a alínea "e", com a seguinte redação:

SEÇÃO I

DOS DISTRITOS TURÍSTICOS

"Artigo 1º - ( )

§1º - ( )

2 - ( )

e) acessibilidade para pessoas com deficiência.

JUSTIFICATIVA

O direito de ir e vir é um direito universal, assegurado para todos, logo, garantir a acessibilidade é assegurar que todo o cidadão participe da sociedade ativamente, conferindo-lhe, dentro do que for possível, autonomia.

A Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), trata da questão do turismo, especificamente, entre os artigos 42 a 45, deixando claro que o turismo deve ser acessível às pessoas com deficiência.

A inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer em diversas áreas e o turismo, claro, não poderia ficar de fora, afinal, todo ser humano necessita de momentos de prazer, descanso, realizando viagens, passeios com a garantia de que todos terão a oportunidade de usufruir disso tudo da melhor forma possível, sempre tendo em mente que a acessibilidade deve ser o elemento central de qualquer política de turismo responsável.

Além da Lei 13. 146, de 2015, há que se observar, também, a ABNT NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificação às condições de acessibilidade, que devem ser levadas em conta no projeto de lei 723, de 2020.

Dentro de todo esse contexto, a presente emenda é de vital importância para que haja a promoção do turismo efetivamente para todos, respeitando a inclusão social das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Adalberto Freitas

EMENDA Nº 3, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dê-se ao "caput" do artigo 7º da Seção II do Projeto de lei nº 723, de 2020, a seguinte redação:

"Artigo 7º - A Secretaria de Turismo adotará as providências necessárias para difundir a logomarca "SP Pra Todos", com selo de acessibilidade para pessoas com deficiência, identificada nos manuais de identidade visual editados pela Secretaria Especial de Comunicação, para utilização nas campanhas de divulgação dos atrativos turísticos do Estado de São Paulo."

JUSTIFICATIVA

O direito de ir e vir é um direito universal, assegurado para todos, logo, garantir a acessibilidade é assegurar que todo o cidadão participe da sociedade ativamente, conferindo-lhe, dentro do que for possível, autonomia.

A Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), trata da questão do turismo, especificamente, entre os artigos 42 a 45, deixando claro que o turismo deve ser acessível às pessoas com deficiência.

A inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer em diversas áreas e o turismo, claro, não poderia ficar de fora, afinal, todo ser humano necessita de momentos de prazer, descanso, realizando viagens, passeios com a garantia de que todos terão a oportunidade de usufruir disso tudo da melhor forma possível, sempre tendo em mente que a acessibilidade deve ser o elemento central de qualquer política de turismo responsável.

Além da Lei 13. 146, de 2015, há que se observar, também, a ABNT NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificação às condições de acessibilidade, que devem ser levadas em conta no projeto de lei 723, de 2020.

Dentro de todo esse contexto, a presente emenda é de vital importância para que haja a promoção do turismo efetivamente para todos, respeitando a inclusão social das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, 14/12/2020.

a) Adalberto Freitas

EMENDA Nº 4, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao artigo 1º do presente Projeto de Lei:

Artigo 1º - O Poder Executivo instituirá, por meio de leis específicas, Distritos Turísticos visando a estimular a atração e a implantação de empreendimentos de natureza turística, nacional e internacional.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 5, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Inclua-se o § 3º ao artigo 1º do presente Projeto de Lei:

§ 3º - A participação de um Município em um Distrito Turístico deverá ser precedida de aprovação de lei específica autorizativa por parte do Poder Legislativo municipal respectivo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir

mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 6, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Inclua-se o § 4º ao artigo 1º do presente Projeto de Lei:

§ 4º - Em caso de ocorrer a constituição de Distritos Turísticos, nos termos da presente lei, em áreas adjacentes que pertençam à Municípios situados em outros Estados e que seja de interesse do referido Distrito, a participação do Município situado em outro Estado deverá ser precedida de aprovação de leis específicas autorizativas por parte dos Poderes Legislativos estadual e municipal respectivos.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 7, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Inclua-se o § 5º ao artigo 1º do presente Projeto de Lei:

§ 5º - O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo projeto de lei específico, em até 180 (cento e oitenta) dias da aprovação da presente lei, para regulamentação da presente lei.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 8, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao inciso VII do artigo 3º do presente Projeto de Lei:

VII - adesão expressa dos Municípios envolvidos na área delimitada, por meio de ato do Prefeito Municipal, precedida de autorização legal pelo Poder Legislativo respectivo;

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 9, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Substitua-se o Parágrafo único do artigo 3º por § 1º do artigo 3º do presente Projeto de Lei dando nova redação:

§ 1º - Os critérios, as formas e os meios de apresentação das exigências serão definidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto a ser expedido após aprovação de lei específica pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 10, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Inclua-se o § 2º ao artigo 3º do presente Projeto de Lei:

§ 2º - O produto resultante dos itens I a VIII do presente artigo deverão constituir, item a item, anexos específicos que deverão integrar o projeto de lei específico a ser enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo estadual para instituição de cada distrito turístico individualmente.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 11, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao § 1º do artigo 4º do presente Projeto de Lei:

§ 1º - O Conselho Gestor referido no "caput" deste artigo será composto por representantes do Estado e dos Municípios que comporão o distrito turístico, bem como por representantes da sociedade civil, no âmbito Estadual e Municipal dos Municípios que vierem a integrar o respectivo distrito turístico, na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 12, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao § 2º do artigo 4º do presente Projeto de Lei:

§ 2º - Poderá o Poder Executivo constituir consórcio público, nos termos da Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e celebrar outros instrumentos de parceria com um ou mais Municípios onde esteja localizado o distrito turístico, para fins de gestão associada do distrito turístico e implementação das medidas previstas na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 13, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao § 1º do artigo 6º do presente Projeto de Lei:

§ 1º - Os empreendedores turísticos locais poderão realizar investimentos em infraestrutura, com recursos privados, observadas as diretrizes constantes na forma de lei específica que instituir o regulamento desta lei.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 15, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Dá-se nova redação ao § 1º do artigo 7º do presente Projeto de Lei:

§ 1º - A utilização da logomarca em ações e campanhas realizadas por prestadores de serviços turísticos privados deverá ser precedida de autorização legislativa específica, concedida pela Secretaria de Turismo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê uma relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

EMENDA Nº 14, AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2020

Inclua-se novo Artigo 7º, renumerando-se os demais:

Artigo 7º - A participação de qualquer forma de qualquer parceiro privado em um Distrito Turístico deverá ser precedida de licitação, na forma de concorrência pública, nos termos da legislação federal suprajacente.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 723, de 2020, na forma como enviado ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, beira a irresponsabilidade, para não dizer a promiscuidade. Desta forma, de antemão, há que se rejeitar o presente Projeto de lei, na forma como está, para que não venha a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ser responsabilizada amanhã por tamanha aberração.

A pretexto de criar as condições para estimular o desenvolvimento do turismo, de fato importante, o Poder Executivo propõe um projeto de lei que, entre tantas outras razões, prevê um relação com o interesse privado no mínimo obscura.

Ao Poder Legislativo, e portanto à sociedade, não será dado conhecimento, em nenhum instante, da organização do distrito turístico, de quem são os seus membros públicos e seus parceiros privados, quais os investimentos necessários, a quem caberá investir, abrindo um perigoso precedente, e de extrema complexidade e perigo ao interesse público, na medida em que autoriza previamente ao Poder Público, quer seja estadual ou municipal, investir, especialmente em infraestrutura, para viabilizar um empreendimento que pode ser explorado pela iniciativa privada. Diga-se de passagem, que o projeto de lei, na forma como está, sequer trata de como se dará a relação com o tal do "parceiro" privado.

Se não bastasse, o projeto de lei prevê que área privada poderá integrar o distrito turístico, abrindo precedente para que o Poder Público aplique recursos públicos em área privada e que valorizará a área e o interesse privado. Há uma abertura incontrolável para investimentos públicos e privados em área do distrito, podendo haver investimentos públicos em áreas privadas e que privilegiem o parceiro privado com recursos públicos.

Além disso, o projeto de lei prevê a participação de municípios sem a devida autorização legislativa local competente, invadindo, portanto, esfera constitucional de competência exclusiva dos municípios.

Ainda, o projeto de lei não trata de como será o processo de seleção ou escolha do parceiro privado ou dos parceiros privados, deixando totalmente em aberto que a escolha ou seleção se dê em função de interesses escusos e desconhecidos da sociedade.

Também, muito embora o § 2º, do artigo 1º, do presente projeto de lei, fale em submissão ao regime jurídico para funcionamento do distrito turístico, o fato e que o projeto de lei sequer cita qual ou como será o regime jurídico ao qual estarão submetidos os pretendidos distritos turísticos.

O projeto de lei prevê ainda que, conforme previsto no artigo 5º do presente projeto de lei, que o Estado em parceria com os Municípios onde estiver localizado o distrito turístico, poderá adotar, na forma da legislação vigente, políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento, deixando em aberto e sem nenhum tipo de autorização prévia, fiscalização ou controle, a forma e o quantum poderá o Erário Público dispor ou abrir mão em defesa de um projeto que pode ser eminentemente de interesse privado em detrimento do interesse público.

Aqui, ainda, novamente o Poder Executivo estadual invade esfera constitucional de competência exclusiva dos Municípios, na medida em que prevê que o Estado "em parceria com os Municípios" poderá adotar tais medidas. Ora, qualquer medida de políticas creditícias, tributárias e de fomento ao investimento carece, como manda a nossa Constituição Maior, autorização legislativa.

Há necessidade, obviamente, de que todo incentivo que requeira o aporte direto ou indireto de recursos públicos seja autorizado por lei específica afim de que, no mínimo, o Poder Legislativo, a quem cabe zelar pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, tome conhecimento de que tipo de incentivo será concedido.

Ante o tempo que se permite ao Poder Legislativo analisar propositura de tamanha complexidade e importância, devido reincidente tramitação em regime urgência, rogamos aos Nobres Pares a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, em 14/12/2020.

a) Teonilio Barba

DESPACHOS

DESPACHO DE RETIRADA

PL Nº 690/2020

Deferido o pedido de retirada, nos termos do artigo 176, "caput", do Regimento Interno.

Arquive-se.

Em 14/12/2020.

a) CAUÊ MACRIS – Presidente

Comissões

CONVOCAÇÕES

COMISSÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, a Senhora Deputada e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se em ambiente virtual, transmitida ao vivo pela Rede ALESP, no dia 15/12/2020, terça-feira, às 11:00 horas, com a finalidade de:

1- Apreciar pauta anexa;

2- Ouvir o Senhor Secretário Estadual de Turismo, Vinicius Lummertz, quanto ao disposto no Artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo - prestação de contas do andamento da gestão e avaliação das ações, programas e metas da Secretaria.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Frederico d'Avila	PSL	Adalberto Freitas
Paulo Fiorilo	PT	Maurici
Ed Thomas	PSB	---
Mauro Bragato	PSDB	Carla Morando
Marcos Damasio	PL	André do Prado
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Sergio Victor	NOVO	Ricardo Mellão
Conte Lopes	PP	Coronel Telhada
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Alexandre Pereira	SD	---
---	---	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020.

Deputado Itamar Borges

Presidente **4ª Reunião Extraordinária**

1 - Projeto de lei 212/2019 - Deputado Mauro Bragato - Classifica como de Interesse Turístico o Município de Maracaí. - Deputado Sebastião Santos - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

2 - Projeto de lei 774/2019 - Deputada Beth Sahão - (CONCLUSIVA) Inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira Nacional da Reforma Agrária. - Deputado Frederico d'Avila - contrário - P.F.

3 - Projeto de lei 907/2019 - Deputada Beth Sahão - (CONCLUSIVA) Inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira Agropecuária de Pedregulho. - Deputado Ed Thomas - favorável

4 - Projeto de lei 1107/2019 - Deputado Itamar Borges - (CONCLUSIVA) Inclui no Calendário Turístico do Estado a Romaria das Mulheres de São Roque. - Deputado Marcos Damasio - favorável

5 - Moção 98/2019 - Deputado Frederico d'Avila - (CONCLUSIVA) Manifesta veemente repúdio à sátira "Sítio do Pica-Pau com Sequela", veiculada pela emissora de TV Globo, no programa Zorra, em 03 de agosto de 2019, pelo conteúdo inverídico apresentado. - Deputado Sebastião Santos - favorável - P.F.

6 - Moção 162/2019 - Deputado Major Mecca - (CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e aprovação, com a maior brevidade possível, do Projeto de Lei nº 1451, de 2019, que altera o Decreto nº 24.602, de 06 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas, modernizando a legislação a respeito do tema. - Deputado Conte Lopes - favorável - P.F.

7 - Moção 72/2020 - Deputado Vinícius Camarinha - (CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que empreenda estudos e providências para suspender por 90 (noventa) dias o pagamento dos aluguéis dos "boxes" dos entrepostos e armazéns de distribuição de hortifrutigranjeiros por conta da crise causada no comércio em decorrência da pandemia de Covid-19. - Deputado Alexandre Pereira - favorável

8 - Moção 134/2020 - Deputado Mauro Bragato - (CONCLUSIVA) Aplaude o Terra Parque Eco Resort por ter ganho, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio "Travellers' Choice", que potencializa o turismo local e regional em Pirapozinho. - Deputado Conte Lopes - favorável

Item 9 - Requerimento CAE n.º 01/2019, de autoria do Deputado Sebastião Santos, solicitando seja convidado o Exmo. Sr. Júlio Serson, Secretário de Estado de Relações Internacionais, para que preste esclarecimentos a respeito dos trabalhos executados no presente ano, bem como dos projetos a serem desenvolvidos em prol da população do Estado de São Paulo. (Vista: Deputados Mauro Bragato, Carla Morando, Rafa Zimbaldi, Conte Lopes e André do Prado)

Item 10 - Requerimento CAE n.º 02/2019, de autoria do Deputado Paulo Fiorilo, que solicita seja convidado o Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento, Senhor Gustavo Diniz Junqueira, com o objetivo de prestar informações detalhadas sobre as medidas de reestruturação em curso nessa Secretaria, manifestas nos Decretos n.º 64.089 e 64.131, de 2019, além de outras alterações que impactam as políticas agropecuárias de Pesquisa, Defesa e Extensão. (Vista: Deputados Mauro Bragato, Carla Morando, Rafa Zimbaldi, Conte Lopes e André do Prado)

Item 11 - Requerimento CAE n.º 05/2019, de autoria do Deputado Paulo Fiorillo, que solicita seja convidada a Sra. Juliana Augusto Cardoso, Coordenadora da CDRS - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (antiga CATI), para apresentar dados técnicos de execução dos Programas e Ações da Extensão Rural Paulista, bem como os primeiros resultados dos Programas e Ações de governo que foram transferidos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por meio do Decreto n.º 64.131. Solicita que também seja convidado para a reunião o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Gustavo Junqueira, responsável pelo órgão que executa essas ações de governo. (Vista: Deputados Mauro Bragato, Carla Morando, Rafa Zimbaldi, Conte Lopes e André do Prado)

Item 12 - Requerimento CAE n.º 06/2019, de autoria do Deputado Paulo Fiorillo, que solicita seja convidado o Sr. Antônio Batista Filho, Coordenador da APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, para apresentar dados técnicos de execução dos Programas e Ações do governo voltado para a pesquisa agropecuária e prestar esclarecimentos sobre a situação de cada um dos seis renomados institutos de pesquisa que integram essa Coordenadoria. Solicita que também seja convidado para a reunião o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Gustavo Junqueira, responsável pelo órgão que executa essas ações de governo. (Vista: Deputados Mauro Bragato, Carla Morando, Rafa Zimbaldi, Conte Lopes e André do Prado)

Item 13 - Requerimento CAE n.º 07/2019, de autoria do Deputado Paulo Fiorillo, que solicita seja convidado o Sr. Eduardo Soares de Camargo, Coordenador da CDA - Coordenadoria de Defesa Agropecuária, para apresentar dados técnicos de execução dos Programas e Ações do governo voltados para a sanidade animal e vegetal; solicita ainda uma apresentação sobre as alterações decorrentes da Portaria CDA 16 de 22-03-2018 e da Lei n.º 17.054 de 06 de maio de 2019 - Lei paulista dos agrotóxicos. Solicita que também seja convidado para a reunião o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Gustavo Junqueira, responsável pelo órgão que executa essas ações de governo. (Vista: Deputados Mauro Bragato, Carla Morando, Rafa Zimbaldi, Conte Lopes e André do Prado)

Item 14 - Requerimento CAE n.º 08/2019, de autoria dos Deputados Paulo Corrêa Jr. e Edmir Chedid, que solicita a realização de uma audiência pública com a finalidade de debater a alteração do Código de Pesca e Aquicultura (Projeto de lei n.º 368/2018), com ênfase na piscicultura do Litoral Norte do Estado de São Paulo. (Vista: Deputada Carla Morando)

Item 15 - Requerimento CAE n.º 09/2019, de autoria do Deputado Paulo Fiorillo, que solicita a realização de uma reunião técnica para apresentação do importante trabalho realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - CODEAGRO, órgão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - especialmente para que os Deputados da Comissão se apropriem das informações sistematizadas e disponíveis pelo órgão sobre Compras Públicas, também conhecida como Mercado Institucional. (Vista: Deputada Carla Morando)

Item 16 - Requerimento CAE n.º 01/2020, de autoria do Deputado Douglas Garcia, que solicita seja convidada a Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso, para que preste informações sobre a Prefeitura da cidade de São Paulo ter fechado a entrada de estabelecimentos comerciais na região da Praça da Sé, no dia 6 de maio de 2020.

COMISSÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, a Senhora Deputada e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se em ambiente virtual, transmitida ao vivo pela Rede ALESP, no dia 15/12/2020, terça-feira, às 14:00 horas, com a finalidade de:

1- Apreciar a mesma pauta da reunião convocada para às 11 horas;

2- Ouvir o Senhor Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento, Gustavo Junqueira, quanto ao disposto no Artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo - prestação de contas do andamento da gestão e avaliação das ações, programas e metas da Secretaria.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Frederico d'Avila	PSL	Adalberto Freitas
Paulo Fiorilo	PT	Maurici
Ed Thomas	PSB	---
Mauro Bragato	PSDB	Carla Morando
Marcos Damasio	PL	André do Prado
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Sergio Victor	NOVO	Ricardo Mellão
Conte Lopes	PP	Coronel Telhada
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Alexandre Pereira	SD	---
---	---	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020.

Deputado Itamar Borges

Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 15/12/2020, terça-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de:

1 - apreciar a pauta anexa;

2- receber o Sr. JEANCARLO GORINCHTEYN, Secretário de Estado da Saúde, para:

a- prestar contas sobre o andamento de sua gestão, nos termos do artigo 52-A da Constituição Estadual;

b- apresentar o Relatório Quadrimestral de Gestão, referente ao Segundo Quadrimestre de 2020, conforme previsão expressa no artigo 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Janaina Paschoal	PSL	Coronel Nishikawa
José Américo	PT	Professora Bebel
Caio França	PSB	Ed Thomas
Analice Fernandes	PSDB	Mauro Bragato
Edmir Chedid	DEM	Rogério Nogueira
André do Prado	PL	Rafa Zimbaldi
Edna Macedo	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Ataide Teruel	PODE	Aprígio
Itamar Borges	MDB	Léo Oliveira
Fernando Cury	CIDADANIA	Roberto Morais
Alex de Madureira	PSD	Marta Costa

Sala das Comissões, em 10/12/2020.

Deputada Analice Fernandes

Presidente

2ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 694/2017 - Deputado Gil Lancaster - Proíbe a venda de seringas descartáveis a menores de dezoito anos no Estado. - Deputado Itamar Borges - favorável - C.d.M.

2 - Projeto de lei 714/2019 - Deputado Agente Federal Danilo Balas - Proíbe a fabricação, distribuição, comercialização e uso dos produtos à base de clorito de sódio e ácido cítrico no Estado. - Deputado Alex de Madureira - favorável - A.T., J.P.

3 - Projeto de lei 735/2019 - Deputado Agente Federal Danilo Balas - Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Cadastro Estadual de Sangue para incentivo à doação de sangue no âmbito do Estado. - Deputada Janaina Paschoal - contrário. Voto em Separado do Deputado Edmir Chedid favorável.

4 - Projeto de lei 888/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - Institui a Campanha de Conscientização e Incentivo à Doação de Cabelos destinados às pessoas com alopecia decorrente de quimioterapia. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

5 - Moção 213/2019 - Deputado Sargento Neri - (CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Senadores, no sentido de aprovarem o Projeto de Lei nº 72, de 2012, de origem da Câmara dos Deputados, iniciativa da Deputada Federal Gorete Pereira - PR/CE, ao qual inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF. - Deputado Alex de Madureira - favorável, conclusivamente

6 - Moção 216/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e ao Sr. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e inclusão do município de Campinas no projeto "Aedes do Bem". - Deputada Edna Macedo - favorável, conclusivamente

7 - Moção 139/2020 - Deputado Carlos Cezar - (CONCLUSIVA) Aplaude a iniciativa de inclusão da Atrofia Muscular Espinhal - AME entre as doenças passíveis de detecção no Teste do Pezinho. - Deputada Janaina Paschoal - favorável, conclusivamente

PARA DELIBERAÇÃO:

Item 8 - Requerimento nº 8/2020, de autoria da Janaina Paschoal, para que que seja convidado o presidente da área da saúde do Centro de Contingência do Coronavírus, sucessor do Exmo. Sr. Dr. David Uip (Dr. João Gobardo), para prestar esclarecimentos perante esta Comissão a respeito do protocolo adotado pelo Estado de São Paulo no tratamento do Covid-19.

Item 9 - Requerimento CS nº 9/2020, de autoria da Deputada Janaina Paschoal, que esta Comissão solicite o comparecimento dos Senhores Basile George Pantazis, Wilson Mello Neto e Eduardo Alex Barbin Barbosa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão a respeito do processo nº 2020-16.884 de aquisição de ventilador de anestesia e ventilador pulmonar, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Item 10 - Requerimento nº 13/2020 de autoria do Deputado Edmir Chedid, para que sejam oficiados o Hospital Israelita Albert Eisntein e a Federação Paulista de Futebol, para que prestem esclarecimentos sobre as causas da divergência

nos resultados de exames para Covid-19 de jogadores do Red Bull Bragantino, questionando ainda o hospital sobre outras eventuais ocorrências da mesma natureza em exames de outros pacientes e quais as medidas foram adotadas para que episódios como este não se repitam.

Item 11 - Requerimento CS nº 14/2020, de autoria do Deputado Edmir Chedid, para que seja convidado o Dr. Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, para prestar informações sobre a parceria estabelecida entre o Instituto Butantan e a empresa biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech Ltda., para realizar no Brasil estudos sobre a eficácia da vacina contra COVID-19 em humanos.

Item 12 - Requerimento CS nº 15/2020, de autoria da Deputada Analice Fernandes, para que seja oficiado o Ministério da Saúde do Brasil, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias para a aquisição da vacina BNT162 contra a Covid-19, desenvolvida pelas empresas farmacêuticas Pfizer-Biontech, devendo os profissionais de saúde serem imunizados emergencialmente, por estarem na linha de frente no atendimento às vítimas.

PARA CIÊNCIA:

Item 1 - Ofício CONSEMS/SP Nº 308/2020, comunicando alteração na Presidência do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Est Paulo. Presidente: Geraldo Reple Sobrinho (SMS São Bernardo do Campo); Vice-Presidente: Carmem Sílvia Guariente (SMS Araçatuba); 2ª Vice-Presidente: Adriana Mastins de Paula (SMS Guararema).

Item 2 - Manifesto Público do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região ¿ CREF4/SP em relação aos reflexos das medidas de contenção do Covid-19 na área da educação física, e trata da necessidade de equilíbrio na tomada de decisões, devido à preocupação com os reflexos humanos, econômicos e sociais gerados pelas medidas de contenção do vírus.

Item 3 - Ofício nº L 807/2020 - GP/AL, comunicando a aprovação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, da proposição de autoria do Dep. Dr. Bernardo, objeto do requerimento nº 435/2020, solicitando a liberação, pelo Ministério da Saúde, de emendas parlamentares nos procedimentos de média e alta complexidade.

Item 4 - Ofício Circular nº 028/2020, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, encaminhando a Moção nº 384/2020, de Apoio ao Governo do Estado de São Paulo, por meio do Instituto Butantan, para a continuidade da pesquisa, com a realização dos testes clínicos em humanos da Proteína Antitumoral, que já apresentou resultados para tratamento do câncer de pâncreas, o renal, o melanoma e o ependidoma (tumor infantil).

Item 5 - Ofício CREFITO-3/GAPRE/Nº 321/2020, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região, requer que esta Casa de Leis não meça esforços para a continuidade dos serviços de excelência que atualmente estão sendo prestados pelo SUS.

Item 6 - Ofício GS nº 2.610/2020, datado de 29/09/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando cópia do Relatório do 2º Quadrimestre de 2020, em atendimento ao disposto no artigo 3Lei Federal Complementar nº 141, de janeiro de 2012.

Item 7 - Ofício CG.C.DER nº 809/2020, datado de 28/06/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encaminhando resposta do Ofício nº 11/2020, subscrito por vários deputados estaduais, no qual são solicitadas informações referentes ao encaminhamento dos trabalhos investigatórios realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI FURP), constituída comadapurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular FURP, envolvendo casos de corrupção no contrato para construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo TCE-SP.

Item 8 - Ofício DAL SAA 141/2020, datado de 28/07/2020, da Câmara Municipal de Bauru, encaminhando a Moção nº 39/2020, de autoria do vereador Guilherme Berriel Cardoso, de apelo aos excelentíssimos senhores deputados que integram a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para que destinem recursos ao município, por meio de emendas parlamentares individuais ou coletivas, para a compra de equipamentos destinados à unidade do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Bauru.

Item 9 - Ofício nº 80/2020, datado de 04/08/2020, da Câmara Municipal de Santa Lúcia, encaminhando o Requerimento nº 20/2020, de autoria do vereador Milton Cerqueira Leite-Tatu, de apelo ao Governador do Estado de São Paulo e ao Secretário de Estado da Saúde, bem como à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de São Paulo, a fim de que sejam realizados estudos para que, com a maior brevidade possível, sejam zerados os impostos de importação do medicamento Zolgensma .

Item 10 - Ofício-CM-P nº 167/2020, datado de 09/09/2020, da Câmara Municipal de Taquarivaí, encaminhando a Moção nº 05/2020, de apoio ao Hospital Amaral Carvalho, referência internacional em oncologia, reconhecendo a relevância e importância da instituição para São Paulo e para o Brasil.

Item 11 - Ofício nº 513/2020 - PRE, datado de 16/09/2020, da Câmara Municipal de Jaguariúna, encaminhando a Moção nº 50/2020, de autoria dos vereadores José Muniz e Walter Luiz Tozzi de Camargo, dentre outros, de apelo ao Governador do Estado, no sentido de que possa urgentemente determinar aos órgãos responsáveis o retorno e ampliar o atendimento na Região Metropolitana de Campinas, em especial aos pacientes de Jaguarúna, na questão de regulação de consultas, exames e cirurgias pelo sistema CROSS, principalmente para doenças não relacionadas ao Coronavírus, mas que são tão preocupantes e requerem tantos cuidados quanto à covid19, cujo atendimento foi suspenso por tempo indeterminado pelo Governo do Estado.

Item 12 - Ofício nº 435/2020, datado de 22/09/2020, da Câmara Municipal de Tapiraí encaminhando o Requerimento nº 222/2020, de autoria do vereador Jan Ricardi Glasser, para que o presidente e demais deputados estaduais intervenham junto à Secretaria de Saúde - DRS XVI, para que sejam destinadas unidades de soro antiofídico para os Hospitais, Santas Casas e/ou Centros de Saúde de municípios que tenham grande extensão coberta por mata, em especial Tapiraí.

Item 13 - Ofício nº 661/2020, datado de 28/09/2020, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, encaminhando a Moção nº 499/17, de apoio à iniciativa de inclusão da Atrofia Muscular Espinhal - AME entre as doenças passíveis de detecção no Teste do Pezinho.

Item 14 - Ofício datado de 22/10/2020, dirigido ao Presidente da Alesp e subscrito pelo fisioterapeuta Paulo Henrique Chiste da Silva, encaminhando propositura apresentada na ALMG, que versa sobre a obrigatoriedade de acompanhamento por profissional fisioterapeuta a pacientes com doença renal crônica, com o objetivo de melhorar os aspectos locomotores, funcionais e a dor física dos pacientes.

Item 15 - Ofício nº 372/2020, datado de 28/10/2020, da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando as Moções de autoria do vereador Manoel Lopes dos Santos: - nº 59/2020 e 60/2020, para a mobilização junto aos órgãos competentes, no sentido de viabilizar a construção de um Hospital Estadual no Município de Mauá.

Item 16 - Ofício CM-P nº 199/2020, datado de 28/10/2020, da Câmara Municipal de Taquarivaí, encaminhando a Moção de Apelo nº 7/2020, de autoria da vereadora Bruna Roberta Almeida Barros, para a retomada urgente das cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade.

Item 17 - Ofício Circular GS-CES/SP nº 04/2020, datado de 06/11/2020, repudiando as ações do Governo Federal pelas atitudes políticas e não técnicas contra a vacina CoronaVac a ser produzida pelo Instituto Butantan e a falta de apoio às ações de desenvolvimento da mesma.

Item 18 - Ofício subscrito pela Sra. Júlia M. Povoas Ferreira, Diretora de Relações Institucionais da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, encaminhando o Balanço da Gestão 2017-2020 e solicita apoio dos parlamentares à causa daquela instituição.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 15/12/2020, terça-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar sobre a pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Valeria Bolsonaro	PSL	Tenente Nascimento
Professora Bebel	PT	Paulo Fiorilo
Roberto Engler	PSB	Vinícius Camarinha
Mauro Bragato	PSDB	Cezar
Dirceu Dalben	PL	Ricardo Madalena
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Daniel José	NOVO	Sergio Victor
Bruno Ganem	PODE	Ataide Teruel
Professor Kenny	PP	Delegado Olim
Carlos Giannazi	PSOL	Erica Malunguinho
Leci Brandão	PC do B	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020.

Deputada Professora Bebel

Presidenta

7ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei Complementar 45/2019 - Deputado Daniel José - Altera a redação da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. - Deputado Bruno Ganem - Ciência do Vencedor

2 - Projeto de lei 148/2017 - Deputado Cezinha de Madureira - Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 10.247, de 1968, que dispõe sobre a Composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT. - Deputada Leci Brandão - favorável, na forma do substitutivo apresentado - G.S.

3 - Projeto de lei 261/2018 - Deputado Coronel Camilo - Torna obrigatório a reparar integralmente o dano e a pagar multa equivalente ao dobro do valor do dano material, aquele que pichar, destruir, depredar ou danificar bem móvel ou imóvel integrante do patrimônio público estadual. - Deputada Leci Brandão - favorável ao projeto de lei com a emenda apresentada pela CCJR

4 - Projeto de lei 643/2019 - Deputada Janaina Paschoal - Determina que uma das aulas semanais de Educação Física seja destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. - Deputada Valeria Bolsonaro - favorável - L.B., V.B.

5 - Projeto de lei 851/2019 - Deputada Leticia Aguiar - Institui a política pública Escola Cidadã, de responsabilidade social e voluntariado. - Deputado Carlos Giannazi - favorável - P.B., V.B.

6 - Projeto de lei 871/2019 - Deputado Coronel Nishikawa - Proíbe a entrada e circulação, nas instituições de ensino, de pessoas alheias sem o acompanhamento de um funcionário. - Deputado Professor Kenny - favorável - R.E., T.N.

7 - Projeto de lei 1173/2019 - Deputada Carla Morando - Torna obrigatório o afastamento dos alunos com doenças contagiosas das respectivas escolas. - Deputado Daniel José - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

8 - Projeto de lei 469/2019 - Deputado Itamar Borges - (CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Templário". - Deputado Daniel José - contrário. Voto em Separado do Deputado Dirceu Dalben favorável ao Projeto de Lei nº 469, de 2019 com a emenda apresentada pela CCJR, conclusivamente.. - R.E., V.B., D.D.

9 - Moção 179/2020 - Deputado Castello Branco - (CONCLUSIVA) Aplaude o trabalho desenvolvido pelo mágico e ilusionista Val Valentino, conhecido como Mister M, que ficou mundialmente famoso por revelar os segredos mais complexos do mundo da magia. - Deputado Professor Kenny - favorável, conclusivamente

PARA DELIBERAÇÃO (REQUERIMENTOS)

ITEM 10 - Requerimento CEC nº 6/2020. Autoria: Dep. Professora Bebel. Requer CONVITE ao EXMO. Sr. Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão e ao Senhor Tião Soares, representante do Fórum Paulista pela Lei Aldir Blanc e membro do Fórum para as culturas populares e tradicionais, para prestarem informações sobre a 'Lei Aldir Blanc - LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, no âmbito do Estado de São Paulo'. 'O Estado de São Paulo receberá R$ 566,2 milhões para distribuir entre trabalhadores informais, espaços artísticos e cooperativas culturais paulistas. A lei sancionada prevê também que os espaços culturais organizem futuramente atividades gratuitas para compensar os recursos recebidos.' (Vista: Dep. Mauro Bragato)

ITEM 11 - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmir Chedid - requer a retirada do Projeto de Lei nº 1198/2019, de sua autoria, que denomina 'Dom Bruno Gamberini' a escola padrão FNDE, em Bragança Paulista/SP, tendo em vista que a denominação foi contemplada pelo Decreto nº 65.258, de 19/10/2020.

ITEM 12 - Requerimento CEC nº 29/2019, de autoria do Senhor Dep. Douglas Garcia - Requer convite para comparecer a Comissão de Educação e Cultura aos Representantes do Google Brasil, 'com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a remoção indevida do Documentário '1964- O Brasil entre Armas e Livros' do YouTube, em descumprimento de decisão judicial.' (Vista: Dep. Professora Bebel, Dep. Gilmaci Santos)

ITEM 13 - Requerimento CEC nº 30/2019 de autoria do Senhor Dep. Calos Giannazi - Requer, nos termos regimentais, sejam CONVOCADOS a comparecer perante esta Comissão permanente: Diretora Superintendente do Centro Paula Souza, Sra. Laura Laganá e Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sra. Patrícia Ellen da Silva para que esclareçam 'sobre a situação física das unidades das ETECs e FATECs, que há anos enfrentam descaso na sua conservação e manutenção, prejudicando a saúde de alunos e professores e o desenvolvimento das atividades educacionais.' (Vista: Dep. Professora Bebel, Dep. Dirceu Dalben, Dep. Mauro Bragato, Dep. Leci Brandão, Dep. Roberto Engler)

ITEM 14 - Requerimento CEC nº 31/2019 de autoria do Senhor Dep. Calos Giannazi - Requer sejam CONVOCADOS a comparecerem perante esta Comissão Permanente:

- O Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas - ICB, da USP, Prof. Dr. Luís Carlos de S. Ferreira

- O Vice Diretor, Prof. Dr. Gustavo P. Amarante Mendes

- A Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica, Profa. Dra. Maria Teresa Nunes

- O Vice Chefe do Depto de Fisiologia, Prof. Dr. Jose Donato Junior, para que, perante esta Comissão Permanente, 'esclareçam sobre as denúncias de assédio moral contra servidores que denunciaram a precarização das condições de trabalho e o uso do ponto eletrônico como instrumento de intimidação e pressão os trabalhadores. (Vistas: Dep. Mauro Bragato, Dep. Leci Brandão, Dep. Roberto Engler).

ITEM 15 - Requerimento CEC nº 3/2020. Autoria: Dep. Carlos Giannazi. Requer CONVOCAÇÃO do Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação, Rossieli Soares da Silva, para prestar informações 'sobre a falta de estrutura e a exclusão de alunos no processo de educação a distância, promovido pela pasta durante a pandemia, bem como sobre o contrato firmado com a empresa IP.TV, para fornecimento de software e que responde por investigações do Ministério Público devido ao canal 'TV Bolsonaro' criado à burla da legislação eleitoral para disseminar fake news e teorias conspiratórias.' (Vista: Dep. Mauro Bragato, Dep. Leci Brandão, Dep. Roberto Engler).

ITEM 16 - Requerimento CEC nº 4/2020. Autoria: Dep. Carlos Giannazi. Requer realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA virtual para 'debate da situação da Cinemateca Brasileira, que pela falta de investimentos públicos do Governo Federal corre risco de corte de energia elétrica e, com isso, incêndio de seu acervo, além da falta de pagamento dos salários de funcionários e prestadores de serviços' (Vista: Dep. Valeria Bolsonaro, Dep. Carlos Giannazi, Dep. Vinicius Camarinha, Dep. Leci Brandão)

ITEM 17 - Requerimento CEC nº 5/2020. Autoria: Dep. Carlos Giannazi. Requer CONVOCAÇÃO do Reitor da Universidade de São Paulo, cargo atualmente exercido pelo Sr. Vahan Agopyan, para 'esclarecer a esta Comissão Permanente sobre o descumprimento aos termos da Lei Complementar nº 1.202, de 2013, que versa sobre a alteração da nomenclatura dos cargos dos servidores das categorias de Educador e de Técnico de Apoio Educativo, portadores da habilitação, em exercício de funções de magistério, lotados nas Unidades de Educação Infantil da Universidade de São Paulo, para que passem a integrar a categoria de Professor de Educação Infantil - PROFEI/USP.' (Vistas: Dep. Mauro Bragato, Dep. Leci Brandão, Dep. Roberto Engler)

ITEM 18 - Requerimento CEC nº 7/2020 - Autoria Dep. Carlos Giannazi - Requer CONVOCAÇÃO da Diretora-Presidente do Centro Estadual de Educação Tecnológica 'Paula Souza' - CEETEPS, cargo atualmente ocupado pela Sra. Laura Laganá, para que 'preste informações a esta Comissão Permanente sobre o desmonte e o fechamento de cursos das escolas técnicas e das faculdades de tecnologia (ETEC/FATEC), diante de medidas de redução das vagas ofertadas'. (Vista: Dep. Roberto Engler)

ITEM 19 - Requerimento CEC nº 8/2020 - Autoria Dep. Carlos Giannazi - Requer CONVOCAÇÃO do Secretário de Estado da Cultura e Economia Criativa, cargo atualmente ocupado pelo Sr. Sérgio Sá Leitão, para que 'preste informações a esta Comissão Permanente sobre as denúncias de direcionamento nos contratos de gestão firmados entre a pasta e a Organização Social de Cultura Amigos da Arte, anteriormente denominada Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA.' (Vista: Dep. Roberto Engler)

ITEM 20 - Requerimento CEC nº 9/2020 - Autoria Dep. Carlos Giannazi - Requer CONVOCAÇÃO do Presidente da Fundação Padre Anchieta, Sr. Antônio de Pádua Prado Júnior, 'para que preste informações a esta Comissão Permanente sobre as demissões e os cortes de investimentos na Jazz Sinfônica, cuja gestão foi assumida pela Fundação.'

PARA CIÊNCIA

ITEM 21 - COMUNICADO

Excelentíssimos Senhoras Deputadas, Senhores Deputados e demais interessados

No exercício das atribuições regimentais enquanto Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, COMUNICO, que, por ocasião do corrente ano atípico, causado pela pandemia Corona Vírus (COVID-19), as indicações das personalidades físicas ou jurídicas que se destacaram na sociedade em razão de sua contribuição com a música dita caipira de raiz e qualquer outra forma de arte genuinamente popular que a complemente, no Estado de São Paulo, para a 5ª Edição do 'Prêmio Inezita Barroso' - 2021, instituído pela Resolução nº 910/2016, regulamentada pelo Ato da Mesa nº 42/2016, serão adiadas para o mês de março do ano de 2021, cujo período para recebimento das referidas indicações será oportunamente publicado. Certa de contar com a compreensão quanto à necessidade do adiamento supramencionado, tendo em vista as medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos de saúde para preservação da saúde de todos, temos a certeza de que, no segundo semestre de 2021, teremos condições de realizar um grande evento de Premiação em ambiente seguro e festivo. São Paulo, 22 de setembro de 2020. Deputada Professora Bebel Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ITEM 22 - TABELA SÍNTESE: REUNIÕES, PAUTAS, PRESENÇAS E AUSÊNCIAS NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA desde o mês de abril de 2019 até o presente momento. Encaminhado aos Membros efetivos da Comissão, via e-mail institucional (Dados do Site da ALESP -https://www.al.sp.gov.br/comissao)

ITEM 23 - Cópia do Ofício nº 551/2020 recebido da Câmara Municipal de Buri/SP que envia cópia de MOÇÂO nº 23/2020 de 'APELO às Lideranças dos Partidos na Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que aprovem o novo FUNDEB, nos moldes propostos pela Relatora, Deputada Dorinha Seabra, que amplia a participação da União no fomento à educação brasileira.'

ITEM 24 - Cópia do Ofício nº 419/2020 recebido da Câmara Municipal de Porto Ferreira/SP que envia cópia do Requerimento nº 301/2020 de ofício 'ao Excelentíssimo Senhor João Dória, Governador do Estado de São Paulo, ao Excelentíssimo Senhor Rodrigo Garcia, Vice-Governador do Estado de São Paulo e ao Excelentíssimo Senhor Rossieli Soares da Silva, Secretário da Educação do Governo do Estado de São Paulo, para que as aulas da Rede Estadual de Ensino não retornem, de forma presencial, neste ano de 2020. De forma a retornar as atividades presenciais somente em 2021.'

ITEM 25 - Ofício nº 169/2020 recebido da Câmara Municipal de Assis/SP que tem a 'finalidade de expressar a grande preocupação dos profissionais da Educação com as duas questões centrais nesse momento de pandemia.', 'chamar atenção para a gravíssima situação que vivem os professores eventuais das Categorias S e V e também os professores da Categoria O com contratos suspensos, que nesse momento de pandemia estão sem receber salários e passam por grandes dificuldades para sobreviverem', solicitar 'a criação, com urgência, de um auxílio emergencial para os professores eventuais, enquanto não puderem ministrar aulas e que sejam ativados os contratos dos professores da Categoria O, para que possam receber salários; e repensar a decisão de retorno das aulas presenciais para o dia 08 de setembro do corrente ano.'

ITEM 26 - Ofício nº 479/2020 recebido da Câmara Municipal de Diadema/SP que envia cópia do Requerimento nº 96/2020 que requer 'providências no sentido de DISPONIBILIZAR RECURSOS FINANCEIROS a todas as prefeituras visando a adequação de todos os protocolos sanitários para possível retorno às aulas, de forma segura, seja nas redes estadual e municipal, nos próprios públicos e conveniados, contribuindo assim com a segurança sanitária da comunidade escolar, conforme determina a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde;'

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 15/12/2020, terça-feira, às 14:30 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar sobre a pauta anexa .

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Major Mecca	PSL	Agente Federal Danilo Balas
---	PSL	Tenente Nascimento
Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Emidio de Souza
Ed Thomas	PSB	Carlos Cezar
Daniel Soares	DEM	Rogério Nogueira
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Delegado Olim	PP	Coronel Telhada
Isa Penna	PSOL	Erica Malunguinho
Jorge Caruso	MDB	Itamar Borges
Sargento Neri	AVANTE	---
Adriana Borgo	PROS	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020.

Deputado Delegado Olim

Presidente

4ª Reunião Extraordinária

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

1 - Moção 20/2020 - Deputado Aprígio - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Cel. Walter Nyakas Júnior, Secretário de Estado da Casa Militar e Coordenador da Defesa Civil, no sentido de que determine a adoção de medidas urgentes a fim de prover o suporte necessário à população de Taboão da Serra e região em decorrência das chuvas de 10 de fevereiro de 2020, bem como de providências preventivas efetivas para evitar que tragédias como esta se repitam. - Deputado Luiz Fernando T. Ferreira - favorável, conclusivamente - L.F.T.F., M.M.

2 - Moção 28/2020 - Deputado Castello Branco - (CONCLUSIVA) Aplaude os policiais Natália Giovanini, primeiro-tenente do Comando de Aviação da Polícia Militar, e Misael da Silva, 3º Sargento do 4º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana, que atuaram com sucesso no salvamento da menina de quatro anos de idade que ficou presa na Ponte da Freguesia do Ó, na Zona Norte da Capital, por causa dos alagamentos do dia 10 de ferreiro de 2020. - Deputada Adriana Borgo - favorável

3 - Moção 137/2020 - Deputado Marcio Nakashima - (CONCLUSIVA) Aplaude os policiais militares 1º Sgt. PM Armando, CB PM Johnny e Soldados PM Vanessa Souza e Mennitti, da 5º Cia do 1º BPRV, bem como a equipe do Dr. José Aparecido Cardia, por meio do Delegado Assistente, Dr. Fabio Pierry, da Delegacia de Polícia de Bertioga, que se dedicaram na prisão de Caio Vieira dos Santos, acusado de espancar e ameaçar de morte sua esposa, em Rondônia. - Deputado Altair Moraes - favorável, conclusivamente

4 - Moção 146/2020 - Deputado Douglas Garcia - (CONCLUSIVA) Aplaude os Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano pelo socorro prestado à gestante, que resultou no nascimento do pequeno Samuel, reconhecendo a dedicação e a eficiência das atividades por eles desenvolvidas. - Deputado Luiz Fernando T. Ferreira - favorável, conclusivamente

5 - Moção 152/2020 - Deputado Tenente Coimbra - (CONCLUSIVA) Aplaude os policiais militares do 6º Batalhão de Polícia Militar do Interior, que, no dia 26 de agosto de 2020, mesmo em menor número, não esmoreceram diante de dezenas de criminosos armados. - Deputado Daniel Soares - favorável, conclusivamente

6 - Moção 154/2020 - Deputado Douglas Garcia - (CONCLUSIVA) Apela aos Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como aos líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e aprovação do Projeto de lei nº 8455, de 2017, que altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar os crimes de furto e roubo de combustíveis de estabelecimentos de produção, instalações de armazenamento e dutos de movimentação e os crimes de receptação de combustíveis. - Deputado Jorge Caruso - favorável, conclusivamente

Para Deliberação:

Item 7 - Requerimento 01/20 do Deputado Gil Diniz solicitando convocação do Senhor Anderson França, colunista da Folha de São Paulo, pertencente ao Grupo Folha, com o objetivo de prestar à Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, informações sobre reiteradas manifestações das quais imputa a polícia, mais precisamente a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a alcunha de nazista. (vista Dep. Isa Penna e Altair Moraes)

Item 8 - Requerimento 03/2020 do Deputado Major Mecca solicitando informações da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Administração Penitenciária informações do número atualizado de policiais mortos e infectados pelo novo Coronavirus - Covid-19, assim como quais as medidas preventivas que estão sendo adotadas

Item 9- Requerimento 4/2020 do Deputado Carlos Giannazi, solicitando a convocação do Sr. Paulo Roberto Falcão Ribeiro, Superintendente do Instituto de Medicina Social e de Criminologia - IMESC, para esclarecer a esta Comissão Permanente sobre o impacto da proposta de extinção da entidade, contida no Projeto de Lei nº 529, de 2020, de autoria do Governador do Estado.

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 15/12/2020, terça-feira, às 15:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de receber o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Logística e Transportes, JOÃO OCTAVIANO NETO, para prestar contas sobre o andamento de sua gestão, nos termos do artigo 52-A da Constituição Estadual.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Rodrigo Gambale	PSL	Coronel Nishikawa
Tenente Coimbra	PSL	Tenente Nascimento
José Américo	PT	Luiz Fernando T. Ferreira
Teonilio Barba	PT	Maurici
Vinícius Camarinha	PSB	Roberto Engler
Carla Morando	PSDB	Marcos Zerbini
Cezar	PSDB	Mauro Bragato
Rogério Nogueira	DEM	Estevam Galvão
Ricardo Madalena	PL	André do Prado
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Léo Oliveira	MDB	Itamar Borges
Roberto Morais	CIDADANIA	Fernando Cury
---	PTB	---

Sala das Comissões, em 10/12/2020.

Deputado Ricardo Madalena

Presidente

COMISSÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO

CONVOCAÇÃO

CONVOCAMOS, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros destas Comissões, para uma Reunião Conjunta, a realizar-se em ambiente virtual e transmitida ao vivo pela Rede ALESP, no dia 16/12/2020, quarta-feira, às 10 horas, com a finalidade de ouvir a Senhora Secretária Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Patrícia Ellen, quanto ao disposto no Artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo – prestação de contas do andamento da gestão e avaliação das ações, programas e metas da Secretaria.

Comissão de Atividades Econômicas

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Frederico d'Avila	PSL	Adalberto Freitas
Paulo Fiorilo	PT	Maurici
Ed Thomas	PSB	---
Mauro Bragato	PSDB	Carla Morando
Marcos Damasio	PL	André do Prado
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Sergio Victor	NOVO	Ricardo Mellão
Conte Lopes	PP	Coronel Telhada
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Alexandre Pereira	SD	---
---	---	---

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Castello Branco	PSL	Tenente Coimbra
Leticia Aguiar	PSL	---
Maurici	PT	Emidio de Souza
Professora Bebel	PT	Paulo Fiorilo
Ed Thomas	PSB	Vinícius Camarinha
Mauro Bragato	PSDB	Marcos Zerbini
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Jorge Wilson Xerife do Consumidor
Sergio Victor	NOVO	Heni Ozi Cukier
Professor Kenny	PP	Conte Lopes
Reinaldo Alguz	PV	---
Marina Helou	REDE	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020

Deputado Itamar Borges

Presidente da Comissão de Atividades Econômicas

Deputado Sergio Victor

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 16/12/2020, quarta-feira, às 11:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de apreciar a pauta anexa.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Adalberto Freitas	PSL	Tenente Coimbra
Emidio de Souza	PT	Paulo Fiorilo
Barros Munhoz	PSB	Caio França
Maria Lúcia Amary	PSDB	Mauro Bragato
Wellington Moura	REPUBLICANOS	Sebastião Santos
Delegado Olim	PP	Professor Kenny
Carlos Giannazi	PSOL	Erica Malunguinho
Alex de Madureira	PSD	Marta Costa
Campos Machado	AVANTE	Roque Barbiere
---	---	---
---	---	---

Sala das Comissões, em 11/12/2020.

Deputada Maria Lúcia Amary

Presidente

2ª Reunião Extraordinária

Deliberar sobre o recebimento das seguintes denúncias ou representações:

1-Processo RGL 0110/2020 - representação de autoria do Deputado Douglas Garcia contra a Deputada Márcia Lia, por quebra de decoro parlamentar.

2-Processo RGL 1447/2020 - denúncia de autoria das Deputadas Beth Sahão, Márcia Lia, Professora Bebel, Mônica da Bancada Ativista e Isa Pena contra a Deputada Carla Morando, por quebra de decoro parlamentar.

3- Processo RGL 1612/2020 - representação de autoria da Deputada Mônica da Bancada Ativista contra o Deputado Douglas Garcia, por quebra de decoro parlamentar.

4- Processo RGL 1666/2020 - denúncia de autoria do Deputado Frederico DÁvila contra o Deputado Teonílio Barba, por quebra de decoro parlamentar.

5- Processo RGL 1667/2020 - denúncia de autoria do Deputado Frederico DÁvila contra a Deputada Profª Bebel, por quebra de decoro parlamentar.

6- Processo RGL 4630/2020 - representação de autoria das Deputadas Mônica da Bancada Ativista e Isa Penna, com o apoio dos vereadores do município de São Paulo, Celso Giannazi e Toninho Vespoli, contra o Deputado Douglas Garcia, por quebra de decoro parlamentar.

7- Processo RGL 4631/2020 - representação de autoria do Deputado Douglas Garcia contra a Deputada Isa Penna, por quebra de decoro parlamentar.

8- Processo RGL 4632/2020 - representação de autoria do Deputado Douglas Garcia contra o Deputado Emídio de Souza, por quebra de decoro parlamentar.

9- Processo RGL 4633/2020 - representação de autoria do Deputado Douglas Garcia contra a Deputada Mônica da Bancada Ativista, por quebra de decoro parlamentar.

10 - Processo RGL 5261/2020 - representação de autoria do Deputado Douglas Garcia contra a Deputada Mônica Seixas, por quebra de decoro parlamentar.

11 - Processo 9013/2019 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - Denúncia de autoria do Deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira, contra o Deputado Frederico D'Ávila, por quebra de decoro parlamentar. - Deputado Barros Munhoz - propondo arquivamento dos autos e ciência às partes envolvidas - P.F.

12 - Processo 9014/2019 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - Denúncia de autoria da Deputada Beth Sahão, contra o Deputado Frederico D'Ávila, por quebra de decoro parlamentar. - Deputado Barros Munhoz - propondo arquivamento dos autos e ciência às partes envolvidas - P.F.

13 - Processo 9048/2019 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - Denúncia de autoria do Deputado Frederico D'Ávila contra o Deputado Teonílio Barba, por quebra de decoro parlamentar. - Deputado Adalberto Freitas - pela improcedência da denúncia e posterior arquivamento dos processo

14 - Processo 9482/2019 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - Representação de autoria do Deputado Sargento Neri contra o Deputado Gil Diniz, por quebra de decoro parlamentar. - Deputado Alex de Madureira - propondo arquivamento dos autos - P.F.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, a Senhora Deputada e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 16/12/2020, quarta-feira, às 14:30 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de apreciar a pauta anexa.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Adalberto Freitas	PSL	Coronel Nishikawa
---	PSL	Frederico d'Avila
Professora Bebel	PT	Dr. Jorge Do Carmo
Teonilio Barba	PT	Paulo Fiorilo
Rafael Silva	PSB	Ed Thomas
Marcos Zerbini	PSDB	Cezar
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Marcio da Farmácia	PODE	Bruno Ganem
Coronel Telhada	PP	Delegado Olim
---	CIDADANIA	Roberto Morais
Marcio Nakashima	PDT	---

Sala das Comissões, em 14/12/2020.

Deputado Marcio da Farmácia

Presidente

3ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei Complementar 66/2015 - Deputado Cezinha de Madureira - Acrescenta dispositivo ao artigo 45 da Lei Complementar 207, de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo. - Deputado Marcio Nakashima - favoravel ao projeto com a emenda apresentada pela CCJR - C.T., P.B., V.B.

2 - Projeto de lei Complementar 13/2019 - Deputado Carlos Giannazi - Assegura a incorporação do Adicional por Local de Exercício - ALE aos vencimentos dos servidores dos Quadros do Magistério e de Apoio Escolar. - Deputado Gilmaci Santos - favorável

3 - Projeto de lei Complementar 56/2019 - Deputado Tenente Coimbra - Altera a redação dos artigos 30 e 32 e acrescenta o § 4º ao artigo 34 da Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Policia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas. - Deputado Marcio Nakashima - contrário. Voto em Separado do Deputado Adalberto Freitas favorável ao projeto, com emenda. - P.B., V.B., A.F.

4 - Projeto de lei 490/2019 - Deputado Rodrigo Moraes - Estabelece a implantação de adicional por dedicação exclusiva aos servidores do Quadro de Apoio Escolar, servidores administrativos das escolas estaduais. - Deputado Marcos Zerbini - favorável ao projeto e contrário à emenda n.º 1

5 - Projeto de lei 875/2019 - Deputado Major Mecca - Acrescenta o artigo 2º-A e parágrafo único à Lei nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006, para substituição da denominação dos Agentes de Apoio Socioeducativo para Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado. - Deputado Gilmaci Santos - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

6 - Projeto de lei 1069/2019 - Deputado Campos Machado - (CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual do Caminhoneiro". - Deputado Gilmaci Santos - favorável

7 - Moção 138/2019 - Deputado Campos Machado - (CONCLUSIVA) Apela para os membros do Congresso Nacional, deputados federais e Senadores, para que deliberem no sentido da derrubada de todos os vetos apostos pelo Presidente da República à Lei Federal nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, mais conhecida como "Lei do Abuso de Autoridade". - Deputado Marcos Zerbini - favorável - C.T.

8 - Moção 224/2019 - Deputado Sargento Neri - (CONCLUSIVA) Apela para que os Srs. Deputados Federais empreendam esforços, com a maior brevidade possível, no sentido de que seja suprimido o artigo 204-A do Substitutivo apresentado pelo relator do Projeto de Lei nº 9432, de 2017, Deputado General Peternelli, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados - CCJ. - Deputado Gilmaci Santos - favorável

9 - Moção 62/2020 - Deputada Adriana Borgo - (CONCLUSIVA) Aplaude os agentes da Defesa Civil, assistentes sociais, funcionários da Secretaria de Operações Urbanas e da Guarda Civil Municipal de Guarujá, profissionais da saúde e voluntários, que empreenderam esforços na busca e resgate das vítimas assoladas pela tragédia em decorrência das chuvas que atingiram a Baixada Santista no dia 2 de março de 2020. - Deputado Adalberto Freitas - favorável

10 - Moção 65/2020 - Deputado Vinícius Camarinha - (CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que empreenda estudos e providências ínsitas à sua competência para a liberação temporária de recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS aos trabalhadores que estiverem desempregados, para que possam suprir suas necessidades de subsistência e de suas famílias enquanto perdura a situação de crise causada pelo Covid-19. - Deputado Rafael Silva - favorável

11 - Moção 107/2020 - Deputado Marcio Nakashima - (CONCLUSIVA) Manifesta veemente repúdio às gravíssimas palavras do Sr. Rodrigo Garcia, Vice-Governador do Estado, que afirmou, em nome do Sr. Governador João Doria, que o Poupatempo "não volta como era" após a pandemia, o que sugere possíveis fechamentos dos postos destes serviços, a exemplo do que já foi anunciado em relação à unidade Glicério, em Campinas. - Deputado Adalberto Freitas - contrário

12 - Moção 118/2020 - Deputada Leticia Aguiar - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, para que seja proposta legislação determinando o afastamento dos funcionários públicos com prejuízo de vencimentos, sem perda dos benefícios e do cargo, para quem faça a desincompatibilização visando disputar o pleito eleitoral. - Deputado Adalberto Freitas - favorável

13 - Moção 124/2020 - Deputado Arthur do Val - (CONCLUSIVA) Aplaude os Srs. Cícero Hilário e Roberto Guilhermino por cumprirem com suas obrigações para a proteção das vidas humanas em risco por conta da pandemia do novo coronavírus. - Deputado Rafael Silva - favorável

Para ciência:

- Ofício recebido da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, que encaminha cópia de Requerimento aprovado naquela edilidade solicitando diminuição de valores cobrados dos mutuários do Conjunto Habitacional Jardim das Hortências (Requerimento n.º 155/2020).

- Ofício recebido da Câmara Municipal de Adamantina, que encaminha cópia de Requerimento aprovado naquela edilidade solicitando que o Presidente da Assembleia Legislativa interceda junto ao Governo Estadual e ao Presidente da Prodesp para que, no cronograma de expansão do Poupatempo, seja priorizada já na etapa inicial a cidade de Adamantina, em razão de aspectos expostos no documento (Requerimento n.º 161/2020).

- Ofício recebido da Câmara Municipal de Juquitiba, que encaminha Moções de Repúdio n.ºs 38 e 39/2020, ao Governo do Estado de São Paulo, que autorizou desconto da contribuição previdenciária no percentual de 16% sobre inativos, servidores aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 16/12/2020, quarta-feira, às 15:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de:

1 - apreciar a pauta anexa;

2 - receber os seguintes diretores da Telefonica, para prestarem esclarecimentos referentes à qualidade da rede de telefonia móvel no interior: Sr. Enylson Flávio Martinez Camolesi - Diretor Executivo de Relações Institucionais; Sr. Fábio Stellato - Diretor de Operações de Rede; Sr. Antonio Parisoto - Diretor de Core e Acesso.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Rodrigo Gambale	PSL	Coronel Nishikawa
Tenente Coimbra	PSL	Tenente Nascimento
José Américo	PT	Luiz Fernando T. Ferreira
Teonilio Barba	PT	Maurici
Vinícius Camarinha	PSB	Roberto Engler
Carla Morando	PSDB	Marcos Zerbini
Cezar	PSDB	Mauro Bragato
Rogério Nogueira	DEM	Estevam Galvão
Ricardo Madalena	PL	André do Prado
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Léo Oliveira	MDB	Itamar Borges
Roberto Morais	CIDADANIA	Fernando Cury
---	PTB	---

Sala das Comissões, em 10/12/2020.

Deputado Ricardo Madalena

Presidente

6ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei Complementar 27/2019 - Deputado Teonilio Barba - Revoga o § 6º do artigo 1º da Lei Complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, que estabelece decurso de prazo para a aprovação das indicações das nomeações dos membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. - Deputado Vinícius Camarinha - favorável ao projeto e contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR - L.O., M., V.C., M.B., C.M.

2 - Projeto de lei 311/2019 - Deputado Douglas Garcia - Altera a redação do artigo 25 da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as consequências do inadimplemento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, inserindo dispositivo complementar. - Deputado Vinícius Camarinha - favorável - J.W.X.d.C., R.M., C.N., J.A., A.F., T.C., L.F.T.F., R.G., T.B., V.C., B.S., D.B.L., R.M., L.O., M.B., C.M.

3 - Projeto de lei 529/2019 - Deputado Coronel Nishikawa - Autoriza o Poder Executivo a destinar 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado com multas originárias de bafômetro para obras, aquisição de equipamentos, veículos e ativos para o Corpo de Bombeiros do Estado. - Deputado Léo Oliveira - favorável - M.B., R.G., C.M.

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

4 - Projeto de lei 531/2019 - Deputado Mauro Bragato - (CONCLUSIVA) Denomina "Miguel Belmonte Martinez" o viaduto localizado no km 1 da Rodovia Astrônomo Jean Nicolini - SP 127/304, em Nova Odessa. - Deputado Rodrigo Gambale - favorável, conclusivamente

5 - Projeto de lei 1116/2019 - Deputado Ricardo Madalena - (CONCLUSIVA) Denomina "Martini Renzo Giovanni" a Rodovia SP 278, em Ourinhos. - Deputado Rodrigo Gambale - favorável, conclusivamente, com a emenda apresentada pela CCJR

Para deliberação:

Item 6 - Requerimento CTC nº 1/2020, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, de CONVOCAÇÃO do Sr. Diretor Presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cargo atualmente exercido por Pedro Tegon Moro, para esclarecer sobre o processo de privatização das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM. Vistas: Dep. Carla Morando; Dep. Mauro Bragato; Dep. Estevam Galvão.

Item 7 - Requerimento CTC nº 11/2020, de autoria do Deputado Ricardo Madalena, de CONVITE ao Presidente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., detentora da marca Sem Parar, para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Transportes e Comunicações, referentes à prestação dos serviços de cobrança automática de tarifa de pedágio realizados nas rodovias do Estado de São Paulo, especialmente em relação a diversas reclamações de usuários veiculadas nas mídias sociais, como a cobrança de taxas de adesão, alteração do plano de serviço contratado sem prévio consentimento e dificuldades encontradas para o cancelamento do serviços contratados a partir do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da empresa.

Item 8 - Requerimento CTC nº 12/2020, de autoria do Deputado Ricardo Madalena, de CONVOCAÇÃO do Diretor de Controle Econômico-Financeiro da ARTESP, Sr. Jorge Farah Elias, para prestar os devidos esclarecimentos atinentes à denúncia apresentada a esta Comissão de suposto prejuízo aos usuários da rodovia SP-160: Imigrantes, decorrente da metodologia de cálculo utilizada para determinação do valor da tarifa de pedágio arrecadada na praça localizada no Km 24+255m, no bairro Batistini, município de São Bernardo do Campo.

Para ciência:

Item 9 - Ofício nº 322/2020, da Câmara Municipal de Itatiba, encaminhando o Requerimento nº 94/2020, de informação quanto ao fechamento do Posto da PM Rodoviária da Itatiba-Jundiaí.

Item 10 - Ofício nº 47/2020, da Câmara Municipal de Rio Claro, encaminhando o Requerimento nº 1458/2020, de autoria do vereador Paulo Marcos Guedes, para que esta Casa de Leis levante informações junto ao Governo do Estado, do motivo pelo qual a construção do viaduto Rodovia Rio Claro/Piracicaba (Fausto Santo Amaro), que deverá atender aos bairros Jardim Novo I e Jardim Novo II, ainda não ter tido início e qual a previsão para isso vir a ocorrer.

Item 11 - Ofício nº 3950, da Câmara Municipal de Marília, encaminhando o Requerimento nº 1196/2020, de autoria do vereador Marcos Rezende, para que conste na ata dos trabalhos daquela edilidade, moção de repúdio ao termo aditivo do contrato entre a Artesp e a concessionária Eixo, que pede equilíbrio financeiro do contrato.

Item 12 - Ofício C.M.H. nº 203/2020, da Câmara Municipal de Hortolândia, encaminhando a Moção nº 126/2020, de autoria do vereador Cleuzer Marques de Lima, de apelo para que sejam disponibilizados mais ônibus nas linhas de transporte público municipal e intermunicipal.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 14/12/2020

EXONERANDO, a pedido, nos termos da 1ª parte do item 1 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

TIAGO ALBERTO HUMBOLDT, RG nº 342618568, matrícula nº 24616, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 14/12/2020.

(Decisão nº2159/2020);

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

RUBENS JOSE DE PAULA JUNIOR, RG nº 424277232, matrícula nº 28681, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 14/12/2020.

(Decisão nº2160/2020);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CAROLINA MAZONI BIOTO, RG nº 376902474, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de RONALDO MARTINS ARAUJO.

(Decisão nº2161/2020);

RODRIGO BARBOSA RIBEIRO, RG nº 47335245X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de RUBENS JOSE DE PAULA JUNIOR.

(Decisão nº2162/2020);

PROCESSO Nº 2913/2001

Interessado(a): FERNANDO MATTIUZ, mat. 10519

Assunto: Aposentadoria

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, nos termos do(a) artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 49/2020, da Constituição Estadual, e do artigo 201, § 9º da Constituição Federal, o(a) senhor(a) FERNANDO MATTIUZ, R.G. nº 61071250, matrícula nº 10519, ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC–II do quadro desta Secretaria, visto contar com 8898 dia(s) de tempo de contribuição no serviço público e 8767 dia(s) de tempo de contribuição à iniciativa privada, conforme certidão do INSS, perfazendo um total de 48 ano(s), 4 mes(es) e 25 dia(s) de tempo de contribuição computado até 31/10/2020, como consta do Título de Liquidação de Tempo de Contribuição nº 477/2020, ficando-lhe assegurados os proventos mensais correspondentes a:

1) Nível X, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução nº 878/2012, combinado com o caput do artigo 69 da Resolução nº 776/1996;

2) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 33 da Lei Complementar 1354/2020 (extinta gratificação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 813/1996);

3) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 33 da Lei Complementar 1354/2020 (extinta vantagem nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual);

4) Gratificação Legislativa, instituída pela Lei nº 8238/1993;

5) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2,3 e 4;

6) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3,4 e 5;

Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional.

(Decisão nº 2158/2020);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 14/12/2020

PROCESSO: 11845/1980

Interessado: JOALVE VASCONCELLOS DOS SANTOS (matrícula 2750)

Assunto: Isenção de Imposto de Renda

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, conforme preceituam os artigos 23 e 24 da Resolução Alesp 776/1996, e à vista do exame pericial acostado pela junta médica à fl. 102 dos autos administrativos, DEFERE parcialmente o requerimento formulado por meio do protocolado 2787/2020 pelo ex-servidor em epígrafe, tendo em vista ser considerado portador de doença elencada no artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7713/1988 e alterações, a partir de 09/03/2020, em caráter definitivo.

PROCESSO RG Nº 9183/1992

Interessada: MARINA AKEMI SANEFUJI (matrícula 8202)

Assunto: Isenção de Imposto de Renda – Deferimento

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista da Decisão Pericial à folha 189, emitida pelo Serviço de Saúde, DEFERE o pedido da servidora aposentada MARINA AKEMI SANEFUJI, matrícula 8202, RG. 7.348.704-1, objeto do protocolado nº 2908/2020, concedendo a isenção do imposto de renda na fonte, por ser portadora de patologia elencada no artigo 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 7.713/88 e alterações, a partir de 25/08/2018, em caráter definitivo.

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS E LICITAÇÕES

DE 10/12/2020

PROCESSO DIGITAL nº 747/2019

INTERESSADO: Administração

ASSUNTO: Autorização de Compras nº 112/2020 – ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA – aquisição de peças para elevadores – atraso na entrega dos objetos – aplicação de penalidade de multa.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 7º do Ato nº 4/2000 da Mesa Diretora da ALESP,

CONSIDERANDO o contido nos presentes autos, que tratam da Autorização de Compras nº112/2020, firmada aos 15/05/2020, entre a Administração deste Poder e a empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, com vistas à aquisição do objeto em epígrafe;

CONSIDERANDO os termos dos Relatórios de Ocorrência com o Fornecedor, de 22/06/2020 e respectiva Regularização, de 23/07/2020, emitidos pelo Serviço de Almoxarifado, dando conta de que referida empresa atrasou na entrega do objeto constante do ajuste em comento, pelo período de 18 (dezoito) dias, eis que o respectivo termo final era 19/06/2020 e a efetiva regularização se deu apenas aos 22/06/2020;

CONSIDERANDO que, em cumprimento ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, esta Secretaria encaminhou o ofício SGA nº 289/2020, 24/06/2020, informando a empresa para que apresentasse, em querendo, defesa prévia que justificasse a postura do atraso;

CONSIDERANDO que, devidamente notificada, em 03/07/2020, conforme se depreende das informações prestadas pelo Serviço de Protocolo Geral em 13/07/2020, a empresa contratada, em discordância ao procedimento sancionatório iniciado, restringiu-se a ofertar defesa prévia, aos 10/07/2020, a fim de rechaçar a aplicação de quaisquer penalidades, invocando meros eventos que fazem parte do risco do negócio do ramo da atividade da referida empresa;

CONSIDERANDO que, em se constatando eventual instabilidade do mercado fomentada pela pandemia do Covid-19, incumbiria à contratada notificar esta Administração acerca das dificuldades que estivesse enfrentando no cumprimento das obrigações a que se comprometeu, pleiteando prorrogação durante o transcurso do prazo de entrega inicialmente fixado no ajuste, amparada em documentos que comprovassem tais fatos, o que não se efetivou;

DECIDE aplicar pena de multa à empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, no montante equivalente a R$ 253,96 (duzentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), com fundamento no artigo 86, da Lei federal nº 8.666/93, combinado com o inciso I do artigo 3º do Ato nº 04/2000 da Mesa Diretora da ALESP, nos termos dos cálculos contábeis elaborados pelo Serviço de Contabilidade, em 02/12/2020.

DE 14/12/2020

PROCESSO DIGITAL nº 345/2019

INTERESSADO: Administração

ASSUNTO: Autorização de Compras nº 106/2020 – RIPERS COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. – aquisição de materiais hidráulicos, conforme especificações – atraso na entrega dos bens – aplicação de penalidade de multa.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 7º do Ato nº 4/2000 da Mesa Diretora da ALESP,

CONSIDERANDO o contido nos presentes autos, que tratam Autorização de Compras nº 106/2020, firmada, aos 27/07/2020, entre a Administração deste Poder e a empresa RIPERS COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA., com vistas à aquisição do objeto em epígrafe;

CONSIDERANDO os termos dos Relatórios de Ocorrência com o Fornecedor, de 18/09/2020, e respectiva Regularização, de 21/10/2020, emitidos pelo Serviço de Almoxarifado, dando conta de que esta empresa atrasou na entrega objeto que compõe a Autorização de Compras em epígrafe, pelo período de 37 (trinta e sete) dias, eis que o respectivo termo final era 28/08/2020 e o objeto foi entregue parcialmente em 06/10/2020, tendo o restante dos itens sido entregues apenas aos 21/10/2020;

CONSIDERANDO que, em cumprimento ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, foram enviados os ofícios SGA nº 416/2020 e 461/2020, respectivamente de 23/09/2020 e 06/11/2020, notificando a empresa para que apresentasse defesa prévia que justificasse a postura de atraso;

CONSIDERANDO que, em face da intenção deste Poder na imputação de penalidade de multa por mora no cumprimento do ajuste em comento, a empresa contratada restringiu-se a ofertar a mensagem eletrônica de, de 02/12/2020, na qual subscreve anuência expressa com o desconto de montante imposto a título de multa sobre o valor do pagamento decorrente da aquisição dos bens, o que representa renúncia à eventual interposição de recurso administrativo em face da presente decisão.

DECIDE aplicar pena de multa à empresa RIPERS COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, no montante equivalente R$ 137,32 (cento e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), com fundamento no artigo 86, da Lei federal nº 8.666/93, combinado com os incisos I e II do artigo 3º do Ato nº 04/2000 da Mesa Diretora da ALESP, nos termos dos cálculos contábeis elaborados pelo Serviço de Contabilidade, em 27/10/2020.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO DIGITAL Nº 346/2020

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: MACHADO & NOVAES PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO S/C LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURADORIA, CATALOGAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO DO ACERVO ARTÍSTICO DA ALESP, BEM COMO DA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE ACERVO DO LEGISLATIVO PAULISTA

VIGÊNCIA: 08 (OITO) MESES

VALOR: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)

DESPESA: 33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

ASSINATURA: 07/12/2020

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO DIGITAL Nº 598/2018

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E RERRATIFICAÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO CONTRATO

VIGÊNCIA: 610 (SEISCENTOS E DEZ) DIAS

VALOR: INALTERADO

DESPESA: INALTERADA

ASSINATURA: 27/11/2020

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Mesa Diretora - 2020
Presidente: Edgard Camargo Rodrigues
Vice-Presidente: Cristiana de Castro Moraes
Corregedor: Dimas Ramalho

Avenida Rangel Pestana, 315
Centro - São Paulo - SP
CEP 01017-906
Fone: (11) 3292.3266

Diário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br

Mais de 83% dos municípios estão com o orçamento comprometido

Relatório de Alertas do Tribunal de Contas revela que, no quinto bimestre, 540 municípios apresentaram indícios de comprometimento da gestão.

Das 644 administrações fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), 584 delas – um percentual de 90,6% – receberam algum tipo de alerta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) entre setembro e outubro de 2020.

Os avisos expedidos foram destinados às Prefeituras e às Câmaras Municipais em virtude de arrecadação abaixo do previsto (inciso I) e/ou de indícios de comprometimento da gestão orçamentária (inciso V).

O cenário integra o Relatório de Alertas da Corte de Contas publicado no dia 11 de dezembro com as análises contábeis dos dados de receitas e de despesas relativas ao quinto bimestre de 2020.

No total, 540 (83,8%) entes apresentaram um quadro que indica comprometimento na gestão orçamentária. Ao todo, 305 (47,3%) municípios estão com a arrecadação abaixo do previsto.

Apenas 20 administrações paulistas não receberam nenhum tipo de alerta do TCESP, por estarem em situação regular quanto ao cumprimento da LRF. O restante, 40 municípios – sendo 30 Prefeituras, quatro Câmaras de Vereadores e 12 entidades –, tiveram a análise prejudicada por não haver entregado os balancetes e estar em situação de inadimplência com a Corte de Contas paulista.

A íntegra do levantamento, com os municípios e os entes alertados, foi publicada na forma do Comunicado GP nº 48/2020, veiculado na edição de sexta-feira (11/12) do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado. O documento pode ser acessado pelo *link* https://bit.ly/2LCadEn.

. Obrigações

Com a situação de calamidade pública e a edição de legislação para o enfrentamento da COVID-19, estão suspensas as obrigações e as providências exigidas pela LRF para o restabelecimento do equilíbrio entre receitas e despesas e recondução aos limites admitidos para gastos de pessoal.

Mesmo estando suspensas as obrigações previstas na LRF, o TCESP ressalta que a fiscalização procederá ao exame de cada caso, segundo sua motivação e ocorrências, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do exercício de 2020.

Os dados, detalhados por município, estão disponíveis para consulta e *download* na plataforma VISOR (Visão Social de Relatórios de Alertas), no *site* do TCE, acessível pelo *link* www.tce.sp.gov.br/visor.

VISOR - ALERTAS LRF
Acesse os dados do 5º bimestre
Para acessar a plataforma basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou visitar o *link* www.tce.sp.gov.br/visor.

VIDEOCONFERÊNCIA

LAÉRCIO BISPO

AUDIÊNCIAS – O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, participou, ontem (14/12), por videoconferência, de agendas institucionais como parte do encerramento das atividades do exercício de 2020. Às 14h30, o Presidente do TCESP integrou a última reunião promovida pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), na qual foram discutidas as ações e as atividades desenvolvidas pelas Cortes de Contas ao longo do ano. Na sequência, às 16h00, a audiência contou com a presença do Reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Professor Sandro Roberto Valentini, e do Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da universidade, Edson César dos Santos Cabral.

TCESP NA MÍDIA
www.tce.sp.gov.br/tce-na-midia

Quatro em cada 10 Prefeituras não pagam piso salarial a professores

REPRODUÇÃO

A Lei Federal que determina o pagamento de um piso salarial para professores não é cumprida em 252 das 645 Prefeituras paulistas. As informações são de um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). Prefeitos, principalmente de cidades pequenas, alegam dificuldades financeiras para arcar com os salários de professores, que sobem anualmente acima da inflação desde 2009, quando começou a vigorar a lei do piso, instituída para buscar a valorização profissional por meio do aumento real da remuneração.

Fonte: O Estado de S.Paulo
***Link*: https://bit.ly/2WdVq4L**

Tribunal rejeita contas da Câmara Municipal de Ourinhos

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas rejeitou as contas relativas ao ano de 2017 da Câmara de Ourinhos. O Presidente na época era o Vereador reeleito Alexandre Araújo Dauage, o 'Zóio' (Republicanos), que pode ficar inelegível caso não obtenha sucesso nos próximos recursos. O julgamento aconteceu no último dia 24. Quando da análise das contas, o Tribunal apontou irregularidades na gestão orçamentária, na contratação de pessoal e na realização de licitações. Segundo os Conselheiros, o número de cargos na Câmara de Ourinhos era excessivo e já havia apontamentos anteriores para diminuí-lo.

Fonte: Debate News
***Link*: https://bit.ly/3miqbQz**

São Paulo tem 36 hospitais de campanha ainda em funcionamento

De acordo com o TCESP, que realizou auditoria para fiscalizar a alocação de recursos durante a crise sanitária, de março a agosto, foram implementados 56 hospitais de campanha para atender o Estado. Até o fim de outubro, quando o relatório foi encerrado, foram aplicados R$ 412,8 milhões na manutenção dos hospitais. Juntas, as unidades analisadas pelo TCESP abrigaram 368 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 1.427 leitos hospitalares de especialidade e 941 de observação. Ao divulgar o relatório, o Tribunal soltou nota na qual demonstra preocupação com a alta dos índices da doença no Estado.

Fonte: UOL
***Link*: https://bit.ly/2WeNr7x**

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 55/2020

O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que a partir de 03 de dezembro de 2020 os responsáveis ou interessados na busca e identificação de processos distribuídos deverão utilizar-se da consulta disponível em https://www.tce.sp.gov.br/pesquisar-processos com a decorrente certificação automática.

Também será disponibilizado um aplicativo no Portal de Sistemas do TCESP denominado "Pesquisa de Processos" que facilitará o acesso à página de consulta.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas através do FALE CONOSCO (1. Suporte Técnico aos Sistemas / 11. Pesquisa de Processos).

SDG, em 25 de novembro de 2020.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

DESPACHOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente: TC-002974/026/20.

Processo:TC-019445/026/08.

Agravante: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Em Exame: Agravo interposto em face de r. despacho desta Egrégia Presidência, publicado no D.O.E. de 23 de outubro de 2020, que indeferiu in limine o processamento do Recurso Ordinário

Advogados: Mieiko Sako Takamura (OAB/SP nº 187.939), Gabriel Gouveia Felix (OAB/SP nº 392.259) e outros.

Trata-se de Agravo interposto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP em face do despacho do Presidente, publicado em 23/10/2020 (fl. 2672), que indeferiu, in limine, por intempestividade, o processamento do Recurso Ordinário manejado contra r. Decisão da Primeira Câmara1 que julgou irregular o 1º Termo de Alteração do Contrato CDD nº 46.530/07, firmado entre a sociedade de economia mista estadual e o Consórcio ETEP-ENGER-MAUBERTEC, bem como considerou ilegais os atos ordenadores das despesas decorrentes e conheceu do termo de recebimento definitivo dos serviços.

A agravante traz à colação recibo #PROT0000002008, por meio do qual pretende demonstrar registro tempestivo da peça de Recurso Ordinário no sistema de recepção de documentos implantado por esta Corte para suprir o fechamento dos setores de protocolo físico em razão da situação de pandemia e consoante artigo 9º do Ato GP nº 12/20202.

Dispensada manifestação do Gabinete Técnico da Presidência (artigo 152, §2º, do Regimento Interno).

Este o relatório.

Os pressupostos de admissibilidade encontram-se presentes. A subscritora é parte legítima para agravar a decisão e possui interesse de agir, bem assim ofertou razões tempestivamente, conforme artigos 62 a 65 da Lei Orgânica.

Como evidenciado no recibo acostado aos autos, o registro do inconformismo deu-se dentro do prazo legal; porém as providências práticas para autuação definitiva da respectiva peça no Sistema Integrado de Controle de Protocolo – plataforma oficial desta Corte para gestão da tramitação de processos e documentos físicos – findaram apenas no dia seguinte, data considerada pelo GTP como marco de interposição do recurso.

Dessa forma, atendidos os requisitos formais, a interessada não pode ser prejudicada em seu direito de defesa por atraso no processamento de pleito que, desde o princípio, já se revelava em condições de ser recepcionado.

Nesses termos, com fundamento no artigo 653 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, dou provimento ao Agravo interposto pela SABESP, para o fim de que seja processado o Recurso Ordinário de fls. 2663/2667-verso, observado o fluxo definido nos artigos 143 e seguintes do Regimento Interno, adotando-se distribuição aleatória e prévio trânsito pela PFE e MPC, nos termos do Ato GP nº 04/2015.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Proc.: 00013859.989.20-4.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO (CNPJ 46.523.056/0001-21). INTERESSADO(A): RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI (CPF 276.171.928-00). Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 3339.989.20-4.

Vistos.

Constam nos autos as ocorrências verificadas no Município a respeito do Acompanhamento Especial – COVID-19 realizado que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas em referência.

ALERTO, portanto, o Senhor Prefeito Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi, responsável pelas contas do exercício de 2020, para conhecer o relatório da inspeção efetivada, conforme o contido no evento 153, tornando-se ciente dos fatos e, se for de seu interesse, adotar as providências necessárias, reparando a situação relatada, evitando as medidas de estilo previstas na Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004975.989.19-5.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES (CNPJ 46.523.270/0001-88). Advogado: DALCIANI FELIZARDO (OAB/SP 299.287). INTERESSADO(A): MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA E MELO (CPF 156.468.568-33). Advogado: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00015107.989.19-6. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00013490.989.19-1, 00022100.989.19-3.

Vistos.

Defiro como requerido nos eventos 80 e 83.

Publique-se e Notifique-se por via do Sistema Eletrônico, de conformidade com a Resolução nº 01/2011, a íntegra das manifestações que compõem o presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento e habilitação, no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), no site www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004697.989.19-2.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA (CNPJ 65.708.786/0001-41). Advogado: MARCELO MANSANO (OAB/SP 128.979). INTERESSADO(A): JOAO COSTA MENDONCA (CPF 051.840.008-52). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-08.

Vistos.

Defiro como requerido no evento 99.

Publique-se e Notifique-se por via do Sistema Eletrônico, de conformidade com a Resolução nº 01/2011, a íntegra das manifestações que compõem o presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento e habilitação, no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), no site www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00019556.989.20-0.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL (CNPJ 59.307.595/0001-75). Advogado: ALLAN FRAZATTI SILVA (OAB/SP 234.514). ORGANIZ. SOCIAL: FUNDACAO DO ABC - FUABC (CNPJ 57.571.275/0001-00). INTERESSADO(A): REGINA MAURA ZETONE GRESPAN (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE). ADRIANA BERRINGER STEPHAN (PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL). Assunto: Primeiro aditivo - gestão e operacionalização das ações de saúde - R$ 6.500.000,00 mensais - vigência: 6 meses. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-01. PROCESSO PRINCIPAL: 9229.989.20-7.

Vistos.

Defiro a prorrogação de prazo requerida pela Municipalidade (Evento n° 39), por mais 15 (quinze) dias, a contar da publicação.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Proc.: TC-24.860/709/09.

Contratante: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP Contratada: Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - ECOPISTAS Assunto: Concessão onerosa para exploração do Sistema Rodoviário – Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto - Lote 23 – vigência de 18/06/2.009 a 17/06/2.039. Em Exame: Acompanhamento – período 19/06/2.017 a 17/06/2.018.

Vistos.

1. Assumi a relatoria deste processo em razão da sucessão presidencial.

2. Trata-se de concessão inicial por prazo de 30 (trinta) anos, vigente desde 18/06/2.009.

3. Tendo em conta o tempo já decorrido da contratação, o prazo de vigência contratado, as circunstâncias processuais, o objeto da concessão, e o que mais dos autos constam, interessa à boa instrução processual a obtenção de informações a servir de subsídio ao exame da matéria.

4 Antes de os autos seguirem à ATJ, para oitiva dos seguimentos de Engenharia e Economia, consoante determinado pelo então Relator a fls. 301, imprescindível que venham ao processo as seguintes informações a serem prestadas pela ARTESP:

a) Se houve exclusão de obras inicialmente contratadas, indicar quais, e o(s) correspondente(s) documento(s) de autorização.

b) Se, além da(s) excluída(s) houver alguma(s) obra(s) que não tenha(m) sido iniciada(s), desrespeitando o cronograma inicial, deve a ARTESP informar:

b.1) identificação da(s) obra(s);

b.2) datas de início e término constantes no contrato;

b.3) datas de início e término reprogramadas;

b.4) documento(s) que autorizou(aram);

c) se houver obra(s) em atraso, informar:

c.1) identificação da(s) obra(s);

c.2) data inicialmente prevista para sua conclusão;

c.3) motivo do atraso;

c.4) nova data de previsão da conclusão.

d) se houve alteração no cronograma inicial, informar, em relação a cada obra:

d.1) as novas datas de início e término, de cada obra que sofreu alteração;

d.2) a síntese das razões que ensejaram a alteração da(s) data(s) de início, também de cada obra;

d.3) o Termo Aditivo que permitiu a(s) reprogramação(ões), também de cada obra;

d.4) se foi mantido o prazo previsto inicialmente para o término de sua execução; em caso negativo, qual o tempo acrescido em cada caso e qual a compensação para a postergação.

e) se houve inclusão de novas obras, informar:

e.1) quais as que serviram para substituir alguma excluída e quais as efetivamente novas;

e.2) qual(is) a(s) incluída(s) e a substituída(s);

e.3) qual – para cada obra (incluída e substituída):

e.3.1) o prazo de início e conclusão;

e.3.2) o valor previsto;

e.3.3) a síntese das razões que ensejaram tal substituição;

e.4) a síntese das razões que justificaram a nova obra, sem substituição;

e.5) quais os Termos Aditivos correspondentes, em todos os casos;

e.6) quais os prazos e os valores previstos para a(s) nova(s) obra(s);

e.7) se tiver alguma dessas obras com atraso para iniciar, informar:

e.7.1) quais;

e.7.2) a previsão de nova data para iniciar;

e.7.3) justificativas para o atraso.

f) tarifas aplicadas e respectivos reajustes.

6. Para responder as questões do item 5., FIXO à ARTESP o prazo de 15 (quinze) dias.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: 00026882.989.20-5 REPRESENTANTE: WORLDCOM COMERCIAL LTDA REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital da Tomada de Preços nº 03/2020, certame destinado à contratação de empresa especializada para a instalação e execução de Rede Elétrica de Distribuição e de Iluminação Pública para o loteamento denominado Distrito Industrial IV EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-02 Trata-se de pedido subscrito por Worldcom Comercial Ltda. com o propósito de impugnar o Edital da Tomada de Preços nº 03/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Botucatu visando à contratação de empresa especializada para a instalação e execução de Rede Elétrica de Distribuição e de Iluminação Pública para o loteamento denominado Distrito Industrial IV. Questiona o representante unicamente a obrigatoriedade de visita técnica (item 7 do Edital), argumentando que tal diligência não ostentaria imprescindibilidade frente ao objeto licitado. Pede, com isso, a sustação liminar do processo licitatório, bem como a retificação do instrumento convocatório nos termos arguidos. A inicial, formalmente adequada ao art. 220, § 2º, do Regimento Interno, traz cópia do Edital impugnado, documento que informa a abertura da disputa no dia 15/12/2010, a partir das 8h30. A avaliação de editais de licitação em sede de Exame Prévio, porque extraordinária e de natureza acautelatória, demanda a indicação de vícios que, identificáveis de plano, restrinjam direitos subjetivos ou, ao menos, apresentem indícios de ilicitude flagrante a ponto de suscitar medida urgente de reparação. Ou seja, nem sempre determinados pontos cuja controvérsia se materializa no âmbito da avaliação do ato aperfeiçoado igualmente justificam o exame apriorístico. E, ao menos nesta análise preliminar, não vejo a questão do modelo de visita técnica disposto no Edital como suficiente para motivar juízo liminar de preservação de direitos. A medida se presta a propiciar o conhecimento das condições para o cumprimento das obrigações assumidas, conforme, aliás, advertido pelo inciso III, do art. 30 da Lei de Licitações. Considerando, ademais, que o cronograma proposto para que as licitantes conheçam as características específicas dos locais em que irão executar os serviços não subverte o enunciado da Súmula nº 39 desta Corte, que veda a fixação de data única, assim como ao entendimento jurisprudencial que orienta diretrizes no sentido de que se propicie prazo razoável de atendimento (conf. TC-333/009/11; Sessão Plenária de 6/4/11), não se justifica a ingerência na opção eleita discricionariamente pelo Administrador que, a princípio, não evidencia flagrante ilegalidade. De mais a mais, de rigor ressaltar que, conforme admite a Prefeitura de Botucatu no documento que esclarece questionamentos apresentados em sede administrativa, a comprovação da diligência pode ser satisfeita por meio de Declaração formulada pela empresa licitante, nos termos do modelo contido no Anexo VI do Edital, sem necessidade de agendamento. Assim, não me convenço de que os argumentos na inicial sejam o bastante para ensejar a intervenção no andamento do certame, ressalvando, contudo, que tal conclusão não exaure a atividade de controle a cargo deste E. Tribunal, uma vez que a matéria ainda comporta análise ordinária conforme a concretude dos fatos, nos termos das Instruções vigentes. Não havendo, nestes termos, justa causa para se admitir o pleito de medida cautelar, INDEFIRO liminarmente o pedido formulado por Worldcom Comercial Ltda, nego o trâmite sob o rito do Exame Prévio de Edital e determino o arquivamento do expediente. Ao Cartório, para as demais providências, inclusive para que representante e representada sejam intimados desta decisão. Dê-se ciência ao d. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: 00021520.989.20-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU ADVOGADOS: DANILO ATALLA PEREIRA (OAB/SP 172.480) / SERGIO CARLOS FERNANDES (OAB/SP 387.393) CONTRATADA: CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA INTERESSADA: MARIA LUCIA DA SILVA MARQUES ASSUNTO: Tomada de Preços nº 8/2020. Contrato nº 23/2020. Tem por objeto a execução de obras de ampliação, reforma e modernização de polo esportivo situado à Rua Egas dos Santos, 181 - Jardim São Paulo - Embu-Guaçu - SP, com fornecimento de materiais e mão de obra. INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO DEPENDENTE: 00022069.989.20-0 Evento 42. Defiro o pedido, nos termos requeridos, a contar da publicação.

Publique-se.

PROCESSO: 00025179.989.20-7 INTERESSADOS(AS): COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA CGOF - SECRETARIA DA SAUDE Autoridades responsáveis: Jeancarlo Gorinchteyn, José Henrique Germann Ferreira e Wilson Roberto de Lima INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO Responsável pela entidade: Antônio Martins da Silva Neto ASSUNTO: Prestação anual de contas da Administração Financeira EXERCÍCIO: 2019 Notifico os interessados acima nomeados, para que tragam aos autos a documentação relativa à prestação de contas dos recursos repassados no exercício de 2019 em função do Convênio nº 042019, firmado em 26/2/19, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto do Câncer "Arnaldo Vieira de Carvalho", nos termos das Instruções nº 02/2016 desta E. Corte. Consigno que o prazo para resposta é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação deste despacho, advertindo os interessados de que, na ausência de notícias, o processo poderá ir a julgamento à revelia e envolver determinação de devolução de valores, sem prejuízo de sanções aplicáveis à espécie.

Publique-se.

PROCESSO: 00024645.989.20-3 REPRESENTANTE: CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (CNPJ 19.739.025/0001-30) ADVOGADO: CLEBERSON CORREA (OAB/SP 198.391) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI (CNPJ 67.168.856/0001-41) ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do edital do Pregão Presencial n° 060/2020, destinado à contratação de empresa para cessão de uso de programas de informática de gestão pública, compreendendo os serviços de migração e conversão de dados, instalação dos sistemas informatizados e treinamento dos usuários. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00024699.989.20-8 Considerada a notícia de acolhimento de impugnação administrativa (evento 21), assino à representada o prazo de 2 (dois) dias para comprovação de eventual revogação do edital, incluindo prova de publicação na imprensa oficial ou, alternativamente e no mesmo prazo, apresente informações atualizadas a respeito do certame. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00026902.989.20-1 REPRESENTANTE: MARIA DA CONCEICAO NASCIMENTO ROCHA VIEIRA REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Pregão Presencial nº 082/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Ilhabela tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de vias públicas. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00026975.989.20-3 PROCESSO: 00026975.989.20-3 REPRESENTANTE: MIRIAM ATHIE ADVOGADO: MIRIAM ATHIE (OAB/SP 79.338) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Pregão Presencial nº 082/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Ilhabela tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de vias públicas. PROCESSO PRINCIPAL: 26902.989.20-1 Maria da Conceição Nascimento Rocha Vieira e Miriam Athie apresentam petições com o propósito de impugnar o edital do Pregão Presencial nº 082/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Ilhabela tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de vias públicas. Maria da Conceição Nascimento Rocha Vieira, em apertada síntese, volta-se contra: a) os patamares requeridos para os índices contábeis (subitem 1.7.6.), porque dissonantes de contratações "semelhantes e até de maior vulto econômico", em desatenção ao art. 37, XXI, da CF/88 e art. 31, § 1º, e § 5º, da Lei nº 8.666/93; b) a divergência nos equipamentos indicados no Termo de Referência e planilhas de composição de custos, bem como critica a existência de lacunas nesses dois documentos, destacando a ausência de quantitativos mínimos de produção por equipe; a falta de cotação de 4 retroescavadeiras para os serviços de roçada mecanizada; e a omissão de menção a todos os itens do Termo de Referência na Planilha de Custo Médio. Pede o acolhimento de suas razões para que haja a alteração do edital nos termos pleiteados e, caso a licitação seja processada, requer a realização de acompanhamento da execução contratual, com as correlatas penalizações, se cabíveis. Por sua vez, Miriam Athie se opõe: c) à exigência de "declaração do administrador da recuperação", por ser documento de terceiro alheio à disputa e exceder o determinado na Súmula nº 50 deste E. TCESP, bem como salienta que a proximidade do recesso dos Tribunais prejudicará o acesso à documentação necessária, afastando empresas em recuperação judicial da disputa (subitem 14.8.); d) a requisição de reparação do produto defeituoso (subitem 16.9.) e de troca de produto (subitem 17.2.) dentre as obrigações da contratada, pois o objeto não se refere à entrega de bem, mas sim à prestação de serviços; e) a divergência na data máxima de fabricação para os equipamentos e veículos (p. 30, Anexo I), devendo prevalecer a idade de até 10 anos de fabricação nos termos da jurisprudência desta Corte; f) a ausência de discriminação dos tributos relativos à Fazenda Municipal que serão solicitados, em desatenção à orientação de que devem ser requeridos apenas tributos relacionados ao objeto, tributos mobiliários no caso (subitem 1.5.); g) a demanda de índice de liquidez corrente em patamar superior a 1,43 para fins de qualificação econômico-financeira, por destoar daqueles praticados no mercado (subitem 1.7.6.); e, h) a falta de indicação do aterro sanitário, por prejudicar a objetividade e isonomia da disputa, além de criticar a referência de que os detritos poderão ser levados ao aterro por veículo da Prefeitura, pois isso impacta a necessidade de disponibilização de veículos e consequentemente na formação do preço. Requer a imediata suspensão do certame, a correção por parte da Municipalidade das falhas apontadas e o acolhimento de sua representação. Segundo o edital apresentado por ambas as postulantes, o recebimento dos envelopes está marcado para ocorrer às 10h10 do dia 17/12/20 (quinta-feira). O conjunto de apontamentos suscitados quanto à existência de lacunas, divergências e excessos no edital sustenta a verossimilhança da dúvida quanto a eventual prejuízo à formulação de propostas e ao acesso isonômico à competição. Dessa feita, justifica-se a intervenção desta Corte no procedimento em pauta, com o intuito de se evitar prejuízo não só a direitos subjetivos como também ao interesse público. Nesse contexto, DEFIRO medida liminar às representantes Maria da Conceição Nascimento Rocha Vieira e Miriam Athie, mandando que a Prefeitura Municipal de Ilhabela suspenda o andamento do Pregão Presencial nº 082/2020, bem como determinando o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assim sendo, assino à Autoridade Responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tome conhecimento das representações e do conteúdo dessa liminar, encaminhando informações e documentos, bem como cópia do instrumento convocatório impugnado, para esclarecimento das controvérsias apresentadas. Por último, reitero aos responsáveis legais a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta Corte sobre o mérito da matéria, devendo eventual anulação ou revogação do certame ser informada no processo com a juntada da respectiva publicação no DOE.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026919.989.20-2 REPRESENTANTE: NOVO TEMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital do Pregão Presencial nº 031/2020, certame destinado ao registro de preços para eventual aquisição de uniformes e tênis escolares. Trata-se de impugnação apresentada por Novo Tempo Indústria e Comércio de Artigos Escolares EIRELI em face do Edital do Pregão Presencial nº 031/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Suzano visando ao registro de preços para eventual aquisição de uniformes e tênis escolares. Alega a representante que a Prefeitura estabelece especificações para os itens de vestuário suficientes para distingui-los dos produtos comuns e de pronta disponibilidade no mercado, implicando restrição à competição. Exemplifica, nesse sentido, com o tipo de tecido exigido na confecção das peças (malha indesmalhavel 88% Poliéster 9,5% Elastano 2,5% Poliamida"; "forro em matelassê revestido com bember na sua parte interna, manta acrílica 100% Poliéster, com gramatura de 120 g/m² e 100 mm de espessura"; dentre outros), bem como determinadas características especiais de solado (cabedal confeccionado a partir de solda eletrônica de alta frequência; e solado com desenho específico, contendo gravação do nome do órgão licitante), que determinariam a necessidade de usinagem de jogos de matrizes de alumínio personalizadas para o corte do

cabedal de toda a grade de numeração. Além disso, nada obstante todas as particularidades do material demandado, destaca a exigência de que a vencedora apresente amostras das peças no prazo de apenas 10 (dez) dias úteis, o que lhe parece inexequível. Assim se manifesta na medida em que a preparação das peças, incluindo a usinagem de ferramentas especiais, demandaria das licitantes não menos do que 30 (trinta) dias, tendo em vista não somente os reflexos nas atividades empresariais e a falta de insumos que a pandemia do COVID-19 vem acarretando, mas também o período de recesso de fim de ano que ocasionará a suspenção dos processos produtivos, de modo que a diligência poderá ser cumprida apenas por determinada empresa que já disponha de tais produtos em estoque. Nesses termos, requer a imediata sustação do processo de licitação para que, na análise de mérito, seja decretada a procedência da representação e a retificação do Edital nos termos arguidos. A inicial apresenta-se formalmente adequada ao art. 220, § 2º, do Regimento Interno. Segundo o Edital impugnado, a abertura da disputa está agendada para ocorrer no dia 15/12/2020, a partir das 9h. O tema proposto pela representante tem ocupado com certa frequência a pauta de trabalhos do E. Plenário. Afinal, a caracterização de bens e serviços nos objetos de certames licitatórios não raro exige do Administrador a sintonia fina entre o razoável detalhamento daquilo que é pretendido e os limites a ele impostos pelos princípios jurídicos que regem a sua atuação. Trata-se de exercício focado na indicação para o mercado daquilo que o interesse público almeja, sem que, de outra parte, se estabeleça discriminação indevida entre os interessados. Em situações como a presente, por isso, procuro prestigiar a análise casuística da matéria, na medida em que as vicissitudes de cada caso podem orientar valorações distintas sobre temas apenas aparentemente assemelhados. No caso presente, a especificidade de matérias-primas, insumos e processos produtivos ligados às peças de vestuário, com destaque para a necessária gravação do nome da Prefeitura nos solados dos calçados, configuram aspectos que suscitam dúvia e remetem à providência de cautela. Ademais, assumindo que os tecidos demandados de fato se distinguem do que a indústria têxtil tradicionalmente oferece ao mercado, o prazo para que a licitante vencedora submeta amostras de seu material para análise e aprovação passa a constituir variável de extrema sensibilidade. Considerando, ademais, o volume de recursos públicos previstos para a futura contratação (R$ 22.303.800,00), ainda que em sede de Exame Prévio de Edital, penso que a oportunidade abre espaço para que avancemos no aprofundamento da matéria. Por tais razões, prefiro acolher o pedido em preliminar, essencialmente para preservar direitos e propiciar à Prefeitura de Suzano a chance de apresentar informações e os fundamentos técnico-jurídicos que a conduziram a incluir no Termo de Referência do Pregão em questão tal grau de detalhamento das peças de vestuário e calçados que pretende adquirir. Nesse contexto, DEFIRO medida liminar à representante Novo Tempo Indústria e Comércio de Artigos Escolares EIRELI, para o fim de determinar a paralisação do Pregão Presencial nº 031/2020, da Prefeitura Municipal de Suzano, como também o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assino à Autoridade responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que tome conhecimento da representação, encaminhando cópia integral do instrumento convocatório impugnado e eventuais justificativas de interesse. Por último, alerto aos responsáveis sobre a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta Corte sobre o mérito das matérias, salvo eventual anulação ou revogação do certame, esclarecendo-lhes, igualmente, que por se tratar de processos eletrônicos, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão, das representações e demais documentos poderá ser obtida, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br. No caso de revogação ou anulação do Edital, tais atos deverão ser informados no processo, com a juntada das respectivas publicações no DOE.

Publique-se.

PROCESSO: 00026999.989.20-5 REPRESENTANTE: EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA (CNPJ 44.993.632/0001-79) ADVOGADO: FABIO IZIQUE CHEBABI (OAB/SP 184.668) REPRESENTADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL DE SOROCABA - URBES - TRÂNSITO E TRANSPORTE ASSUNTO: Representação contra o edital da Concorrência nº 001/2020, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, por intermédio da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba - URBES - Trânsito e Transporte, tendo por objeto a concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de (lote 2). Empresas Reunidas Paulista Ltda., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 44.993.632/0001-79 e por seus advogados constituídos, impugnou o edital da Concorrência nº 001/2020, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Sorocaba por intermédio da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba – URBES – Trânsito e Transporte, com propósito de conceder a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano naquela localidade. Em suma, sustentou a necessidade da realização da disputa no formato eletrônico (telepresencial), basicamente em função do aumento dos casos de infectados pelo coronavírus e da pandemia existente no país. De outra parte, questionou a obrigatoriedade das especificações técnicas dos veículos (motorização traseira ou dianteira, ar condicionado, tomadas para carregador de celular, sistema "Wifi" gratuito aos usuários e tecnologia "Padron"), argumentando haver majoração de custos na execução do contrato sem qualquer justificativa. Mais ainda, criticou a planilha do fluxo de caixa dos investimentos, aduzindo que, sob a perspectiva da demanda, o retorno da operação seria inexequível, sobretudo no contexto atual de pandemia. Ao final, requereu a suspensão liminar da licitação, com ulterior alteração e adequação do instrumento. Inicial em termos, devidamente acompanhada da documentação exigida no nosso Regimento Interno, tendo sido distribuída pela E. Presidência por prevenção, em função da conexão da matéria com aquelas tratadas nos processos TC-015727.989.18-8 e TC-006840.989.19-8, este a propósito do qual o E. Plenário aprovou voto que proferi para o fim de julgar parcialmente procedente representação subscrita por André Nardini de Oliveira Roland contra o mesmo edital (Sessão de 8/5/19, v. Acórdão publicado no DOE de 19/6/19). Não obstante, reza a nossa jurisprudência que, em sede de exame prévio, não cabe nova representação contra edital de licitação retificado em cumprimento de decisão definitiva deste E. Tribunal (cf. TC-025243/026/03, Tribunal Pleno, Sessão de 15/10/03, relator eminente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga; TC-017253/026/10, Tribunal Pleno, Sessão de 16/6/10, sob minha relatoria; TC-010758/026/11, Tribunal Pleno, Sessão de 30/3/11, relator Conselheiro Fulvio Julião Biazzi; TC-000020.989.13-3, Tribunal Pleno, Sessão de 20/2/13, redator Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues; TC-000001.989.13-6 e TC-000004.989.13-6, Exame Prévio de Edital, Tribunal Pleno, Sessão de 27/2/13, sob minha relatoria, dentre outros). Assim, resta esgotada a análise do edital na via extraordinária, sem prejuízo da fiscalização "a posteriori" dos atos da Administração, se selecionado o futuro contrato na conformidade das Instruções vigentes desta E. Corte. Considerada a inviabilidade jurídica de apreciação da matéria e com fundamento na parte final do § 1º, do art. 220 do Regimento Interno deste E. Tribunal, INDEFIRO a liminar requerida por Empresas Reunidas Paulista Ltda., nego o trâmite sob o rito do Exame Prévio de Edital e determino o arquivamento do processo. Ao Cartório para providências, notadamente para ciência do d. MPC e intimações da representante e das representadas.

Publique-se.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-008/019/20. Convenente: Secretaria do Estado da Saúde. Responsáveis: David Everson Uip, Marco Antônio Zago (ex-Secretários), Benedito Carlos Rocha Westin (Diretor Técnico de Saúde III) e Jean Carlo Gorinchteyn (atual Secretário). Conveniada: Fundação Espírita Américo Bairral. Responsável: Alberto Luís de Mello Rosatto (Presidente). Assunto: Prestação de contas dos recursos financeiros concedidos em 2015, no valor de R$ 1.254.000,00, decorrente do Convênio nº 255/2014, apreciado no TC12032/026/14. Em Exame: Expediente TC-3246/026/20 (fls.262/278) – Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Espírita Américo Bairral, por seu procurador Dr. João Aéssio Nogueira (OAB/SP nº 139.706). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, na forma e para os fins solicitados.

Publique-se.

Processo: TC-000046/007/20. Órgão Público: Secretaria do Estado da Saúde. Gestor atual: Jean Gorynchtein. Responsáveis: David Everson Uip – Secretário de Estado da Saúde à época (período de 01/01/2018 a 17/04/2018). Marco Antônio Zago – Secretário de Estado da Saúde à época (Período de 18/04/2018 a 18/05/2018, 31/05/2018 a 23/11/2018 e 06/12/2018 a 31/12/2018). Entidade conveniada: Sociedade Beneficente São Camilo. Responsável: João Batista Gomes de Lima (Presidente). Objeto: Prestação de Contas relativas a repasses realizados no exercício de 2018, em decorrência do Convênio nº 001.0500.000010/2013, destinado à prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra referência do SUS, sem prejuízo da observância do Sistema Regulador de Urgências/Emergências, quando for o caso, no Hospital Universitário de Taubaté. Advogados: Aline Andrade Kellner Brito (OAB/SP nº. 287.372), Michel Germano Kellner Brito (OAB/SP nº. 291.987). Jacques Jean Ferraz Egídio da Silva (OAB/SP nº. 291.257), Luiz Fernando Izidoro da Silva (OAB/SP nº. 334.618), Caroline Araújo Fazenda (OAB/SP nº. 348.389), Gustavo Migoto Castro (OAB/SP nº. 390.602), Nathan Vinhas Marques (OAB/SP nº. 302.795), Felipe Carlos da Silva (OAB/SP nº. 302.375), Francielen da Costa Noranha (OAB/SP nº. 361.014) e Allex Herick Duarte Zapotoczny (OAB/SP nº. 394.204). Em exame nos presentes autos, prestação de contas relativas a repasses realizados no exercício de 2018, em decorrência do Convênio nº 001.0500.000010/2013, destinado à prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra referência do SUS, sem prejuízo da observância do Sistema Regulador de Urgências/Emergências, quando for o caso, no Hospital Universitário de Taubaté. Preliminarmente, observo que a Sociedade Beneficente São Camilo, devidamente representada por advogado constituído, após tomar vista dos autos, conforme comprovantes a fls. 108/115, compareceu espontaneamente por petição protocolada sob TC-2471/026/20, com as alegações e documentos que entendeu pertinentes, em face do Relatório da Fiscalização, constante das fls. 67/107. Sendo assim, expeçam-se as notificações aos responsáveis pela Secretaria de Estado da Saúde para que, após tomarem conhecimento dos autos, e dos apontamentos constantes do Relatório da Fiscalização, apresentem as alegações e documentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Nada obsta que, no mesmo prazo, a Sociedade Beneficente São Camilo apresente justificativas e documentos complementares. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação dos responsáveis, à PFE e ao MPC, nos termos regimentais.

Publique-se.

Processo: TC-0058/007/13. Órgão Concessor: Prefeitura Municipal de Caçapava. Responsáveis: Carlos Antonio Vilela (ex-Prefeito) , Darcy Breves de Almeida (ex-Vice-Prefeita) e c(Prefeito Municipal). Beneficiária: Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista – GEPRON. Responsáveis: Olavo Silva de Freitas (ex-Presidente). Edson Luis Gaspar Nunes (Presidente). Assunto: Prestação de contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor. Valor: R$439.655,60. Advogados(as): Lucas Biava Miquinloty (OAB/SP-272.695), Flávia Maria Palavéri (OAB/SP-137.889), Fabiana Balbino Vieira (OAB/SP-238.056), e outros. Por meio dos expedientes TC-24171/026/17 e TC-273/001/18, os advogados Drs. Luiz Wolgran Teixeira Ferreira (OAB/MG-98.725), Fabrício Andrade dos Reis (OAB/SP-250.417) e .Daniel Augusto Cortez Juares (OAB/SP nº 252.611), requerem a exclusão de seus nomes da contracapa dos autos, fazendo cessar, assim, o recebimento de intimações. Ciente do quanto requerido. Considerando a informação da fiscalização, bem como a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica (fls. 187/194 e 210), expeçam-se notificações pessoais aos responsáveis, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações e documentações que entenderem pertinentes. Voltem os autos pela ATJ e MPC.

Publique-se.

Processo: TC-62/018/18. Contratante: Secretaria de Estado da Saúde. Gestor atual: Jean Gorynchtein. Responsáveis: David Everson Uip – Secretário Estadual da Saúde à época (01/01/2018 a 17/04/2018). Marco Antônio Zago – Secretário Estadual da Saúde (18/04/2018 a 18/05/2018, de 31/05/2018 a 23/11/2018 e 06/12/2018 a 31/12/2018). Antônio Rúgolo Júnior - Secretário Estadual da Saúde (19/005/2018 a 30/05/2018 e 24/11/2018 a 05/12/2018). Org. Social: Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP. Responsável: Antônio Rúgolo Junior – Diretor Presidente – Período de 01/01/2018 a 26/04/2018. Trajano Sardenberg– Diretor Presidente – Período de 27/04/2018 a 31/05/2018. Ent. Gerenciada: Ambulatório Médico de Especialidades "Celina Maria Vendramini França" – AME de Tupã. Assunto: Prestação de Contas do Contrato de Gestão n° 001.0500.000.016/2013, firmado em 29/05/2013, referente ao exercício de 2018. Nos termos propostos por PFE a fls. 116, expeçam-se as notificações pessoais que se fizerem oportunas, com os alertas de estilo. Aguarde-se no Cartório a apresentação de eventuais documentos. Após, à PFE e ao MPC, nos termos regimentais.

Publique-se.

Processo: TC-000111/016/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Responsável: José Benedito Ferreira (Prefeito à época). Contratada: Maria Cecília Antunes Rodrigues Passarinho – ME. Objeto: Aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para merenda. Processo: TC-000112/016/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre Responsável: José Benedito Ferreira (Prefeito à época). Contratada: J. P. dos Santos Prestes Filho. Papelaria ME. Objeto: Aquisição de material escolar. Processo: TC-000113/016/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Responsável: José Benedito Ferreira (Prefeito à época). Contratada: Cristiano Borges da Silva – ME. Objeto: Aquisição de material escolar. Processo: TC-000114/016/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Responsável: José Benedito Ferreira (Prefeito à época). Contratada: Juarez Donizete Amancio da Cruz - ME. Objeto: Aquisição de material de consumo para o Departamento de Educação. Processo: TC-000115/016/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Responsável: José Benedito Ferreira (Prefeito à época). Contratada: Natalia Silva Maria – ME. Objeto: Aquisição de serviços de transporte de Alunos. Advogado: Gerardo Vani Junior. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Vistos. Retornam presentes autos a este Cartório após o trânsito em julgado do Acórdão do E. Plenário (DOE de 12/09/2019) que extinguiu sem julgamento de mérito a Ação de Rescisão de Julgado protocolada sob TC-029310/026/16, ajuizada pelo Sr. Carlos Eduardo Vieira Ribeiro, ex-Prefeito do Município de Monte Alegre, com a pretensão de desconstituir a decisão publicada no DOE de 25/08/2015, que lhe aplicara multa de 160 (cento e sessenta) UFESPs pela falta de adoção de providências cabíveis em razão da determinação exarada nos autos. Conforme atesta a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a fls. 602, mesmo após o trânsito em julgado da referida Ação de Rescisão, o responsável deixou de recolher ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal o valor correspondente à multa. Nessa conformidade, providencie-se a inscrição do débito correspondente em dívida ativa. Em seguida, considerando a documentação juntada a fls. 342/554, que versa sobre o Relatório Final da Sindicância instaurada pela Municipalidade em razão das irregularidades constatadas nos presentes autos, encaminhem-se os autos ao arquivo.

Publique-se.

Processo: TC-000296/008/11. Representante: Constroeste Construtora e Participações Ltda., por sua advogada Elisângela de Oliveira Machado (OAB/SP n° 202.079). Representada: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. Gestor atual: André Giovanni Pessuto Cândido. Prefeito à época: Luiz Vilar de Siqueira. Matéria: -Possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial n° 029/11, promovido pelo Executivo de Fernandópolis, objetivando o registro de preços para a realização de recapeamento asfáltico no município. -Ata de Registro de Preços de 14/04/11. Contratos n°s 109/11, 122/11 e 123/11, celebrados entre a Prefeitura de Fernandópolis e a empresa Demop Participações Ltda., em 14/04/11, 21/04/11 e 21/04/11 – Valor(es) R$ 2.484.645,20, R$ 558.067,00 e R$ 148.938,40. Procuradores: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP n° 109.013), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP n° 242.953), Gerson Januário Júnior (OAB/SP n° 330.445) e outros. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO . Vistos. Observo que, em atenção ao quanto determinado no Despacho publicado no DOE de 08/05/2019 (fls. 353/355), a Prefeitura Municipal de Fernandópolis compareceu aos autos por meio da petição protocolada sob TC- 110/011/49 (366/372), subscrita pelo Procurador Jurídico do Município, Dr. Gerson Januário Júnior (OAB/SP n° 330.445), comprovando a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa conforme Portaria de Instauração nº. 18.874, de 10/09/2019. Tomo conhecimento das providências adotadas, ficando o Município de Fernandópolis, desde já notificado para comunicar a este Tribunal o deslinde do referido procedimento administrativo. No tocante à multa aplicada ao Sr. Luiz Vilar de Siqueira, observo que, em face do não recolhimento do valor, o débito foi inscrito em Dívida Ativa, conforme Certidão acostada a fls. 386. Nessa conformidade, não subsistindo documentos pendentes de apreciação ou providências a cargo desta Relatoria, encaminhem-se os autos ao arquivo.

Publique-se.

Processo: TC-303/003/15. Contratante: Prefeitura Municipal de Monte Mor. Prefeito atual: Thiago Giatti Assis. Responsável que firmou os instrumentos: Rodrigo Maia Santos (Prefeito Municipal). Contratada: EDE Terraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construções Ltda. Responsável: Emer Elias Abou Jaoude (Sócio Proprietário). Objeto: Registro de preços para prestação de serviço de recapeamento asfáltico (sobre pavimento existente) em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em diversas ruas do município de Monte Mor, com fornecimento de todo material e equipamento mínimos constantes do contrato, de acordo com a proposta da contratada e demais anexos do Edital. Em exame: Concorrência nº 001/2001; - Ata de Registro de Preços nº 061/2011. - Contrato nº 074/2011, de 16/06/2011, no valor de R$ 4.263.652,91 e vigência de 12 meses (fls. 1760/1766). Advogados: Eudes Mochiutti – OAB/SP 268.751 – Consultor Jurídico, Rosely de Jesus Lemos – OAB/SP 124.850, José Américo Lombardi – OAB/SP 107.319 e Outros. Processo: TC-304/003/15. Contratante: Prefeitura Municipal de Monte Mor. Prefeito atual: Thiago Giatti Assis. Responsável que firmou os instrumentos: Rodrigo Maia Santos (Prefeito Municipal). Contratada: EDE Terraplenagem, Pavimentação, Engenharia e Construções Ltda. Responsável: Emer Elias Abou Jaoude (Sócio Proprietário). Objeto: Registro de preços para o fornecimento futuro e parcelado de mão de obra e equipamentos para execução de serviços de infraestrutura urbana, compreendendo execução de galerias de águas pluviais, guias e sarjetas e pavimentação asfáltica em ruas do Município de Monte Mor, de acordo com a proposta da contratada e demais anexos do Edital. Em exame: - Concorrência nº 003/2001; - Ata de Registro de Preços nº 093/2011. - Contrato nº 122/2011, de 04/10/2011, no valor de R$ 4.004.437,86 e vigência de 12 meses (fls. 1187/1195). Advogados: Eudes Mochiutti – OAB/SP 268.751 – Consultor Jurídico e Outros. Vistos. Conforme acórdão publicado no DOE de 15/10/2019, a E. Primeira Câmara julgou irregulares as Concorrências nºs 001/2011 e 003/2011, as Atas de Registro de Preços nº 061/2011 de 16/06/11 (Contrato nº 074/2011) e nº 0093/2011 de 04/10/11 (Contrato nº 122/2011), examinadas nestes autos, acionando o artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Fixou o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expiração do prazo recursal, para que o responsável informe este E. Tribunal acerca das medidas adotadas em face do decidido. Por petições protocoladas sob TC-338/026/20 e TC- 339/026/20, a Prefeitura Municipal de Monte Mor, representada por seu procurador, comparece voluntariamente aos autos noticiando a instauração de Sindicância Administrativa, por meio da Portaria Nº. 5.341, de 19/12/2019, com vistas à apuração dos fatos tratados nos presentes autos e apuração de possíveis responsabilidades funcionais. Tomo conhecimento das providências adotadas, ficando desde logo o Município notificado para que mantenha este Tribunal informado a respeito do deslinde do procedimento administrativo noticiado. Expedido Ofício ao Chefe do Poder Legislativo de Monte Mor, nos termos do que dispõe o artigo 2º, XV, da Lei Complementar nº. 709/93, não subsistem providências a cargo desta Relatora. Nessa conformidade, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Processo: TC-000641.989.12. Representante: Citrório São José do Rio Preto Ltda – por meio de sua representante legal – Sra. Vanessa Mota de Oliveira. Representada: Prefeitura Municipal de Sertãozinho Responsável: Nério Garcia da Costa – Prefeito Municipal à época Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Sertãozinho, no Pregão Presencial nº 70/2012, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis. Procuradores: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889); Paulo Loureiro de Almeida Campos (OAB/SP nº 291.993); Gislaine Mazer (Procuradora Geral – OAB/SP nº 129.011) e outros. Prefeito atual: José Alberto Gimenez. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Vistos. Observo que, embora notificado pessoalmente com os necessários alertas, por meio do Ofício C.CCM nº. 3110/2019, entregue em 05/11/2019 (fls. 235/236), o Senhor Nério Garcia da Costa deixou de providenciar o recolhimento da multa lhe fora imposta, o que ensejou a inscrição do débito em Dívida Ativa, conforme Certidão acostada a fls. 245. Nessa conformidade, não subsistindo documentos pendentes de apreciação ou providências a cargo desta Relatora, determino o arquivamento dos autos.

Publique-se.

Processo: TC-1179/009/16. Órgão Público: Prefeitura Municipal de Sorocaba. Entidade conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba. Responsáveis: Antônio Carlos Pannunzio, Prefeito; Edith Maria Garboggini Di Giorgi, Vice-Prefeita; José Antônio Fasiaben, Provedor da Entidade. Assunto: Prestação de contas – Convênio firmado em 4.11.2011, examinado no TC-119/009/12. Exercício: 2013. Valor: R$ 17.213.908,08. Advogados: Laura Botto de Barros Nascimento Santos – OAB/SP nº 359.723, Douglas Domingos de Moraes – OAB/SP nº 185.885 e outros. Em Exame: Expediente TC-3389/026/20 (fls.184/185) – Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pelo Município de Sorocaba, por sua procuradora Dra. Érika Capella Fernandes (OAB/SP nº 330.995). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, na forma e para os fins solicitados.

Publique-se.

Processo: TC-1405/004/13. Órgão Concessor: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo. Responsáveis: Maura Soares Romualdo Macieirinha (ex-Prefeita) e Otacílio Parras Assis (Prefeito Municipal). Beneficiária: Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista – GEPRON. Responsáveis: Olavo Silva de Freitas (ex-Presidente). Edson Luis Gaspar Nunes (Presidente). Assunto: Prestação de contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor. Valor: R$439.655,60. Advogados(as): Luciana Maria de Morais Junqueira (OAB/SP- 148.222), Flávia Maria Palavéri (OAB/SP-137.889), Fabiana Balbino Vieira (OAB/SP-238.056), Karina Oliveira Ferreira (OAB/SP-340.100), Jamile Zanchetta Marques (OAB/SP-273.567), e outros. Por meio dos expedientes TC-24169/026/17 e TC- 271/001/18, os advogados Drs. Luiz Wolgran Teixeira Ferreira (OAB/MG-98.725), Fabrício Andrade dos Reis (OAB/SP-250.417) e Daniel Augusto Cortez Juares (OAB/SP nº 252.611), requerem a exclusão de seus nomes da contracapa dos autos, fazendo cessar, assim, o recebimento de intimações. Ciente. Considerando a informação da fiscalização, bem como a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica (fls. 147/148 e 593), expeçam-se notificações pessoais aos responsáveis, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresentem o comprovante de recolhimento ao Erário Municipal da quantia de R$84.261,41, correspondente às despesas não comprovadas, devidamente atualizada, e/ou as alegações e documentações que entenderem pertinentes. Voltem os autos pela ATJ.

Publique-se.

Processo: TC-1558/009/12. Contratante: Prefeitura Municipal de Ibiúna. Prefeito atual: João Benedicto de Mello Neto. Contratada: Barroforte Comércio, Transporte, Terraplenagem Ltda. EPP. Objeto: Contratação de Empresa para locação de máquinas motoniveladora, retroescavadeira e carregadora mecânica sobre pneus para manutenção de estradas municipais nos bairros de Ibiúna. Matéria: Dispensa de Licitação (art. 24 IV, da Lei nº. 8.666/93) e Contrato Emergencial nº. 14/2010, celebrado em 01/03/2010, no valor de R$ 896.000,00. Autoridade que dispensou a licitação e ratificou a dispensa de licitação, e que firmou o contrato: Coiti Muramatsu (Prefeito à época). Procuradores: Elizabeth Fática Di Fuccio Catanase (OAB/SP nº. 37.148), Raphael Cardoso Duarte Ramos (OAB/SP nº. 322.227), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº. 317.849), Eduardo Leandro Queiroz e Souza (OAB/SP nº. 109.013), Beatriz Neme Ansarah (OAB/SP nº. 242.274) e outros. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Vistos. Conforme Acórdão publicado no DOE de 13/01/2016 (fls. 140), a E. Primeira Câmara julgou irregulares a Dispensa de Licitação e o decorrente Contrato nº. 14/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ibiúna e a empresa Barroforte Comércio, Transporte, Terraplenagem Ltda. EPP., com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º, da Lei Complementar nº. 709/93. Decidiu ainda aplicar ao responsável, o Sr. Coiti Muramatsu, multa de 200 (duzentas) UFESPs nos termos do artigo 104, II, do mesmo Diploma Legal. Essa decisão foi mantida pelo E. Tribunal Pleno ao examinar Recursos Ordinários interpostos, a teor do Acórdão publicado no DOE de 13/09/2019 (fls. 240/242). Com o trânsito em julgado, em 20/09/2019 (Certidão a fls. 244), a Prefeitura Municipal de Ibiúna, representada pelo atual Prefeito, o João Benedicto de Mello Neto, compareceu voluntariamente por meio do Expediente TC-1/009/20 (fls. 246/461), encaminhando cópia do Processo de Sindicância nº. 245/2016, cujo Relatório Final consta das fls. 419/451, aprovado pelo então Prefeito, o Sr. Fábio Bello de Oliveira (fls. 451-v). Tomo conhecimento das providências adotadas. No que diz respeito à multa imposta ao Sr. Coiti Muramatsu, determino a expedição de ofício, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para que comprove o respectivo recolhimento, sob pena de inscrição do valor correspondente ao débito em dívida ativa. Ocorrendo o recolhimento, ao DCF para atestar o ingresso dos valores no Fundo Especial de Despesa deste Tribunal. Diante do não recolhimento e da ausência de novos documentos, inscreva-se o débito em Dívida Ativa. Republicado por ter saído com incorreções no DOE de 08/12/2020.

Publique-se.

Processo: TC-1656/002/12. Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Reginópolis. Responsáveis: Marco Antonio Martins Bastos - Prefeito à época. Carolina Araújo de Sousa Veríssimo – Prefeita atual. Beneficiária: Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste (GEPRON). Responsáveis: Olavo Silva de Freitas e Edson Luís Gaspar Nunes – Presidentes. Objeto: Prestação de Contas no valor de R$ 183.951,191 no exercício de 2011, decorrente do Termo de Parceria nº 02/2010. Advogados: Matheus Ricardo Jacon Matias – OAB/SP nº. 161.119; Emerson de Hypolito – OAB/SP nº. 147.410; Lucas Biava Miquinioty – OAB/SP nº. 272.695; Fabiana Balbino Vieira (OAB/SP nº. 238.056); Sandoval Aparecido Simas (OAB/SP nº. 144.708); Jamile Zanchetta Marques (OAB/SP nº. 273.567) e outros. Assunto: Cumprimento de Decisão. Vistos. Em resposta ao Ofício C.CCM nº 2746/2019, a Prefeitura Municipal de Reginópolis comparece aos autos, por meio do Expediente TC- 242/002/19, noticiando o ajuizamento de Ação de Cobrança (processo nº 0000695-59.2016.8.26.0594) em face de Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista – GEPRON, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Pirajuí, visando à recomposição do Erário Municipal quanto aos valores repassados no âmbito do Termo de Parceria nº. 02/2010. Tomo conhecimento das medidas adotadas na esfera judicial com vistas ao ressarcimento do Erário, ficando desde já a Prefeitura Municipal de Reginópolis notificada para que comunique a este Tribunal o deslinde do feito. Não subsistindo providências a cargo desta Relatora, encaminhem-se os autos ao arquivo.

Publique-se.

Processo: TC-1837/002/11. Órgão Concessor: Prefeitura Municipal De Reginópolis. Responsáveis: MARCO Antonio Martins Bastos – Prefeito 2009/2016 Carolina Araújo S. Veríssimo – Prefeita atual. Beneficiária: Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista – Gepron. Responsável (is): Olavo Silva de Freitas – Presidente. Assunto: Repasses ao Terceiro Setor – Termo De Parceria 03/2010. Valor: R$ 102.337,16 Exercício: 2010. Instrução: UR-2 Unidade Regional De Bauru / DSF-II. Advogados: Cléber Serafim Dos Santos – OAB/SP 136.518 Sandoval Aparecido Simas – OAB/SP 144.708 Lucas Biava Miquinioty – OAB/SP 272.695 Émerson De Hypólito – OAB/SP 147.410 e outros, Daniel Augusto Cortez Juares – OAB/SP 252.611 Jamile Zanchetta Marques – OAB/SP 273.567. Em exame: Expedientes TC-24173/026/17 (fls.880) e TC-280/001/18 (fls.881/882). Comunicação de Renúncia formulada pelos advogados Dr. Luiz Wolgran Teixeira Ferreira (OAB/MG nº 98.725), Dr. Fabricio Andrade dos Reis (OAB/SP nº 250.417) e Dr. Daniel Augusto Cortez Juares, (OAB/SP nº 252.611). Vistos. Por meio dos expedientes TC-24173/026/17 e TC- 280/001/18, os advogados, Dr. Luiz Wolgran Teixeira Ferreira (OAB/MG nº 98.725), Dr. Fabricio Andrade dos Reis (OAB/SP nº 250.417) e Dr. Daniel Augusto Cortez Juares, (OAB/SP nº 252.611) comunicam a Renúncia aos Poderes que lhe foram outorgados pelo INSTITUTO DE GESTÃO DE PROJETOS DA NOROESTE PAULISTA –GEPRON. Considerando que o interessado permanece representado por advogado igualmente constituído pela procuração juntada à (fls. 868), desnecessária a comprovação do cumprimento do caput do artigo 112 Código de Processo Civil, a teor do §2º do mesmo dispositivo legal. Tomo ciência do quanto noticiado, devendo o Cartório providenciar as anotações necessárias. Por oportuno, considerando o quanto disposto no artigo 1º e parágrafo único, do Ato GP nº. 11/2020, publicado no DOE de 29/07/2020, concedo a todos os interessados e/ou seus procuradores vista e extração de cópias dos autos,

pelo prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste despacho, observadas as cautelas de estilo. Alertem-se aos interessados e respectivos procuradores para as disposições do artigo 10 do Ato GP nº. 12/2020, igualmente publicado no DOE de 29/07/2020, acerca dos procedimentos para agendamento e comparecimento a este Tribunal (Disponível em https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/ato/ato-gp-122020sistema-gradual--retornoao- trabalho-presencial).

Publique-se.

Processo: TC-2369/003/13. Recorrente: Sr. Jean Ulisses Campos Carlucci – Coordenador junto à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado, da Secretaria da Administração Penitenciária. Em exame: Recurso Ordinário interposto em face do Acórdão (DOE de 30/7/16; fls. 263/264), que julgou parcialmente irregular a prestação de contas apresentada pela Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária Centro de Ressocialização de Mogi Mirim – AMPAC, no exercício de 2011 (período de janeiro a agosto). Trata o processo TC-12369/003/13, nessa fase processual, do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Jean Ulisses Campos Carlucci , Coordenador das Unidades Prisionais da Região Central do Estado, da Secretaria da Administração Penitenciária, em face do Acórdão (DOE de 30/7/16; fls. 263/264), que julgou parcialmente irregular a prestação de contas apresentada pela Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária Centro de Ressocialização de Mogi Mirim – AMPAC, no exercício de 2011 (período de janeiro a agosto). Considerando as manifestações da Assessoria Técnico-Jurídica, bem como da Procuradoria da Fazenda do Estado (fls. 286/287 e 293), notifique-se o recorrente para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações e documentos que se fizerem oportunos, acerca da correção dos valores mencionados no Recurso Ordinário. Voltem os autos pela ATJ e PFE.

Publique-se.

Processo: TC-002675/003/12. Concessor: Prefeitura Municipal de Itapura. Beneficiária: ONG Bola Pra Frente. Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor Termo De Parceria. Exercício: 2011. Valor: R$252.000,00. Advogados: Dr. Marcos Jordão Teixeira do Amaral Filho – (OAB/SP nº 74.481), Dra. Agatha Alves de Araújo (OAB/SP nº 418.902), Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013) e outros. Em Exame: Expediente TC-3376/026/20 (fls.341/345) – Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pela Prefeitura Municipal de Itapira, por seus procuradores Dra. Agatha Alves de Araújo (OAB/SP nº 418.902) e Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013). Defiro o prazo requerido de 30 (trinta) dias, a partir da publicação do presente.

Publique-se.

Processo: TC-10275/026/11. Representante: José Roberto Cornetti Veloso, Munícipe de Pindamonhangaba. Prefeito Atual: Isael Domingues. Responsável: João Antonio Salgado Ribeiro, Prefeito Municipal à época. Representada: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba. Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, relativas à receita de IPTU, contrato com empresas de transportes de atletas e aditamento concedidos à Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer. Advogados: Rodrigo Moreira Sodero Victório (OAB/SP nº 254.585), José Carlos Teixeira Júnior (OAB/SP nº 149.998), Synthea Telles de Castro Schmidt (OAB/SP nº 102.647) e outros. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Vistos. Conforme Despacho publicado no DOE de 23/09/2020, apliquei ao Sr. Isael Domingues multa no valor correspondente a 160 (cento e sessenta UFESP's), nos termos preconizados no inciso III, do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93. Referida decisão foi mantida pela E. Primeira Câmara ao apreciar o recurso de Agravo interposto, a teor do Acórdão publicado no DOE de 22/11/2019, com trânsito em julgado em 02/12/2019. Embora notificado pessoalmente por meio do Ofício C.CCM nº. 141/2020 (entregue em 18/02/2020), o Sr. Isael Domingues deixou de providenciar o recolhimento da multa que lhe fora imposta, conforme atesta a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a fls. 1116. Nessa conformidade, determino a inscrição do débito em dívida ativa. Adotada tal providência, não subsistindo documentos pendentes de apreciação ou providências a cargo desta relatora, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Processo: TC-20293/026/09. Representante: Sérgio Aparecido de Oliveira. Representada: Prefeitura Municipal de Itapira. Responsável: Antonio Hélio Nicolai (Prefeito). Matéria: Possíveis irregularidades ocorridas na cessão de uso e ocupação de bem imóvel de propriedade do município de Itapira. Em exame: Expediente TC-2913/026/20 – Requerimento de prorrogação de prazo para apresentação do Relatório Conclusivo da Sindicância, formulado pela Prefeitura Municipal de Itapira, por seus procuradores, Dra. Agatha Alves de Araújo (OAB/SP n° 418.902) e Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP n° 109.013). Defiro o prazo requerido de 15 (quinze) dias, na forma e para os fins solicitados.

Publique-se.

Processo: TC-25984/026/14. Órgão Público: Secretaria de Estado da Saúde. Responsáveis: Davi Everson Uip, Giovanni Guido Cerri – Secretários de Estado da Saúde, Wilson Modesto Pollara, José Manoel de Camargo Teixeira, Secretários Adjuntos. Organização Social: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM. Responsáveis: Ronaldo Ramos Laranjeira, Rubens Belfort Mattos Junior, Presidentes. Assunto: Prestação de Contas exercício de 2013, no valor de R$ 92.060.360,93, referente ao contrato de gestão firmado em 20.12.2011, examinado no TC- 5172/026/12. Advogados: Arcênio Rodrigues da Silva – OAB/SP nº 183.031, Daniela Gilo Rocha – OAB/SP nº 380.845, Raphael de Matos Cardoso – OAB/SP nº 258.821, Lídia Valério Marzagão – OAB/SP nº 107.421 e outros. Em Exame: Expediente TC-3395/026/20 (fls.388/389) – Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pela SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, por sua procuradora Dra. Lidia Valério Marzagão (OAB/SP nº 107.421). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, na forma e para os fins solicitados.

Publique-se.

Processo: TC-30022/026/08. Contratante: Companhia de Habitação da Baixada Santista. Gestor atual: Maurício Queiroz Prado (Diretor-Presidente). Contratada: Consócio Galvão Terracom. Autoridade(s) Responsável(is) pela Abertura do Certame Licitatório e pela Homologação: Hélio Hamilton Vieira Junior (Diretor Presidente). Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Hélio Hamilton Vieira Junior (Diretor Presidente) e Cláudio Estevam Cavallini (Diretor Administrativo e Financeiro). Assunto: Contrato entre a Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB-ST e Consórcio Galvão Terracom Mendes Júnior Vila Gilda, objetivando a execução do projeto de urbanização da favela do Dique da Vila Gilda, compreendendo urbanização de 680 unidades habitacionais e urbanização da Favela do Dique com toda a infraestrutura necessária à consolidação das casas existentes no local, incluindo Material, equipamentos e toda a mão de obra, no valor de R$41.160.013,95. Advogados: Marcos Jordão Teixeira do Amaral Filho (OAB/SP nº 74.481), Arilson Mendonça Borges (OAB/SP nº 159.738), José Roberto Manesco (OAB/SP nº 61.471), Fábio Barbalho Leite (OAB/SP nº 168.881), Fabricio Abdo Nakad (OAB/SP nº 330.715), Pedro Henrique Biella Massola (OAB/SP nº 356.236), Vera Stoicov (OAB/SP nº. 70.752) e outros. Assunto: CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Vistos. Conforme Acórdão publicado no DOE de 03/10/2012, a E. Primeira Câmara decidiu julgar irregulares a Concorrência e o respectivo Contrato, acionando os incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e, nos termos do artigo 104, inciso II, da referida Lei Complementar, aplicar multa individual de valor equivalente a 500 (quinhentas) UFESPs aos Senhores Hélio Hamilton Vieira Junior, então Diretor Presidente da COHAB-ST, e Cláudio Estevam Cavallini, então Diretor Administrativo e Financeiro da COHAB–ST, autoridades responsáveis pela contratação, por violação ao caput e inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, e ao artigo 3º da Lei Federal nº 8666/93, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento. A decisão foi mantida pelo E. Tribunal Pleno conforme Acórdão publicado no DOE de 30/07/2019, ao negar provimento aos recursos interpostos, com o trânsito em julgado, em 06/08/2019 (Certidão a fls. 1490). Em atenção ao Ofício 3479/2019, dirigido ao Chefe do Poder Executivo de Santos, nos termos do artigo 2º, XXVII, da Lei Complementar nº. 709/93, e entregue em 18/11/2019, a Prefeitura Municipal de Santos compareceu aos autos, por petição protocolada sob TC-3023/026/20 (fls. 1551/1558), encaminhando cópia do "Relatório Final" produzido pela Comissão de Empregados da COHAB-ST, nomeada pela Portaria 002/2020-GP para apurar eventual responsabilidade pelas irregularidades constatadas nos presentes autos. Observo que o conteúdo da documentação apresentada não atende ao quanto determinado, uma vez que se limita a questionar a correção da decisão proferida nos presentes autos que já se encontra sob o manto da coisa julgada, sem propor ou indicar a adoção de quaisquer medidas decorrentes das falhas detectadas nos autos. Ademais, referido relatório final não veio acompanhado da decisão da autoridade competente quanto ao seu eventual acolhimento. Nessa conformidade, determino a reiteração do Ofício C.CCM nº. 3479/2019, ao Chefe do Poder Executivo de Santos, bem como a expedição de Ofício ao atual responsável pela Companhia de Habitação da Baixada Santista, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informem a este Tribunal as medidas adotadas em âmbito administrativo, em decorrência das irregularidades constatadas nos presentes autos. No que diz respeito à multa imposta ao Srs. Hélio Hamilton Vieira Júnior e Claudio Estevam Cavalini, observo que, embora notificados pessoalmente com os necessários alertas, por meio dos Ofícios C.CCM nº. 3481 e C.CCM nº. 3482/2019 (entregues em 18/11/2019), nada trouxeram aos autos até a presente data. Nessa conformidade, sigam os autos ao DCF para informar sobre eventual recolhimento das multas ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal. Diante do não recolhimento e da ausência de novos documentos, inscrevam-se os débitos em Dívida Ativa.

Publique-se.

Processo: TC-30981/026/13. Contratante: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Responsáveis: Giovanni Guido Cerri – Secretário de Estado da Saúde à época. José Manoel de Camargo Teixeira – Secretário Adjunto à época, responsável pela Secretaria de Estado nos períodos de 27/02/2012 a 07/03/2012; 21/04/2012 a 24/04/2012; 16/07/2012 a 30/07/2012; 23/08/2012 a 26/08/2012; 08/10/2012 a 14/10/2012 e 24/11/2012 a 02/12/2012. Contratada: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM. Responsável: Rubens Belfort Mattos Júnior – Presidente da SPM à epoca. Entidade Gerenciada: Hospital Estadual de Diadema. Assunto: Operacionalização da gestão e execução de atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual de Diadema – HED. Em exame: Prestação de Contas – no valor de R$ 81.992.473,28. Exercício: 2012. Fiscalização: DF-10.1. Em Exame: Expediente TC-3394/026/20 (fls.323/324) – Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pela SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, por sua procuradora Dra. Lidia Valério Marzagão (OAB/SP nº 107.421). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, na forma e para os fins solicitados.

Publique-se.

Processo: TC-32795/026/11. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representada: Prefeitura Municipal de Marília. Responsáveis: Mario Bulgarelli – Prefeito Municipal à época e Nelson Virgilio Grancieri – ex-Secretário da Fazenda de Marília e Chefe de Gabinete. Assunto: Cumprimento de Decisão. Vistos. Conforme Sentença proferida publicada no DOE de 05/07/2014, a Representação examinada nestes autos foi julgada procedentes, com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº. 709/93, bem como aplicação de multa individual no valor correspondente a 300 (trezentas) UFESPs aos Srs. Mario Bulgarelli – Prefeito Municipal à época e Nelson Virgilio Grancieri – ex–Secretário da Fazenda de Marília e ex-Chefe de Gabinete, nos termos do artigo 104, II, do mesmo Diploma Legal. Referida decisão foi mantida pela E. Segunda Câmara, ao negar provimento ao Recurso Ordinário interposto, e rejeitar Embargos de Declaração opostos, a teor dos Acórdãos publicados no DOE de 15/06/2018 e 25/09/2019, com trânsito em julgado em 02/10/2018 (Certidão a fls. 967). Em atenção ao Ofício C.CCM nº. 171/2019, o Município de Marília compareceu aos autos informando que os fatos apurados no processo em questão já haviam sido objeto de apuração em procedimento administrativo pela Portaria 27398/2012, que ensejou com a demissão do servidor envolvido. Tomo conhecimento das providências noticiadas. No tocante às multas impostas aos Senhores Mario Bulgarelli e Nelson Virgilio Grancieri, observo que, embora regularmente notificados com os devidos alertas, o primeiro, pessoalmente, por meio do Ofício C.CCM 17/2019 (entregue em 16/07/2019 – fls. 981/982) e o segundo por Edital, nos termos do que dispõe o artigo 91, IV, da Lei Complementar nº. 709/93 (fls. 1018), ambos deixaram de providenciar o necessário recolhimento, consoante atesta a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a fls. 1010 e 1123. Nessa conformidade, determino a inscrição dos débitos em dívida ativa. Adotada tal providência, não subsistindo documentos pendentes de apreciação ou providências a cargo desta relatora, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Processo: TC-43393/026/13. Convenente: Secretaria da Habitação. Responsáveis: Rodrigo Garcia, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, Paulo Cesar Matheus da Silva e Marco Antonio da Silva (ex-Secretários). Flavio Augusto Ayres Amary (atual Secretário). Conveniada: Caixa Econômica Federal. Responsável: Clayton Rosa Carneiro. Assunto: Prestações de contas dos recursos financeiros concedidos nos exercícios de 2017 (R$ 87.212,76) e 2018 (R$ 62.819,32), decorrentes do Convênio nº SH-726/05/11, firmado em 31/5/12. Considerando a informação da fiscalização às fls. 278/287, expeçam-se as notificações pessoais que se fizerem oportunas, com os alertas de estilo. Voltem os autos pela PFE e MPC.

Publique-se.

Processo: TC-9205.989.16-3. Contratante: Prefeitura Municipal de Alto Alegre. Contratada: FBR Projetos e Construções Ltda.-EPP. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para a execução de obras de "Construção, por empreitada global, de uma Creche – Escola de Educação Infantil (150 crianças) – Código FDE 12.01.865 – P.I. nº 2013/00681", sito a Rua João Soares de Mello, s/n, Conjunto Habitacional Alto Alegre "A", com a área de construção de 813,78 m2, conforme Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Município de Alto Alegre/SP, objetivando a implantação e o Desenvolvimento do "Programa Ação Educacional Estado-Município/Educação Infantil, assinado entre as partes na data de 12-12-2013 – Processo nº 4434/2013. Em exame: - Concorrência 01/2014. - Contrato nº 37/2016, de 14/03/2016 – prazo de vigência de 240 dias, iniciando-se em 14/03/2016 até 13/09/2016, no valor de R$ 1.086.687,34 - eventos 1.28/1.30. Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.37. Instrução: UR-1-Araçatuba. Processo: TC-9267.989.16-8. Contratante: Prefeitura Municipal de Alto Alegre. Contratada: FBR Projetos e Construções Ltda.-EPP. Em exame: - Execução do Contrato nº 37/2016, apreciado no TC-9205.989.16-2. - Termo de Recebimento Provisório de 07/07/2017 (evento 48.5) - Termo de Aceitação Definitiva da Obra de 07/07/2017 (evento 39.9) - Visita nº 01: realizada em 18/05/16 (evento 17.18). - Visita nº 02: realizada em 28/03/17 (evento 27.12). - Visita nº 03: realizada em 29/11/17 (evento 48.7). Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Francisco Sergio Arias Brito (Engenheiro Civil – Prefeitura de Alto Alegre). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil FBR). - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). Instrução: NAEC e UR-1-Araçatuba. Processo: TC-5959.989.17-9. Em exame: - Primeiro Termo Aditivo de 10/01/2017 ao Contrato nº 37, de 14/03/16, que teve por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato, por mais 120 dias, pelo período de 14/09/2016 a 11/01/2017 (evento 1.5) Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.8. Processo: TC-5960.989.17-6. Em exame:- Segundo Termo Aditivo de 10/01/2017 ao Contrato nº 37, de 14/03/16, que teve por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato, por mais 60 dias, pelo período de 11/01/2017 a 12/03/2017 (evento 1.5). Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.8. Processo: TC-9167.989.17-7. Em exame: - Terceiro Termo Aditivo de 10/03/2017 ao Contrato nº 37, de 14/03/16, que teve por finalidade prorrogação de prazo por mais 60 dias, pelo período de 13/03/2017 a 11/05/2017 (evento 1.9). Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.5. Processo: TC-9169.989.17-5. Em exame:- Quarto Termo Aditivo de 12/04/2017 ao Contrato nº 37, de 14/03/16, que teve por finalidade acréscimos e supressões de serviços, passando o valor inicial do contrato para R$ 1.089.630,27 (evento 1.10). Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.5. Processo: TC-9170.989.17-2. Em exame: - Quinto Termo Aditivo de 11/05/2017 ao Contrato nº 37, de 14/03/16, que teve por finalidade prorrogar a vigência do contrato por mais 60 dias, de 12/05/2017 até 10/07/2017 (evento 1.9) Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Fernando Buosi Rodrigues (Engenheiro Civil). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.5. Processo: TC-1204.989.20-6. Contratante: Prefeitura Municipal de Alto Alegre. Contratada: Construtora COTENG Ltda. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia pata a execução de obras de "Construção de uma creche – Escola de Educação Infantil (150 crianças) – Código FDE 12.01.865 – P.I. nº 2013/00681", sito a Rua João Soares de Mello. s/n, Conjunto Habitacional Alto Alegre "A", com a área de construção de 813,78 m2, conforme Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Município de Alto Alegre/SP, objetivando a implantação e o Desenvolvimento do "Programa Ação Educacional Estado-Município/Educação Infantil, assinado entre as partes na data de 12-12-2013 – Processo nº 4434/2013. Em exame: - Contrato nº 83/2014, de 17/12/2014 – prazo de vigência de 240 dias, no valor de R$ 1.416.542,44 - evento 1.28. - Primeiro Termo Aditivo, de 31/08/2015 (prorrogou a vigência até 27/02/2016) – evento 1.37. - Execução Contratual. - Termo de Rescisão Contratual de 20/01/2016 (evento 1.43). Termo de Ciência e de Notificação – evento 1.33. Responsáveis que firmaram os instrumentos: - Helena Berto Tomazini Sorroche (Prefeita Municipal). - Paulo Donizeti dos Santos (Representante legal COTENG) – falecido em 10-01-2015. - Fernanda Di Carlo Sartori (Representante legal COTENG). Advogados: Carlos Sussumi Ivama – OAB/SP 229.398, Ana Carolina Batista Marques – OAB/SP 285.046 (Assessoria Jurídica), Cleston Cristiano Dos Santos -OAB/SP 278.466. Vistos. Observo que o prazo concedido no despacho constante do evento 40 do TC-9205.989.16-3 e comunicado por meio do Ofício C.CCM n. 1844/2020, encaminhado via correspondência eletrônica (Evento 57 do TC-9205.989.16-3), transcorreu "in albis". Nessa conformidade, reitero o prazo de 15 (quinze) dias para que os responsáveis tomem conhecimento dos processos acima mencionados e apresentem os esclarecimentos e documentos que entenderem pertinentes. Expeçam-se notificações eletrônicas.

Publique-se.

PROCESSO: TC-10590.989.17-4. Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduva. Contratada: Governançabrasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços. Objeto: Fornecimento de licenciamento de uso de programas de informática (softwares). Assunto: - Pregão Presencial nº 159/2014; - Contrato s/nº, celebrado em 01/09/14, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor total de R$ 1.224.400,00 (R$ 1.188.000,00 pela Locação de Softwares e R$ 36.400,00 pela Implantação dos sistemas e treinamento de pessoal) - (evento 1.26); - Execução contratual. PROCESSO: TC-10837.989.17-7. Assunto: Termo Aditivo nº 01, celebrado em 25/09/15. Objeto: Prorrogação de prazo por 03 (três) meses (02/09/15 a 01/12/15) - evento 1.3. PROCESSO: TC-10840.989.17-2. Assunto: Termo Aditivo nº 02, celebrado em 15/01/16. Objeto: Prorrogação de prazo por 03 (três) meses (02/12/15 a 02/03/16) - evento 1.3. PROCESSO: TC-10849.989.17-3. Assunto: Termo Aditivo nº 03, celebrado em 15/03/16. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (03/03/16 a 03/03/17) - evento 1.3. PROCESSO: TC-10856.989.17-3. Assunto: Termo Aditivo nº 04, celebrado em 24/02/17. Objeto: - Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (03/03/17 a 03/03/18); - Acréscimo ao Contrato referente à instalação e manutenção de servidor de dados, no valor de R$ 664.440,00 - evento 1.3. PROCESSO: TC-9042.989.18-6. Assunto: Termo Aditivo nº 05, celebrado em 11/01/18. Objeto: Suprimir R$ 2.610,00 do valor da locação mensal, referente ao Sistema de Ouvidoria Pública, a partir de 03/01/18 - evento 1.15. PROCESSO: TC-9044.989.18-4. Assunto: Termo Aditivo nº 06, celebrado em 01/03/18. Objeto: - Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses (03/03/18 a 03/09/18); - Realinhar o valor contratual em 6,8605%, em decorrência da implantação e licenciamento de outros Sistemas, acrescendo o valor único de R$ 14.000,00 (implantação) e passando o valor mensal para R$ 59.760,00 - evento 1.15. Responsável pela homologação do certame: Geraldo Antônio Vinholi (Prefeito Municipal à época). Responsáveis pela assinatura do Contrato e Termos Ativos 01 a 03: Geraldo Antônio Vinholi (Prefeito Municipal à época), Jane de Godoi Lahós (Diretora do Departamento de Informática, Organização & Métodos da Prefeitura, à época) e Roberlei César Fernandes (Representante da empresa contratada). Responsáveis pela assinatura do Termo Ativo 04: Afonso Macchione Neto (Prefeito Municipal) e Roberlei César Fernandes (Representante da empresa contratada). Responsáveis pela assinatura dos Termos Ativos 05 e 06: Afonso Macchione Neto (Prefeito Municipal), Audria Cristina de Freitas (Diretora do Departamento de Informática, Organização & Métodos da Prefeitura, à época) e Roberlei César Fernandes (Representante da empresa contratada). Atual Prefeita Municipal de Catanduva: Marta Maria do Espírito Santo Lopes. Advogados: - José Francisco Limone (OAB/SP nº 82.138) e Outros; - Ricardo Silva das Neves (OAB/MG nº 87.075) e Outros; - Rafael Delgado Chiaradia (OAB/SP nº 199.092), Livia Regina Felipe De Lucena (OAB/SP 276.700) e Outros. Instrução: Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR-08. Vistos. Observo que o prazo concedido no despacho constante do evento 72 do TC-10590.989.17-4 e comunicado por meio dos Ofícios C.CCM n. 1821/2020, C.CCM n. 18232/2020 e C.CCM n. 1823/2020, encaminhados via correspondência eletrônica (Evento 130 do TC-10590.989.17-4), transcorreu "in albis". Nessa conformidade, reitero o prazo de 15 (quinze) dias para que os responsáveis tomem conhecimento dos processos acima mencionados e apresentem os esclarecimentos e documentos que entenderem pertinentes. Expeçam-se notificações eletrônicas.

Publique-se.

Expediente: TC-014267.989.19-2. Interessada: Marcelo Ricardo Volpini Papelaria e Informática – ME., por seu advogado, Dr. Jeferson Romano Fachine. Mencionada: Prefeitura Municipal de Cafelândia. Responsável: Luis Zampieri Ribeiro Pauliquevis – Prefeito Municipal. Assunto: Comunica possíveis irregularidades na gestão do Município de Cafelândia, relativas à inadimplência por fornecimentos de materiais, com consequente quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos. Advogados: Jeferson Romano Fachine (OAB/PR 63.128) e Viviane Aparecida Rodrigues (OAB/SP 198.903). Vistos. Observo que o prazo concedido por meio do despacho constante do evento 34, e comunicado por meio do Ofício C.CCM nº. 1440/2020, encaminhado via correspondência eletrônica (evento 47), transcorreu in albis. Nessa conformidade, reitero o prazo de 15 (quinze) dias para que o responsável tome conhecimento do processo em exame e apresente os esclarecimentos e documentos que entender pertinentes. Expeçam-se notificação eletrônica.

Publique-se.

Processo: TC-013884.989.19-5. Contratante: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Contratada(s): M3 Tecnologia Ltda. – ME. Responsável(is) pela Homologação do Certame Licitatório: Celso Massari (Gerente). Objeto: Prestação de serviço de locação com a instalação de equipamentos, acessórios e manutenção dos conjuntos instalados, necessários e suficientes para o funcionamento de circuito fechado de televisão – CFTV – Sistema- IP/Megapixel, conforme especificações e níveis dos serviços estabelecidos, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação. Responsável(is) pelo(s) Instrumento(s): Otavio Okano (Diretor--Presidente) e Edson Tomaz de Lima Filho (Diretor). Em Julgamento: Licitação – Pregão Eletrônico. Contrato de 09-12-15. Valor – R$1.224.000,00. Advogado(s): Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964), Fernanda Abreu Tanure (OAB/SP nº 327.011), Márcia Pereira Duarte (OAB/SP nº 106.873), Renata de Freitas Martins (OAB/SP nº 204.137), Rosangela Vilela Chagas (OAB/SP nº 83.153), Eunice Maria Xavier Feigel (OAB/SP nº 76.838), Flávio Carvalho Patrício (OAB/SP nº 144.969), Marcela Bentes Alves Baptista (OAB/SP nº 209.293), Daniela Dutra Soares (OAB/SP nº 202.531), Stélio Morganti da Costa Ferreira (OAB/SP nº 188.237), Alessandra Maria Rangel Romão (OAB/SP nº 181.125), Célio Roberto Cunha Mello Filho (OAB/SP nº 177.967), Fábio Moreira Cruz (OAB/SP nº 244.401), Camila Cristina Faccioli (OAB/SP nº 185.864), Marina Perran Taborga Pires da Costa (OAB/SP nº 240.506), Patrícia Daniela Stefanini (OAB/SP nº 148.328), Agenor Félix de Almeida Junior (OAB/SP nº 120.567), Karla Kakitani Murata (OAB/SP nº 256.847), Ana Laura Papaphilippakis (OAB/SP nº 248.968), Juliana Suaiden (OAB/SP nº 253.329) e outros. Processo: TC-013950.989.19-4. Contratante: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Contratada(s): M3 Tecnologia Ltda. – ME. Objeto: Prestação de serviço de locação com a instalação dos equipamentos, acessórios e manutenção dos conjuntos instalados, necessários e suficientes para o funcionamento de circuito fechado de televisão – CFTV – Sistema- IP/Megapixel, conforme especificações e níveis dos serviços estabelecidos, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação. Responsável(is): Otavio Okano, Carlos Roberto dos Santos (Diretores- Presidentes), Edson Tomaz de Lima Filho e Waldir Agnello (Diretores). Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Advogado(s): Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964), Fernanda Abreu Tanure (OAB/SP nº 327.011), Márcia Pereira Duarte (OAB/SP nº 106.873), Renata de Freitas Martins (OAB/SP nº 204.137), Rosangela Vilela Chagas (OAB/SP nº 83.153), Eunice Maria Xavier Feigel (OAB/SP nº 76.838), Flávio Carvalho Patrício (OAB/SP nº 144.969), Marcela Bentes Alves Baptista (OAB/SP nº 209.293), Daniela Dutra Soares (OAB/SP nº 202.531), Stélio Morganti da Costa Ferreira (OAB/SP nº 188.237), Alessandra Maria Rangel Romão (OAB/SP nº 181.125), Célio Roberto Cunha Mello Filho (OAB/SP nº 177.967), Fábio Moreira Cruz (OAB/SP nº 244.401), Camila Cristina Faccioli (OAB/SP nº 185.864), Marina Perran Taborga Pires da Costa (OAB/SP nº 240.506), Patrícia Daniela Stefanini (OAB/SP nº 148.328), Agenor Félix de Almeida Junior (OAB/SP nº 120.567), Karla Kakitani Murata (OAB/SP nº 256.847), Ana Laura Papaphilippakis (OAB/SP nº 248.968), Juliana Suaiden (OAB/SP nº 253.329) e outros. Processo: TC-013966.989.19-6. Contratante: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Contratada(s): M3 Tecnologia Ltda. – ME. Objeto: Prestação de serviço de locação com a instalação dos equipamentos, acessórios e manutenção dos conjuntos instalados, necessários e suficientes para o funcionamento de circuito fechado de televisão – CFTV – Sistema- IP/Megapixel, conforme especificações e níveis dos serviços estabelecidos, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação. Responsável(is): Otavio Okano (Diretor-Presidente) e Edson Tomaz de Lima Filho (Diretor). Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-09-16. Advogado(s): Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964), Fernanda Abreu Tanure (OAB/SP nº 327.011), Márcia Pereira Duarte (OAB/SP nº 106.873), Renata de Freitas Martins (OAB/SP nº 204.137), Rosangela Vilela Chagas (OAB/SP nº 83.153), Eunice Maria Xavier Feigel (OAB/SP nº 76.838), Flávio Carvalho Patrício (OAB/SP nº 144.969), Marcela Bentes Alves Baptista (OAB/SP nº 209.293), Daniela Dutra Soares (OAB/SP nº 202.531), Stélio Morganti da Costa Ferreira (OAB/SP nº 188.237), Alessandra Maria Rangel Romão (OAB/SP nº 181.125), Célio Roberto Cunha Mello Filho (OAB/SP nº 177.967), Fábio Moreira Cruz (OAB/SP nº 244.401), Camila Cristina Faccioli (OAB/SP nº 185.864), Marina Perran Taborga Pires da Costa (OAB/SP nº 240.506), Patrícia Daniela Stefanini (OAB/SP nº 148.328), Agenor Félix de Almeida Junior (OAB/SP nº 120.567), Karla Kakitani Murata (OAB/SP nº 256.847), Ana Laura Papaphilippakis (OAB/SP nº 248.968), Juliana Suaiden (OAB/SP nº 253.329) e outros. Processo: TC-013967.989.19-5. Contratante: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Contratada(s): M3 Tecnologia Ltda. – ME. Objeto: Prestação de serviço de locação com a instalação dos equipamentos, acessórios e manutenção dos conjuntos instalados, necessários e suficientes para o funcionamento de circuito fechado de televisão – CFTV – Sistema- IP/Megapixel, conforme especificações e níveis dos serviços estabelecidos, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação. Responsável(is): Carlos Roberto dos Santos (Diretor-Presidente), Waldir Agnello (Diretor) e Joaquim Pereira das Neves (Assistente Executivo). Em Julgamento: Termo Aditivo de 05-07-18. Advogado(s): Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964), Fernanda Abreu Tanure (OAB/SP nº 327.011), Márcia Pereira Duarte (OAB/SP nº 106.873), Renata de Freitas Martins (OAB/SP nº 204.137), Rosangela Vilela Chagas (OAB/SP nº 83.153), Eunice Maria Xavier Feigel (OAB/SP nº 76.838), Flávio Carvalho Patrício (OAB/SP nº 144.969), Marcela Bentes Alves Baptista (OAB/SP nº 209.293), Daniela Dutra Soares (OAB/SP nº 202.531), Stélio Morganti da Costa Ferreira (OAB/SP nº 188.237), Alessandra Maria Rangel Romão (OAB/SP nº 181.125), Célio Roberto Cunha Mello Filho (OAB/SP nº 177.967), Fábio Moreira Cruz (OAB/SP nº 244.401), Camila Cristina Faccioli (OAB/SP nº 185.864), Marina Perran Taborga Pires da Costa (OAB/SP nº 240.506), Patrícia Daniela Stefanini (OAB/SP nº 148.328), Agenor Félix de Almeida Junior (OAB/SP nº 120.567), Karla Kakitani Murata (OAB/SP nº 256.847), Ana Laura Papaphilippakis (OAB/SP nº 248.968), Juliana Suaiden (OAB/SP nº 253.329) e outros. Em Exame: Petição denominada "Recurso Ordinário", interposto contra a decisão proferida pela E. Primeira Câmara em 13/10/2020(Acórdão - DOE de 13/11/2020), que julgou irregulares o Pregão Eletrônico (TC- 13884.989.19-5), o Contrato (TC-13884.989.19-5), a respectiva Execução Contratual (TC-13950.989.19-4) e os 1º e 2º Termos Aditivos (TC-13966.989.19-6 e TC-13967.989.19-5), com o acionamento dos incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Trata-se de petição protocolada em 04/12/2020, eventos nº 79 (Protocolo: 8084937) do TC-13884.989.19-5, nº

69 (Protocolo: 8084934) do TC-13950.989.19-4, nº 70 (Protocolos: 8084935 e 8084936) dos TCs-13966.989.19-6 e 00013967.989.19-5, pela COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, por seus procuradores, Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964) e Fábio Moreira Cruz (OAB/SP nº 244.401), versando sobre Recurso Ordinário. Indefiro a juntada da petição, considerando que tal pleito, tendo conteúdo recursal, foi manejado sem a observância das disposições do Comunicado GP nº. 03/13, publicado no DOE de 18/09/13, segundo o qual "os recursos intentados contra decisões proferidas no âmbito do sistema e-TCESP serão cadastrados/autuados de forma autônoma e, consequentemente, receberão número de protocolo específico, passando a tramitar vinculados aos processos originários".

Publique-se.

Processo: TC-4718.989.19-7. Interessada: Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra. Responsável: Dirlei Salas Ortega. Período: 01.01.2019 a 31.12.2019. Procurador: Dr. André Navarro, (OAB/SP nº 158.924). Assunto: Contas do exercício de 2019 O processo TC-4718.989.19-7, trata da prestação anual de contas da Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Sorocaba – UR-9, evento nº 59, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: TC-003208.989.14-5. Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão. Responsável: - Pela autorização da abertura do processo de seleção e subscrição do edital, contrato e termo de ciência e de notificação: Amarildo Dudu Bolito, Prefeito Municipal à época (Eventos 1.4; 1.5, Fl. 20; 1.37, Fl. 16; e 10.8). Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES. Responsável: - Pela assinatura do contrato e do termo de ciência e de notificação: Valdemar Lino Chaves Filho, Presidente à época (Eventos 1.37, Fl. 16; e 10.8). Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede). Exercícios: 2013 e 2014. Fiscalização: UR-13. Advogados: Ana Carolina Soares Gandolpho (OAB/SP nº 219.784), Leandro Cezar Gonçalves (OAB/SP nº 193.918), Ivan Barbosa Rigolin (OAB/SP nº 64.974), Gina Copola (OAB/SP nº 140.232), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) e Adriel Rodrigo do Amaral (OAB/SP nº 414.695) (Eventos 12.2, 20.1, 123.2, 131.2, 139.1, 147.2 e 166.1). Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado). Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Processo: TC-011322.989.16-1. Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão. Responsável: - Pela assinatura do aditivo: Amarildo Dudu Bolito, Prefeito Municipal à época (Evento 1.4). Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES. Responsável: - Pela assinatura do aditamento: Pedro Barreto de Godoy Pereira, Presidente do Conselho de Administração à época (Evento 1.4). Obs.: Não foi apresentado Termo de Ciência e de Notificação. Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede). Em exame: - Termo Aditivo nº 01, de 09/02/15, objetivando prorrogar a vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, de 12/02/15 a 11/02/16, bem como reajustar, em 3,96%, os valores iniciais do pacto, pela aplicação do índice IGP-M de 3,96%, correspondente ao período de fevereiro/2014 a janeiro/2015, fixando, com isso, o preço dessa dilatação em R$ 2.794.985,24. Exercício: 2015. Fiscalização: UR-13. Advogados: Leandro Cezar Gonçalves (OAB/SP nº 193.918), Ivan Barbosa Rigolin (OAB/SP nº 64.974), Gina Copola (OAB/SP nº 140.232), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) e Adriel Rodrigo do Amaral (Eventos 35.2, 43.2, 50.1 e 54.2). Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado). Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Processo: TC-011324.989.16-9. Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão. Responsável: - Pela autorização e assinatura do aditivo: Amarildo Dudu Bolito, Prefeito Municipal à época (Eventos 1.9 e 1.12). Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES. Responsável: - Pela assinatura do aditamento: Pedro Barreto de Godoy Pereira, Presidente à época (Evento 1.12). Obs.: Não foi apresentado Termo de Ciência e de Notificação. Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede). Em exame: - Termo Aditivo nº 02, de 11/02/16, almejando a dilatação da duração do ajuste por mais 12 (doze) meses, de 12/02/16 a 11/02/17, pelo importe total de R$ 2.794.985,24. Exercício: 2016. Fiscalização: UR-13. Advogados: Flavio Perboni (OAB/SP nº 165.835), Leandro Cezar Gonçalves (OAB/SP nº 193.918), Ivan Barbosa Rigolin (OAB/SP nº 64.974), Gina Copola (OAB/SP nº 140.232), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) e Adriel Rodrigo do Amaral (OAB/SP nº 414.695) (Eventos 15.2, 39.2, 48.2, 55.1, 59.2 e 105.1). Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado). Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Vistos. Ciente do quanto noticiado pelo advogado Leandro Cezar Goncalves (OAB/SP OAB/SP 193.91), por meio da petição constante do evento 255 do TC-00320.989.14-5, bem como nos demais processos supramencionados, acerca da renúncia ao mandato que lhe fora outorgado por Amarildo Dudu Bolito. Destarte, determino a exclusão do seu nome do rol de habilitados nos referidos processos. Observo, por oportuno, que o interessado já se encontra representado nos autos pelos advogados Ivan Barbosa Rigolin (OAB/SP nº 64.974), Gina Copola (OAB/SP nº 140.232).

Publique-se.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-0000071.989.20-6 (processo de origem TC-000439/026/14).Contratante: Prefeitura Municipal de Guaratinguetá.Contratada: S. Berteli Informações e Serviços S/S Ltda.Objeto: Contratação de empresa especializada para acompanhamento de parcelamentos e consultoria referentes a assuntos que envolvam INSS e PASEP.Em exame: Convite nº 11/2014, Contrato nº 312/2014 de 12/09/2014 no valor de R$ 79.200,00.Responsáveis:Contratante: Francisco Carlos Moreira dos Santos – Prefeito Municipal (período de 01/01 a 21/12/14), Rogério Monteiro Barbosa - Prefeito Municipal (período de 22/12 a 31/12/14), João Carlos Barbosa da Silveira – Secretário Municipal da Fazenda e Marcus Augustin Soliva – atual Prefeito Municipal.Contratada: Andréa de Jesus Santa Clara Berteli – Sócia Administradora.Termo de Ciência e de Notificação: evento 1, arquivo 250.Instrução: UR-07 / DSF -I.Advogados: Marciano Valezzi Junior (OAB/SP nº 112.921), Petrônio Kalil Vilela Leite (OAB/SP nº 91.464), Lucyene Aparecida Cardoso Leite (OAB/SP nº 120.000), Adriana Montenegro Viviani Guimarães Maia (OAB/SP nº 127.487), Soraya Regina Souza Filippo Fernandes (OAB/SP nº 63.557), Maria Stella Egreja da Costa (OAB/SP nº 116.405), Mônica Amoroso de Oliveira (OAB/SP nº 99.913) e Carlos Alexandre Barbosa Vasconcelos (OAB/SP nº 101.119). Trata-se de Autos Próprios, oriundos do processo de origem TC-000439/026/14, que tratou da Contas Municipais de Guarantinguetá do exercício de 2014, autuados para o exame do Convite nº 11/2014 e do respectivo contrato nº 312/2014 de 12/09/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá e S. Berteli Informações e Serviços S/S Ltda, objetivando a contratação de empresa especializada para acompanhamento de parcelamentos e consultoria referentes a assuntos que envolvam INSS e PASEP, no valor total de R$ 79.200,00. A Fiscalização, ao analisar os documentos relacionados à matéria, elencou as seguintes falhas, conforme relatório lançado no evento 15.1: a) falhas na apuração do valor de referência que levaram à realização de aquisições acima do preço de mercado, à falsa ideia de contratação econômica para a Administração, e à frustração da concorrência nos certames, com indícios de favorecimento de licitantes.b) apesar da solicitação de orçamentos junto a várias empresas do ramo, o preço referencial não foi calculado com base na média dos valores cotados, não havendo critério para a sua indicação (em alguns certames foi estimada a menor quantia pesquisada e em outros a maior delas).c) Ausência de justificativa para as contratações pois, apesar de envolver serviço técnico, o certame não contou com as razões para a sua realização.d) Terceirização de atividades precípuas da Administração.e) Falhas na descrição do objeto da licitação, que não detalha os serviços a serem prestados, prejudicando o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato pela contratante, conforme prescrito no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e ferindo o disposto no art. 55, I, da mesma lei.f) não é possível verificar se o valor contratado é condizente com os serviços a serem prestados (uma vez que estes não são conhecidos previamente se foi selecionada a proposta mais vantajosa para a administração, descumprindo a Prefeitura o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93.g) Publicação extemporânea do extratos contratual, descumprindo o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.h) Não há justificativa para a contratação, apenas foi apresentada a solicitação de compra com a descrição sucinta do objeto, não sendo possível atestar sua necessidade ou relação com o interesse público;i) Há falhas na descrição do objeto, que não detalha os serviços a serem prestados nem mesmo no memorial descritivo, prejudicando o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato pela contratante, conforme prescrito no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e ferindo o disposto no art. 55, I, da mesma lei.j) Há falhas na elaboração do orçamento referencial do certame que descumprem o art. 7º, §2º, II, da Lei de Licitações, já que não a consulta global realizada não permite à Prefeitura aferir os reais valores de cada componente do custo, prejudicando a confiabilidade da pesquisa, e não há critério para escolha do valor de referência, em detrimento dos princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência e transparência na gestão fiscal (art. 37, caput, da CF e art. 1º, §1º, da LRF);k) Não é possível verificar se o valor contratado é condizente com os serviços a serem prestados, já que o objeto não foi suficientemente descrito e detalhado previamente, tampouco se foi selecionada a proposta mais vantajosa para a administração, descumprindo a Prefeitura o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93;l) Terceirização de atividades-fim da Prefeitura, que deveria contar com servidor capacitado para desenvolvê-las, ainda mais em se tratando de licitações. Em seguida, houve a notificação dos responsáveis, via Imprensa Oficial, a fim de que tomassem ciência dos desacertos apontados pelo Órgão Instrutivo e apresentassem eventual manifestação a respeito (evento 33).Compareceram aos autos o atual Prefeito, Sr. Marcus Augustin Soliva (evento 36) e o ex-Prefeito, Sr. Francisco Carlos Moreira dos Santos (evento 49), transcorrendo in albis o prazo para oferta de defesa concedido aos demais responsáveis pelas partes contratantes.Desta feita, tendo em vista o interregno entre a data de assinatura do Termo de Ciência e de Notificação acostado no evento 1, arquivo 250 (a saber, 12/09/2014) e a autuação do presente feito (06/01/2020 – evento 1), excepcionalmente, mostra-se premente a expedição de novas notificações aos responsáveis que deixaram de se manifestar nos autos, a fim de obstar futuras arguições de nulidade.Nessa conformidade, expeçam-se notificações ao Sr. Rogério Monteiro Barbosa - Prefeito Municipal (período de 22/12 a 31/12/14), Sr. João Carlos Barbosa da Silveira – Secretário Municipal da Fazenda e à Sra. Andréa de Jesus Santa Clara Berteli – Sócia Administradora da empresa S. Berteli Informações e Serviços S/S Ltda, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações e documentações que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos elaborados pela Fiscalização.Notifiquem-se eletronicamente os interessados.Com a juntada de documentação, retornem os autos por MPC.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra do presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-002625.989.19-9. Interessada: São Paulo Previdência – SPPREV. Assunto: Balanço Geral. Exercício: 2019. Dirigente: José Roberto de Moraes – Diretor Presidente.Período de atuação: 01/01 a 18/08 e 18/09 a 31/12/2019.Substituto: Reinaldo dos Santos Lima.Período de atuação: 19/08/2019 a 17/09/2019.Comitê de Investimentos: Membro 1 - André Carvalho Penafieri. Membro 2 - Andre Moura Robles. Membro 3 - Ida Zacharias. Cuidam os autos do Balanço Geral da São Paulo Previdência – SPPREV do exercício de 2019. A 2ª Diretoria de Fiscalização, responsável pela instrução da matéria, registrou falhas. A PFE e MPC propuseram a notificação dos responsáveis. Diante deste contexto, assino aos responsáveis o prazo de 30 (trinta) dias para que tomem conhecimento do relatório da Fiscalização e apresentem justificativas e alegações de interesse. Por se tratar de processo eletrônico, o direito de consulta aos autos e de juntada de documentos poderá ser exercido por meio de regular cadastramento no Sistema e.TCESP, na página deste Tribunal: www.tce.sp.gov.br., na conformidade da Resolução nº 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-002632.989.19-0. Órgão: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.Responsáveis:Dirigente 1: Francisco Eduardo Loducca (Superintendente).Período: 01/01/2019 a 08/02/2019.Dirigente 2: Heitor Brandão de Azevedo (Superintendente).Período: 14/02/2019 a 06/06/2019.Dirigente 3: Alceu Segamarchi Junior (Superintendente).Período: 13/06/2019 a 31/12/2019.Substituto Legal: Nelson Massakasu Nashiro (Assessor Técnico Chefe).Período: 09/02/2019 a 13/02/2019; 07/06/2019 a 12/06/2019.Matéria: Balanço Geral – Contas do exercício de 2019.Assunto: Arquivamento. Conforme informação da Fiscalização registrada no evento 10.1, o presente processo foi autuado para tratar da consolidação das contas de 2019 do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, que estava dividida em 3 unidades administrativas para melhor análise deste Tribunal:- DAEE – unidade administrativa – Capital;- DAEE – unidade administrativa de Piraju;- DAEE – unidade administrativa de Taubaté.Contudo, em consulta ao sistema PRODESP, constatou que as unidades DAEE de Piraju e DAEE de Taubaté foram excluídas do rol de entidades fiscalizadas por esta Egrégia Corte de Contas, consoante decisão do Tribunal Pleno de 09/05/18 e Ordem Serviço GP 01/2005 (TC-750/026/14).Salientou, ainda, que o relatório das contas de 2019 da referida autarquia (órgão único fiscalizado e sem necessidade de consolidação) já está sendo tratado exclusivamente no TC-3489.989.19-4.Nessa conformidade, determino o arquivamento do presente feito.

Publique-se.

Processo: eTC-4503.989.19. Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJU. Responsáveis: José Luis Furcin – Prefeito Municipal. Período: 01.01 a 31.12.19. Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019. Tratam os presentes das contas do exercício de 2019 da Municipalidade de Itaju, sob minha relatoria, as quais receberam o r. parecer favorável, com recomendações, emitido pela E. Primeira Câmara em Sessão de 20.10.20 (evento 86). A r. decisão foi publicada junto ao DOE de 26.11.20 (evento 91), aguardando o decurso de prazo para certificação do trânsito em julgado. O Sr. José Luis Furcin apresentou-se nos autos solicitando o encaminhamento da matéria à respectiva Câmara Municipal, com a maior brevidade possível, para apreciação e aprovação pela Casa Legislativa (evento 99). O d. MPC opinou pela necessidade de aguardo do transcurso natural do prazo recursal, de tal sorte se colocando em posição contrária ao pedido formulado (evento 103). Diante do exposto, considerando a manifestação do d. MPC, determino ao Cartório que adote as providências de praxe, após a consumação do termo recursal e certificação do trânsito em julgado da r. decisão proferida.

Publique-se.

Processo: eTC-4727.989.19-6.Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina.Responsável: Marco Antonio Giro – Prefeito Municipal.Assunto: Contas anuais – exercício 2019.Advogado(a): Elisângela Aparecida Sarto Granal – OAB/SP 243.442. Tratam os presentes das contas da Prefeitura Municipal de Bocaina, referentes ao exercício de 2019, inspecionadas pela UR/13. Por ocasião da fiscalização local o Responsável foi notificado pessoalmente ao acompanhamento do processo por meio do Diário Oficial do Estado (evento 51.1). Considerando a conclusão dos trabalhos da inspeção e lançamento do relatório junto ao evento 51, o Responsável foi notificado a apresentar justificavas de seu interesse – DOE 05.09.20 (evento 55); e, posteriormente, novamente notificado através do DOE de 11.11.20 (evento 67); contudo, decorrido o termo fixado, nada foi acrescido. Diante do exposto, excepcionalmente, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marco Antonio Giro – Prefeito Municipal, para que apresente, em prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, justificativas que entender necessárias. Esgotado o termo fixado – com ou sem movimentação, voltem pela Assessoria Técnica – ATJ e MPC.

Publique-se.

Processo: eTC-4803.989.19-3. Origem: Prefeitura Municipal de Pontes Gestal. Responsável (is): Natanael Borges dos Santos – Prefeito Municipal. Esmeraldo Cristiano Carolino – Prefeito Municipal. Assunto: Contas anuais – exercício 2019. Advogado(a): Elisângela Aparecida Sarto Granal – OAB/SP 243.442. Tratam os presentes das contas da Prefeitura Municipal de Postes Gestal, referentes ao exercício de 2019, inspecionadas pela UR/11. Por ocasião da fiscalização local os Responsáveis foram notificados pessoalmente ao acompanhamento do processo por meio do Diário Oficial do Estado (evento 50.01.1 / 50.01.2). Considerando a conclusão dos trabalhos da inspeção e lançamento do relatório junto ao evento 50, os Responsáveis foram notificados a apresentarem justificavas de seu interesse – DOE 06.11.20 (evento 54); contudo, decorrido o termo fixado, nada foi acrescido. Diante do exposto, excepcionalmente, determino a notificação eletrônica dos Responsáveis Srs. Natanael Borges dos Santos e Esmeraldo Cristiano Carolino – Prefeitos Municipais, para que apresentem, em prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, justificativas que entenderem necessárias. Esgotado o termo fixado – com ou sem movimentação, voltem pela Assessoria Técnica – ATJ e MPC.

Publique-se.

Processo: TC-4918.989.19-5. Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA. Responsável(is): Ernaldo César Marcondes – Prefeito Municipal. Dina Maria Pereira de Moraes Moreira da Silva – Prefeita Municipal. Assunto: Contas anuais do exercício de 2019.EM EXAME: Solicitação de prorrogação de prazo. Deferido por 15 (quize) dias. Advogado(a)s: Paulo Sérgio Mendes de Carvalho – OAB/SP 131.979, Patrícia Maria Rios Rosa de Carvalho – OAB/SP 151.674, José Dimas Moreira da Silva – OAB/SP 185.263,José Fernando Magraner Paixão dos Santos – OAB/SP 328.752. Tratam os presentes das contas do exercício de 2019 da Municipalidade de APARECIDA, na conformidade do relatório de fiscalização elaborado pela UR/14 (evento 53). Os Responsáveis foram notificados à apresentação de justificativas – DOE 05.09.20 (evento 57). A Sra. Dina Maria Pereira de Moraes Moreira da Silva apresentou pedido de dilação de prazo (evento 69); e, embora deferido – DOE 09.10.20 (evento 75), na seqüência apresentou suas justificativas (evento 70); posteriormente acrescentou elementos de defesa (evento 92). O Sr. Ernaldo César Marcondes solicitou e obteve dilação de prazo – DOE 14.11.20 (eventos 86 e 95); e, nesta oportunidade, renova o pedido formulado (evento 106). Concedo o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, voltando os autos pela Assessoria Técnica e d. MPC, independentemente da apresentação da defesa.

Publique-se.

Expediente: TC-010187.989.19-9. Interessado: Instituto Soleil, por intermédio de sua Procuradora, Dra. Amanda Fraga Bicarano Galhardo.Mencionada: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba.Responsável: Elvis Leonardo Cezar – Prefeito Municipal.Assunto: Possíveis irregularidades no Chamamento Público nº 01/2019, promovido pela Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, destinado à escolha de parceiro privado para celebrar Contrato de Gestão para o gerenciamento do Hospital Santa Ana.Advogados: Amanda Fraga Bicarano Galhardo (OAB/SP 374.019), Marcelo Palaveri (OAB/SP 114.164), Flavia Maria Palaveri (OAB/SP 137.889), Renato Maria Palaveri Zamaro (OAB/SP 376.248) e Olga Amelia Gonzaga Vieira (OAB/SP 402.771).Trata-se de expediente encaminhado pelo Instituto Soleil noticiando possíveis irregularidades no Chamamento Público nº 01/2019, promovido pela Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, destinado à escolha de parceiro privado para celebrar Contrato de Gestão para o gerenciamento do Hospital Santa Ana.Na peça vestibular, o interessado alegou que seu pedido de qualificação como Organização Social não foi analisado de forma apropriada pela Prefeitura e acabou sendo indeferido sem exposição dos motivos, deferindo-se prazo de apenas um dia entre sua desclassificação e a continuidade do certame. Assevera, ademais, que não foi permitida a participação de sua procuradora na fase de abertura dos envelopes de habilitação. A matéria foi instruída pela 1ª Diretoria de Fiscalização – DF-1 no evento 5, a qual destacou que o chamamento de Organizações Sociais é regulamentado em âmbito municipal pela Lei nº 3.710/2018 e pelo Decreto nº 4.123/2018, pontuando que a Origem respeitou o prazo previsto nesses normativos no processo de credenciamento do interessado, mas criticando possível falta de transparência da Prefeitura em comunicar o andamento do processo.Asseverou que a entidade foi considerada inapta para prosseguir na disputa e que a Administração respeitou o prazo regulado na legislação local para eventuais recursos contra essa decisão, aduzindo, contudo, que não foi observado o rito de participação de todos os representantes na verificação dos documentos das participantes.Concluiu, assim, pela existência de irregularidades no trâmite do Chamamento Público, mas que tais imprecisões não se mostram suficientes para a anulação do procedimento, por reputá-los de natureza formal e sem potencial de alterar o resultado da disputa.Ministério Público de Contas pugnou pela notificação da Prefeitura para apresentação de justificativas, esclarecendo-se, dentre outros se o contrato foi efetivamente celebrado e enviado a esta Corte de Contas, nos termos do Comunicado SDG nº 01/2019, com posterior retorno para manifestação conclusiva (evento 62).Regularmente notificado (DOE de 12/05/2020), o responsável juntou esclarecimentos no evento 106.1, defendendo a regularidade dos procedimentos administrativos que culminaram com o afastamento do Instituto Soleil, conforme documentos que anexou nos eventos 106.2 a 106.13.MPC requereu o retorno dos autos à DF-1, para complementar a instrução e informar se o Contrato de Gestão debatido fora objeto de análise específica por esta Corte (evento 110).A equipe de inspeção informou, nesses termos, que o Chamamento Público e o decorrente Contrato de Gestão nº 159, celebrado entre a Municipalidade e o Instituto Nacional de Assistência Integral – INAI, foram corretamente informados pela Origem aos sistemas desta Corte, não sendo objeto de autuação e análise específica, já que não contemplado pelo mecanismo de seletividade previsto nas Instruções nº 02/2016 c.c. Resolução nº 03/2017 (evento 121).O feito voltou ao MPC, que destacou que as impropriedades verificadas no Chamamento Público e o valor estimado da contratação (R$ 18,6 milhões) reclamam o aprofundamento da análise, pugnando pelo recebimento da matéria como representação e pela autuação específica da parceria entabulada (evento 125).Em face do que consta dos autos e, ainda, a necessidade de aprofundar a análise dos apontamentos a respeito da matéria, recebo o expediene como REPRESENTAÇÃO e determino seu retorno à DF-1 para autuar e instruir o ajuste, bem como, eventuais termos aditivos. A representação, deverá subsidiar a análise da matéria.

Publique-se.

Processo: TC-011376.989.20-8. Órgão Convenente: Prefeitura Municipal de Mirassol. Responsável: André Ricardo Vieira, Prefeito Municipal (Período: 1º/01/20 a 02/04/20) (Evento 48.2). Entidade Conveniada: Associação "Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus" – Hospital e Maternidade "Mãe do Divino Amor na Providência de Deus".Responsáveis: - Nélio Joel Angeli Belotti, Presidente-Nato (Período: 1º/01/20 a 02/04/20); e- Eugênio Rocha Mendes de Oliveira, Presidente (Período: 1º/01/20 a 02/04/20).Certidão dos Membros da Diretoria: Evento 48.3.Assunto: Prestação de Contas - Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Convênio.Período analisado: 1º/01/20 a 02/04/20.Valor: R$ 660.549,37, sendo R$ 660.412,50 o montante efetivamente repassado no período e R$ 136,87 referentes a ganhos com aplicações financeiras.Instrução por: UR-08. Advogados: Bruno Brandimarte Del Rio (OAB/SP nº 209.839), André Luís de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645) e Gisele Valeze Dias (OAB/SP nº 247.315) (Evento 15.2).Cuidam os autos da prestação de contas dos recursos repassados, no importe de R$ 660.549,37, pela Prefeitura Municipal de Mirassol à Associação "Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus" – Hospital e Maternidade "Mãe do Divino Amor na Providência de Deus", no exercício de 2020, oriundos do Convênio nº 045/2018, celebrado pelas partes em 28/03/18, objetivando a complementação de custeio aos serviços hospitalares, atendimento médico, em especial daqueles de baixa renda, possibilitando o atendimento integral, humanizado e qualificado de todos os pacientes usuários do SUS, especialmente de gestantes, realizando internações, cirurgias de média e baixa complexidade, exames laboratoriais, serviços a gestantes (inclusive os respectivos partos), conforme parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde, deliberação do Chefe do Poder Executivo e aprovação do Plano de Trabalho pelo Departamento e Conselho Municipais de Saúde; bem como do subsequente Termo de Aditamento s/n, de 26/03/19, destinado à prorrogação do pacto por mais 12 (doze) meses, alterando o seu término para 02/04/20, e ao reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo no ajuste originário, aumentado o seu valor inicial para R$ 2.641.650,00.A instrução da matéria ficou a cargo da UR-08, que, em seu Relatório, verificou falhas nos itens de transparência afetos ao Órgão Concessor, denotando a ausência de cumprimento pleno do artigo 8º da Lei nº 12.527/11, assim como inobservância ao Comunicado SDG nº 19/18, publicado no DOE de 30/03/19.O MPC não selecionou os autos para análise.Nessa conformidade, expeçam-se notificações eletrônicas aos Responsáveis em epígrafe, para que, observado o prazo de 15 (dias), tragam aos autos as justificativas e/ou documentos que entenderem pertinentes.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-011429.989.20-5. Órgão Concessor: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde – CGCSS.Responsáveis: José Henrique Germann Ferreira, Ex-Secretário de Estado da Saúde, e Jean Carlo Gorinchteyn, atual Secretário de Estado da Saúde.Entidade Beneficiária: Irmandade da Santa Casa de Andradina. Responsável: Fabio Antonio Obici, Presidente da Entidade à época e atual.Entidade Gerenciada: Unidade de Reabilitação Lucy Montoro em Fernandópolis.Assunto: Prestação de Contas - Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Contrato de Gestão. Exercício: 2020.Instrução por: UR-11.Advogados: Wesley Edson Rosseto (OAB/SP nº 220.718) e Galber Henrique Pereira Rodrigues (OAB/SP nº 213.199) (Evento 23.2).A Unidade Regional de Fernandópolis – UR-11 realizou, em 16/04/20, a 1ª Fiscalização Ordenada de 2020, objetivando a verificação da transparência nas Entidades do Terceiro Setor.Em face das impropriedades detectadas, o Responsável pela Organização Social foi notificado para providenciar a regularização da situação em 30 (trinta) dias, enquanto o Responsável pelo Órgão Concessor, para tomar conhecimento do referido Relatório de Fiscalização e adotar as providências de sua alçada.As partes contratantes apresentaram justificativas e documentos de interesse.Decorrido o prazo, em consulta à página da Entidade em questão, a Fiscalização constatou a permanência de algumas falhas.A PFE pugnou pela notificação dos Interessados, nos moldes do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Orgânica desta Corte.O MPC não selecionou os autos para análise.Nessa conformidade, tendo em conta que a Fiscalização registrou a permanência de algumas falhas, bem como o teor da proposta de PFE, expeçam-se notificações eletrônicas aos Responsáveis, para que, caso queiram, adotem as providências necessárias à correção das impropriedades verificadas.Por fim, retornem os presentes autos à UR-11, para prosseguimento no acompanhamento da execução do Contrato de Gestão nº 001.0500.000.018/2017, ficando os Responsáveis cientificados, desde já, de que as falhas apontadas serão consideradas por ocasião do Relatório referente à prestação de contas dos recursos repassados pela Convenente à Conveniada no exercício de 2020.

Publique-se.

Processo: TC-015054.989.17-3. Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão.Responsáveis: - Prefeito Municipal à época dos repasses: Amarildo Dudu Bolito; e- Atual Prefeito Municipal: Edson Brito Bolito.Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES.Responsáveis: - Valdemar Lino Chaves Filho, Presidente (Período: 1º/01/14 a 26/08/14); e- Pedro Barreto de Godoy Pereira, Presidente (Período: 27/08/14 a 31/12/14). Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede).Em Exame: Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Contrato de Gestão.Exercício: 2014.Valor Total: R$ 1.379.071,55.Instrução por: UR-13.Advogados: Eliezer Pereira Martins (OAB/SP nº 168.735), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) e Adriel Rodrigo do Amaral (OAB/SP nº 414.695) (Eventos 26.2 e 54.2). Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado). Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos.Processo: TC-015066.989.17-9.Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão.Responsáveis: - Prefeito Municipal à época dos repasses: Amarildo Dudu Bolito; e- Atual Prefeito Municipal: Edson Brito Bolito.Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES.Responsável: Pedro Barreto de Godoy Pereira, Presidente (Período: 1º/01/15 a 31/12/15).Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede).Em Exame: Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Contrato de Gestão.Exercício: 2015.Valor Total: R$ 1.937.007,84, sendo R$ 161.300,65 o saldo proveniente do exercício anterior; R$ 1.775.687,49 efetivamente repassados; e R$ 19,70 referentes a ganhos com aplicações financeiras.Instrução por: UR-13.Advogados: Eliezer Pereira Martins (OAB/SP nº 168.735), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887), Adhemar Ronquim Filho (OAB/SP nº 223.251) e Adriel Rodrigo do Amaral (OAB/SP nº 414.695) (Eventos 20.2 e 29.2).Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado).Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo.Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Processo: TC-011571.989.18-5.Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão.Responsáveis: - Prefeito Municipal à época dos repasses: Amarildo Dudu Bolito; e- Atual Prefeito Municipal: Edson Brito Bolito.Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES.Responsável: Pedro Barreto de Godoy Pereira, Presidente (Período: 1º/01/16 a 31/12/16).Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede).Em Exame: Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Contrato de Gestão.Exercício: 2016. Valor Total: R$ 1.915.184,78, sendo R$ 91.047,60 o saldo proveniente do exercício anterior; R$ 1.824.085,31 efetivamente repassados; e R$ 51,87 referentes a ganhos com aplicações financeiras.Instrução por: UR-13.Advogados: Fabiano Henrique Pereira (OAB/SP nº 380.888), Eliezer Pereira Martins (OAB/SP nº 168.735), Weverson Fábrega dos Santos (OAB/SP nº 234.064), Lucas da Silva Ramos (OAB/SP nº 378.193), Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) e Adriel Rodrigo do Amaral (OAB/SP nº 414.695) (Eventos 37.2, 39.2, 50.4 e 77.1).Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado).Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo.Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Processo: TC-024249.989.18-7.Contratante: Prefeitura Municipal de Rincão.Responsáveis: - Prefeita Municipal à época dos repasses: Therezinha Ignez Servidoni (Períodos: 1/01/17 a 24/01/17; e 25/04/17 a 31/12/17);- Prefeito Municipal em exercício à época dos repasses: Luiz Fernando Catelani, Vice-Prefeito (Período: 25/01/17 a 24/04/17); e- Atual Prefeito Municipal: Edson Brito Bolito.Organização Social: Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES.Objeto: Administração, gerenciamento e operacionalização dos serviços do Sistema Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde do Distrito do Taquaral, no Pronto Socorro Municipal e na Unidade Básica de Saúde de Rincão (Sede).Em Exame: Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Contrato de Gestão.Exercício: 2017.Valor Total: R$ 617.815,30, sendo R$ 319.100,59 o saldo proveniente do exercício anterior e R$ 298.714,71 o montante efetivamente repassado em 2017.Instrução por: UR-13.Advogados: Eliezer Pereira Martins (OAB/SP nº 168.735), Weverson Fábrega dos Santos (OAB/SP nº 234.064) e Jefferson Renosto Lopes (OAB/SP nº 269.887) (Eventos 29.2 e 44.1).Referenciado: Expediente: TC-015265.989.18-6 (Sobrestado).Órgão de Origem: Ministério Público do Estado de São Paulo.Assunto: Ofício nº 2384/2018 – EXPPGJ, Protocolo nº 49.530/2018 – MPSP, referente ao Ofício PJAB nº 249/2018-waaj, I.C. nº 253/2016, subscrito pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, em 27/06/18, encaminhando a esta C. Corte o pedido contido no Ofício PJAB nº 248/2018-waaj, da Promotoria de Justiça de Américo Brasiliense, assinado pela Promotora de Justiça, Dra. Denise Alessandra Monteiro Mendes, em 08/06/18, cujo teor requereu informações sobre se, por ocasião do julgamento das contas anuais, exercícios de 2013 a 2017, do Município de Rincão, foram constatadas eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio e Gestão à Saúde – IAGES ou à sua qualificação como Organização Social, bem como na contratação do escritório de advocacia "Pereira Martins Advogados Associados", para prestação de serviços jurídicos. Processo: TC-013058.989.18-7. Interessado: Alexandre Guarda Alves. Mencionado: Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo – Secretaria da Segurança Pública. Responsável: Tenente Coronel Maria Cecília Araújo.Objeto: Comunica possíveis irregularidades cometidas no âmbito do Contrato nº 2013CT01270, promovido pelo Centro Médico da Polícia Militar - CMED, tendo como objeto a aquisição de monitores com função de TV.Advogados: Eri Nepomuceno (OAB/SP nº 354.033), Crystiane Bagatelli dos Santos Guarda Alves (OAB/SP nº 393.203). Cuida-se de expediente, encaminhado pelo Sr. Alexandre Guarda Alves comunicando possíveis irregularidades relacionadas ao processo licitatório - Convite Eletrônico (BEC-SP), realizado em 2013 envolvendo a importância de R$ 1.971,00 (Contrato nº 2013CT01270 e Nota de Empenho nº 2013NE01302), objetivando a aquisição de monitores com função de TV. A 6ª Diretoria de Fiscalização, responsável pela instrução da matéria, apontou falhas no procedimento licitatório.Notificado, o Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo compareceu aos autos ofertando justificativas.A PFE manifestou-se pela improcedência.O MPC, por sua vez, pugnou por nova notificação do CMED para que sejam apresentadas (i) cópias dos Contratos nº CMed-011/497/16 e COPOM-001/80/2018, que foram celebrados com a empresa Labor Soluções e Engenharia e; (ii) cópia da decisão final do processo administrativo que foi antes instaurado para verificar as denúncias ofertadas pelo Representante, como noticiado pelo representante, informando, ainda, o andamento das investigações perante a Corregedoria da PMSP.Diante deste contexto, recebo a matéria como representação, nos termos do art. 214 do Regimento Interno deste Tribunal e determino a expedição de notificação eletrônica à responsável pelo Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo da Secretária da Segurança Pública, Tenente Coronel Maria Cecília Araújo, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tragam aos autos os documentos reclamados pelo Ministério Público de Contas no evento 103.1.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-13634.989.20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. Responsável (is): Marcos Vinicius de Almeida e Melo – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – novembro/COVID 19. Exercício: 2020. Advogados: Dalciani Felizardo – OAB/SP 299.287, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP 109.013, Graziela Nóbrega da Silva – OAB/SP 247.092 Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. A matéria foi instruída pela UR/7, com apontamentos junto ao evento 122. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3323.989.20-2, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marcos Vinicius de Almeida e Melo, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-13647.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Santa Isabel.Responsável(is): Fábia da Silva Porto Rosseti – Prefeita Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Advogados: Flávia Aparecida Santos – OAB/SP 194.641, Luan Aparecido de Oliveira – OAB/SP 387.051. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Santa Isabel. A matéria foi instruída pela UR/7, com apontamentos junto ao evento 138. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2995.989.20-9, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica da Responsável Sra. Fábia da Silva Porto Rosseti, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-13857.989.20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Guarulhos. Responsável(is): Gustavo Henric Costa – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Advogado(a)s: Antonio Carlos Zovin de Barros Fernandes – OAB/SP 231.360, Edma dos Santos Silva – OAB/SP 320.221. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Guarulhos. A matéria foi instruída pela 3ª DF, com apontamentos junto ao evento 162. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3347.989.20-4, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Gustavo Henric Costa, para que tome ciência da matéria e proceda as correções necessárias de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14158.989.20-2. Origem: Prefeitura Municipal de Saltinho. Responsável(is): Carlos Alberto Lisi – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Advogados: João Marcelo de Paiva Agostini – OAB/SP 198.466, Jorge Eduardo Vasconcellos Zangarini – OAB/SP 252.707. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Saltinho. A matéria foi instruída pela UR/10, com apontamentos junto ao evento 109. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2986.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Carlos Alberto Lisi, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14191.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Dumont. Responsável(is): Alan Francisco Ferracini – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Advogado(s): Clovis Barioni Bonádio – OAB/SP 343.696. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Dumont. A matéria foi instruída pela UR/6, com apontamentos junto ao evento 146. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2795.989.20-1, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Alan Francisco Ferracini, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14198.989.20-4. Origem: Prefeitura Municipal de Terra Roxa.Responsável(is): Marcelino Abbes Filho – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Terra Roxa. A matéria foi instruída pela UR/6, com apontamentos junto ao evento 125. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3036.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marcelino Abbes Filho, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14357.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Silveiras.Responsável (is): Guilherme Carvalho da Silva – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – NOVEMBRO/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Silveiras. A matéria foi instruída pela UR/9, com apontamentos junto ao evento 117. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3175.989.20-1, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Guilherme Carvalho da Silva, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-014394.989.20-6 (Ref. TC-003309.989.20-0). Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA.Responsável: Rogério Cardoso Franco – Prefeito Municipal.Assunto: Contas de Prefeitura – Acompanhamento Especial – COVID-19 – Novembro/2020.Advogados: Antonio Mauro de Souza Filho (OAB/SP 253.194), Adriano Morimitsu Uehara (OAB/SP 300.930), Edcarlos Alves Lima (OAB/SP 305.297), Eduardo João Gabriel Fleck da Silva Abreu (OAB/SP 317.093) e Leonardo Aquino Gomes (OAB/SP 395.261).Tratam os presentes dos autos do Acompanhamento Especial – COVID-19, dado no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Cotia.A matéria foi instruída pela DF-6, a qual anexou no evento 121 relatório com apontamentos relativos ao período de novembro/2020.Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-003309.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício.Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável, Sr. Rogério Cardoso Franco, para que tome ciência da matéria e proceda às correções que entender cabíveis.

Publique-se.

Processo: TC-14460.989.19. Origem: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro. Responsável: Leandro Luciano do Santos – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizada pela UR/6 sobre as contas da Municipalidade de Santa Rita do Passa Quatro, exercício de 2019, as quais estão abrigadas no TC-4650.989.19. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 04.12.19 (evento 30). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Publique-se.

Processo: TC-14495.989.19-6. Origem: Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Alegria. Responsável: João Baptista Mateus de Lima – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizada pela UR/6 sobre as contas da Municipalidade de Santo Antonio da Alegria, exercício de 2019, as quais estão abrigadas no TC-4656.989.19-1. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 04.12.19 (evento 28). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Publique-se.

Processo: TC-14624.989.20-8. Origem: Prefeitura Municipal de Jarinu. Responsável(is): Eliane Lorencini Camargo – Prefeita Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Jarinu. A matéria foi instruída pela UR/3, com apontamentos junto ao evento 132. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2863.989.20-8, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica da Responsável Sra. Eliane Lorencini Camargo, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14631.989.20-9. Origem: Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. Responsável (is): Juvenal Rossi – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. A matéria foi instruída pela UR/3, com apontamentos junto ao evento 149. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3298.989.20-3, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Juvenal Rossi, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14645.989.20-3. Origem: Prefeitura Municipal de Meridiano. Responsável(is): Maicon Fabiano de Oliveira – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – NOVEMBRO/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Meridiano. A matéria foi instruída pela UR/11, com apontamentos junto ao evento 113. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2888.989.20-9, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Maicon Fabiano de Oliveira, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14683.989.20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Apiaí. Responsável(is): Luciano Polaczek Neto – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – NOVEMBRO/20. Exercício: 2020. Advogados: Daniela Francine Torres – OAB/SP 202.802, Júlio César Machado – OAB/SP 330.136. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Apiaí. A matéria foi instruída pela UR/16, com apontamentos junto ao evento 121. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2732.989.20-7, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Luciano Polaczek Neto, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14726.989.20-5. Origem: Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Responsável(is): Marco Antonio Citadini – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19. Exercício: 2020. Advogados: Luana Maria Rodrigues – OAB/SP 350.861 e outros. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Capão Bonito. A matéria foi instruída pela UR/16, com apontamentos junto ao evento 103. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3203.989.20-7, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marco Antonio Citadini, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14795.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Birigui. Responsável(is): Cristiano Salmeirão – Prefeito Municipal. Assuntos: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Juntada de instrumento de procuração outorgado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórida de Birigui aos ii. Advogados Drs. Ricardo Luis Aroni – OAB/SP 212.827 eJamile Zanchetta Marques – OAB/SP 273.567. Exercício: 2020. Advogados: Glauco Peruzzo Gonçalves – OAB/SP 137.763, Cibele Rosa Alves Barca – OAB/SP 282.519. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Birigui. A matéria foi instruída pela UR/1, com apontamentos junto ao evento 122. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3271.989.20-4, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Cristiano Salmeirão, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato. Autorizo vista dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, por meio de seus ii. Advogados Drs. Ricardo Luis Aroni – OAB/SP 212.827 e Jamile Zanchetta Marques – OAB/SP 273.567.

Publique-se.

Processo: TC-14828.989.20. Origem: Prefeitura Municipal de Lins. Responsável(is): José Roberto Danzi.Edgar de Souza. Lucas Pavezzi Ferreira. Assunto ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Advogados: Daniela Renata Ferrer de Mello – OAB/SP 126.280 e outros. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Lins. A matéria foi instruída pela UR/1, com apontamentos junto ao evento 101. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3283.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica dos Responsáveis, para que tomem ciência da matéria e procedam as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14855.989.20-8. Origem: Prefeitura Municipal de Rafard.Responsável(is): Carlos Roberto Bueno – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – novembro/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Rafard. A matéria foi instruída pela UR/9, com apontamentos junto ao evento 135. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3154.989.20-6, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Carlos Roberto Bueno, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-14957.989.20-5. Origem: Prefeitura Municipal de São Simão. Responsável(is): Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – março a novembro/20. Exercício: 2020. Advogado: Carlos Augusto Manella Ribeiro – OAB/SP 278.733. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de São Simão. A matéria foi instruída pela UR/6, com apontamentos junto ao evento 151. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-3021.989.20-7, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marcos Daniel Bonagamba, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-15105.989.19-8. Origem: Prefeitura Municipal de Ilhabela.Responsável: Maria das Graças Ferreira Santos Souza – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Em exame: Pedido de vistas formulado pelo e. Advogado Dr. Luis Henrique Homem Alves – OAB/SP 105.281. Advogado(s) Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP 109.013. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, reali-

zada pela UR/7 sobre as contas da Municipalidade de Ilhabela, exercício de 2019, as quais estão abrigadas no TC-4492.989.19. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 18.12.19 (evento 35); a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção; e, por conseqüência determinei o arquivamento dos presentes (evento 49). Nesta oportunidade o advogado Dr. Luis Henrique Homem Alves – OAB/SP 105.281 requer vistas dos autos a fim de tomar conhecimento dos apontamentos, na medida em que compõe a equipe de transição de Governo (evento 50). Considerando a ausência de documentos suficientes à comprovação dos fatos noticiados – minimamente a indicação da eleição de novo mandatário e o instrumento de outorga de mandato, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que o i. advogado complemente informações. Esgotado o prazo e, em não havendo movimentação, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Publique-se.

Processo: TC-15278.989.20-7. Origem: Prefeitura Municipal de Cananéia.Responsável(is): Gabriel dos Santos Oliveira Rosa – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – NOVEMBRO/20. Exercício: 2020. Advogado: Marcelo Rosa – OAB/SP 119.156. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Cananéia. A matéria foi instruída pela UR/12, com apontamentos junto ao evento 109. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2769.989.20-3, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Gabriel dos Santos Oliveira Rosa, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

Processo: TC-015294.989.20-7 (Ref. TC-002932.989.20-5). Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU.Responsável: Jose Carlos Silva Pinto – Prefeito Municipal.Assunto: Contas de Prefeitura – Acompanhamento Especial – COVID-19 – Novembro/2020.Advogada: Simone Silva Melcher (OAB/SP 187.725).Tratam os presentes dos autos do Acompanhamento Especial – COVID-19, dado no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu.A matéria foi instruída pela UR-12, a qual anexou no evento 74 relatório com apontamentos relativo ao período de novembro/2020.Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-002932.989.20-5, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício.Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável, Sr. Jose Carlos Silva Pinto, para que tome ciência da matéria e proceda às correções que entender cabíveis.

Publique-se.

Processo: TC-016715.989.18-2. Órgão Público Convenente: Secretaria de Estado da Educação – Diretoria de Ensino Região de Mirante do Paranapanema. Órgão Público Beneficiário: Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema.Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino, residentes em locais fora da área de abrangência da escola onde estão matriculados, prioritariamente dos que residem em áreas rurais ou de difícil acesso.Assunto: Prestação de Contas. Exercício de 2017. Valor de R$ 4.474.526,61. Recursos oriundos do Convênio nº 0364/0064/2016 de 01/08/2016, tratado no TC-14417.989.16-7. Responsáveis: Sebastião Canevari e Ênio Magro (Dirigentes), e Átila Ramiro Menezes Dourado (Prefeito).Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema, no evento nº 120.Advogados: Fausto Cavichini Infante Gutierrez (OAB/SP 285.403), Giovana Eva Matos Farah (OAB/SP 368.597) e Tamires Souza de Almeida (OAB/SP 399.552). Ofício encaminhado pela Secretaria de Estado da Educação – Diretoria de Ensino da Região de Mirante do Paranapanema (evento 116) noticia que o pedido de Parcelamento de Dívida do Convênio de Transporte Escolar do Município de Mirante do Paranapanema relativa aos exercícios de 2017 e 2018, encontra-se em análise no Núcleo de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo desde 05 de agosto de 2020.A Municipalidade (evento 120), sob a alegação de que a situação não depende de sua exclusiva atuação, requer a extensão do prazo anteriormente concedido, não só ao Município, mas a Secretaria Estadual de Administração, como responsável pela análise e andamento do pedido de parcelamento da dívida. Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, para que apresentem informações atualizadas acerca do parcelamento, com encaminhamento da documentação pertinente e/ou comprovantes de restituição ao Erário estadual dos valores impugnados.

Publique-se.

Expediente: TC-018280.989.20-3. Interessada: Sandalo Equipamentos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., por intermédio de sua Sócia, Sra. Terezinha Sposito Sales.Mencionada: Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra.Responsável: Dirlei Salas Ortega – Prefeito Municipal.Assunto: Comunica possíveis irregularidades na gestão do Município de Araçoiaba da Serra, relativas à inadimplência por fornecimentos de produtos (Ata de Registro de Preços nº 117/2019), com consequente quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.Advogado: Lucas Vitor de Lima Neto (OAB/SP 263.642).Em exame expediente encaminhado pela empresa Sandalo Equipamentos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda. noticiando possíveis irregularidades na gestão do Município de Araçoiaba da Serra, relativas à inadimplência por fornecimentos de produtos (Ata de Registro de Preços nº 117/2019), com consequente quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.Segundo informado, a contratada entregou à Prefeitura os produtos elencados nas Notas Fiscais nº 2.637 e 2.640 (eventos 1.3 e 1.4), em valores de R$ 700,80 e R$ 25,80, deixando a Municipalidade, contudo, de realizar os pagamentos no prazo previsto.A matéria me foi submetida na condição de relatora das Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra, que tramitam no processo TC-004718.989.19-7.Considerando, de um lado, que as aquisições mencionadas tiveram suporte nos empenhos nº 8985/19 e 9035/19, os quais figuram como pagos no Portal da Transparência da Prefeitura[1], e, de outro, que o relatório de fiscalização do encerramento do exercício de 2019 não identificou situações de quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos (evento 59.19 do TC-004718.989.19-7), determino o arquivamento deste protocolado.

Publique-se.

Expediente: eTC-18491.989.20-8.Interessada: HJ MONTAGENS E EVENTOS EIRELI - Hernandes Julian Silva ME Mencionada: Prefeitura Municipal de Olímpia.Responsável: Fernando Augusto Cunha – Prefeito Municipal.Assunto: Comunica possíveis irregularidades na condução do convite 05/19, instaurado para a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação, montagem, desmontagem e manutenção de decoração natalina.Advogada: Isabela Cristina Camargo – OAB/SP 333.435. Trata-se de notícias sobre eventuais irregularidades praticadas no âmbito da Municipalidade de Olímpia, em decorrência do convite 05/19, instaurado para a contratação de empresa para prestação de serviços de locação, montagem, desmontagem e manutenção de decoração natalina. O certame foi vencido pela Interessada, no valor de R$ 44.000,00, e a Municipalidade estaria se quedando inerte em relação a pedido voltado à emissão de atestado de capacidade técnica, a fim de possibilitar a participação em outros certames de objeto similar. A matéria foi referenciada às contas do exercício de 2020 da Municipalidade de Olímpia, abrigadas no TC-3238.989.20-6, estão sob minha relatoria. Encaminhada à UR/8, após detida análise da fiscalização, foi registrado que o Representante informou ter conseguido o Atestado de Capacidade Técnica em apreço e, por conseqüência, houve perda do objeto dos presentes (evento 37). O d. MPC opinou pelo arquivamento dos autos (evento 45). Diante do exposto, ao arquivo.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-018617.989.18-1. INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio do Exmo. Sr. Procurador de Justiça Coordenador, Dr. João Antônio Bastos Garreta Prats, e do Exmo. Sr. Promotor de Justiça Assessor, Dr. Virgílio Antônio Ferraz do Amaral.MENCIONADA: Prefeitura Municipal de Joanópolis.RESPONSÁVEL: Mauro Aparecido Garcia Banhos – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Ofício nº 1254/2018 – 1ºPJA-EBM – Encaminha cópia de Termo de Declarações a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Joanópolis.Trata-se de expediente encaminhado pela Subprocuradoria-Geral Jurídica do Ministério Público do Estado de São Paulo com cópia de Termo de Declarações a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Joanópolis.Os fatos trazidos na inicial se referem à utilização de maquinário público (caminhões e retroescavadeira) para fins particulares e à existência de funcionários que possuem grau de parentesco com agentes políticos, com possível ocorrência de nepotismo.A matéria foi analisada pela Unidade Regional de São José dos Campos – UR-7 nos eventos 18 e 21, a qual constatou, com base em processo administrativo realizado pela Câmara Municipal de Joanópolis, a ocorrência de gratificação a servidor público, sem a comprovação da prestação dos serviços, além de fragilidades no controle das atividades exercidas pelos funcionários locais.Regularmente notificado (DOE de 05/07/2019), o responsável compareceu ao feito com esclarecimentos no evento 33.1, reforçando que foi processada sindicância administrativa que descaracterizou qualquer irregularidade na utilização de maquinário público e informando que o servidor Irineu de Souza Bueno Neto parcelou os valores recebidos em excesso com o fim de ressarcir o erário municipal, conforme documentos que juntou no evento 33.2.Ministério Público de Contas considerou que as aventadas irregularidades na utilização de maquinário público e na configuração de nepotismo não restaram comprovadas, acolhendo, de outra parte, as providências adotadas pelo Executivo para restituir os valores pagos a maior a funcionário municipal, que parcelou os valores devidos para devolução em cotas (evento 43).Considerando que as apurações realizadas pela fiscalização não identificaram desvio de finalidade no uso de máquinas públicas, nem os alegados casos de nepotismo, e, ainda, que a Prefeitura reconheceu os valores pagos a maior a adotou medidas voltadas à recomposição do erário, determino a expedição de ofício ao e. subscritor, encaminhando-lhe cópia dos documentos e manifestações anexados nos eventos 18, 21, 33 e 43, com posterior arquivamento deste protocolado.

Publique-se.

Expediente: TC-019069.989.20-0.Interessado: Emerson Chagas da Silva, munícipe de Pracinha.Mencionada: Prefeitura Municipal de Pracinha.Responsável: Maurilei Aparecido Dias da Silva – Prefeito Municipal.Assunto: Possíveis irregularidades na execução de obra de asfaltamento, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha.Advogada: Juliana Kenei Amadio Silva Bressan (OAB/SP 289.794)Trata-se de expediente encaminhado pelo Sr. Emerson Chagas da Silva, munícipe de Pracinha, noticiando possíveis irregularidades na execução de obra de asfaltamento no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha. Segundo informado, a Municipalidade realizou obra voltada ao asfaltamento da via pública lindeira, porém com falhas de projeto que impedem o correto escoamento das águas pluviais, causando alagamento do imóvel do interessado.A matéria foi instruída em seus aspectos contratuais pela Unidade Regional de Adamantina – UR-18 no evento 22, a qual identificou que as obras de pavimentação na Rua Mario Montano, objeto do Contrato nº 04/2016, foram custeadas por recursos repassados pelo Ministério das Cidades e receitas próprias Municipais, anotando ocorrências que podem representar falhas na execução e acompanhamento das obras realizadas (instalação de sistemas de drenagem e bocas de lobo insuficientes para captação suficiente das águas pluviais).Registrou, ainda, que foi celebrado o Contrato nº 18/2019, custeado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e também receitas próprias da Prefeitura, voltado à implantação de sistema de captação e escoamento de águas pluviais na mesma região.Regularmente notificado (DOE de 23/10/2020), o responsável ingressou nos autos com justificativas do evento 35.1, informando, em síntese, que as alegadas falhas na execução de obras públicas foram analisadas no âmbito do Poder Judiciário, o qual, após a produção de laudo pericial, descartou a ocorrência de danos ao imóvel do requerente por problemas relacionados a alagamento da via pública. Anexou, em abono, peças dos autos e decisões prolatadas em Primeiro e Segundo Graus (eventos 35.2 a 35.5).Ministério Público de Contas não selecionou os autos para manifestação (evento 39).A documentação colacionada pela Origem demonstrou que a matéria em debate foi levada ao conhecimento do Poder Judiciário em Ação de Indenização por Dano Moral, Processo 1000123-12.2019.8.26.0326, tendo aquele Pretório determinado a realização de prova pericial e consignado em sua decisão que "a parte requerida executou obras de infraestrutura, que contemplou guias, sarjetas, pavimentação, calçamento e rede de galerias pluviais", inexistindo, assim, caracterização de "responsabilidade da [Prefeitura] ré, assim como a repercussão dos eventos nos setores patrimonial e moral da esfera jurídica da parte autora" (evento 35.2).Nesses termos, considerando que a matéria já foi dirimida perante o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem evidência de responsabilidade do Município, determino o arquivamento deste protocolado, com prévia notificação eletrônica dos interessados.

Publique-se.

Processo: TC-019281.989.19-4. Representante: Ellipse Projetos e Construções EIRELLI.Representado: Prefeitura Municipal de Catanduva.Prefeita atual: Marta Maria do Espírito Santo Lopes.Assunto: Representação contra a Prefeitura Municipal de Catanduva comunicando possíveis irregularidades atinentes ao descumprimento de cláusulas do Contrato nº 107/2018, decorrente da Concorrência nº 13/2018, objetivando a construção de creche escola. Processo: TC-019284.989.19-1.Requerente: Ellipse Projetos e Construções EIRELI.Mencionada: Prefeitura Municipal de Catanduva.Prefeita atual: Marta Maria do Espírito Santo Lopes.Assunto: Representação contra a Prefeitura Municipal de Catanduva comunicando possíveis irregularidades atinentes ao descumprimento de cláusulas do Contrato nº 58/2018, decorrente da Concorrência nº 14/2018, objetivando a construção de creche escola Cuidam os autos de representações formuladas pela empresa Ellipse Projetos e Construções Eirelli EPP em face da Prefeitura Municipal de Catanduva, comunicando eventuais irregularidades nos Contratos nº 58/2018 e 107/2018. Em síntese, aduz que por inércia do Executivo Municipal os Convênios s/nº, processos nº 6271/2013 e nº 6370/2013, firmados entre a Prefeitura Municipal de Catanduva e o Estado de São Paulo, por intermédio, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação/FDE, não foram prorrogados, o que teria acarretado o descumprimento da Cláusula Quarta dos Contrato nº 58/2018 e 107/2018, formalizados em 17/08/18, entre a Municipalidade e a Representante, visando a construção de Creches Escola, naquele município.Afirma que, como contratada, vem executando regularmente os serviços pactuados, correspondendo aos cronogramas físicos propostos e que os pagamentos referentes à 3ª (parcial), 4ª e 5ª medições do Contrato nº 107/2018 e à 4ª (parcial) e 5ª medições do Contrato nº 58/2018, não foram pagos, totalizando uma dívida do município no valor de R$ 640.002,50, sendo R$ 325.114,64 referente ao Contrato nº 58/2018 e R$ 314.887,86 concernente ao Contrato nº 107/2018, causando transtornos à representante, pois estaria atingindo não só sua empresa, mas seus fornecedores e prestadores de serviços.Requer que sejam tomadas as devidas providências no sentido regularização dos pagamentos em atraso, a fim de evitar a paralisação dos serviços.A Unidade Regional de São José do Rio Preto (UR-08)[1], responsável pela instrução, após diligências, apurou que a FDE repassou ao Município a importância de R$ 890.537,43, sendo que o restante será repassado quando da prorrogação dos Convênios.Acrescentou que por se tratar de recursos vinculados, a Prefeitura depende do recebimento destes valores para efetuar os pagamentos.Diante deste contexto, expeça-se notificação eletrônica à responsável pela Prefeitura Municipal de Catanduva, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos informações atinentes a situação atual dos Convênios firmados com a FDE, assim como em relação aos Contratos, pagamentos e as obras objetos das representações.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-024324.989.20-1. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia. RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal. CONTRATADA: Lactosoja Serviços e Comércio de Alimentos EIRELI. RESPONSÁVEL: Rodrigo Riberio de Moraes – Representante Legal. AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: Rodrigo Riberio de Moraes – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.18).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses.EM EXAME: Pregão Eletrônico nº 066/20 (Edital no evento 1.6). Ata de Registro de Preços nº 340/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 76.800,00, com vigência de 12 meses (Lotes 1, 11 e 31 – evento 1.17). PROCESSO: TC-024328.989.20-7 (Ref. TC-024324.989.20-1).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: DNA Comércio e Representações EIRELI.RESPONSÁVEL: Vanessa Strambeck Lofrano – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: Vanessa Strambeck Lofrano – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.4).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses. EM EXAME: Ata de Registro de Preços nº 338/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 320.873,00, com vigência de 12 meses (Lotes 5, 15, 21, 23, 27 e 30 – evento 1.3).PROCESSO: TC-024329.989.20-6 (Ref. TC-024324.989.20-1).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos.RESPONSÁVEL: André Correa da Silva – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: André Correa da Silva – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.4).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses.EM EXAME: Ata de Registro de Preços nº 343/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 64.050,00, com vigência de 12 meses (Lote 6 – evento 1.3).PROCESSO: TC-024330.989.20-3 (Ref. TC-024324.989.20-1).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: Licitare Comércio e Representação de Alimentos Ltda.RESPONSÁVEL: Marcelo Furgiuele – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: Marcelo Furgiuele – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.4).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses.EM EXAME: Ata de Registro de Preços nº 342/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 124.000,00, com vigência de 12 meses (Lotes 7 e 17 – evento 1.3).PROCESSO: TC-024331.989.20-2 (Ref. TC-024324.989.20-1).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: LGM Comércio e Representação de Produtos Alimentícios em Geral EIRELI – EPP.RESPONSÁVEL: Lindalva Andrade da Silva – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: Lindalva Andrade da Silva – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.4).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses.EM EXAME: Ata de Registro de Preços nº 341/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 68.185,00, com vigência de 12 meses (Lotes 16 e 25 – evento 1.3).PROCESSO: TC-024363.989.20-3 (Ref. TC-024324.989.20-1).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: Food4Life Comercial de Alimentos EIRELI.RESPONSÁVEL: Aline Silva Belini – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação. PELA CONTRATADA: Aline Silva Belini – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.4).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses. EM EXAME: Ata de Registro de Preços nº 339/2020, firmada em 27/07/2020, no valor estimado de R$ 27.300,00, com vigência de 12 meses (Lotes 4 e 14 – evento 1.3). PROCESSO: TC-024556.989.20-0 (Ref. TC-024363.989.20-3).CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.CONTRATADA: Food4Life Comercial de Alimentos EIRELI.RESPONSÁVEL: Aline Silva Belini – Representante Legal.AUTORIDADES QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO:PELA CONTRATANTE: Márcia Aparecida Bernardes – Secretário de Educação.PELA CONTRATADA: Aline Silva Belini – Representante Legal.(Termo de Ciência e Notificação anexado no evento 1.3).OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses – Ata de Registro de Preços nº 339/2020, firmada em 27/07/2020EM EXAME: Termo de Rerratificação, firmado em 22/09/2020.REFERENCIADO: Expediente TC-019675.989.20-6.INTERESSADA: Lactosoja Serviços e Comércio de Alimentos EIRELI – EPP., por intermédio de seu Procurador, Sr. Carlos Alberto dos Santos.MENCIONADA: Prefeitura Municipal de Atibaia.RESPONSÁVEL: Saulo Pedroso de Souza – Prefeito Municipal.ASSUNTO: Comunica possíveis irregularidades no processamento do Pregão Eletrônico nº 066/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Atibaia, relacionadas à avaliação de amostras.Em exame a licitação Pregão Eletrônico nº 66/2020 promovida pela Prefeitura Municipal de Atibaia e as decorrentes Atas de Registro de Preços nº 338/2020, 339/2020, 340/2020, 341/2020, 342/2020, 343/2020, cujo objeto é o registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, com entregas parceladas, por um período de 12 meses.Também em exame o Termo de Rerratificação à Ata de Registro de Preços nº 339/2020, firmado em 22/09/2020, destinado a corrigir a cláusula do valor estimado da contratação futura.A análise da matéria foi subsidiada pelo expediente TC-019675.989.20-6, encaminhado pela empresa Lactosoja Serviços e Comércio de Alimentos EIRELI – EPP., que noticia possíveis irregularidades no processamento do Pregão Eletrônico nº 066/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Atibaia, relacionadas à avaliação de amostras.A matéria foi instruída pela Unidade Regional de Campinas – UR-3, o qual opinou pela irregularidade do certame em razão dos seguintes apontamentos (evento 22.4 do TC-024324.989.10-1): a) Ausência de justificativas para a contratação;b) A Prefeitura Municipal não deu pleno atendimento ao princípio da publicidade, negando à licitante o acompanhamento da fase de avaliação das amostras, situação que contraria o artigo 37 da Constituição federal, bem como orientações do Tribunal de Contas da União e manifestações deste e. Tribunal de Contas;c) Houve, s.m.j., excesso de detalhamento para alguns produtos, situação que além de ter potencial para prejudicar o procedimento licitatório, vai contra a jurisprudência deste e. Tribunal de Contas. Considerou que as Atas de Registro de Preços e o Termo de Rerratificação, embora escoimados de falhas de natureza formal, foram comprometidos pelas falhas identificadas no procedimento licitatório, face à incidência do princípio da acessoriedade (eventos 22 do TC-024324.989.20-1, 22 do TC-024328.989.20-7, 21 do TC-024329.989.20-6, TC-024330.989.20-3, 21 do TC-024331.989.20-2, 22 do TC-024363.989.20-3 e 16 do TC-024556.989.20-0).Opinou, ainda, pela procedência parcial das alegações trazidas no expediente TC-019675.989.20-6.Considerando os apontamentos lançados pela instrução, ASSINO PRAZO de 15 (quinze) dias aos responsáveis em epígrafe para que tomem ciência do conteúdo dos autos e apresentem as justificativas que forem de interesse.Providencie-se, outrossim, a NOTIFICAÇÃO do Sr. Saulo Pedroso de Souza, Prefeito Municipal, para que, no mesmo prazo, traga as informações que considerar pertinentes sobre a matéria, esclarecendo-lhe que, na qualidade de responsável pelo Órgão, poderá responder pelos atos praticados por seus subordinados.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integralidade dos documentos poderá ser obtida, mediante regular credenciamento, no sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-019723.989.20-8. Convenente: Prefeitura Municipal de Franca.Responsáveis:- Gilson de Souza, Prefeito Municipal; e- José Conrado Dias Netto, Secretário Municipal de Saúde (Evento 1.14, Fl. 10, do TC-019651.989.20-4).Entidade Conveniada: Fundação Espírita Allan Kardec.Responsável: Mário Arias Martinez, Presidente (Evento 1.14, Fl. 10, do TC-019651.989.20-4).Objeto: Auxílio Emergencial – Lei Federal nº 13.995/2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da Pandemia do COVID-19, conforme Plano de Trabalho e disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como consoante a Portaria nº 1.448/2020 do Ministério da Saúde.Em exame: Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Convênio.Período analisado: 23/07/20 a 31/08/20.Valor: R$ 1.186.915,91, sendo R$ 1.186.672,01 o montante efetivamente repassado no período e R$ 243,90 referentes a ganhos com aplicações financeiras (Fonte: exclusivamente Federal).Instrução por: UR-17.Cuidam os autos da prestação de contas dos recursos transferidos, no período de 23/07/20 a 31/08/20, pela Prefeitura Municipal de Franca à Fundação Espírita Allan Kardec, no importe equivalente a R$ 1.186.915,91, oriundos do Convênio nº 26/2020 (Processo nº 027332/2020), de 23/07/20, cujo objeto consistiu no Auxílio Emergencial – Lei Federal nº 13.995/2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da Pandemia do COVID-19, conforme Plano de Trabalho e disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como consoante a Portaria nº 1.448/2020 do Ministério da Saúde, pelo valor de R$ 1.186.672,01, para viger a contar de sua assinatura até 31/12/20.Consigne-se que determinei o arquivamento do TC-019651.989.20-4, no bojo do qual referido ajuste foi tratado, porquanto, segundo o Relatório da Fiscalização elaborado naqueles autos, a fonte de recursos do Convênio é exclusivamente Federal, conforme Nota de Empenho nº 15342, de 23/07/20, ou seja, não estava a apreciação dele englobada pelas atribuições desta Corte de Contas.Com relação, especificamente, à presente prestação de contas, a Equipe Técnica da UR-17 não constatou irregularidades, atestando a sua conformidade com as cláusulas pactuadas e o Plano de Trabalho relativo ao período em exame, além de pugnar pelo retorno dos autos, para fins de prosseguimento da instrução. Por fim, confirmou que a origem dos recursos cuja prestação de contas se examina é exclusivamente Federal. O MPC não selecionou os autos para análise.Desta feita, considerando-se que a análise do emprego de recursos federais não está englobada pelas atribuições desta Corte de Contas, determino o arquivamento deste feito.

Publique-se.

Expediente: 21151.989.20-9 (TC-3056.989.20). Interessado: José Benedito Trindade de Melo – servidor público municipal. Origem: Prefeitura Municipal de Águas de Santa Bárbara. Responsável: Aroldo José Caetano – Prefeito Municipal.Assunto: Requer que não seja determinado o desconto dos valores eventualmente recebidos além do subsídio do Prefeito Municipal, considerando a notificação endereçada à Municipalidade, por ocasião do "Acompanhamento das Contas Anuais da Prefeitura – 1º quadrimestre/2020". Exercício: 2020. Advogado: Débora Pupo Garcia Losi – OAB/SP 269.359. Considerando o teor das informações contidas no relatório de "Acompanhamento das Contas Anuais da Prefeitura – 1º Quadrimestre/2020", o Interessado requereu/desautorizou qualquer desconto sobre sua remuneração para fim de restituição de remunerações recebidas acima do subsídio do Sr. Prefeito Municipal. A Municipalidade foi notificada e apresentou suas justificativas (evento 24). O d. MPC oficiou nos autos, anotando que o TC-3056.989.20-5 ainda encontra-se em trâmite, inexistindo ato administrativo impugnado ou decisão desta Corte determinando a restituição de valores indevidamente pagos ao servidor, razões pelas quais propôs o arquivamento dos presentes (evento 31). Diante do exposto, ao arquivo.

Publique-se.

Expedientes: TC-0021690.989.18-1 e TC-0021730.989.18-3. Representantes: Dal Pozzo Advogados e Quirino Ferreira Sociedade Individual de Advocacia.Representado: Departamento de Estradas de Rodagem - DER.Objeto: Comunicam possíveis irregularidades existentes no edital da Concorrência nº 24/2018-CO, promovida pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, objetivando a contratação de serviços de conservação, readequação e instalação de sinalização rodoviária nas rodovias e acessos sob administração do DER/SP, divididos em 14 lotes, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos XXXVI e XXXVII, que integram o edital, observadas as normas técnicas ABNT.Advogados: Percival José Bariani Júnior (OAB/SP nº 252.566), Ana Cristina Fecuri (OAB/SP nº 125.181), Beatriz Neves Dal Pozzo Cunha (OAB/SP nº 300.646) e Quirino Ferreira (OAB/SP nº 154.291). Trata-se de Representações formuladas por Dal Pozzo Advogados (TC-0021690.989.18-1) e Quirino Ferreira Sociedade Individual de Advocacia (TC-0021730.989.18-3) contra o edital da Concorrência nº 24/2018-CO, promovida pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, objetivando a contratação de serviços de conservação, readequação e instala-

ção de sinalização rodoviária nas rodovias e acessos sob administração do DER/SP, divididos em 14 lotes, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos XXXVI e XXXVII, que integram o edital, observadas as normas técnicas ABNT.Dal Pozzo Advogados critica os seguintes aspectos do instrumento convocatório: - Vedação imotivada de participação de empresas reunidas em consórcio, sem justificativas técnicas adequadas, impedindo a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. - Exigência de demonstração de patrimônio líquido com base na soma dos valores do conjunto de lotes disputados, que entende ser restritiva, conforme item n.º 15.2.5, a.2.1. - Exigência de atestados de qualificação técnica específicos, em face da previsão de comprovação de experiência anterior em serviços idênticos, e não similares, ao objeto colocado em disputa, em afronta à Súmula n.º 30 deste Tribunal e ao artigo 30 da Lei de Licitações. - Ilegalidade em publicar o certame nos últimos dois quadrimestres de mandado eletivo, em afronta ao artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000. Por sua vez, Quirino Ferreira Sociedade Individual de Advocacia insurge-se contra as seguintes condições editalícias: - Ilegalidade da documentação exigida para a demonstração de regularidade fiscal e trabalhista, diante da necessidade de apresentação de certidão relativa ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda (item n.º 15.2.3.3.2), em desconformidade com a consulta realizada perante o referido órgão estadual, segundo o qual a Certidão de Débitos não inscritos na Dívida Ativa de São Paulo, que abrange a regularidade para com todos os tributos estaduais, é fornecida via internet pelo site www.pfe.fazenda.sp.gov.br. - Exigências voltadas à qualificação técnica (item n.º 15.2.6), em especial no que diz respeito à eleição das parcelas de maior relevância, porquanto, em seu entendimento, não há justificativa plausível para estipular a demonstração de experiência anterior com "terminal absorvedor de impacto", que representa apenas 9,29% do objeto total. - Critérios de subcontratação: em sua ótica, não faz sentido, em uma licitação tão vultosa, a permissão de subcontratar até 30% dos serviços e, ao mesmo tempo, impedir a participação de consórcios. Ambas as representantes pugnam, pois, pela procedência das impugnações. Posteriormente, a Representante Dal Pozzo Advogados acostou petição ao processo TC-0021690.989.18-1 (evento 70), requerendo que a DER apresente esclarecimentos sobre a prorrogação do contrato firmado em decorrência do certame ora em comento.Indeferidos os pedidos de paralisação do procedimento licitatório e recebida a matéria como Representação, nos termos do artigo 214 do Regimento Interno desta Corte, foram os autos encaminhados à Fiscalização para instrução.A equipe da DF-9, após análise de documentação constante dos autos, registrou, no que concerne à Representação intentada por Dal Pozzo Advogados, que a impugnação em face da proibição de reunião de empresas em consórcio não merece prosperar, porquanto tal ponto se insere no âmbito do poder discricionário da Administração, além de os serviços licitados serem de natureza comum, sem características de múltiplas especialidades.Relativamente à crítica contra a exigência contida no item 15.2.5, subitem a.2.1 do edital, de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor de cada lote que a interessada participar, a Fiscalização consignou que a própria Lei nº 8.666/93 prevê nos parágrafos 2º e 3º do artigo 31 a possibilidade de se exigir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo limitado a 10% do valor estimado da contratação.Além disso, relembrou que tal situação se assemelha ao objeto tratado nos autos do TC-0010824.989.17, em que se considerou regular cláusula de idêntico conteúdo.De Igual sorte, restou afastada a reclamação contra à exigência de apresentação de atestados de qualificação técnica descrita no item editalício 15.2.6, subitens "b" e "b.1", visto que a Fiscalização entendeu que a aludida regra se mostrava em conformidade com o artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, bem como com a Súmula nº 24 desta Corte.No que se refere à crítica quanto à publicação do ato convocatório nos dois últimos quadrimestres de 2018, em suposta afronta ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000, que veda que a Administração assuma gastos que não possam ser cumpridos ou pagos integralmente no exercício, a Fiscalização explicou que a disponibilização do edital não significa ocorrência imediata de despesas, já que estas ocorreriam após a assinatura do contrato e emissão de nota de empenho. Conjugado a isso, asseverou que o fato de os contratos relativos ao certame em análise terem sido assinados em 2019 já invalida, por si só, qualquer alegação de desatendimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.Com relação à Representação apresentada por Quirino Ferreira Sociedade Individual de Advocacia, a Fiscalização anotou que improcede a queixa relacionada à ilegalidade da documentação exigida para fins de demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da empresa interessada, pois o edital prevê a entrega de documentos diferentes dos contestados na impugnação.Segundo averiguado pelo Órgão Instrutivo, o item 15.2.3.3.2 do instrumento convocatório faz referência à obrigatoriedade de fornecimento de certidão de regularidade junto à Fazenda Municipal, sendo ausente no edital cláusula que exija certidão de regularidade quanto ao recolhimento de tributos estaduais.Particularmente sobre a impugnação contra a exigência de qualificação técnica, especialmente no que diz respeito à eleição das parcelas de maior relevância, de igual modo, entendeu a Fiscalização que descabe acolhimento, já que seria patente a consonância da regra editalícia com o artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, bem como com a Súmula nº 24 desta Corte.Não procederam, ainda, no entender da Fiscalização, a reclamação acerca dos critérios de subcontratação e da proibição de consórcios previstos no ato convocatório.De início, a equipe fiscalizadora destacou que a permissão de subcontratação encontra amparo no artigo 72 da Lei Geral de Licitações, sendo que o edital apenas descreveu os critérios e formas de sua realização, afastando, assim, o argumento de ilegalidade levantado pela representante.No tocante à vedação de consórcios no certame, a Fiscalização asseverou que este Tribunal vem sustentando entendimento de que esta questão se abriga na discricionariedade da Administração contratante, tornando a crítica improcedente.PFE considerou improcedentes as impugnações (evento 61 do TC-0021690.989.18-1 e evento 52 do TC-0021730.989.18-3).O MPC, de igual modo, opinou pela improcedência das Representações (evento 64 do TC-0021690.989.18-1 e evento 55 do TC-0021730.989.18-3). Nesse contexto, considerando a instrução da matéria e as manifestações de PFE e do d. MPC pela improcedência dos fatos noticiados pelas interessadas, nos casos vertentes, determino o arquivamento dos presentes feitos.No que se refere ao requerimento da Representante Dal Pozzo Advogados no evento 70 do TC-0021690.989.18-3, alinho-me à manifestação do d. Parquet de Contas (evento 75), no sentindo de que eventuais esclarecimentos concernentes ao contrato e a sua respectiva prorrogação devem ser objeto de análise no exame ordinário da matéria. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-22226.989.20-0. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo. CONTRATADA: Soluções Recursos Humanos Ltda. OBJETO: Serviços de limpeza e desinfecção contínua e combate ao coronavírus nos prédios da Secretaria Municipal de Saúde. EM EXAME: Dispensa de licitação nº 15/2020 (fundamento: inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8666/93 c/c artigo 4º da Lei nº 13979/20); Contrato nº 115/2020, celebrado em 21.8.2020, vigência: 3 meses, valor: R$ 345.600,00 (evento 1.13). RESPONSÁVEIS QUE FIRMARAM O INSTRUMENTO: Pela contratante: Paulo Ricardo da Silva (Prefeito).Pela contratada: Ivete Fernanda Tobias (Representante). TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO INSERIDO NOS AUTOS (evento nº 1.17).Tratam os autos do exame da Dispensa de licitação nº 15/2020 (fundamento: inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8666/93 c/c artigo 4º da Lei nº 13979/20) e do Contrato nº 115/2020, celebrado em 21.8.2020 (vigência: 3 meses, valor: R$ 345.600,00 - evento 1.13), pactuado entre a Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo e a empresa Soluções Recursos Humanos Ltda., objetivando os serviços de limpeza e desinfecção contínua e combate ao coronavírus nos prédios da Secretaria Municipal de Saúde.A instrução pela UR-9 fez os seguintes apontamentos (evento 25.4):a) Ausência de indicação das áreas dos diferentes ambientes categorizados por risco de contaminação, impossibilitando a individualização de custos e impedindo a comprovação da compatibilidade dos preços contratados com aqueles praticados no mercado (item 14);b) Ausência de exigência de garantia de execução contratual (item 30).Dessa forma, assino aos interessados prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, para que apresentem, por meio eletrônico, as justificativas e os documentos cabíveis a respeito do suscitado pela Fiscalização, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resoluçãonº01/2011, a íntegra da movimentação, demais documentos e manifestações poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-00023833.989.20-5.Órgão: Instituto de Previdência Municipal de Igarapava – PREVIGARAPAVA.Objeto: Controle de Prazos das Resoluções e Instruções (Resolução nº 06/12 alterada pela Resolução nº 09/2014).Período Em Exame: Exercício/2020.Responsável: Geza Maria Mendonça Ladislau (Diretora Executiva Presidente interina).Instrução: UR-17 – Ituverava - DSF-II. Tratam os presentes autos de Controle de Prazos de Remessa de Contratos, Atos Jurídicos Análogos, outros Processos e Documentos exigidos pelas Resoluções e Instruções deste Tribunal de Contas, nos termos da Resolução nº 06/2012, alterada pela Resolução nº 09/2014, incluindo-se aqueles aplicáveis às informações devidas no Sistema AUDESP. Na análise do período em epígrafe, a Fiscalização da UR-17 – Ituverava, constatou a ausência de documentos não remetidos pelo Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, conforme relação constante no evento 12.3, e expediu Ofício à Origem para que, no prazo estabelecido, regularizasse sua situação junto ao Sistema AUDESP (Ofício nº 194/2020 - UR-17 - evento 12.1 – DOE de 27/10/2020 – evento 12.7), destacando os documentos NÃO remetidos pela origem, em especial àqueles referentes aos atos de aposentadoria e pensão previstos nas instruções desta Casa, impedindo os trabalhos da fiscalização. O prazo concedido para entrega dos documentos faltantes, transcorreu "in albis". Não obstante, após consulta ao Sistema AUDESP, através do Relatório Gerencial – Situação de Entrega, verifico que além dos atos de aposentadoria e pensão previstos nas instruções desta Casa, restam pendentes de entrega os seguintes documentos: - Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 01/2020 – Prazo: 13/05/2020 - (Não entregue);- Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 02/2020 – Prazo: 26/05/2020 - (Não entregue);- Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 03/2020 – Prazo: 01/06/2020 - (Não entregue); - Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 04/2020 – Prazo: 10/06/2020 - (Não entregue); - Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 05/2020 – Prazo: 13/07/2020 - (Não entregue);- Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 06/2020 – Prazo: 10/08/2020 - (Não entregue);- Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 07/2020 – Prazo: 10/09/2020 - (Não entregue);- Demonstrativo de Receitas Previdenciárias – REF. 08/2020 – Prazo: 13/10/2020 - (Não entregue);- Demonstr. Rentabilidade e Evolução dos Invest – REF. 03/2020 – Prazo: 11/05/2020 - (Não entregue);- Demonstr. Rentabilidade e Evolução dos Invest – REF. 06/2020 – Prazo: 10/08/2020 - (Não entregue); - Parcelamentos com RPPS – REF. 04/2020 – Prazo: 10/06/2020 - (Não entregue); e,- Parcelamentos com RPPS – REF. 08/2020 – Prazo: 13/10/2020 - (Não entregue). Nessa conformidade, notifique-se a responsável para que, no prazo de 05 (cinco) dias, adote as providências necessárias para a regularização das inconsistências verificadas perante o Sistema AUDESP. Alerto que o não atendimento poderá ensejar na aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Expediente: TC-024417.989.20-9. Interessada: Belisa Comércio e Serviços Ltda. EPP., por intermédio do seu Diretor de Vendas a Governo, Sr. Alberto Fernando Fontolan.Mencionada: Prefeitura Municipal de Monte Mor.Responsável: Thiago Giatti Assis – Prefeito Municipal.Assunto: Comunica possíveis irregularidades na gestão do Município de Monte Mor, relativas à inadimplência por fornecimentos de veículos, com consequente quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.Em exame expediente encaminhado pela empresa Belisa Comércio e Serviços Ltda. EPP. noticiando possíveis irregularidades na gestão do Município de Monte Mor, relativas à inadimplência por fornecimentos de veículos, com consequente quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos.Cumpre esclarecer, em preliminar, que refoge à competência deste Tribunal de Contas a adoção de medidas constritivas de pagamento, cabendo ao interessado exercer o direito persecutório do crédito que alega ter no âmbito do Poder Judiciário.Por outro lado, em pesquisa junto ao Sistema Pentaho desta Corte, observo que a Municipalidade de Monte Mor emitiu dois empenhos em favor da contratada (Empenho de 5954/19, de 07/06/2019, R$ 150.000,00 e Empenho 5955/19, de 07/06/2019, R$ 3.000,00), os quais foram inscritos em Restos a Pagar e figuram como inadimplidos até o momento da consulta.Considerando que o relatório sobre as Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Monte Mor, tratadas nos autos do TC-004887.989.19-2 e sob minha relatoria, já se encontra concluído, e, ainda, que a situação pode configurar, em tese, descumprimento ao disposto no caput do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, determino a notificação do responsável para que apresente os esclarecimentos que entender pertinentes, observando o prazo de 15 (quinze) dias.Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integralidade dos documentos poderá ser obtida, mediante regular credenciamento, no sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Expediente: TC-24649.989.20-9. Interessada: Mesa Diretora do exercício de 2020 do Legislativo de Atibaia. Mencionada: Câmara Municipal de Atibaia. Responsável: Lucas de Oliveira Cardoso – Presidente. Assunto: Possíveis irregularidades no pagamento de benefícios no exercício de 2020, que resultaram em instauração do Inquérito Policial nº 2250376-56.2019. Trata-se de expediente encaminhado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Atibaia, noticiando possíveis irregularidades no pagamento de benefícios pela Edilidade no exercício de 2020, que resultaram em instauração do Inquérito Policial nº 2250376-56.2019.As Contas Anuais do Exercício de 2020 da Câmara Municipal de Atibaia estão albergadas no processo eTC-3843.989.20-3, sob minha relatoria.Encaminhe-se este protocolado à UR-03 para anotar, devendo a matéria subsidiar a inspeção dos referidos demonstrativos, fazendo constar em item próprio do relatório de fiscalização.Após, siga o expediente ao Cartório para:1 – Referenciar ao eTC-3843.989.20-3;2 – Notificar eletronicamente a interessada;3 – Arquivar.

Publique-se.

Processo: TC-026027.989.20-1 (Ref. ao TC-011371.989.19-5 e TC-022503.989.18-8).Requerente: Malba Virginia Aragão. Órgão: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia.Assunto: Recurso Ordinário, versando sobre ato de Aposentadoria da ex-servidora, concedido pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, no exercício de 2017.Advogado: Anderson Barbosa da Costa (OAB/SP nº 375.918).Em exame: Pedido de Reconsideração. Em exame Pedido de Reconsideração interposto, em 30/11/2020, pela Sra. Malba Virginia Aragão, por seu advogado, com fulcro no art. 58 e seguintes da LC nº 709/93, em face da decisão proferida pela Primeira Câmara que, em sessão realizada em 03/11/2020, negou provimento ao Recurso Ordinário intentado, mantendo a sentença que julgou ilegal o ato de aposentadoria promovido pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia em favor da ex-servidora, negando o seu registro. O MPC não selecionou os autos para manifestação, restituindo-os para prosseguimento.É o relatório.Decido.Em preliminar, embora interposto por parte legítima, verifica-se que o pleito não se amolda à hipótese de cabimento do pedido de reconsideração prevista no artigo 58 da LC nº 709/93.Isto porque sua propositura é admissível somente em face de decisão de competência originária do Tribunal Pleno, o que não ocorre no caso em exame, já que a Decisão que a peticionária se insurge provêm de Recurso Ordinário, em que a Primeira Câmara foi provocada a se manifestar, em sede recursal, em matéria reservada a julgador singular, razão pela qual o pedido não pode ser recepcionado.Com efeito, houve a necessária submissão do assunto ao duplo grau de jurisdição, tendo sido dada à recorrente a oportunidade de exercer a sua ampla defesa.De todo modo, nesta fase processual, cabe consignar que a ação de rescisão de julgado estabelecida nos artigos 76 e 77 da LC nº 709/93 seria instrumento hábil a permitir eventual reapreciação da matéria por este Tribunal, desde que sejam preenchidos, de forma inequívoca, os pressupostos de admissibilidade.Ante o exposto, indefiro "in limine", o pedido de reconsideração apresentado, dada a sua manifesta impertinência, com fundamento no art. 138, inciso III, do Regimento Interno deste E. Tribunal.

Publique-se.

Expediente TC-026243.989.19-1. Requerente: Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis da Região Sudeste - FEIPOL/SE.Objeto: Ofício FEIPOL/SUDESTE nº 201/2019 de 21/11/2019. Neste ato representando os Sindicatos de Policiais Civis das regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Marília, Mogi das Cruzes, Bauru, Presidente Prudente, Jundiaí e Sorocaba, solicitando a intervenção desse Tribunal de Contas, para que em continuidade às análises e constatação das precárias condições que os policiais civis paulistas estão submetidos, seja material, de acomodações e salários, faça valer seu prestígio e importância quanto à previdência social. Instrução: 2ª Diretoria de Fiscalização. Cuida-se de ofício da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis das da Região Sudeste, subscrito por seu Presidente, Sr. Aparecido Lima de Carvalho, solicitando a intervenção desse Tribunal para análise das precárias condições dos policiais civis paulistas.Questiona a forma de cálculo adotada pela São Paulo Previdência – SPPREV para fixação dos valores dos benefícios previdenciários, o qual considera equivocado por não garantir proventos integrais correspondentes à totalidade dos vencimentos do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, nem a paridade dos reajustes entre os mesmos, alegando ser contrário ao entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.Na instrução da matéria, a 2ª Diretoria de Fiscalização, requisitou à SPPREV esclarecimentos quanto aos questionamentos feitos pela FEIPOL, cuja resposta foi encaminhada através do Ofício DBS/SPPREV nº 22/2020, no qual argumenta que não há equívoco nos cálculos, visto que realiza análise técnica com base na legislação vigente, escorada nos Pareceres da Procuradoria Geral do Estado.Encaminhou o Parecer CJ/SPPREV nº 94/2011 da PGE, que trata de uma consulta específica sobre aposentadoria especial dos policiais, onde salienta que o assunto não está pacificado no STF.A Fiscalização concluiu que, apesar da razoabilidade e coerência da petição inicial, a SPPREV está atuando em conformidade com suas atribuições e escorada em Pareceres da PGE.Por fim, informou que fez anotações pertinentes para verificar a legalidade dos atos de aposentadoria concedidos aos policiais civis nas próximas fiscalizações, no escopo definido pela LC nº 709/93 e Instruções n° 02/2016 desta Corte.A PFE, por entender "que a avaliação abstrata e geral da composição dos cálculos dos benefícios previdenciários dos servidores representados pelo Sindicato é medida que foge ao escopo da competência constitucional reservada a este Tribunal de Contas", opinou pelo não conhecimento e arquivamento dos autos.O MPC, de igual modo, destacou "que a questão posta nestes autos envolve tutela de interesses privados, afeta ao Poder Judiciário, suprimindo assim a competência deste E. Tribunal de Contas para a análise da matéria, cuja atuação centra-se no controle da Administração Pública no que tange à sua gestão financeira, operacional, contábil, orçamentária e patrimonial, conforme insculpido no art. 70 da Constituição da República".Diante deste contexto, considerando as manifestações da Fiscalização, PFE e do MPC determino o arquivamento do presente feito. Notifique-se eletronicamente o subscritor, Sr. Aparecido Lima de Carvalho, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis da Região Sudeste – FEIPOL/SUDESTE. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011 deste E. Tribunal, a íntegra do presente despacho e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-14495.989.20. Origem: Prefeitura Municipal de Adolfo.Responsável(is): Izael Antonio Fernandes – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – NOVEMBRO/20. Exercício: 2020. Advogado: Wagner Cesar Galdioli Polizel – OAB/SP 184.881. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Adolfo. A matéria foi instruída pela UR/8, com apontamentos junto ao evento 94. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2719.989.20-4, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Izael Antonio Fernandes, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-027034.989.20-2. Representante: Sampietro Engenharia e Construção – Comércio e Serviços Ltda., por seu advogado Fabiano Barceloni (OAB/SP n.º 387.567). Representada: Prefeitura Municipal de São Pedro. Responsável: Hélio Donizete Zanatta (Prefeito Municipal). Assunto: Representação formulada contra o Edital a Tomada de Preços n.º 12/2020, da Prefeitura Municipal de São Pedro, que tem por objeto a execução de obras de implantação de rede e iluminação pública na Avenida Imigrantes, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais. Trata-se de Representação formulada pela empresa Sampietro Engenharia e Construção – Comércio e Serviços Ltda., contra o Edital a Tomada de Preços n.º 12/2020, da Prefeitura Municipal de São Pedro, que tem por objeto a execução de obras de implantação de rede e iluminação pública na Avenida Imigrantes, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais. Segundo a documentação que acompanha a inicial, a sessão de processamento do pregão está agendada para às 14h30 do dia 15/12/2020.A peticionária repudia, em apertada síntese, as condições estampadas no item n.º 7.2.11, que se referem às condições de qualificação econômico-financeira, que estabelecem critérios rígidos e inflexíveis, em potencial direcionamento do procedimento licitatório.Cita entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, para defender que deveria ser exigida a comprovação de forma alternativa, ou seja, com índices ou com capital social de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, como meio de preservação da competitividade.Assim sendo, entende que a exigência do cumprimento do índice contábil na forma exigida no edital mostra-se uma afronta àquilo que dispõe literalmente a legislação pátria, bem como aos princípios da isonomia, competitividade e busca pela proposta mais vantajosa, razão pela qual deve ser alterado o edital convocatório ora impugnado de forma a se exigir dos licitantes que apresentem índice econômico ou capital social ou patrimônio líquido de até 10% (dez por cento) do valor global do lote.Colaciona, a propósito, entendimento do Tribunal de Contas da União, no sentido de que é permitida a substituição dos índices contábeis por capital social ou patrimônio líquido mínimos.Ademais, defende que, à luz da jurisprudência, o ideal é que o índice de liquidez previsto como parâmetro do Edital seja inferior ou igual a 1,0 (um), patamar que abrange a grande maioria de empresas do ramo.Em conclusão, pleiteia a concessão de medida liminar de paralisação do certame, para que, ao final, sejam determinadas correções no edital impugnado.É o relatório.Adstrita aos termos da Representação, não vislumbro motivos para determinar o processamento do presente feito sob o rito de exame prévio de edital.O questionamento recai sobre cumulação das condições de qualificação econômico-financeira, estabelecidas no item n.º 7.2.11, abaixo transcrito:"7.2.11. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, expedido por contador devidamente habilitado;7.2.11.1. Admitir-se-á atualização dos valores por índices oficiais, quando o balanço tiver sido encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas;7.2.11.2. Para a comprovação da boa situação financeira da empresa proponente, serão utilizadas as seguintes fórmulas contábeis:"O entendimento deste Tribunal de Contas é de que o rol de documentos estabelecidos no artigo 31 da Lei de Licitações refere-se a limitações ao poder discricionário que detém a Administração de optar pelas condições que, de acordo com sua oportunidade e conveniência, melhor demonstrem a habilitação econômico-financeira das participantes do certame.Ademais, o patamar estabelecido no Edital para o índice de liquidez (maior ou igual a 1,2) não refoge àqueles considerados com razoáveis por esta Casa, não tendo sido demonstrado, portanto, inequívoca restritividade no presente torneio.Em vista do exposto, deixo de adotar medida de suspensão do certame e determino o arquivamento do feito, com prévia ciência desta decisão, por meio eletrônico, à Representante e à Representada.No mais, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução n.º 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-026934.989.20-3. Representante: Geoja Mapas Digitais e Aerolevantamento Ltda., por seu Sócio Heber J. Sultanum.Representada: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba.Prefeito: José Pereira de Aguilar Junior.Procuradora: Marcia Paiva de Medeiros Pinto, OAB/SP nº 125.455.Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Presencial nº 026/2020 (Processo nº 17.969/2020) da Prefeitura de Caraguatatuba, que objetiva contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de sistemas (software) de apoio à gestão municipal. Em exame a Representação formulada por Geoja Mapas Digitais e Aerolevantamento Ltda., formulada contra o Edital do Pregão Presencial nº 026/2020 (Processo nº 17.969/2020) da Prefeitura de Caraguatatuba, que objetiva contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de sistemas (software) de apoio à gestão municipal. Conforme documentação que acompanha a inicial a abertura do certame impugnado está marcada para as 10h do dia 15/12/2020.Em resumo a representante questiona os seguintes aspectos do ato convocatório:a.Inobservância à legislação do Pregão quanto ao prazo de dois dias anteriores à abertura do certame para impugnação do edital, uma vez que o subitem 3.1 estabelece como prazo final a data de 03/12/2020 sendo a abertura agendada para 15/12/2020;b.O aludido subitem 3.1 estabelece que a formalização das impugnações se dará de forma presencial, contrariando o entendimento desta Corte, no sentido de se permitir impugnações por via eletrônica;c.Subjetividade nos critérios de avaliação de demonstração do sistema (subitem 8.21), não havendo explicação de forma clara e objetiva, de como se dará a aceitabilidade do sistema demonstrado, incorrendo em violação à norma de regência conforme precedentes jurisprudenciais que colaciona.Finaliza requerendo a adoção de medida cautelar que suspenda o andamento da licitação com posterior determinação de anulação da licitação.É o relatório.Decido.Examinando os termos da inicial pude vislumbrar, ao menos em tese, disposições contrárias à norma de regência, segundo jurisprudência desta Corte.Por esse motivo, com fundamento no artigo 221 e seguintes de nosso Regimento Interno, assino à Prefeitura de Caraguatatuba o prazo de 48 (quarenta) e oito horas para que traga aos autos cópia completa do edital impugnado, acompanhado de justificativas sobre as impropriedades aduzidas na inicial.Considerando que esta Corte poderá decidir pela alteração do instrumento, determino-lhe a suspensão da licitação impugnada até ulterior decisão. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste Despacho e da Representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Expediente: TC-026967.989.20-3.

Representante: Nadilson de Souza Júnior.

Representada: Prefeitura Municipal de Assis.

Responsável: José Aparecido Fernandes - Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão presencial nº 017/2020, processo nº 087/2020, do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Assis, tendo como objeto o fornecimento de licenças de uso de softwares.

Valor Estimado: Não divulgado.

Advogado: Joao Carlos Goncalves Filho (OAB/SP nº 77.927), Luciana dos Santos Dorta Menegheti (OAB/SP nº 155.585), Marina Perini Antunes Ribeiro (OAB/SP nº 274.149).

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação formulada por NADILSON DE SOUZA JÚNIOR em face do edital do Pregão presencial nº 017/2020, processo nº 087/2020, do tipo menor preço, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS, tendo como objeto o fornecimento de licenças de uso de softwares.

A sessão pública de processamento do pregão está marcada para ocorrer no dia 14/12/2020, às 09: 00 horas.

1.2.O Representante critica as disposições contidas nas cláusulas 7.15, 7.15.1, 8.4 e 8.5 do edital e requer a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de

suas impugnações com a determinação de retificação do ato convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1.Preliminarmente, pelos registros dos presentes autos, pode-se verificar que a representação foi autuada na data de hoje, 11/12/2020 às 14h: 26m e distribuída ao meu Gabinete às 14h: 36m, sem a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas (considerados os dias úteis) da sessão de processamento do pregão (dia 14/12/2020, às 09h: 00m).

A jurisprudência desta Corte define 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao exato momento fixado para o recebimento das propostas como marco temporal para que este E. Tribunal exerça a prerrogativa de requisitar instrumentos convocatórios de licitação, conforme o rito de Exame Prévio de Edital, a exemplo dos TCs 1385/011/05 e 18073/026/05 e consoante dispõe o artigo §2º do artigo 113 da Lei 8.666/93.

Deste modo, resta desde logo prejudicada a concessão da medida liminar pleiteada e a adoção do rito de exame prévio de edital no presente caso.

2.2.Diante do exposto, configurada a ausência do pressuposto da tempestividade, INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento licitatório.

2.3.De outra parte, não estando configurado interesse no processamento deste feito, por versar sobre questões sujeitas à fiscalização ordinária já realizada pelos órgãos desta Corte, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processado.

2.4.Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados, em Cartório.

Dê-se ciência ao Ministério Público de Contas.

Aguarde-se o prazo para interposição de eventuais recursos.

Por fim, arquive-se o processo eletrônico.

Publique-se.

PROCESSO:014800.989.17-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: (OAB/SP 123.916) / (OAB/SP 174.392) / JOAO NEGRINI NETO (OAB/SP 234.092) / FLAVIO MAGDESIAN (OAB/SP 317.840)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 116/2017, de 30/06/2017.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:015354.989.18-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

CONTRATADO(A):J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A):JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 01 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:025214.989.18-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

CONTRATADO(A):J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 02 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:015466.989.19-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 03 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:000101.989.20-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 04 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:002630.989.20-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

C & F EMPREENDIMENTOS ELETRICOS TELEFONICOS E SERVICOS LTDA (CNPJ 03.587.125/0001-58)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 05 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:009078.989.20-9

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 06 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:009290.989.20-1

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 07 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:009291.989.20-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 08 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:009298.989.20-3

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 09 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:017085.989.20-0

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 10 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:017087.989.20-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A):J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 11 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

PROCESSO:25726.989.20-5

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA (CNPJ 46.599.809/0001-82)

ADVOGADO: DOUGLAS LISBOA DA SILVA (OAB/SP 253.783) / MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN (OAB/SP 358.303)

CONTRATADO(A): J. A. TINELI MARQUES & CIA LTDA (CNPJ 07.250.460/0001-17)

INTERESSADO(A): JOAO EDUARDO DADO LEITE DE CARVALHO (CPF 992.757.838-53)

GUILHERME POLAINI TINELI (CPF 395.549.098-02)

ANTONIO BRITO FIGUEIREDO (CPF 803.936.838-34)

ASSUNTO: Termo Aditivo n° 12 ao Contrato nº 116/2017.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 014568.989.17-2

Vistos.

Em face da instrução processada pela Fiscalização nos autos que tratam do acompanhamento da execução contratual (eventos 99 e 101 do TC-014800.989.17-0) e dos Termos Aditivos nºs 6 a 12, (evento 18.2 do TC-009078.989.20-9, evento 12.4 do TC-009290.989.20-1, evento 12.4 do TC-009291.989.20-0, evento 12.3 do TC-009298.989.20-3, evento 12.3 do TC-017085.989.20-0, evento 12.3 do TC-017087.989.20-8, e evento 12.2 do TC-025726.989.20-5), e em razão do não atendimento do despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 20/02/2020 em relação à instrução dos Termos Aditivos nºs 1 a 5 (evento 27 do TC-015354.989.18-8, evento 27 do TC-025214.989.18-8, evento 23 do TC-015466.989.19-1, evento 23 do TC-000101.989.20-0, e evento 25 do TC-002630.989.20-0), assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA, bem como aos demais interessados acima citados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, tomem ciência de toda a matéria instruída nos processos, e apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Quanto aos Termos Aditivos, deverá a Origem observar, para fins de defesa, o desacerto decorrente do princípio da acessoriedade, em todos os processados, ainda que a Fiscalização não tenha registrado apontamentos de irregularidade.

Com relação ao Termo de Cessão de Contrato, reitero determinação anterior para que a Origem informe se a primeira contratada permanece titular do contrato de prestação de serviços nº 116/2017.

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento dos processos no estado em que se encontram, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página https: //e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/, mediante regular cadastramento, se ainda não efetivado.

Transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação de qualquer dos interessados, os autos deverão retornar diretamente a este Gabinete. Caso haja manifestação, o retorno deverá ocorrer com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Expediente: TC-026998.989.20-6.

Representante: James Eduardo Crispim Medeiros.

Representada: Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Responsável: Gustavo Henric Costa – Prefeito.

Assunto: Representação contra o edital Pregão eletrônico Nº 400/2020-DLC, promovido pela Prefeitura de Guarulhos, tendo por objeto registro de preços para fornecimento de material escolar.

Valor Estimado: R$ 47.317.680,00.

Advogados: Antonio Carlos Zovin De Barros Fernandes (OAB/SP nº 231.360), Edma dos Santos Silva (OAB/SP nº 320.221).

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação de JAMES EDUARDO CRISPIM MEDEIROS em face do edital do Pregão eletrônico nº 400/2020-DLC, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, visando o registro de preços para o fornecimento de material escolar.

A sessão pública de processamento do pregão está marcada para ocorrer no dia 17/12/2020, às 08: 30 horas.

1.2.O Representante James Eduardo Crispim Medeiros, em apertada síntese, critica os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

1.2.1.Descumprimento de decisão lançada no TC-009726.989.20-5, que determinou a anulação do certame em virtude da inadequação do sistema de registro de preço, em relação aos itens:

a)Sistema de registro de preços;

b)Exigência de laudos de produtos que contam com certificação obrigatória pelo INMETRO;

c)Exigência de que o estojo escolar seja confeccionado em material biodegradável.

1.2.2.Requisição de produto personalizado (agenda brochura escolar) no mesmo lote de produtos comuns de prateira.

1.3.Requer a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.

1.4.A representação foi distribuída por prevenção a minha relatoria devido à conexão da matéria presente neste expediente com aquela tratada nos processos TC-009724.989.20-7, TC-009726.989.20-5 e TC-009734.989.20-5.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1.A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos dos Representantes nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informação de que os Representantes tenham interposto impugnações administrativas junto à Representada a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgências que possuem em face do ato convocatório lançado à praça.

2.2.Todavia, a concessão da medida liminar de suspensão do certame é ato que se impõe neste momento para permitir a análise das possíveis impropriedades trazidas nas Representações, especialmente diante do exame sumaríssimo do processamento do Exame Prévio de Edital, de cognição não plena do ato convocatório.

2.3.Neste sentido, destaco que as impugnações articuladas pelo Representante quanto ao possível descumprimento de decisão deste E. Tribunal, com a manutenção de cláusulas restritivas e a aglutinação em mesmo lote de item personalizado com itens comuns de prateleira configuram indícios de contrariedade ao preceito do artigo 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/93 e inobservância à jurisprudência desta E. Corte de Contas.

2.4.Deste modo, entendo que as questões em destaque mostram-se suficientes para uma intervenção desta Corte, com o intento de suspender o prosseguimento do certame, para análise da matéria em sede de exame prévio de edital.

2.5.Ante o exposto, tendo em conta que a data de abertura da sessão pública está marcada para o dia 17/12/2020, com fundamento no artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, DETERMINO A IMEDIATA PARALISAÇÃO DO PROCEDIMENTO, até a ulterior deliberação por esta Corte, devendo a Comissão de Licitação abster-se da realização ou prosseguimento de qualquer ato a ele relacionado, ressalvada a possibilidade de revogação ou anulação do procedimento, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93.

2.6.Fixo o prazo máximo de 05 (cinco) dias à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS para que apresente cópia integral do Edital e dos seus Anexos, para o exame previsto no artigo 113, §2º, da Lei nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do Edital acostada aos autos pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do Edital original.

Caberá à Administração, no mesmo prazo, apresentar as alegações e esclarecimentos que julgar oportunos em relação a todas as insurgências levantadas na representação.

Alerto que o não atendimento à requisição de remessa de cópia do Edital (ou confirmação de autenticidade da cópia trazida pelo representante) poderá implicar na cominação das sanções do artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93 c.c. artigo 224, inciso I, do Regimento Interno desta Corte.

Na hipótese de a Representada exercer a prerrogativa de anular ou revogar o procedimento licitatório em exame, nos termos das Súmulas nºs 346 e 473 do C. STF, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, para a espécie dos autos, deverá encaminhar o parecer devidamente fundamentado, com aprovação do responsável competente do órgão, bem assim a respectiva publicação do ato de revogação ou anulação na imprensa oficial, sendo que, a ausência do atendimento desta determinação, incidirá igualmente na aplicação de sanção nos termos dos artigos supracitados.

Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados.

Transcorrido o prazo concedido para o oferecimento de justificativas, encaminhem-se os autos para manifestação da Assessoria Técnica e do d. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO TC Nº: 015493.989.20-6

ÓRGÃO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESPONSÁVEL: JOÃO DORIA

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

RESPONSÁVEL: JEAN CARLO GORINCHTEYN

ÓRGÃO: INSTITUTO BUTANTAN

RESPONSÁVEL: DIMAS TADEU COVAS – DIRETOR

ENTIDADE: FUNDAÇÃO BUTANTAN

RESPONSÁVEL: RUI CURI – DIRETOR PRESIDENTE

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID-19

PROCESSO PRINCIPAL: 005866.989.20 – CONTAS DO GOVERNADOR DO EXERCÍCIO DE 2020

Vistos.

Tratam os autos do Acompanhamento Especial – COVID 19, referenciado às Contas Anuais do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2020.

O Governo do Estado de São Paulo, pelo Instituto Butantan, solicita dilação de 10 (dez) dias de prazo para atender à determinação desta Corte (evento 128).

Defiro o prazo solicitado.

Transcorrido o prazo, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Expediente: TC-026992.989.20-2.

Representante: S&T Comércio de Produtos de Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda.

Representada: Hospital Regional Sul.

Responsável pela Representada: Dr. Vespasiano Saulo da Costa e Silva – Dirigente.

Assunto: Representação em face do edital do Pregão eletrônico UGE nº 286/2020, oferta de compra (OC) Nº 090157000012020OC00369, processo UGE nº 49287/2020, do tipo menor preço, promovido pelo Hospital Regional Sul, objetivando a aquisição de papel toalha.

Valor estimado: Não dvulgado.

Advogada: Fernanda Massad de Aguiar Fabretti (OAB/SP 261.232).

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação formulada por S&T COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E INFORMÁTICA LTDA em face do edital do Pregão eletrônico UGE nº 286/2020, oferta de compra (OC) Nº 090157000012020OC00369, processo UGE nº 49287/2020, do tipo menor preço, promovido pelo HOSPITAL REGIONAL SUL, objetivando a aquisição de papel toalha.

A sessão pública de processamento do pregão está marcada para ocorrer no dia 17/12/2020, às 11: 00 horas.

1.2.A Representante se insurge contra o edital apontando a falta de requisição de Registro dos Produtos licitados junto à Anvisa, AFE- Autorização de Funcionamento Específica e da Licença de Funcionamento Local- SIVISA, tanto do licitante vencedor, como da fabricante dos produtos.

1.3.Requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDO

2.1.A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos da Representante nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

2.2.No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições flagrantemente contrárias às normas de regência e que impliquem em restrição nociva à competitividade do certame, que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

O conjunto de insurgências apresentadas não demonstra materialidade suficiente para justificar a necessidade de suspensão do procedimento licitatório para análise das questões sob o rito de exame prévio.

2.3.A leitura sistemática das cláusulas do edital e da legislação que disciplinam o processamento do certame permite concluir que a Administração não se omitiu quanto à exigência de licença de funcionamento da vigilância sanitária e autorização de funcionamento da Anvisa como requisitos de habilitação jurídica, bem como em relação à comprovação de que os produtos contam com registro na Anvisa.

O item 4.1.1 assim dispõe:

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

(...)

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

O dispositivo acima já é suficiente para afastar a queixa de que o edital deixa de requisitar as licenças e autorizações de funcionamento exigíveis na forma da lei.

O Exame das condições de habilitação do presente certame se desenvolve nos termos do item 5.9 do edital:

"5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;"

As condições de participação no certame, arroladas no item 2 igualmente tratam do registro no CAUFESP como pressuposto obrigatório:

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

E a verificação das disposições do Decreto estadual 52.205 de 27 de setembro de 2007, especialmente os artigos 17 e 18, permitem a conclusão de que o registro só é deferido a quem atender ao disposto no artigo 28, inciso V da Lei 8.666/93, senão vejamos:

"Artigo 15 - Os documentos a serem apresentados pelos interessados em se inscrever no CAUFESP atenderão ao disposto nos artigos 27 a 30, incisos I e IV, e 31 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 27 da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

Parágrafo único - Os documentos a que se refere o "caput" deste artigo deverão ser apresentados no original ou em cópia, desde que legível e autenticada.

Artigo 17 - O interessado deverá apresentar, para inscrição no CAUFESP, todos os documentos legais e regulamentares exigidos para o exercício de seu ramo de atividade.

Artigo 18 - A documentação para a obtenção do RC consistirá em:

I - habilitação jurídica:

(...)

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

(...)

Artigo 19 - A inscrição no CAUFESP para a obtenção de RCS está condicionada à apresentação da documentação relacionada nos incisos I e II, do artigo 18 deste regulamento."

Destaco que o artigo 18 do Decreto Estadual nº 52.205, de 27 de setembro de 2007 enumera os documentos necessários à obtenção do registro cadastral, mencionando expressamente a "autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir".

Portanto, as omissões apontadas pela Autora não prosperam.

O edital se acha, a princípio, minimamente guarnecido com cláusulas e tutelado por legislação que preservam a segurança da compra e o atendimento dos requisitos legais e técnicos incidentes sobre a aquisição de produtos de higiene e limpeza com as características do objeto considerado.

2.4.Neste contexto, sem antecipar juízo de mérito em relação à licitação e ao contrato em perspectiva, jurisdição que será prestada por esta Corte oportunamente, o confronto entre as queixas da Representante e o ato convocatório sugerem que a intervenção do controle externo neste momento não se evidencia consentânea ao interesse público primário, condição que impõe que se examine as questões suscitadas na oportunidade da análise ordinária da matéria.

Diante do exposto, não estando configurado interesse no processamento deste feito, por versar sobre questões sujeitas à fiscalização ordinária já realizada pelos órgãos desta Corte, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processado.

2.5.Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados, em Cartório.

Dê-se ciência ao Ministério Público de Contas.

Aguarde-se o prazo para interposição de eventuais recursos.

Por fim, arquive-se o processo eletrônico.

Publique-se.

DESPACHO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Processo: TC-013959/026/11
Contratante: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
Contratada: ECL Engenharia e Construções LTDA.
Abertura do Certame Licitatório por: Deliberação da Diretoria em 27-10-10. Autoridades Responsáveis: Carlos Eduardo Carrela (Superintendente de Gestão de Projetos Especiais) e Marcelo Salles Holanda de Freitas (Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente).
Objeto: Execução de obras de coletores-tronco e interligações de esgotos do Grupo A-2 - Lote 2, na Zona Oeste da Região Metropolitana, integrantes do Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa III
Acompanhamento da execução contratual.
Vistos.
Notifiquem-se os interessados, na forma do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre as possíveis irregularidades apontadas pela Fiscalização, apresentando os argumentos e documentos que entenderem pertinentes.
Após, retornem os autos ao Gabinete, com prévia passagem por PFE.
Publique-se.
PROCESSO: TC-70/007/20
CONTRANTE: CAMARA DE CARAGUATATUBA
RESPONSÁVEIS: FRANCISCO CARLOS MARCELINO
ASSUNTO: PEDIDO DE VISTA
ADVOGADO: DR. MOACI LICARIÃO NETO, OAB/SP 357.382
Visto.
O Presidente da Câmara de Caraguatatuba, Sr. Francisco Carlos Marcelino, protocolou pedido de desarquivamento do TC-404/026/08, objetivando a extração de cópias.
Esclareço ao Requerente que a tramitação relativa aos processos físicos, no âmbito deste Tribunal, está suspensa por prazo indeterminado, nos termos dos Atos GP nºs 04/2020 e 05/2020, observando as exceções neles registradas.
Por meio do Ato GP 13/2020 foi restabelecida a tramitação interna dos processos físicos a partir de 08/09/2020.
As consultas aos autos físicos de recursos e ações de rescisão e de revisão foram possibilitadas às partes interessadas e aos respectivos advogados, em cartório, mediante justificativa e agendamento no endereço www.tce.sp.gov.br/agendamento (Ato 12/2020).
A protocolização de documentos deve ser realiza pelo "Protocolo Digital", disponível no endereço https: //www.tce.sp.gov.br/protocolo-digital (ATO GP 12/2020).
Assim, defiro o pedido, devendo o Requerente agendar a consulta, conforme indicado e após o retorno do trâmite processual.
Publique-se.
Processo: TC-000359/006/14
Contratante: Prefeitura Municipal de Bebedouro
Contratada: Instituto dos Lagos - Rio
Responsável: Fernando Galvão Moura (Prefeito à época e atual)
Procurador: Tayson Aprigio de Oliveira (Procurador Municipal)
Objeto: Prestação de serviços especializados em administração e gestão do Hospital Municipal de Bebedouro e sua rede de serviços de assistência
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) A Prefeitura Municipal de Bebedouro, por meio do Expediente TC-002489/026/20, apresenta a conclusão das providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial encaminha cópia do Relatório Final da Sindicância Administrativa instaurada.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-000397/010/08
Contratante: Prefeitura Municipal de Piracicaba
Contratada: Metta Construções e Impermeabilizações Ltda. - EPP
Responsável: Barjas Negri (Prefeito à época e atual)
Procurador: Marcelo Figueiredo (OAB/SP 069.842)
Objeto: Execução de obras de construção de escola de ensino infantil, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos.
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
A Prefeitura Municipal de Piracicaba, por meio do Expediente TC-002874/026/20, requer "a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para que a Municipalidade apresente as providências administrativas adotadas em face da decisão deste E. Tribunal de Contas".
Trata-se do segundo pedido de dilação de prazo para essa finalidade. Ressalto que a notificação inicial ocorreu em 04 de novembro de 2019, ou seja, um ano atrás. Ainda que este tenha sido um ano atípico, a Prefeitura teve tempo mais que suficiente para apresentar as informações solicitadas.
Não obstante, em homenagem ao princípio da ampla defesa e do contraditório, DEFIRO o prazo adicional e derradeiro de 15 (quinze) dias.
Alerto que o não atendimento da diligência, dentro do prazo consignado, poderá acarretar na imposição da penalidade de multa prevista no artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93.
Publique-se.
Processo: TC-000534/006/12
Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Contratada: Leão Ambiental S/A
Responsáveis: Marco Antônio dos Santos (Secretário Municipal à época)
Antônio Duarte Nogueira Júnior (Prefeito atual)
Procurador: Eduardo Roberto Salomão Giampietro (Secretário Municipal)
Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de limpeza urbana do Município de Ribeirão Preto
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, por meio dos Expedientes TC-000008/006/20 e TC-000047/006/20, apresenta as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos.
A Municipalidade, em Manifestação da Secretaria da Administração, informa que "o Departamento de Materiais e Licitações tem se esmerado para que não incorram nos procedimentos de aquisições e contratações da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto as irregularidades apontadas".
Além disso, informa que o Secretário Municipal da Administração, por meio da Portaria nº 005, de 13/02/2020, determinou a instauração de Sindicância Administrativa Investigatória para apuração dos fatos e das responsabilidades.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-000691/002/12
Contratante: Prefeitura Municipal de Avaré
Contratada: Carbonero e Custódio Ltda.
Responsáveis: Rogélio Barchetti Urrêa (Prefeito à época)
Joselyr Benedito Costa Silvestre (Prefeito atual)
Objeto: Locação de quatro caminhões, com até um ano de uso, 4x2, toco, adaptado com coletores e compactadores, com capacidade de 15m³, fabricação nacional, para o setor de coleta de lixo
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) Tomo ciência do Expediente TC-000260/002/19, por meio do qual a Prefeitura Municipal de Avaré apresenta a conclusão das providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial encaminha cópia do Relatório Final da Sindicância Administrativa instaurada.
A Comissão Sindicante, em seu parecer, recomendou dar "ciência ao Departamento de Licitações para que se atente, rigorosamente, às especificidades da legislação no tocante às irregularidades que vêm sendo apontadas nas contratações, a fim de evitar e prevenir reincidências de falhas como da presente sindicância".
II) O Sr. Rogélio Barchetti Urrêa, Prefeito do Município à época dos fatos, notificado por Ofício / Notificação Pessoal, recebido em 17/12/2019 (folha 683), não comprovou nos autos o recolhimento da multa aplicada.
Desta forma, REMETAM-SE os autos à Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF para atestar se houve o recolhimento da multa.
Em caso positivo, encaminhem-se os autos à Fiscalização para a expedição da provisão de quitação em favor do interessado. Em caso negativo, promova-se a inscrição do débito na Dívida Ativa.
III) Após, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-001202/001/12
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Buritama
Responsáveis: Izair dos Santos Teixeira (Prefeito à época)
Rodrigo Zacarias dos Santos (Prefeito atual)
Procurador: Luiz Antônio Vasques Júnior (OAB/SP 176.159)
Beneficiária: Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista - GEPRON (OSCIP)
Responsáveis: Olavo Silva de Freitas (Presidente à época)
Orlando Valentim Botasso Júnior (Presidente atual)
Objeto: Prestação de contas - Repasses púbicos ao terceiro setor
Exercício: 2011
Valor: R$ 1.372.792,25
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) Tomo ciência dos Expedientes TC-002012/026/20 e TC-002020/026/20, por meio dos quais a Prefeitura Municipal de Buritama apresenta a conclusão das providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial encaminha cópia do Parecer Final do Processo Administrativo instaurado.
A Comissão Processante, em seu parecer, opinou que a Entidade GEPRON seja declarada inidônea a contratar com o poder público, uma vez que os valores impugnados ainda não foram restituídos, apesar do ajuizamento da Execução Fiscal nº 1001254-30.2019.8.26.0097 (folha 376).
Além disso, recomendou ao Senhor Prefeito que somente firme nova parceria com a Beneficiária após a restituição dos valores aos cofres municipais e que a Administração siga estritamente a legislação vigente e os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem analisados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-001672/009/12
Contratante: Prefeitura Municipal de Salto
Contratada: Cerâmica Tapera de Salto Ltda.
Responsável: José Geraldo Garcia (Prefeito à época e atual)
Procuradores: Jocimar Ramos Moura (OAB/SP 408.328)
Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013)
Objeto: Dação em pagamento de bens móveis (tijolos baianos, bloquinhos cerâmicos e telhas) para quitação de débitos fiscais.
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) A Prefeitura Municipal de Salto, por meio do Expediente TC-002669/026/20, apresenta as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial encaminha cópia do Relatório Final da Sindicância Administrativa instaurada.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-001831/009/11
Contratante: Prefeitura Municipal de Salto
Contratada: Auto Ônibus Nardelli Ltda.
Responsável: Geraldo Garcia (Prefeito atual)
Procuradores: Fábio Albergaria Modinger (OAB/SP 401.221)
Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013)
Objeto: Transporte intermunicipal de estudantes, com destino às cidades de Campinas, Sorocaba, Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste, com veículos tipo ônibus e micro-ônibus
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
O Sr. Wilson Roberto Caveden, notificado por Ofício / Notificação Pessoal, recebido em 10/12/2019 (folhas 779/780), não comprovou nos autos o recolhimento da multa aplicada.
Desta forma, REMETAM-SE os autos à Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF para atestar se houve o recolhimento da multa.
Em caso positivo, encaminhem-se os autos à Fiscalização para a expedição da provisão de quitação em favor do interessado. Em caso negativo, promova-se a inscrição do débito na Dívida Ativa.
Publique-se.
EXPEDIENTE: TC-002291/026/20 (Ref. TC000468/007/19)
INTERESSADO: ELÓI ALFREDO PIETÁ, EX-PREFEITO DE GUARULHOS.
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
ASSUNTO: Solicita desarquivamento para vistas e extração de cópia.
Visto.
O Sr. Rodrigo Luís Silva, ex-Presidente da Câmara Municipal de Taubaté, no exercício de 2015, requer prioridade no julgamento do TC-000468/007/19, que abrigou Ação de Revisão interposta contra Acórdão do E. Tribunal Pleno, publicado no D.O.E. de 20-05-19, que negou provimento a Recurso Ordinário, mantendo decisão da E. Primeira Câmara, publicada no D.O.E. de 21-04-18, que julgou irregulares as contas, nos termos do artigo 33, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, bem como aplicou multa no valor de 160 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.
Informo que o Processo constou na Pauta da Sessão do dia 16-09-2020, do E. Tribunal Pleno, que decidiu pelo não conhecimento da Ação de Revisão, julgando-se o autor carecedor do direito invocado.
Ao arquivo.
Publique-se.
Processo: TC-007522/026/18
Órgão Público: Secretaria de Estado da Educação - Diretoria de Ensino da Região de Itapecerica da Serra
Beneficiária: Prefeitura Municipal de Juquitiba
Responsáveis: Francisco de Araújo Melo (Prefeito Municipal à época)
Reinaldo Inácio de Lima (Dirigente Regional de Ensino à época)
Luciane Magalhães de Carvalho (atual Dirigente Regional de Ensino)
Objeto: Prestação de contas - Repasses públicos ao terceiro setor
Exercício: 2016
Valor: R$ 4.651.205,13
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) A Secretaria de Estado da Educação - Diretoria Regional de Ensino de Itapecerica da Serra, por meio do Expediente TC-002026/026/20, apresenta as providências adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos.
A Administração informa em especial que a Procuradoria Geral do Estado ajuizou a Execução Fiscal nº 1500593-29.2020.8.26.0268 para cobrança do débito.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Processo: TC-007620/026/04
Contratante: Prefeitura Municipal de Barueri
Contratada: BB Transporte e Turismo Ltda.
Responsáveis: Gilberto Macedo Gil Arantes (Prefeito à época)
Rubens Furlan (Prefeito atual)
Advogada: Jane Alzira Munhoz (OAB/SP 130.085)
Objeto: Alienação de Ações Ordinárias da Companhia Municipal de Transportes de Barueri - CMTB, com a concomitante outorga da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
Os Senhores Tatuo Okamoto (Expediente TC-008793/026/19), Gilberto Macedo Gil Arantes (Expediente TC-008975/026/19) e Carlos Zicardi (Expediente TC-009315/026/19) comprovaram nos autos os recolhimentos das multas aplicadas.
Desta forma, REMETAM-SE os autos à Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF para atestar se houve os recolhimentos das multas.
Em caso positivo, encaminhem-se os autos à Fiscalização para a expedição da provisão de quitação em favor do(s) interessado(s). Em caso negativo, promova-se a inscrição do(s) débito(s) na Dívida Ativa.
Publique-se.
PROCESSO:
008230/026/15
CONTRATANTE:
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
CONTRATADA:
UNIMED DE PRIRACICABA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS
OBJETO:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E COMPLEMENTARES, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA USP (DOCENTES E SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS AO CAMPUS DE PIRACICABA)
RESPONSÁVEIS:
PROF. DR. PAULO FRANCISCO RAMOS MARGARIDO
CARLOS ALBERTO JOUSSEF
WALTER ALONSO CHECOLI
EM EXAME:
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015 DE 31/01/2020, VISANDO PRORROGAR O PRAZO CONTRATUAL, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, POR MAIS 12 MESES
Vistos.
Na instrução, a Fiscalização apontou ausência de planejamento e justificativas insuficientes para a prorrogação excepcional do contrato, afrontando o artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93 (fls.1033/1037).
Diante dos apontamentos suscitados, acolhendo proposta da PFE (fl.1038) e para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentar os esclarecimentos que entenderem cabíveis.
Transcorrido o prazo, retornem os autos pela PFE e MPC, nos termos dos artigos 60 e 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.
PROCESSO: TC-014920/026/12
EM EXAME: CONCORRÊNCIA Nº 04/11; CONTRATO Nº 396/11, DE 12/12/11; TERMO ADITIVO, DE 13/08/12; TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DE 28/11/12.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA (ANTIGA SECRETARIA DA CULTURA).
RESPONSÁVEIS: SÉRGIO SÁ LEITÃO (SECRETÁRIO - ATUAL); JOSÉ LUIZ PENNA (SECRETÁRIO - À ÉPOCA); ANDREA MATARAZZO (SECRETÁRIO - À ÉPOCA); DANIEL S. RODRIGUES (ORDENADOR DE DESPESA - À ÉPOCA); MARCELO MATTOS ARAÚJO E OSVALDO PADILHA JUNIOR (ASSESSORIA DE OBRAS E PROJETOS); FRANCISO DAMIÃO DO NASCIMENTO E KARLA BRESSANI TRAVASSOS BOZELLI (GRUPO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS).
CONTRATADA: ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
RESPONSÁVEIS: FREDERICO CARLOS KREJICI (REPRESENTANTE DA CONTRATADA).
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, NO PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS - CATAVENTO CULTURA E EDUCACIONAL, OBJETIVANDO O FECHAMENTO ENVIDRAÇADO DO PERÍMETRO INTERNO DO CLAUSTRO, INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO, RESTAURAÇÃO DE PISO EXISTENTE E ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CAFÉ E ACESSIBILIDADE.
ADVOGADOS: MARIANA BEATRIZ TADEU DE OLIVEIRA (PROCURADORA DO ESTADO); SEBASTIÃO VILELA STAUT JUNIOR (PROCURADOR DO ESTADO) E OUTROS.
VISTOS.
NOTIFICO os responsáveis pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar estadual nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou, então, apresentem justificativas a respeito de toda a matéria constante dos autos, esclarecendo, sobretudo, as pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório, de 22/11/12 (fls. 404/405), e prestando informações atualizadas sobre o Termo de Recebimento Definitivo, com relação ao Contrato nº 396/11, que não consta do processo, destacando-se o fato de a empresa Contratada ter sido multada por inadimplemento parcial do mencionado Contrato.
Fica NOTIFICADO, também, o responsável pela CONTRATADA para acompanhar o presente feito, apresentando, no mesmo de prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos que entender cabíveis.
PUBLIQUE-SE.
Processo: TC-014934/026/10
Contratante: Prefeitura Municipal de Barueri
Contratada: Jofege Pavimentação e Construção Ltda.
Responsável: Rubens Furlan (Prefeito à época e atual)
Procuradores: Fábio Albergaria Modinger (OAB/SP 401.221)
Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013)
Objeto: Construção de ponte sobre o rio Tietê, ligando a Rua General de Divisão Pedro Rodrigues da Silva com a Estrada da Aldeinha - Alphaville
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
Os Senhores Rubens Furlan (Expediente TC-009803/026/19) e Tatuo Okamoto (Expediente TC-000065/026/20) comprovaram nos autos os recolhimentos das multas aplicadas.
Por outro lado, o Senhor José Roberto Piteri, notificado por Ofício / Notificação Pessoal, recebido em 05/12/2019 (folha 1779), não comprovou nos autos o recolhimento da multa aplicada.
Desta forma, REMETAM-SE os autos à Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF para atestar se houve os recolhimentos das multas.
Em caso positivo, encaminhem-se os autos à Fiscalização para a expedição da provisão de quitação em favor do(s) interessado(s). Em caso negativo, promova-se a inscrição do(s) débito(s) na Dívida Ativa.
Publique-se.
Processo: TC-018308/026/07
Contratante: Prefeitura Municipal de Itanhaém
Contratada: Transpolix Ambiental, Serviços de Limpeza Pública e Privada Ltda.
Responsáveis: João Carlos Forssel Neto (Prefeito à época)
Marco Aurélio Gomes dos Santos (Prefeito atual)
Procurador: Jorge Eduardo dos Santos (OAB/SP 131.023)
Objeto: Execução de serviços de coleta de lixo domiciliar, coleta e tratamento do lixo hospitalar e similares, limpeza e lavagem de feiras livres, operação e manutenção de aterro sanitário e outros serviços relativos à limpeza urbana
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
I) Tomo ciência do Expediente TC-000048/020/20, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itanhaém apresenta a conclusão das providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial encaminha cópia do Relatório Final da Sindicância Administrativa instaurada para apuração dos fatos.
II) Nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
PROCESSO: TC-035654/026/10
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUÍBA
RESPONSÁVEIS: MARCO AURÉLIO DOS SANTOS NEVES (PREFEITO ATUAL)
CONTRATADA: JOFEGE PASVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUIVIAIS, CANALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DE VIADUTO/PONTE
ADVOGADOS: FERNANDA DE ÁVILA E SILVA (OAB/SP Nº 361.634) E OUTROS
Visto.
DEFIRO prazo adicional de 5 (cinco) dias para envio de informação sobre a situação atual do Contrato nº 31/10, firmado em 06/04/2010 com a empresa Jofege Pavimentação e Construção LTDA., juntando, se for o caso, os termos de recebimento ou de rescisão.
Publique-se.
Processo: TC-037301/026/09
Contratante: Prefeitura Municipal de Guarujá
Contratada: Terracom Construções Ltda.
Responsável: Maria Antonieta de Brito (Prefeita à época)
Procuradores: Marcelo Tadeu do Nascimento (Advogado Geral do Município)
Gustavo Lopes Gonsales (Assessor Institucional)
Objeto: Prestação de serviços em caráter emergencial de manutenção, pavimentação e drenagem urbana no Município de Guarujá
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Processo: TC-030345/026/09
Representante: Airton Sinto (Munícipe de Guarujá)
Representada: Prefeitura Municipal de Guarujá
Responsável: Maria Antonieta de Brito (Prefeita à época)
Procuradores: Marcelo Tadeu do Nascimento (Advogado Geral do Município)
Gustavo Lopes Gonsales (Assessor Institucional)
Objeto: Possíveis irregularidades ocorridas na dispensa de licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Guarujá, objetivando a prestação de serviços em caráter emergencial, de manutenção, pavimentação e drenagem urbana no Município de Guarujá
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Processo: TC-017715/026/10
Representante: Paulo César Clemente (Munícipe de Guarujá)
Representada: Prefeitura Municipal de Guarujá
Responsável: Maria Antonieta de Brito (Prefeita à época)
Procuradores: Marcelo Tadeu do Nascimento (Advogado Geral do Município)
Gustavo Lopes Gonsales (Assessor Institucional)
Objeto: Possíveis irregularidades ocorridas na dispensa de licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Guarujá, objetivando a prestação de serviços em caráter emergencial, de manutenção, pavimentação e drenagem urbana no Município de Guarujá
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
A Dispensa de Licitação e o Contrato em exame nestes autos foram julgados REGULARES, conforme Recurso Ordinário que deu provimento ao apelo interposto (folhas 626/632).
Desta forma, nada mais a ser analisado, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.
Publique-se.
PROCESSO: TC-037760/026/12
CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEMANETO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
RESPONSÁVEIS: MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR (DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA, À ÉPOCA)
OSVALDO ANTONIO PAZIANOTTO (SUPERINTENDENE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, À ÉPOCA)
CONTRATADA: ACECO TI LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE SALA DE COFRE CERTIFICADA COM AS NORMAS ABNT NBR 15.247 E NBR 60.529, SISTEMAS DE CONTROLE E MONITORAÇÃO DO AMBIENTE
Visto.
NOTIFICO a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe a situação atual do Contrato nº 36.141/12, firmado em 15/10/2012 com a empresa ACECO TI LTDA., juntando, se for o caso, os termos de recebimento ou de rescisão.
Publique-se.
PROCESSO: TC-043459/026/10
EM EXAME: CONCORRÊNCIA Nº 10.008/10, DE 23/06/10 E CONTRATO SA.200.0 Nº 271/10, DE 29/11/10.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.
INTERESSADOS: ORLANDO MORANDO (PREFEITO - ATUAL); VALTER CORREIA DA SILVA (SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - À ÉPOCA); JOSÉ CLOVES DA SILVA (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - À ÉPOCA); JOÃO PAULO MENDONÇA SARTI (DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MACRODRENAGEM).

CONTRATADA: CONSÓRCIO TCRE-PROMOPEN SBC (COMPOSTO PELAS EMPRESAS TCRE ENGENHARIA LTDA. E PROMAPEN ENGENHARIA LTDA.).

INTERESSADOS: TURÍBIO CEZAR ALVES FILHO (SÓCIO); EIKO ISHIDA (SÓCIO).

OBJETO: SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE DRENAGEM URBANA, E APOIO PARA ESTUDOS AMBIENTAIS, NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO.

ADVOGADOS: DOUGLAS EDUARDO PRADO (OAB/SP Nº 123.760); DAIANE PIMENTA BONFIM (OAB/SP Nº 333.252); MARCOS MOREIRA DE CARVALHO (OAB/SP Nº 119.431) E OUTROS.

VISTOS.

NOTIFICO os interessados, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar estadual nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou, então, apresentem justificativas a respeito de toda a matéria constante dos autos, tomando ciência do relatório da Fiscalização (fls. 769/775), e esclarecendo os seguintes pontos:

(a) inconsistências registradas pela Assessoria Técnico-Jurídica e respectiva Chefia (fls. 77/778; 779; 798/799 e 800);

(b) compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado;

(c) exigências contidas nos seguintes itens do edital:

(c1) quanto à qualificação técnica - item 4.1.4, 'b', 'c', 'c1' e 'd'; 'd1' e 'd2';

(c2) quanto à proposta técnica - itens 5.1; 5.1.2, 'a', 'a1', 'a2', 'a3' e 'a4'; 'b', 'b1', 'b2', 'b3', 'b4' e 'b5'; 'c', 'c1', 'c1.1', 'c1.2' e 'c2';

(c3) quanto à avaliação e pontuação da proposta técnica - itens 7.4; 7.4.1; 7.4.2; 7.4.3; 7.4.4 (todos os subitens - integralmente); 7.4.5; 7.4.5.1 (todos os subitens - integralmente); 7.4.5.2; 7.4.6; 7.4.7; 7.4.8; 7.4.9; 7.4.10; 7.4.10.1; 7.5.1; 7.5.2, 'a', 'b', 'c' e 'd'; 7.6; 7.6.1; 7.7 e 7.8.

PUBLIQUE-SE.

EXPEDIENTE: 3165/026/20 (ref. TC-40515/026/10)

INTERESSADO: * Lars Schmidt Garel

ASSUNTO: Solicitação de vista e juntada de Procuração de Substabelecimento.

Visto.

O processo de referência (TC-40515/026/10) encontra-se em fase recursal e aguarda manifestação da Secretaria Diretoria-Geral.

Assim, defiro a vista requerida, em cartório e por três dias, após o retorno da Secretária citada, devendo o requerente acompanhar a movimentação processual no endereço https: // www.tce.sp.gov.br/processos.

Por fim, o presente expediente deverá aguardar em cartório para juntada no TC-40515/026/10, quando do retorno da área técnica.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO:00003236.989.20-8

ÓRGÃO:PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO (CNPJ 45.345.899/0001-12)

ADVOGADO: ELIEZER PEREIRA MARTINS (OAB/SP 168.735)

INTERESSADO(A):VINICIUS CRUZ DE CASTRO

ASSUNTO:Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 014452.989.20-5

Visto.

A Origem solicita prorrogação de prazo para apresentar defesa (Evento 91.1).

DEFIRO o prazo adicional de 48 (quarenta e oito) horas para o interessado apresentar alegações e respectiva documentação.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Transcorrido o prazo, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO

PROCESSO:00024161.989.20-7

CONTRATANTE:COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO - CGA - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0252-60)

CONTRATADO(A):METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.788.117/0001-03)

INTERESSADOS:JEAN GORINCHTEYN - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES - COORDENADOR DA COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE (CPF 130.456.788-58)

EDUARDO BARBIN - CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE (CPF 246.377.168-29)

VINÍCIUS MARTINS STOKLOSKI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 034.655.839-57)

ASSUNTO:Em atendimento a Requisição de Documentos nº 66/2020. Dispensa de Licitação 63/2020 - empresa Metalic Medical Produtos Hospitalares Ltda, referente a aquisição de suporte de soro para atendimento ao COVID 19. Nota de empenho nº 2020NE00650.

EXERCÍCIO:2020

INSTRUÇÃO POR:DF-09

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00025030.989.20-6

PROCESSO:00025030.989.20-6

CONTRATANTE:COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO - CGA - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0252-60)

CONTRATADO(A):METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.788.117/0001-03)

INTERESSADO(A)S:JEAN GORINCHTEYN - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES - COORDENADOR DA COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE (CPF 130.456.788-58)

EDUARDO BARBIN - CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE (CPF 246.377.168-29)

VINÍCIUS MARTINS STOKLOSKI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 034.655.839-57)

ASSUNTO:Dispensa de Licitação nº 63/2020

Nota de Empenho nº 2020NE00650 de 04/05/2020.

OBJETO:Aquisição emergencial de suporte de soro ? para atender o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em atendimento a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Vigência:entrega imediata, com vigência até 31/12/2020.

EXERCÍCIO:2020

INSTRUÇÃO POR:DF-09

PROCESSO PRINCIPAL:24161.989.20-7

Considerando o quanto noticiado nos relatórios de instrução constantes dos eventos 17 do TC-24161.989.20 e 13 do TC-25030.989.20, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a íntegra destes processos poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.

DESPACHO

PROCESSO:00024504.989.20-3

ÓRGÃO:UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33)

ADVOGADAS:FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO (OAB/SP 210.899) / LIVIA RIBEIRO DE PADUA DUARTE (OAB/SP 317.158)

INTERESSADO(A):MARCELO KNOBEL (CPF 032.487.608-42)

ASSUNTO:Interessada: Mara Cristina Cardoso Queiroz

EXERCÍCIO:2018

INSTRUÇÃO POR:UR-03

Defiro, por 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no D.O.E., a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 22.

Publique-se.

DESPACHO

PROCESSO:TC-026320.989.19-7

EMBARGANTE:JURANDIR BARBOSA DE MORAIS

ADVOGADO:APARECIDO LESSANDRO CARNEIRO (OAB/SP 333.899)

MENCIONADO(A):PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANCA

ADVOGADO:APARECIDO LESSANDRO CARNEIRO (OAB/SP 333.899)

ASSUNTO:EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PEDIDO DE REEXAME PROCESSO Nº 00008486.989.19-7

EXERCÍCIO:2019

Trata-se de pedido formulado pelo Sr. Jurandir Barbosa de Morais (evento 37), por meio de seu advogado Aparecido Lessandro Carneiro (OAB/SP 333.899), no qual renuncia o seu prazo recursal e pleiteia imediato Trânsito em Julgado do processo TC-026320.989.19-7.

Embora a renúncia produza efeitos em relação ao renunciante, esta não se aplica em relação a outros interessados cujo prazo recursal também se encontra em pleno curso, como o Ministério Público de Contas.

No mais, outras medidas administrativas internas, constantes do voto do Relator, devem ser realizadas após o trânsito em julgado da decisão.

Não há como acolher, portanto, o pedido do interessado.

Ante o exposto, Indefiro o imediato Trânsito em Julgado, bem como a remessa à Câmara Municipal antes que o processo percorra todo o seu iter procedimental e esteja preparado para o devido encaminhamento.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO:00002805.989.19-1

ÓRGÃO:DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A - DERSA (CNPJ 62.464.904/0001-25)

ADVOGADO: MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842)

ASSUNTO:Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO:2019

INSTRUÇÃO POR:DF-09

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no D.O.E., a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 43.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO:00024508.989.20-9

ÓRGÃO:UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33)

ADVOGADAS: FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO (OAB/SP 210.899) / LIVIA RIBEIRO DE PADUA DUARTE (OAB/SP 317.158)

INTERESSADO(A):MARCELO KNOBEL (CPF 032.487.608-42)

ASSUNTO:Interessada: Nilce Rodrigues Viana Pato

EXERCÍCIO:2018

INSTRUÇÃO POR:UR-03

Defiro, por 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no D.O.E., a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 22.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Processo: TC-025863.989.20-8. Representante: Convênios Card Administradora e Editora Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Americana. Assunto: Exame prévio do edital do pregão presencial nº 35/2020, do tipo menor taxa de administração, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e emissão do cartão alimentação, que possibilite aquisição de gêneros alimentícios 'in natura' (cesta básica) para concessão aos usuários da assistência social do Município de Americana, através de rede de estabelecimentos". Responsável: Omar Najar (Prefeito). Subscritor do edital: José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores (Secretário de Administração Interino). Advogados cadastrados no e-TCESP: Elizandro de Carvalho (OAB/SP nº 194.835), Eduardo Moreira Mongelli (OAB/SP nº 266.002).

1 - RELATÓRIO

1.1 Trata-se do exame prévio do edital do pregão presencial nº 35/2020, do tipo menor taxa de administração, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e emissão do cartão alimentação, que possibilite aquisição de gêneros alimentícios 'in natura' (cesta básica) para concessão aos usuários da assistência social do Município de Americana, através de rede de estabelecimentos".

1.2 Insurgiu-se a Representante contra a imprecisão na quantidade de cartões a serem fornecidos, eis que o Termo de Referência indicava uma margem de variação de confecção mínima de 100 (cem) a, no máximo, 10.000 (dez mil) unidades, podendo, ainda, este último valor sofrer acréscimos, o que impedia a correta formulação de propostas.

Asseverou ter questionado administrativamente tal situação, recebendo a resposta de que: "como trata-se de benefício eventual em situação de calamidade pública ou vulnerabilidade temporária a quantidade estimada pode variar muito, conforme as estimativas previstas no Termo de Referência".

Apesar disso, entendeu que a falta de estabelecimento da quantia certa dos benefícios atacava o disposto no § 4º do artigo 7º da Lei nº 8.666/93.

Assim, reclamou para que fosse estimada a "quantidade de cartões, com fim de atender as necessidades dos servidores da Administração no Município de Americana".

1.3 Presentes indícios de restrição indevida à competitividade, a suspensão do certame foi decretada e a medida liminar referendada por este Plenário.

1.4 Após notificação, a Administração informou que o certame foi revogado, consoante se verifica na publicação efetuada no DOE de 12-12-20, Poder Executivo, Seção I, pág. 2871.

2. DECISÃO

2.1 A superveniente desconstituição do certame, cuja eficácia foi demonstrada por meio da publicação na Imprensa Oficial, suprimiu o interesse processual que motivara a Representante a acionar esta Corte, em busca de correções no ato convocatório da disputa em pauta.

2.2 Considerando que a representação perdeu o seu objeto, declaro, com fundamento no art. 223, inciso V, do Regimento Interno, extinto o processo, sem exame de mérito.

Casso a liminar concedida e determino o arquivamento dos autos.

Publique-se.

1 https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2020%2fexecutivo%2520secao2520i%2fdezembro%2f12%2fpag_0287_11f08425175d9e1416a2ca89eb7ce007.pdf&pagina=287&data=12/12/2020&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100287

Expediente: TC-027029.989.20-9. Representante: Mario Celio da Cruz 00217423833. Representada: Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 64/2020, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a contratação de empresa especializada e profissional autônomo, para prestação de serviços de transporte escolar. Responsável: Ernani Christovam Vasconcellos (Prefeito). Subscritora do edital: Kátia Luzia Ferreira Gomes Alencar (Secretária Municipal de Educação). Sessão de abertura: 15-12-2020, às 07h30min. Advogado cadastrado no e-TCESP: José Benedito Andrioli (OAB/SP nº 146.063).

1. MARIO CELIO DA CRUZ 00217423833 formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 64/2020, do tipo menor preço por item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, que tem por objeto a contratação de empresa especializada e profissional autônomo, para prestação de serviços de transporte escolar.

2. Insurge-se a Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

a) Exigência de regularidade fiscal1 pertinente ao ramo de atividade da licitante e compatível com o objeto, sustentando que "a (...) deve abranger todos os débitos"; e

b) Requisição, para a pessoa jurídica2, de certidão negativa de distribuição de falência, concordata ou recuperação judicial; balanço patrimonial ou capital social mínimo para participação, sem, contudo, impor as mesmas comprovações ao profissional autônomo, em inobservância ao princípio da isonomia.

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Na hipótese, verifico que a realização da sessão de abertura das propostas foi designada para ocorrer amanhã, dia 15-12-2020 (terça-feira), às 07h30min.

No entanto, a representação foi protocolada ontem, dia 13-12-2020 (domingo), às 22h59min, e distribuída a meu Gabinete hoje, dia 14-12-2020 (segunda-feira), às 08h15min, não havendo tempo hábil para a análise da impugnação, bem como para a adoção de quaisquer medidas pertinentes, notadamente em razão do Ato GP nº 04/20203 e o Comunicado DGA nº 01/20204, que estabelecem, por período indeterminado, o horário das 10h00mim às 16h00min para funcionamento deste Tribunal de Contas.

5. Considerando, pois, no exíguo prazo disponibilizado, não ter sido possível firmar a necessária convicção da existência de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à competitividade, suficientes para ensejar a paralisação do certame, fica prejudicada a apreciação do pleito de sua liminar suspensão.

6. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP n. 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência desta decisão ao Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquive-se eletronicamente.

Publique-se.

1 8.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(...)

d) Certidão de regularidade de débito com as Fazenda (s) Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

2 8.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou, se for caso, certidão de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social com suas notas explicativas, registrado na Junta Comercial do Estado ou balanço patrimonial apresentado através do SPED (Sistema de Escrituração Digital), conforme decreto 8683 de 25 de fevereiro de 2016, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, observadas as seguintes previsões:

c) A empresa interessada não obrigada a publicar o balanço, porém obrigada à sua elaboração, deverá:

c1) Apresentar cópia legível das páginas do LIVRO DIÁRIO, no qual tenham sido transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício, poderá ser em mídia digital;

c2) Apresentar a documentação assinada pelos sócios e pelo contador responsável, com os respectivos termos de abertura e de encerramento do livro registrados na Junta Comercial;

d) A empresa interessada obrigada a publicar o balanço deverá apresentar a respectiva prova e a certidão de arquivamento na Junta Comercial ou selo;

e) A verificação da boa situação financeira da empresa será feita mediante a apuração de dois indicadores contábeis:

(...)

f) A licitante poderá comprovar também a qualificação econômica financeira por meio de capital social ou Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado de forma proporcional aos itens disputados na contratação conforme artigo 31 § 2º § 3º da Lei 8.666/93.

3 Publicado no D.O.E. de 14-03-2020

4 "Art. 1º O horário de funcionamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo passa a ser das 10:00 às 16:00 horas, por período indeterminado"

Expediente: TC-026740.989.20-7. Representante: Adilson da Silva Santos. Representada: Prefeitura Municipal de Castilho. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital da concorrência nº 06/2020, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto a "contratação de empresa de engenharia especializada para obras de implantação de usina fotovoltaica, com fornecimento de materiais, a ser realizada na Estrada Vicinal Municipal SPV-08, Km 6, Zona Rural, Castilho – SP". Responsável: Aparecida de Fátima Gavioli Nascimento (Prefeita). Sessão de abertura: 16-12-2020, às 09h00min. Advogado cadastrado no e-TCESP: Hygor Grecco de Almeida (OAB/SP nº 214.125)

1. ADILSON DA SILVA SANTOS formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital da concorrência nº 06/2020, do tipo menor preço por lote, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO, cujo objeto é a "contratação de empresa de engenharia especializada para obras de implantação de usina fotovoltaica, com fornecimento de materiais, a ser realizada na Estrada Vicinal Municipal SPV-08, Km 6, Zona Rural, Castilho – SP, de acordo com a descrição contida no Anexo I – Proposta Financeira".

2. Inicialmente, a Representante assevera se tratar de edital alterado em virtude de diversas impugnações administrativas, tendo passado a permitir a participação de empresas reunidas em consórcio, modificado o índice de endividamento exigido e excluído a requisição de garantia de participação1, sem reabertura do prazo de publicidade.

Além disso, argumenta que a área a ser utilizada na implantação do empreendimento já foi objeto de contrato de concessão de uso por 30 (trinta) anos, sendo que a Municipalidade rescindiu unilateralmente o ajuste, no seu entender, "sem garantia do contraditório e ampla defesa, muito menos sem dar conhecimento aos Órgãos de Fiscalização competente, dentre eles o próprio TCE-SP".

Pressupõe que a disputa carece de estudo de impacto financeiro e orçamentário, podendo ocasionar infringência ao disposto no artigo 42 da Lei nº 101/2000, dada sua realização na proximidade do término da atual administração municipal.

Acrescenta indignação à exigência de registro dos atestados de capacidade técnica no CREA para a qualificação da empresa2, sustentando que tal acervo somente se dá em relação à prova de aptidão do profissional.

Requer, nesses termos, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do ato convocatório para fazer cessar os vícios apontados.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, observo que as citadas modificações no ato convocatório tornaram as condições de participação mais benéficas, ao permitir consórcios e exigir índices menos restritivo, afora a exclusão da garantia de participação, o que tende a ampliar a competição, permitindo, assim, a seleção da proposta mais vantajosa.

Por outro lado, entendo que tais alterações não se mostram com potencial de impactar a formulação de propostas, de forma a demandar a reabertura de prazo nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei de Licitações, como pretende o Representante.

5. Quanto à questão relacionada ao terreno que foi objeto do contrato rescindido pela atual Administração, impende consignar que em sede de exame prévio, cuja análise perfunctória se restringe às questões de caráter eminentemente restritivo à ampla participação no certame, a fim de assegurar o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, não cabe o escrutínio de demandas que fogem a esta avaliação preliminar ou que requerem etapa de investigação e produção de provas.

Ademais, como informado na inicial, esse ajuste encontra-se em análise perante esta Corte, com proposta da Unidade de Fiscalização competente de irregularidade da dispensa de licitação que o originou.

Nesta esteira, considerando que o assunto ora apresentado não ostenta, a princípio, restrição à competitividade, a questão poderá ser mais bem analisada quando da instrução ordinária da eventual avença a ser formalizada.

6. Atinente à possibilidade de se proceder a presente contratação em final de mandato, importante ressalvar que o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal veda, nos últimos dois quadrimestres, que seja contraída "obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

Ainda que o prazo de execução do ajuste pretendido seja de 06 (seis) meses, a ilegalidade só estaria configurada se não houvesse disponibilidade de caixa para arcar com tais despesas.

Ademais, pressupõe-se que os estudos de viabilidade financeira da contratação integram o respectivo processo administrativo.

Desta forma, em exame sumário, próprio desta via processual, não se revela ilegal a despesa a ser assumida pela Administração.

Não obstante, os atos praticados pelo administrador não escaparão ao controle da legalidade por ocasião do regular exame da matéria.

7. No que tange à queixa relativa à exigência de atestados de capacidade técnica registrados no CREA, em nome da empresa, verifico que a disposição editalícia se encontra em conformidade com as normas de regência.

Conforme dispõe o artigo 30, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e a Súmula nº 24 desta Corte, a comprovação de aptidão técnica operacional, ou seja, da empresa, se dará mediante "atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes".

8. Posto isto, adstrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame.

Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

9. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 Processo Licitatório 71/2020 – Concorrência 06/2020 – Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para obras de implantação de usina fotovoltaica, com fornecimento de materiais, a ser realizada na Estrada Vicinal Municipal SPV-08, Km 6, Zona Rural, Castilho – SP. Termo de Rerratificação. 1 – Fica acrescido no edital o item e subitens, a saber: "24 - Da Participação de Consórcio. 24.1 - Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, desde que atendidas às exigências contidas nos itens que se seguem: 24.1.1 - As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste edital, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação; 24.1.2 – É vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio; 24.1.3 – No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a uma empresa brasileira; 24.1.4 - O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação, por meio do Termo de Recebimento Definitivo; 24.1.5 - Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, salvo aprovação pela Prefeitura do Município de Castilho, visando a manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação; 24.1.6 - Os consorciados deverão apresentar

compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes; 24.1.7 - Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, subscrito por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste subitem 24.1". 2 – Fica alterado o índice de endividamento, previsto no item 5.2.4.1.2.2 do edital, que deverá ser igual ou inferior a 0,75 (zero vírgula setenta e cinco). 3 – Fica excluído o subitem 16.1 – Garantia de Participação e seus subitens do edital. 4 – As demais cláusulas e condições, inclusive os prazos permanecem inalterados. Castilho – SP, 07 de dezembro de 2020 – Aparecida de Fátima Gavioli Nascimento – Prefeita.

2 5.2.3.2 – Capacitação técnico-operacional, mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, a ser feita por atestado, em nome da empresa, fornecido por pessoas jurídicas de direito publico ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA; em que conste a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado - Súmula 24 do TCESP, a saber:

5.2.3.2.1 – Para o lote 02 (Usina Fotovoltaica): instalação de usina solar 614 kWp.

Expediente: TC-026979.989.20-9. Representante: Felipe Macedo Costa. Representada: Prefeitura Municipal de Redenção da Serra. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 17/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de empresa para prestação de serviços com licenciamento, instalação e manutenção de softwares administrativos e financeiros". Responsável: Ricardo Evangelista Lobato (Prefeito). Sessão de abertura: 22-12-2020, às 08h10min. Advogado cadastrado no e-TCESP: Felipe Macedo Costa (OAB/SP nº 190.934).

1. FELIPE MACEDO COSTA formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 17/2020, do tipo menor preço global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA, cujo objeto é a "contratação de empresa para prestação de serviços com licenciamento, instalação e manutenção de softwares administrativos e financeiros, conforme as condições e especificações constantes do termo de referência Anexo II".

2. Insurge-se o Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

a) Divergência entre a informação contida no preâmbulo do edital1 e o item 8.12, no que tange ao prazo para eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações;

b) Imposição de que as impugnações devam ser protocolizadas apenas por meio físico no órgão da Prefeitura3;

c) Exigência de certidão negativa de recuperação judicial4, em descompasso com a Súmula nº 50 desta Corte;

d) Falta de informação acerca da quantidade de usuários a serem treinados5, prejudicando a formulação das propostas;

e) Prazo exíguo de 10 (dez) dias para a conversão de dados6, agravado pelo fato de não estar claro se será necessário "realizar engenharia reversa ou se a Prefeitura fornecerá a base dados para conversão e migração".

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Considerando que o processo licitatório se presta à garantia da observância do princípio constitucional da isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa, regras que eventualmente afrontem a legalidade e/ou impeçam a correta elaboração de propostas devem ser bem esclarecidas, previamente à realização do certame, evitando sobrevida de eventual elemento prejudicial à competitividade.

Na hipótese, oportuno que a Administração justifique todas as questões impugnadas, das quais destaco, a princípio, a exigência de certidão negativa de recuperação judicial, em descompasso com a Súmula nº 507 desta Corte.

4. Necessário, ainda, que esclareça o Modelo de Proposta8 apresentado, que deixa de segregar os serviços demandados apenas na etapa inicial de implantação do sistema (instalação, migração/ conversão de dados e treinamento) daqueles mensais (Manutenção, Apoio Técnico e Licença de uso do sistema), cuja cobrança, obviamente, só iniciará após concluída a etapa preliminar.

Também, cabe explicação a aparente aglutinação de fornecimento de datacenter9, sem que se permita a participação de empresas reunidas em consórcios10 ou subcontração desse serviço11.

Além disso, deve elucidar a vedação, no torneio, de empresas suspensas ou impedidas temporariamente de contratar com a Administração Pública12, em desacordo com o teor da Súmula nº 5113 desta Corte.

Por fim, requer aclaramento o regramento disponibilizado às microempresas e empresas de pequeno porte, que deixou de prever a hipótese de regularidade trabalhista14, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. É o quanto basta para concluir, em sede de exame prévio e de cognição não plena, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade desejadas, suficiente para a concessão da providência cautelar, a permitir sejam bem esclarecidas, durante a instrução todas as questões suscitadas.

Considerando que a realização da sessão pública está designada para o dia 22-12-2020, às 08h10min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTENHA-SE DA ADOÇÃO DE QUAISQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE.

6. Notifique-se o Prefeito para que encaminhe a este Tribunal, em 48 horas, a contar da publicação na imprensa oficial, as razões de defesa que entender pertinentes, acompanhadas do inteiro teor do edital, informações sobre publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado a impugnações ou recursos administrativos que possam ter sido intentados.

Não querendo apresentar o inteiro teor do instrumento convocatório, poderá a autoridade certificar que o apresentado pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original, que deverá ser suficiente para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93.

Oportuno advertir que o descumprimento desta determinação sujeitará o responsável, acima identificado, à punição pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Em caso de superveniente desconstituição do certame, mediante revogação ou anulação do edital, o ato deverá ser comunicado a esta Corte, com a devida comprovação de sua publicidade na Imprensa Oficial ou local.

Informe-se ainda que, nos termos da Resolução n. 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

7. Submetam-se estas medidas, na primeira oportunidade, para referendo do E. Plenário, nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno.

Findo o prazo para o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhem-se os autos à ATJ para manifestação e dê-se vista ao DD. Ministério Público de Contas, retornando-se por SDG.

Ultimada a instrução processual, remetam-se os autos ao E. Plenário.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES: De 04 de dezembro a 15 de dezembro de 2020, em horário comercial, na Prefeitura Municipal de Redenção da Serra – SP, pelo telefone (12) 3676 1600 ou pelo e-mail: convenio@redencaodaserra.sp.gov.br.

2 8. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

3 8.2. Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e protocolada no Protocolo da Prefeitura Municipal de Redenção da Serra/SP;

4 6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5 ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

4. Treinamento aos usuários: Início em 05 dias após a instalação. O treinamento deverá capacitar todos os servidores das respectivas áreas ao correto uso dos sistemas, devendo ser feito nas dependências deste Órgão ou da própria empresa.

6 ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

INÍCIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Licitante Vencedora se obriga a dar início aos serviços objeto desta Licitação, imediatamente após a assinatura do contrato no tocante aos serviços de migração de dados, implantação dos sistemas e treinamento dos servidores municipais que utilizarão os programas.

Para a execução dos serviços contratados, a Licitante Vencedora deverá disponibilizar profissionais de seu quadro de funcionários, que serão responsáveis pela execução dos serviços e que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais e legais previstas pelo não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

Para a implantação dos sistemas a empresa deverá seguir a seguinte etapa de trabalho, cujo início é o primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato de Contrato:

1. Instalação dos sistemas: Início em 05 dias;

2. Conversão de dados e validação do exercício atual: Prazo máximo de 10 dias;

7 SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

8 ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ITEM 1 - Prestação de Assessoria, Serviços Técnicos Especializados e Licenciamento ou Cessão de uso (locação) dos seguintes sistemas integrados de gestão pública:

SERVIÇOS /1- ORÇAMENTO, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, ADMINISTRAÇAO DE PESSOAL, COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PROTOCOLO, PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (IPTU, ISS E DÍVIDA ATIVA), CONTROLADORIA INTERNA, ESIC, EXECUÇÃO FISCAL, ISSQN WEB, ALÉM DOS SEGUINTES SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO; 2- MIGRAÇÃO/ CONVERSÃO DE DADOS; 3- TREINAMENTO DE USUÁRIOS; 4- APOIO TÉCNICO À DISTÂNCIA; 5- VISITA TÉCNICA QUANDO COMPROVADA SUA NECESSIDADE; 6- ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA; 7- MANUTENÇAO DE PROGRAMAS E BANCO DE DADOS; 8- SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO; Conforme Termo de Referência do Processo nº50/2020.

UNIDADE / Serviço

QTDE / 12 meses

VALOR MENSAL /

VALOR TOTAL /

9 8.3 - Deverá estar hospedado pela contratada, sem custos para a CONTRATANTE, em "datacenter" de alta performance, com disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana e backup dos dados realizados diariamente com cópia de segurança e integração dos dados com o servidor da Prefeitura.

10 2.2. Não será permitida a participação de empresas:

(...)

2.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com a Administração Pública nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

11 7.6 - Será proibida toda e qualquer cessão, terceirização ou transferência total ou parcial dos serviços contratados, sendo nulo o direito de prosseguir com o eventual contrato, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

12 Vide item 2.2.3 na nota 10.

13 SÚMULA Nº 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

14 6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

(...)

g) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

g.1) Sendo a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte declarada Vencedora e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura de Redenção da Serra/SP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00026980.989.20-6. REPRESENTANTE: MIRIAM ATHIE (CPF 055.440.268-82). ADVOGADO: MIRIAM ATHIE (OAB/SP 79.338). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA (CNPJ 46.482.865/0001-32). ASSUNTO: Representação contra edital do Pregão Presencial nº 080/2020, promovido pela Prefeitura de Ilhabela, tendo por objeto prestação de serviços de operação de estação de transbordo, transbordo e transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07.

Trata-se de representação intentada por Mirian Athiê, em nome de Peralta Ambiental Importação e Exportação, contra o edital do Pregão Presencial nº 80/2020 da Prefeitura Municipal de Ilhabela, cujo objeto é a prestação de serviços de operação de estação de transbordo, transbordo e transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

Em apertada síntese, insurge-se contra o seguinte:

(a) o item 14.8 do edital requisita documentação não prevista em Lei (recuperação judicial);

(b) os itens 15.9 e 16.2 do edital contemplam exigências impróprias para uma prestação de serviços contínuos;

(c) a equipe técnica prevista não contempla a indicação de um engenheiro sanitarista, em desconformidade com legislação e normas técnicas;

(d) as cláusulas de regularidade fiscal não discriminam os tributos compatíveis com o objeto sobre os quais recairá essa aferição;

(e) não é exigida prova de regularidade relativa à seguridade social;

(f) o item 1.6.1.6 do Anexo II exige que os índices de liquidez e endividamento sejam apresentados em documento assinado por contabilista;

(g) o item 1.7 do Anexo II estabelece aferição da qualificação técnica sem prever a prova de aptidão operacional e tampouco que a aptidão profissional fosse por responsável técnico próprio (engenheiro sanitarista);

(h) o Termo de Referência não traz a indicação do aterro sanitário ao qual serão transportados os resíduos.

Nesses termos, requer suspensão cautelar do certame e retificação do edital.

A sessão de entrega das propostas está designada para a data de 15/12/2020. A representação foi protocolada em 11/12/2020. Não há notícia sobre impugnação administrativa.

É o relato do necessário.

DECIDO.

Ao que consta dos aspectos trazidos à colação, há sinais aparentes de vício importante sobre a questão (h), por ser pacífico o entendimento da relevância do custo do transporte dos resíduos à destinação final, de sorte que opõe obstáculo à formulação de propostas essa não informação exata a respeito da localização do aterro sanitário ao qual serão transportados os resíduos.

Sabe-se que o postulado da isonomia pressupõe o acesso igualitário a todas as informações essenciais do objeto; razão pela qual um sinal de omissão importante representa risco imediato ao inc. XXI do art. 37 da Carta Magna, no que tange ao "processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes".

E a respeito de (e), a não verificação da regularidade fiscal junto à seguridade social revela-se em desconformidade com o § 3º do art. 195 da Constituição Federal – "A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios" -.

Ambas as questões, por si só, mostram-se suficientes para ensejar a suspensão cautelar do procedimento licitatório, por envolverem interesse público tutelado diretamente pela Carta de 1988.

As demais impugnações serão devidamente apreciadas ao final da instrução.

Ante o exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, bem como DETERMINO à Prefeitura Municipal de Ilhabela, no uso do poder que me confere o parágrafo único do artigo 221 do RITCESP, que apresente neste Tribunal de Contas, mediante inserção no processo eletrônico, no prazo de 48 horas, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, uma cópia do edital ora em referência, acompanhada de documentos que lhe sejam acessórios, para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do edital acostada aos autos pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original.

DETERMINO também, agora com fundamento no parágrafo único, nº 10, do artigo 53 do RITCESP, que o correspondente procedimento licitatório seja sustado de imediato e assim permaneça até que se profira decisão final sobre o caso.

Finalmente, NOTIFICO a Prefeitura Municipal de Ilhabela para que, neste prazo de 48 (quarenta e oito) horas, tome conhecimento dos termos da representação, apresente justificativas e esclarecimentos que entenda necessários ao caso, bem como informe a situação do contrato pelo qual estão sendo atualmente prestados os serviços ora licitados.

Publique-se e cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00026562.989.20-2. REPRESENTANTE: MULTIWAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (CNPJ 56.681.562/0001-00). ADVOGADO: MARIO SANFINS JUNIOR (OAB/SP 420.677). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SAPUCAI (CNPJ 45.195.823/0001-58). ASSUNTO: Representação contra edital do Pregão Presencial nº 022/2020, promovido pela Prefeitura de São Bento do Sapucaí, tendo por objeto prestação de serviços de locação de sistema de monitoramento por câmeras OCR com fornecimento de equipamentos. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07.

Tratam os autos de representação formulada por Multiway Comércio e Representações Ltda., em face do edital do Pregão Presencial nº 022/2020, instaurado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí, com vistas à prestação de serviços de locação de sistema de monitoramento por câmeras OCR com fornecimento de equipamentos.

Determinada a sustação cautelar do certame, nos termos da decisão publicada no DOE em 09/12/2020, a municipalidade anunciou a anulação da licitação, conforme publicação encartada no ev. 27.7.

Com vista regimental, o MPC manifestou-se pelo arquivamento dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 223, inciso V, do Regimento Interno, declaro extinto o processo, sem exame de mérito e determino o arquivamento do presente expediente.

Publique-se.

Após, restitua-se ao gabinete para que a decisão seja comunicada ao E. Tribunal Pleno.

PROCESSO: 00026994.989.20-0. REPRESENTANTE: WM ENGENHARIA LTDA (CNPJ 07.775.396/0001-98). ADVOGADO: RICARDO DUARTE ALIAGA (OAB/SP 272.744). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE (CNPJ 70.946.009/0001-75).

ASSUNTO: Representação contra o edital da TOMADA DE PREÇOS nº. 028/2020, promovida pela prefeitura de são roque, tendo por objeto contratação de empresa especializada para realização de estudos técnicos de engenharia consultiva na área de transporte público coletivo urbano, com o objetivo de avaliar o serviço de transporte coletivo da cidade de são roque e elaborar o projeto básico visando futura licitação para concessão dos serviços. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 26862.989.20-9.

PROCESSO: 00027005.989.20-7. REPRESENTANTE: SILAS RODRIGUES DOS SANTOS (CPF 363.891.078-46). ADVOGADO: SILAS RODRIGUES DOS SANTOS (OAB/SP 365.295). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE (CNPJ 70.946.009/0001-75).

ASSUNTO: Representação contra o edital da TOMADA DE PREÇOS nº. 028/2020, promovido pela Prefeitura de São Roque, tendo por objeto contratação de empresa especializada para realização de estudos técnicos de engenharia consultiva na área de transporte público coletivo urbano, com o objetivo de avaliar o serviço de transporte coletivo da cidade e elaborar o projeto básico visando futura licitação para concessão dos serviços. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 26862.989.20-9.

Tratam os autos de representações formuladas por WM Engenharia Ltda. e Silas Rodrigues dos Santos, em face do edital da Tomada de Preços nº 028/2020, instaurada pela Prefeitura Municipal de São Roque, com vistas à "contratação de empresa especializada para realização de Estudos Técnicos de Engenharia Consultiva na Área de Transporte Público Coletivo Urbano, com o objetivo de avaliar o serviço de transporte coletivo da cidade de São Roque e elaborar o projeto básico visando futura licitação para concessão dos serviços".

As impugnações apresentadas WM Engenharia foram divididas nos seguintes tópicos: "I.1 – Das exigências abusivas – atestado de capacidade técnica"; "I.2 – Dos índices financeiros"; e "I.3 – Das inconsistências técnicas – Termo de Referência".

Silas Rodrigues, por sua vez, aponta: "Irregularidades do prazo de publicação do resumo do edital e das condições de participação"; "proibição de participação de empresas constituídas em consórcio"; "ausência de prova de regularidade para com a Fazenda Estadual"; e "afronta à Súmula 25 do TCE/SP".

A abertura dos envelopes estava prevista para ocorrer amanhã, dia 15/12/2020, terça-feira.

Os expedientes foram distribuídos por prevenção a este Gabinete.

É o breve relato.

Recordo que já houve decisão liminar sobre o mesmo edital, decretando o recebimento da matéria como Exame Prévio nos autos dos eTCs-26862.989.20-9 e 26873.989.20-6.

Considerando, portanto, a necessidade de reunião dos processos, determino a extensão daqueles efeitos aos casos em exame, para o fim do recebimento destes expedientes também na via do Exame Prévio de Edital.

Concedo, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas à Origem para que, em querendo, traga suas justificativas sobre os novos questionamentos, devendo, inclusive, informar acerca da suspensão do certame, como havia sido determinado.

Reitero, por oportuno, que caso exerça a prerrogativa de anular ou revogar o procedimento licitatório em exame, com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93, deverá o responsável informar prontamente a esta Corte.

Publique-se.

Ao Cartório para as devidas providências.

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00027022.989.20-6. REPRESENTANTE: LOG LIX SERVICOS E AMBIENTAL EIRELI (CNPJ 24.323.565/0001-78). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA (CNPJ 46.482.865/0001-32). ASSUNTO: Representação contra edital do Pregão Presencial nº 080/2020, promovido pela Prefeitura de Ilhabela, tendo por objeto prestação de serviços de operação de estação de transbordo, transbordo e transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07.

Trata-se de representação intentada por Log Lix Serviços e Ambiental Eireli contra o edital do Pregão Presencial nº 80/2020 da Prefeitura Municipal de Ilhabela, cujo objeto é a prestação de serviços de operação de estação de transbordo, transbordo e transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

Em apertada síntese, insurge-se contra o seguinte:

(a) o item 1.5.3 do Anexo II exige que o cadastro do contribuinte, relativo ao seu domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade, tenha sido emitido em até 90 antecedentes à sessão;

(b) o item 1.6.1.2 do Anexo II exige que o valor do capital social mínimo seja comprovado por valor expressamente registrado no contrato social da empresa;

(c) há junção imprópria de itens de serviço no objeto, pois, além da operação de carretas e caçambas para a destinação dos resíduos, há também item com retroescavadeira e outro para destinação final dos resíduos (preço pago no aterro sanitário);

(d) a qualificação técnica fixada pelo item 1.7 do Anexo II omite-se quanto à responsabilidade técnica, ou seja, quanto ao registro da licitante no CREA ou CRQ, podendo gerar a contratação sem responsável técnico.

Nesses termos, requer suspensão cautelar do certame e retificação do edital.

A sessão de entrega das propostas está designada para a data de 15/12/2020. A representação foi protocolada em 13/12/2020, às 13h14m. Não há notícia sobre impugnação administrativa.

É o relato do necessário.

DECIDO.

O edital contra o qual se insurge a representante já se acha suspenso por força de medida cautelar exarada no proc. 26980.989.20-6, ao qual o presente feito deverá ser apensado.

Ante o exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, bem como DETERMINO à Prefeitura Municipal de Ilhabela, no uso do poder que me confere o parágrafo único do artigo 221 do RITCESP, que apresente neste Tribunal de Contas, mediante inserção no processo eletrônico, no prazo de 48 horas, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, uma cópia do edital ora em referência, acompanhada de documentos que lhe sejam acessórios, para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do edital acostada aos autos pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original.

E NOTIFICO a Prefeitura Municipal de Ilhabela para que, neste prazo de 48 (quarenta e oito) horas, tome conhecimento dos termos da representação e apresente justificativas e esclarecimentos que entenda necessários ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

PROCESSO: 00022983.989.20-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETA (CNPJ 46.680.500/0001-12). ADVOGADO: MARCIANO VALEZZI JUNIOR (OAB/SP 112.921). CONTRATADO(A): ANTUNES & ANTUNES TRANSPORTE ESCOLAR LTDA (CNPJ 07.970.839/0001-00). INTERESSADO(A): MARCUS AUGUSTIN SOLIVA (CPF 019.239.808-31). ELISABETH REGINA ARNEIRO NOGUEIRA DA SILVA SAMPAIO (CPF 830.613.808-25). ASSUNTO: TERMO ADITIVO 01, de 22/04/2020. FINALIDADE: Aditamento nos termos do artigo 65, inciso. II, alínea "b", da Lei Federal 8.666/93. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-14. PROCESSO PRINCIPAL: 11060.989.20-9.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ requer dilação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro.

Os efeitos desta decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00015286.989.20-7. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARIRI (CNPJ 46.578.522/0001-76). INTERESSADO(A): DINAMERICO GONCALVES PERONI (CPF 607.969.528-68). ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-12. PROCESSO PRINCIPAL: 3116.989.20-3.

Fica o Responsável NOTIFICADO para conhecer o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento Especial (ev. 143), onde se condensam os resultados apurados acerca das ações públicas de Enfrentamento ao COVID-19, e ADVERTIDO de que eventual omissão quanto à adoção de medidas corretivas cabíveis, especialmente quanto à transparência, poderá implicar, dentre outras consequências, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal.

Publique-se e restituam-se os autos à UR-12, para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00015290.989.20-1. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIA (CNPJ 46.585.964/0001-40). ADVOGADO: AUGUSTO CESAR FERREIRA LIMA (OAB/SP 346.885). INTERESSADO(A): RENATO DE LIMA SOARES (CPF 147.608.428-96). ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-12. PROCESSO PRINCIPAL: 2871.989.20-8.

Fica o Responsável NOTIFICADO para conhecer o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento Especial (ev. 191), onde se condensam os resultados apurados acerca das ações públicas de Enfrentamento ao COVID-19, e ADVERTIDO de que eventual omissão quanto à adoção de medidas corretivas cabíveis, especialmente quanto à transparência, poderá implicar, dentre outras consequências, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal.

Publique-se e restituam-se os autos à UR-12, para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00022570.989.20-2. CONTRATANTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO - METRO (CNPJ 62.070.362/0001-06). ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / MARCIA BETANIA LIZARELLI LOURENCO (OAB/SP 123.387) / MARCELO HIROYUKI SATO (OAB/SP 211.348) / CYNTHIA NOCE (OAB/SP 227.765) / MARCELO KARAM DELBIM (OAB/SP 257.461) / TADEU ALVAREZ TELES (OAB/SP 302.322) / JULIANA TSIZURU MIASHIRO (OAB/SP 305.045). CONTRATADO(A): CONSORCIO BYD SKYRAIL SAO PAULO (CNPJ 36.254.492/0001-99). ADVOGADO: (OAB/SP 35.124) / FELIPE SILVA GRACA DIONISIO (OAB/RJ 150.280). INTERESSADO(A): SILVANI ALVES PEREIRA (CPF 233.820.821-87). JOSE ARAPOTY FRARE CAMARGO PROCHNO (CPF 033.177.318-00). JANAINA SCHOENMAKER (CPF 268.773.978-27). PAULO SERGIO AMALFI MECA (CPF 029.834.748-28). ASSUNTO: Processo nº 10014660. Contrato nº 1001466001. Objeto: FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO, BANDEJAMENTO E REDES DE FIBRAS ÓPTICAS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS, CONTROLE CENTRALIZADO, PORTAS DE PLATAFORMA, SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA PELO TREM, MÁQUINA DE LAVAR TRENS, VEÍCULO DE VIA PARA MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO, INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS, APARELHO DE MUDANÇA DE VIAS, SOBRESSALENTES, FERRAMENTAS ESPECIAIS, JIGA DE TESTES, MATERIAL RODANTE PARA O EMPREENDIMENTO LINHA 17 ? OURO DA CIA. DO METRÔ. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00022752.989.20-2.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ - já qualificada nos autos, requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00022862.989.20-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL (CNPJ 45.331.188/0001-99). CONTRATADO(A): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA (CNPJ 02.939.124/0001-62). INTERESSADO(A): LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON (CPF 021.657.878-74). ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 01/20, assinado em 10/01/2020 (2º Termo de Aditamento ao Contrato 24/2018). Objeto: Fica aditado o presente instrumento em mais 18,95%, correspondente ao valor de R$ 5.406,10 mensais pelo período de 06 (seis) meses, a iniciar em 20/01/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 11056.989.19-7.

PROCESSO: 00022868.989.20-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL (CNPJ 45.331.188/0001-99). CONTRATADO(A): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA (CNPJ 02.939.124/0001-62). INTERESSADO(A): LUIZ VANDERLEI MAGNUSSON (CPF 021.657.878-74). ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 28/20, assinado em 20/07/2020 (3º Termo de Aditamento ao Contrato 24/2018). Objeto: Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com valor de R$ 407.211,36. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 11056.989.19-7.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para, no prazo de 15 dias, conhecerem o teor dos Relatórios de Fiscalização produzidos na UR-10 (ev. 12 e ev. 15, respectivamente, dos processos em epígrafe) e, ante aí o contido, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00024479.989.20-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARE (CNPJ 46.634.390/0001-52). ADVOGADO: ARIANE DE CARVALHO LEME (OAB/SP 377.155). CONTRATADO(A): CVM ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (CNPJ 05.631.592/0001-63). INTERESSADO(A): HELITON SCHEIDT DO VALLE (CPF 026.943.228-08). FABIO MARCEL BARREIRO (CPF 269.628.098-32). ASSUNTO: Termo Aditivo, assinado em 30/06/2020, prorrogando a vigência Contratual até a data de 31/12/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-16. PROCESSO PRINCIPAL: 3893.989.15-2.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ requer dilação de prazo, por 30 dias, para manifestarem-se.

Defiro.

Os efeitos desta decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00015283.989.20-0. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA (CNPJ 46.634.283/0001-24). ADVOGADO: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). INTERESSADO(A): VALMIR DA SILVA (CPF 269.969.968-30). ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-12. PROCESSO PRINCIPAL: 3112.989.20-7.

Fica o Responsável NOTIFICADO para conhecer o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento Especial (ev. 167), onde se condensam os resultados apurados acerca das ações públicas de Enfrentamento ao COVID-19, e ADVERTIDO de que eventual omissão quanto à adoção de medidas corretivas cabíveis, especialmente quanto à transparência, poderá implicar, dentre outras consequências, a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal.

Publique-se e restituam-se os autos à UR-12, para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00015160.989.20-8. RECORRENTE: ANA MARIA PRETO (CPF 166.656.808-27). ADVOGADO: PATRICIA ROSA DE OLIVEIRA (OAB/SP 226.784). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE (CNPJ 46.578.514/0001-20). ADVOGADO: ADELSON PAULO (OAB/SP 156.124). ASSUNTO: Recurso ordinário. EXERCÍCIO: 2020. PROCESSO PRINCIPAL: 13125.989.20-2. RECURSO/AÇÃO DO: 00007421.989.19-5.

A petição de ev. 50 é cópia idêntica àquela presente no ev. 51 dos autos do Processo 13125.989.20-5, onde será dado o tratamento que lhe é devido.

Invalide-se o movimento de juntada dela aos presentes autos, por ser impertinente.

Publique-se, providencie-se e prossiga-se.

PROCESSO: 00013125.989.20-2. RECORRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE (CNPJ 46.578.514/0001-20). ADVOGADO: ADELSON PAULO (OAB/SP 156.124). MENCIONADO(A): ANA MARIA PRETO (CPF 166.656.808-27). ADVOGADO: PATRICIA ROSA DE OLIVEIRA (OAB/SP 226.784). ASSUNTO: Recurso ordinário. EXERCÍCIO: 2020. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00015160.989.20-8. RECURSO/AÇÃO DO: 00007421.989.19-5.

Para ser processada, petição de recurso, não importa a modalidade, deve respeitar a forma indicada no Comunicado GP nº 3/2013 (DOE de 18-9-2013). Como se apresenta, a petição juntada aos autos pelo MUNICÍPIO DE PERUÍBE (ev. 51 do 13125.989.20-2) é ineficaz.

Considerando os termos do parágrafo único do art. 932 do CPC, aplicável supletivamente ao caso por força do disposto no art. 116 da Lei Complementar estadual nº 709, de 1993, bem como os termos do art. 138, § 2º do RITCESP, fica o MUNICÍPIO DE PERUÍBE NOTIFICADO para, no prazo de cinco dias, sanar o vício de forma, sob pena de inviabilizar o exame de sua pretensão.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00024040.989.20-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO (CNPJ 45.709.920/0001-11). CONTRATADO(A): HP ENGENHARIA LTDA (CNPJ 03.565.065/0001-72). INTERESSADO(A): FERNANDO GALVAO MOURA (CPF 108.906.508-61). ASSUNTO: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 69/2019 - Tomada de Preços nº 09/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil, devidamente cadastrada no CREA, incluindo profissional habilitado, para execução de 1.495,85 m² de pavimentação asfáltica. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 8649.989.20-9.

Determino que se interrompa o sobrestamento dos processos 8649.989.20, 13752.989.20, 14273.989.20 e 24037.989.20 e que sejam encaminhados, juntamente com o presente, ao MPC.

Antes, junte-se cópia deste despacho aos processos retromencionados.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00024584.989.20-6. REQUERENTE/SOLICITANTE: MRRC LICITACOES E SERVICOS LTDA (CNPJ 35.774.957/0001-70). ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO CEZAR FILHO (OAB/SP 307.067). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA (CNPJ 58.993.577/0001-21). ASSUNTO: Eventuais irregularidades praticadas pela Prefeitura de Araçariguama, na condução do Pregão Eletrônico nº 008/2020, destinado à aquisição de veículo para atender o Centro Municipal de Saúde, através de Recurso de Emenda Parlamentar Federal. EXERCÍCIO: 2020.

À UR-09 para conhecimento e anotações tendo em vista a instrução do processo 3065.989.20-4, que trata das contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Araçariguama.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Uma vez cumpridas tais determinações, arquive-se provisoriamente.

Publique-se e encaminhe-se.

PROCESSO: 00025745.989.20-2. REQUERENTE/SOLICITANTE: RUI SERGIO GOMES DE ROSIS (CPF 606.301.248-68). ÓRGÃO DA ORIGEM: CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS (CNPJ 49.203.409/0001-02). ASSUNTO: RESOLUÇÃO Nº 41/2020 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020. OBJETO: FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS PARA A LEGISLATURA DE 2021. OBS: ORIGEM PROT 3123. EXERCÍCIO: 2021.

À DF-06 para conhecimento e anotações tendo em vista a instrução do processo 6668.989.20-5, que trata das contas de 2021 da Câmara Municipal de Santos.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Uma vez cumpridas tais determinações, arquive-se provisoriamente.

Publique-se e encaminhe-se.

PROCESSO: 00024694.989.20-3. REQUERENTE/SOLICITANTE: JOSE LUIZ SCHMALTZ (CPF 463.985.626-15). MENCIONADO(A): COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA (CNPJ 04.198.514/0021-06). ASSUNTO: Eventuais irregularidades praticadas pelo Comando de Policiamento de Choque, na condução do Pregão Eletrônico 013/168/2020, tendo por objeto o registro de preços para aquisição de 60 (sessenta) miras reflexas ou holográficas, 04 (quatro) clip on de visão notuna para fuzil de precisão e 26 (vinte e seis) monóculos de visão noturna. EXERCÍCIO: 2020.

À DF-06 para conhecimento e anotações tendo em vista a instrução do processo 5707.989.20-8, que trata do Relatório de Fiscalização de 2020 do COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Uma vez cumpridas tais determinações, arquive-se provisoriamente.

Publique-se e encaminhe-se.

PROCESSO: 00025619.989.20-5. REQUERENTE/SOLICITANTE: AUGUSTO GONCALVES DE AQUINO JUNIOR (CPF 277.995.598-88). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJA (CNPJ 56.901.275/0001-50). ASSUNTO: Augusto Gonçalves de Aquino Junior apresenta IMPUGNAÇÃO AO Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2020 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 304.391/2020), tendo por objeto a contratação de licenças de uso de sistemas para a gestão pública municipal, acompanhada da prestação de serviços de implantação, migração de dados, capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptiva e evolutiva para a Prefeitura Municipal de Arujá. EXERCÍCIO: 2020.

O expediente veio a este Gabinete em razão da relatoria do processo 3196.989.20-6, que trata das contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Arujá.

À DF-03 para conhecimento e anotações.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Uma vez cumpridas tais determinações, arquive-se provisoriamente.

Publique-se e encaminhe-se.

PROCESSO: 00025427.989.20-7. MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE (CNPJ 45.944.428/0001-20). ÓRGÃO DA ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO - TJ SP (CNPJ 51.174.001/0001-93). ADVOGADO: PILAR ALONSO LOPEZ CID (OAB/SP 342.389). ASSUNTO: Ofício nº 242452/2020, de 12 de novembro de 2020. Processo DEPRE nº 9000246-70.2015.8.26.0500/03 Ent. Devedora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE Assunto: Sanções Art. 104 do ADCT. Encaminha a r. Decisão para as providências cabíveis. Subscrito pelo Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos DEPRE, Dr. Wanderley Federighi. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03.

Dê-se conhecimento das informações de ev. 1, transmitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, à UR-9.

Antes, referencie-se este ao Processo 3351.989.20-7, que trata das contas anuais da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE, relativas ao exercício de 2020.

Cumpridas as determinações, arquive-se provisoriamente.

PROCESSO: 00024095.989.20-8. REQUERENTE/SOLICITANTE: RAIANE CARVALHO TIMOTEO DE LIMA (CPF 383.338.698-31). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIA (CNPJ 46.585.964/0001-40). ASSUNTO: Representação em face do Edital Tomada de Preços nº 17/2020, Processo nº 082/2020, que tem por objeto a reforma e ampliação da CEI Vovó Clarinha - 2ª Etapa no Município de Juquiá. EXERCÍCIO: 2020.

O expediente veio a este Gabinete em razão da relatoria do Processo 2871.989.20-8, que trata das contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Juquiá.

À UR-12 para conhecimento e anotações.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Uma vez cumpridas tais determinações, arquive-se provisoriamente.

Publique-se e encaminhe-se.

PROCESSO: 00020364.989.20-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS. INTERESSADO: RUBENS JOSE BELAO. ASSUNTO: - Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 6/2012, publicada no DOE de 18 de outubro 2012, alterada pela Resolução nº 9/2014. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-11.

Recebo a petição e os documentos introduzidos no ev. 56, subscritos por Rubens José Belão, Prefeito Municipal de Três Fronteiras, como esclarecimentos ao apontamento da Fiscalização inserido no ev. 53.

Postergo, contudo, o juízo de mérito para outro momento.

Restituam-se os autos à UR-11 para, oportunamente, atestar se a as pendências, inicialmente apontadas, foram regularizadas, dando prosseguimento ao acompanhamento dos prazos até o encerramento do Calendário de Obrigações deste exercício.

Encerrado o período, retornem-me os autos para decisão.

Publique-se e encaminhe-se.

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: 00002964.989.19-8 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ASSIS - ASSISPREV (CNPJ 05.291.631/0001-20) RESPONSÁVEL(IS): CARLOS SERGIO DIAS PAIAO ASSUNTO: Balanço Geraldo Exercício EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: UR-04 - UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA/DSF-I PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00008956.989.20-6

À vista das falhas verificadas no relatório da Fiscalização (evento nº 11), ASSINO, com fundamento no artigo 29 c/c artigo 30 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, à Origem e aos responsáveis acima referidos o prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem suas razões ou justificativas. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: 00014453.989.20-4 ENTIDADE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO RESPONSÁVEL: MAURICIO MONTEIRO - DIRIGENTE ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2020 PERÍODO EXAMINADO: NOVEMBRO/2020 RELATÓRIO DA FISCALIZAÇÃO: EVENTO 137.2 PROCESSO PRINCIPAL: TC-4066.989.20-3 - CONTAS ANUAIS DE 2020, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO INSTRUÇÃO: UR-10 ARARAS - DSF-II Vistos.

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios/específicos, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente. Ressalto que a Fiscalização empreendida pela UR.10 Araras efetuou seu primeiro relatório em 04 de junho de 2020, referente ao mês de maio/2020, que foi juntado a estes autos no evento 15.4. Sobredito relatório foi objeto de notificação acostada no evento 16.1, em 06/06/2020 (publicação no DOE de 09/06/2020 – evento 21.1). Em prosseguimento, realizou-se o exame dos meses de junho (relatório no evento 34.4 - notificação no ev. 38.1 - DOE de 10/07/2020, ev. 43.1), julho (relatório ev. 54.4 - notificação ev. 60.1 - DOE de 08/08/2020, ev. 65.1) agosto (relatório no evento 76.3 - notificação no ev. 80.1 - DOE de 12/09/2020, ev. 86.1), setembro (relatório no evento 97.3 - notificação no ev. 101.1 - DOE de 14/10/2020, ev. 106.1) e outubro (relatório no evento 117.2 - notificação no ev. 121.1 - DOE de 11/11/2020, ev. 126.1). Novo relatório da fiscalização foi elaborado, em 07/12/2020, atualizando a matéria, conforme juntado no evento 137.2. Nessa conformidade, com fundamento no artigo 29 c/c art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e nos termos do que dispõe o Comunicado SDG 18/2020 – Transparência dos atos, receitas e despesas destinados ao enfrentamento do coronavírus (DOE de 28/04/2020), dou conhecimento aos interessados do conteúdo constante do NOVO RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID-19, de 07/12/2020 (evento 137.2), produzido pela equipe de Fiscalização competente da Unidade Regional de Araras UR.10. Ressalto que estes autos seguem apensos ao processo principal – TC-004066/989/20-3, que cuida das contas anuais da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, exercício de 2020. Alerto que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, já que será objeto de destaque em item específico, no exame das contas anuais, albergadas no processo principal retro referido, quando, então, terão os responsáveis oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização célere de eventuais desacertos e omissões, aspectos altamente prioritários neste momento. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: 00021676.989.20-5 CONTRATANTE: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTOS - SAAE - INDAIATUBA (CNPJ 46.251.021/0001-80) ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / ELISABETE CALEFFI (OAB/SP 123.160) / TATIANA BARONE SUSSA (OAB/SP 228.489) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / GABRIELA MACEDO DINIZ (OAB/SP 317.849) / CAMILA APARECIDA DE PADUA DIAS (OAB/SP 331.745) / FABIO JOSE DE ALMEIDA DE ARAUJO (OAB/SP 398.760) / JOCIMAR RAMOS MOURA (OAB/SP 408.328) / KAREN SILVA DO BONFIM (OAB/SP 410.314) / ANA CAROLINA GOMES MORAES (OAB/SP 415.242) / AGATHA ALVES DE ARAUJO (OAB/SP 418.902) / LUCAS PASSOS VIEIRA DA COSTA (OAB/SP 425.346) / GABRIELA ASSUAR NUCCI (OAB/SP 431.033) CONTRATADO(A): CS SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (CNPJ 05.360.142/0001-83) INTERESSADO(A): SANDRO DE ALMEIDA LOPES CORAL (CPF 255.464.478-00) ASSUNTO: Formação de Autos Próprios do TC-002662.989.19-3 (Contas de 2019 do SAAE Indaiatuba) para análise da Concorrência nº 03/2019, Contrato nº 52/2019, de 29/11/2019, e do 1º e 2º Termo Aditivo. Objeto: serviços de engenharia para setorização e substituição de rede de distribuição de água por método não destrutível. EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: UR-03

No evento de nº 41.1, requer o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE INDAIATUBA – SAAE, por seus procuradores, prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias para apresentação de razões de defesa. Defiro, na forma requerida. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00026351.989.20-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA ADVOGADO: FABRICIO PEREIRA DE MELO (OAB/SP 123.894) / BENEDITO ROMULO FONSECA JUNIOR (OAB/SP 224.684) RESPONSÁVEL: VICTOR DE CÁSSIO MIRANDA - PREFEITO MUNICIPAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: VINICIUS MARTINELLI DE CASTILHO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-7 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - DSF-I

À vista das falhas verificadas no relatório da Fiscalização (evento 13.8) e da manifestação do d. Ministério Público de Contas (evento 20.1), ASSINO, com fundamento no artigo 2°, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, à Origem e ao responsável pelas Admissões ora em exame o prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem suas razões ou justificativas. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC-00002574.989.19-0 ENTIDADE: FUNDAÇÃO ARTE E CULTURA DE ILHABELA - FUNDACI ADVOGADO: GISELLE ALDRIGUE MAIO FEIJO (OAB/SP 149.413) / SIMONE DE OLIVEIRA MORAES (OAB/SP 278.554) RESPONSÁVEIS: ADALBERTO HENRIQUE DA SILVA LOPES - PRESIDENTE À ÉPOCA ADVOGADOS: ROSA MARIA DE FARIA ANDRADE (OAB/SP 126.605) / MARIA ALICE DE ALMEIDA ASSAD GOMES (OAB/SP 395.011) ESMERIA REGINA DA SILVA - PRESIDENTE ATUAL MATÉRIA: BALANÇO GERAL - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 INSTRUÇÃO: UR-7 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - DSF-I

Diante das conclusões da Fiscalização (evento nº 126.9) relativas à análise da documentação trazida aos autos pela defesa, encartada a partir do evento 75.1, ASSINO à Origem e ao responsável pela prestação de contas em apreço, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Paulista n.º 709/93, o prazo de 15 (quinze) dias, para que tomem conhecimento do acrescido pelo órgão fiscalizatório e apresentem suas alegações a respeito. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00002947.989.19-0 ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RAFARD - IPREM RESPONSÁVEL: JÚLIO CESAR GAVA - DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA (01/01 A 31/03/2019) FLÁVIA DA SILVA MARQUES - DIRETORA PRESIDENTE ATUAL (A PARTIR DE 01/04/2019) MATÉRIA: BALANÇO GERAL - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 INSTRUÇÃO: UR-9 SOROCABA - DSF-II

Considerando os óbices levantados pela Fiscalização na conclusão de seus trabalhos (evento nº 12.34), ASSINO à Origem e aos responsáveis pela prestação de contas em apreço, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Paulista n.º 709/93, o prazo de 15 (quinze) dias, para que tomem conhecimento do relatório de fiscalização e apresentem suas alegações a respeito. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: 00012976.989.18-6 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLATINA (CNPJ 44.543.999/0001-90) ADVOGADO: JOEL FONSECA JUNIOR (OAB/SP 158.368) RESPONSÁVEL: WAGNER ROBERTO DE LIMA - PREFEITO MUNICIPAL ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 EXERCÍCIO: 2017 INTERESSADOS: JULIA FRADZEN BASTOS E OUTROS PROC. PRINCIPAL: TC-2539.989.15-2 INSTRUÇÃO: UR-04 MARÍLIA - DSF-I

PROCESSO: 00013212.989.19-8 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLATINA (CNPJ 44.543.999/0001-90) ADVOGADO: JOEL FONSECA JUNIOR (OAB/SP 158.368) RESPONSÁVEL: WAGNER ROBERTO DE LIMA - PREFEITO MUNICIPAL ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADOS: MARIANE BISPO DE SOUZA GOMES E OUTRAS INSTRUÇÃO: UR-4 MARÍLIA - DSF-I

Vistos. Considerando que, conforme nova pesquisa realizada no site do TJ-SP, a Ação Civil nº 1001675-41.2016.8.26.0415 por meio da qual o Ministério Público Estadual intenta a nulidade do concurso público ora examinado permanece em trâmite, RENOVO O SOBRESTAMENTO em Cartório dos presentes feitos, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Publique-se.

PROCESSO: 00025337.989.18-0 ÓRGÃO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA ALTA PAULISTA - OSVALDO CRUZ INTERESSADO(A): EDMAR CARLOS MAZUCATO - PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS À ÉPOCA (AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU O CERTAME) RICARDO RIVED GARCIA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS À ÉPOCA DAS ADMISSÕES VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO - ATUAL PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: UR-18 ADAMANTINA - DSF-II

Vistos. Tendo em vista que a Ação Civil Pública nº 1003999-57.2018.8.26.0407 permanece em trâmite perante o juízo da 2ª Vara do Foro de Osvaldo Cruz, RENOVO O SOBRESTAMENTO destes autos em Cartório pelo prazo de 90 (noventa) dias, ou até o deslinde da Ação Civil Pública retro.

Publique-se.

DESPACHOS DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

DESPACHOS DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

PROCESSO: eTC-00013542.989.20-7 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC (FACULDADE DE MEDICINA DO ABC) ADVOGADOS: VINICIUS GROTA DO NASCIMENTO (OAB/SP 290.896) E OUTROS INTERESSADO(A): SONIA MARIA SULPINO HENRIQUES LOUREIRO - COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO INTERESSADOS: FELIPE FREGNANI FERNANDES E OUTROS EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: 9ª DF/DSF-II.

Estes autos foram formalizados para o exame de legalidade de admissões temporária realizadas pela Fundação do ABC, em 2018, consoante planilhas SisCAA acostadas no evento 12.1. A Fiscalização a cargo da 9ª DF elaborou relatório acostado no evento 12.19. Na conformidade com a Resolução TCESP nº 03/2020, artigo 3º, inciso II, alínea "b" e com supedâneo no artigo 73, § 4º da Constituição Federal e na Resolução n° 03/2012 deste Tribunal, TOMO CONHECIMENTO das admissões em exame neste feito e determino o seu arquivamento, nos termos do artigo 2º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 709/93. c/c artigo 55 das Instruções TCESP nº 02/2016.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00025696.989.20-1 ÓRGÃO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ BENEFICIÁRIO: GRÊMIO RECREATIVO E CULTURAL ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO CENTRAL DA MOCIDADE ALEGRE RESPONSÁVEL: ÁUREA MARTINS TOTI - PRESIDENTE ASSUNTO: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE COLABORAÇÃO VALOR: R$ 28.133,00 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR-07/DSF-I.

À vista da irregularidade suscitada no relatório da Fiscalização no Evento 16.2, NOTIFICO, com fundamento no artigo 30 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, o Órgão Convenente, o Beneficiário (Conveniado) e seus responsáveis, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões ou justificativas. Autorizo, desde logo, vista e extração de cópias dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: TC–002985/989/19 ÓRGÃO: Caixa de Aposentadoria e Previdência dos Servidores Municipais de Itatinga - CAPSMIT MUNICÍPIO: Itatinga RESPONSÁVEL: Nivaldo Aparecido Zanella, Presidente à época ASSUNTO: Balanço Geral do Exercício de 2019 INSTRUÇÃO: UR-9 Sorocaba / DSF-II

Considerando os óbices levantados pela Fiscalização na conclusão de seus trabalhos (evento nº 11.24), e tendo em vista o disposto no artigo 29, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO o Órgão e seu responsável para que, no prazo de 30 (trinta) dias, tomem conhecimento do relatório de fiscalização e apresentem suas alegações a respeito. Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-020599/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Mogi Guaçu RESPONSÁVEL: Walter Caveanha, Prefeito à época ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso nº 01/2015 INTERESSADOS: Janaína Juliana Rodrigues Siqueira Franco e outros EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR-10 Araras / DSF-II

Pendente, ainda, de trânsito em julgado a Ação Trabalhista de nº 0010218.36.2017.5.15.0071, vinculada à matéria em exame. Assim, determino o sobrestamento do presente feito por mais 3 (três) meses.

Publique-se.

PROCESSO: TC–026360/989/20 ÓRGÃO CONCESSOR: Prefeitura do Município de Atibaia Responsáveis: Saulo Pedroso de Souza e Otávio Batista de Lima Neto, Prefeito e Secretário de Esportes e Lazer à época, respectivamente BENEFICIÁRIA: Associação Esportiva de Atibaia Responsável: Hélio Costa Veiga de Carvalho, Presidente à época EM EXAME: Repasses ao Terceiro Setor – Termo de Parceria nº 019/2019, de 08/01/2019 EXERCÍCIO: 2019 VALOR INICIAL: R$ 121.548,53 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II

À vista do apontado pela Fiscalização (evento nº 17.11), NOTIFICO, com fundamento no artigo 30, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 709/93, a Prefeitura, a Beneficiária e seus responsáveis, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, restitutam a importância devida ou apresentem suas razões ou justificativas de interesse. Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-023108/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Flórida Paulista RESPONSÁVEL: Wilson Fróio Junior, Prefeito à época ASSUNTO: Apartado das contas do exercício de 2018 formado para analisar os gastos com manutenção de veículos (item B.3.2 do relatório) INSTRUÇÃO: UR-18 Adamantina / DSF-I ADVOGADO: Ricardo Amado Schell Ribas Silveira Alves, OAB/SP nº 417.196, Procurador Jurídico

À vista do contido na Deliberação SEI nº 0011209/2020-51, publicada no DOE de 22 de outubro de 2020, c/c a Resolução nº 08/2020, publicada no DOE de 12/12/2020, arquive-se.

Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

DESPACHOS DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC–002712.989.19 INTERESSADO: Departamento de Água e Esgoto de Marília - DAEM MUNICÍPIO: Marília RESPONSÁVEL: Marcelo José de Macedo EXERCÍCIO: 2019 ASSUNTO: Balanço do Exercício INSTRUÇÃO: UR-05 / DSF-I

Considerando as ocorrências apontadas pela Fiscalização em seu relatório, e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei Complementar Paulista n.º 709/93, NOTIFICO o responsável acima nominado, Sr. Marcelo José de Macedo, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, tome conhecimento do relatório de fiscalização e apresente suas alegações a respeito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012454/989/20 ÓRGÃO CONCESSOR: Prefeitura Municipal de Cubatão RESPONSÁVEIS: Ademário da Silva Oliveira – Prefeito Pedro de Sá Filho – Secretário de Educação Márcia Regina Terras Geraldo – Secretária de Educação BENEFICIÁRIA: Associação dos Amigos da Criança Feliz de Cubatão RESPONSÁVEL: Fabiana da Silva Afonso ASSUNTO: Repasses Públicos ao 3º Setor – Termo de Colaboração VALOR: R$ 869.978,58 EXERCÍCIO: 2018 MPC: Ato Normativo 06/2014 - PGC INSTRUÇÃO: DF-10/DSF-I ADVOGADOS: Mauricio Cramer Esteves – OAB/SP 142.288; Nara Nidia Viguetti Yonamine – OAB/SP 147.880; Rogério Molina de Oliveira – OAB/SP 156.107; Vera Denise Santana Azanha do Nascimento – OAB/SP 156.964; Marcelo Leme de Magalhães – OAB/SP 200.867; Wallan Pereira e Silva – OAB/SP 318.869; Gilberto do Nascimento e Silva – OAB/SP 341.673

Vistos. Defiro o pedido de prorrogação solicitado pela Prefeitura Municipal de Cubatão, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste despacho.

Publique-se.

PROCESSO: TC-020515/989/18 ÓRGÃO: Instituto de Previdência Municipal de Ibaté - IPREI RESPONSÁVEL: Marlene de Fátima Alves de Oliveira - Dirigente INTERESSADO: Antonio Donizetti Guerra ASSUNTO: Aposentadoria EXERCÍCIO: 2016 ADVOGADOS: Alfredo Carlos Mangili – OAB/SP 96.023; Rafael Pires Marangoni – OAB/SP 277.523 INSTRUÇÃO: UR-13/DSF-I

Vistos. Tomo conhecimento da Apostila Retificatória nº 12/2020 inserida nesses autos (Evento nº 74) e retorno os mesmos à Unidade Regional responsável para instrução. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra do relatório da Fiscalização e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-022411/989/18 ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Iguape RESPONSÁVEIS: Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro – Ex-Prefeito Wilson Almeida Lima - Prefeito BENEFICIÁRIA: Associação das Escolas de Samba de Iguape RESPONSÁVEL: Jóris Cesar de Lima Ferreira VALOR: R$ 196.900,00 EXERCÍCIO: 2013 ASSUNTO: Repasses Públicos ao 3º Setor – Subvenções INSTRUÇÃO UR-12/DSF-II ADVOGADOS: Carlos Mateus de Menezes – OAB/SP 172.702; Valdecir Santanna – OAB/SP 245.267

Instado ao exercício do contraditório, tendo em vista as impropriedades apontadas pela Fiscalização, para apresentar justificativas, o responsável à época dos fatos permaneceu silente. Desse modo, em homenagem ao princípio da mais ampla defesa, determino a NOTIFICAÇÃO pessoal do Sr. Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro – Ex-Prefeito do Município de Iguape, nos termos do artigo 91, inciso I, da Lei Complementar nº 709/93, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização e apresente as alegações que entender necessárias. ASSINO o mesmo prazo à Prefeitura por seu atual responsável para que traga aos autos justificativas e/ou documentos que esclareçam o apontado. Procurações, para fins de habilitação, e justificativas, devem ser trazidas aos autos por peticionamento eletrônico. Informe-se ainda que, nos termos da Resolução n. 01/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento e a habilitação que são obrigatórios.

Publique-se.

PROCESSO: TC-025536/989/18 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Serrana RESPONSÁVEIS:Valério Antônio Galante – Prefeito João Antônio Barboza – Ex-Prefeito ASSUNTO: Apartado das Contas pra tratar da Remuneração paga a maior ao Secretário de Administração e Finanças do Município (item B.5.2 do relatório) EXERCÍCIO: 2015 INSTRUÇÃO: UR-06/DSF-I MPC: Ato Normativo 06/2014 – PGC ADVOGADOS: Adriano Pucinelli – OAB/SP 132.731; Daniel Fernandes de Freitas – OAB/SP 265.992; Paola Donata Celino Paiola – OAB/SP 283.113

A Sentença publicada no DOE em 12/05/2020 e transitada em julgado em 03/06/2020 julgou irregulares os pagamentos do adicional por serviços extraordinários de 30% do valor do salário ao Secretário de Administração e Finanças. A Prefeitura foi notificada a comprovar a adoção de medidas eficazes, com relação a inscrição em dívida ativa e a apresentação de medidas de execução em âmbito administrativo visando à devolução dos valores impugnados ao erário municipal. Desse modo, o atual responsável vem aos autos informando que procedeu a inscrição em nome do Sr. Vitorio Eduardo Araujo Santos na dívida ativa municipal sob lançamento de nº 52247. Dessa forma, diante das providências adotadas e estando cumprida a decisão, não havendo mais nada a ser tratado, encaminhem-se os presentes autos ao arquivo.

Publique-se.

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DA AUDITORA SILVIA

PROCESSO: eTC-00024468.989.20-7 CONCESSOR: FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ALTA NOROESTE BENEFICIÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79) RESPONSÁVEL: MARTHA HELENA PIMENTA - DIRETORA TÉCNICA II BENEFICIÁRIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA VALOR TOTAL: R$ 3.201.745,41 EM EXAME: REPASSES A ÓRGÃO PÚBLICO - FUNDO A FUNDO MPC: ATO PGC Nº 006/2014 INSTRUÇÃO: UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA/DSF-II.

Na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições favoráveis dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, artigo 10, da Resolução nº 04/2017, conheço da matéria tratada, diferindo sua apreciação sem resolução de mérito. Aguarde em arquivo. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderão ser obtidas mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00026041.989.20-3 ÓRGÃO CONVENENTE: DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE (CNPJ 46.853.800/0001-56) RESPONSÁVEIS: HEITOR BRANDÃO DE AZEVEDO - SUPERINTENDENTE PERÍODO: 14/02/2019 A 06/06/2019 ALCEU SEGAMARCHI JÚNIOR - SUPERINTENDENTE PERÍODO: 13/06/2019 A 31/12/2019 BENEFICIÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS VALOR TOTAL: R$ 186.602,25 EM EXAME: PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONVÊNIO MPC: ATO PGC Nº 006/2014 INSTRUÇÃO: 7ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-I PROCESSO PRINCIPAL: eTC-0006033.989.15-3

Na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições favoráveis dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, artigo 10, da Resolução nº 04/2017, conheço da matéria tratada, diferindo sua apreciação sem resolução de mérito, com a seguinte recomendação: elabore o relatório de atividades, de acordo com o artigo 105 inciso IV das Instruções 2/2016 (atualmente artigo 125, inciso VI, das Instruções 01/2020 Aguarde em arquivo. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderão ser obtidas mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

DESPACHO DE CONHECIMENTO DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: TC–025677/989/20 CONVENENTE: Diretoria de Ensino – Região de Itapecerica da Serra - Secretaria de Estado da Educação Responsáveis: Reinaldo Inácio de Lima, Zara Baptista Valeria e Luciane Vieira Magalhães, Dirigentes à época CONVENIADA: Prefeitura do Município de São Lourenço da Serra Responsável: Fernando Antonio Seme Amed, Prefeito à época VALOR INICIAL: R$ 845.819,44 EM EXAME: Repasses a Órgãos Públicos – Prestação de Contas de Convênio EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO: DF-7 – DSF-I

Na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições favoráveis dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do art. 10 da Resolução nº 04/2017, conheço da matéria tratada, diferindo sua apreciação sem resolução de mérito. Recomendo à Origem exercer com maior rigor as competências previstas nas Instruções deste Tribunal, conforme descrito no relatório da fiscalização, bem como maior acuidade na elaboração do Parecer Conclusivo. Retornem os autos à DF-7 para verificação do saldo não aplicado. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

DESPACHO DE CONHECIMENTO DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC–026254/989/20 CONCESSOR: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE UGE – Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial RESPONSÁVEIS: Patrícia Ellen da Silva – Secretária de Desenvolvimento Econômico Marcelo Machado – Ordenador de Despesa Thiago Rodrigues Liporaci – Ordenador de Despesa Karina Sayuri Sataka Bugarin – Ordenadora de Despesa BENEFICIÁRIAS: Prefeitura Municipal de Cajati Prefeitura Municipal de Itapeva Universidade de Taubaté RESPONSÁVEIS: Lucival José Cordeiro – Prefeito Luiz Antônio Hussne Cavani – Prefeito Nara Lúcia Perondi Fortes - Reitora VALORES: R$ 16.503,79 EM EXAME: Repasses a Órgãos Públicos – Convênio EXERCÍCIO: 2019 MPC: Ato Normativo 06/2014 - PGC INSTRUÇÃO: DF-04/DSF-I

A Fiscalização examinou a documentação relativa às prestações de contas originárias de Convênio, de valor global inferior ao limete de remessa obrigatória, previsto nas Instruções vigentes à época, na conformidade dos valores repassados no exercício de 2019 aos beneficiários constantes da relação juntada aos autos, tendo constatado que as exigências para concessões foram atendidas, de acordo com os dispositivos da legislação pertinente. O valor total dos repasses em tela, sendo a fonte de recursos exclusivamente estadual, correspondeu a R$ 16.503,79, já incluídos os ganhos com aplicações financeiras. Os beneficiários apresentaram comprovações regladas pelas normas estabelecidas nas Instruções Consolidadas TCESP nº 02/2016, tendo o Órgão Concessor emitido os respectivos Pareceres Conclusivos favoráveis, consoante se infere da documentação inserida nos autos. Sendo assim, na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições unânimes dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pela Resolução nº 04/2017, conheço da matéria tratada, diferindo sua apreciação sem resolução de mérito, no montante de R$ 16.503,79. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

ACÓRDÃOS

ACÓRDÃOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

A C Ó R D Ã O

TC-011371.989.19-5 (ref. TC-022503.989.18-8)

Recorrente(s): Malba Virgínia Aragão – Servidora Aposentada do Município de Paulínia.

Assunto: Aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – Pauliprev, no exercício de 2017.

Responsável(is): José de Freitas Guimarães (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 18-04-19, que julgou ilegal o ato de aposentadoria da servidora Malba Virgínia Aragão, negando-lhe registro e acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogado(s): Anderson Barbosa da Costa (OAB/SP nº 375.918), Deisimar Borges da Cunha Júnior (OAB/SP nº 280.866), Leonardo Jenichen de Oliveira (OAB/SP nº 428.931) e outros.

Sustentação Oral produzida em Sessão de 08.09.20, pelo advogado, Dr. Leonardo Jenichen de Oliveira (OAB/SP nº 428.931).

TC-012000.989.19-4 (ref. TC-022503.989.18-8)

Recorrente(s): Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – Pauliprev.

Assunto: Aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – Pauliprev, no exercício de 2017.

Responsável(is): José de Freitas Guimarães (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 18-04-19, que julgou ilegal o ato de aposentadoria do servidora Malba Virgínia Aragão, negando-lhe registro e acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogado(s): Paula Ferreira dos Santos (OAB/RJ nº 205.710; OAB/SP nº 432.210) e Leonardo Jenichen de Oliveira (OAB/SP nº 248.931).

Sustentação Oral produzida em Sessão de 08.09.20, pelo advogado, Dr. Leonardo Jenichen de Oliveira (OAB/SP nº 428.931).

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão de 03 de novembro de 2020, pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente e Relatora, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Sidney Estanislau Beraldo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer dos Recursos Ordinários interpostos, afastando a arguição de desrespeito aos princípios constitucionais e, quanto ao mérito, negar-lhes provimento, mantendo a decisão recorrida, em todos os seus termos.

Determinou, após o trânsito em julgado da decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, o arquivamento dos autos.

Em se tratando de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o relatório e voto, bem como, os demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Presente o Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa, DD. Representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - Presidente e Relatora

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

ACÓRDÃO

TC-000042.989.16-0

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Queluz.

Entidade Beneficiária: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Queluz.

Responsável: Ana Bela Costa Torino (Prefeita), André Mauro Veiga Barbosa, Cristiano do Carmo de Oliveira e Ana Cristina Pereira (Interventores da Entidade).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2014.

Valor: R$3.527.201,54.

Advogado: Wesley Thiago Silvestre Pinto (OAB/SP nº 258.878).

Procuradora de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-14.

EMENTA: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR. SAÚDE. SUVBENÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERVENÇÃO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE COMPARAÇÃO ENTRE AS METAS PREVISTAS E OS RESULTADOS ALCANÇADOS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, nos termos o artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar irregular a Prestação de Contas em exame, com determinação para as providências previstas no art. 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo diploma legal, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a este Tribunal das medidas adotadas.

Deixa, por fim, de condenar a entidade à devolução dos montantes transferidos, eis que a documentação acostada aos autos evidencia, apesar dos desacertos constatados, que os recursos foram empregados em favor da Municipalidade.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

TC-002293.989.20-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Pilar do Sul.

Contratada: Construtora Meca EIRELI – EPP.

Objeto: Aquisição e instalação de 201 unidades sanitárias individuais (USI's).

Responsável pela Autorização do Certame Licitatório: Juarez Márcio Rodrigues (Secretário Municipal).

Responsável pelo(s) Instrumento(s): Janete Pedrina de Carvalho Paes (Prefeita), Juarez Márcio Rodrigues e José Francisco de Almeida (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Licitação – Tomada de Preços. Contrato de 06-05-15. Valor – R$781.246,80. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada no D.O.E. de 12-05-20.

Advogado: José Francisco de Almeida (OAB/SP nº 277.480).

Fiscalização atual: UR-9.

TC-002713.989.20-0

Contratante: Prefeitura Municipal de Pilar do Sul.

Contratada: Construtora Meca EIRELI – EPP.

Objeto: Aquisição e instalação de 201 unidades sanitárias individuais (USI's).

Responsáveis: Janete Pedrina de Carvalho Paes (Prefeita), Juarez Márcio Rodrigues e José Francisco de Almeida (Secretários Municipais).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-10-16. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada no D.O.E. de 12-05-20.

Advogados: José Francisco de Almeida (OAB/SP nº 277.480).

Fiscalização atual: UR-9.

TC-007783.989.20-5

Contratante: Prefeitura Municipal de Pilar do Sul.

Contratada: Construtora Meca EIRELI – EPP.

Objeto: Aquisição e instalação de 201 unidades sanitárias individuais (USI's).

Responsáveis: Janete Pedrina de Carvalho Paes, Marco Aurélio Soares (Prefeitos), Juarez Márcio Rodrigues e José Francisco de Almeida, Pedro Balduino de Oliveira, Juliana Honda dos Santos (Secretários Municipais), Eduardo Oliveira dos Santos Junior (engenheiro) e Talita Peixoto dos Santos (arquiteta e urbanista).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada no D.O.E. de 12-05-20.

Advogado: José Francisco de Almeida (OAB/SP nº 277.480).

Fiscalização atual: UR-9.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS INDIVIDUAIS (USI). FALHAS NA PUBLICIDADE. VEDAÇÃO INDEVIDA À PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO OBJETIVOS E DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DETALHADO. TERMO ADITIVO. CONTAMINAÇÃO PELA IRREGULARIDADE DO AJUSTE PRINCIPAL. EXECUÇÃO CONTRATUAL. ATRASO NÃO JUSTIFICADO. INEXECUÇÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE RESCISÃO E DE SANÇÃO À CONTRATADA. IRREGULARIDADE. RECOMENDAÇÃO. MULTA.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidir julgar irregulares a Tomada de Preços, o Contrato e o Termo Aditivo em exame, bem como a Execução Contratual, com determinação para as providências previstas nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a esse Tribunal das medidas adotadas, comunicando, em especial, eventual abertura de sindicância para apuração de responsabilidades.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

RECURSO ORDINÁRIO

TC-005681.989.19-0 (ref. TC-011398.989.17-8)

Recorrente: Prefeitura Municipal de Diadema.

Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2014, pela Prefeitura Municipal de Diadema a Esporte Clube Água Santa, no valor de R$226.899,00.

Responsáveis: Antônio Marcos Ferreira da Silva (Secretário Municipal) e Paulo Siqueira Korek Farias (Presidente da Entidade).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 17-01-19, que julgou irregular a prestação de contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea "b", acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, ambos da Lei Complementar nº 709/93, condenando a beneficiária à devolução do valor impugnado aos cofres públicos e a não receber novos repasses até a regularização das pendências, conforme o artigo 103 do mesmo Diploma Legal.

Advogada: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372).

Fiscalização atual: GDF-2.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO APRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA FINALIDADE PRETENDIDA. DESCUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DESTE TRIBUNAL E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. DESPROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitando o pedido de conexão de matérias requerido pela Recorrente, e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator e em conformidade com as correspondentes notas taquigráficas, juntados aos autos, negar-lhe provimento, excluindo, contudo, das razões de decidir, as questões relativas à demonstração da vantagem econômica e à divergência do valor informado da aplicação financeira, mantendo-se, quanto ao mais, a r. decisão hostilizada.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

Publique-se.

São Paulo, 01 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

TC-007054.989.19-9

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Contratada: Net Telecom Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de fibra óptica do SEMASA, incluindo equipamentos de rádio, equipamentos de rede de dados e materiais.

Responsável pela Autorização e Homologação do Certame Licitatório: Tânia Maria Ferreira (Diretora).

Responsável pelo(s) Instrumento(s): Ricardo da Silva Kondratovich (Superintendente).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 11-10-18. Valor – R$721.999,80.

Advogados: Carla Adriana Basseto da Silva (OAB/SP nº 119.680), Fábio Augusto Bataglini Ferreira Pinto (OAB/SP nº 128.358), Lilian Chinez Moreno (OAB/SP nº 231.625), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Karen Leticia Lopes de Assis (OAB/SP nº 338.204) e outros.

Fiscalização atual: GDF-9.

TC-022689.989.19-2

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Contratada: Net Telecom Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de fibra óptica do SEMASA, incluindo equipamentos de rádio, equipamentos de rede de dados e materiais.

Responsável: Almir Roberto Cicote (Superintendente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 14-10-19.

Advogados: Carla Adriana Basseto da Silva (OAB/SP nº 119.680), Fábio Augusto Bataglini Ferreira Pinto (OAB/SP nº 128.358), Lilian Chinez Moreno (OAB/SP nº 231.625), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Karen Leticia Lopes de Assis (OAB/SP nº 338.204) e outros.

Fiscalização atual: GDF-9.

TC-016520.989.20-3

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Contratada: Net Telecom Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de fibra óptica do SEMASA, incluindo equipamentos de rádio, equipamentos de rede de dados e materiais.

Responsável: Ricardo da Silva Kondratovich (Superintendente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 14-04-20.

Advogados: Carla Adriana Basseto da Silva (OAB/SP nº 119.680), Fábio Augusto Bataglini Ferreira Pinto (OAB/SP nº 128.358), Lilian Chinez Moreno (OAB/SP nº 231.625), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Karen Leticia Lopes de Assis (OAB/SP nº 338.204) e outros.

Fiscalização atual: GDF-9.

TC-008131.989.19-6

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Contratada: Net Telecom Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de fibra óptica do SEMASA, incluindo equipamentos de rádio, equipamentos de rede de dados e materiais.

Responsável: Ricardo da Silva Kondratovich, Almir Roberto Cicote (Superintendentes) e Luiz Pretextato Vasconcelos Alves (Gerente).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogados: Carla Adriana Basseto da Silva (OAB/SP nº 119.680), Fábio Augusto Bataglini Ferreira Pinto (OAB/SP nº 128.358), Lilian Chinez Moreno (OAB/SP nº 231.625), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Karen Leticia Lopes de Assis (OAB/SP nº 338.204) e outros.

Fiscalização atual: GDF-9.

TC-019309.989.20-0

Contratante: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Contratada: Net Telecom Informática Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de fibra óptica do SEMASA, incluindo equipamentos de rádio, equipamentos de rede de dados e materiais.

Responsável: Ricardo da Silva Kondratovich (Superintendente).

Em Julgamento: Termo de Rescisão de 30-07-20.

Advogados: Carla Adriana Basseto da Silva (OAB/SP nº 119.680), Fábio Augusto Bataglini Ferreira Pinto (OAB/SP nº 128.358), Lilian Chinez Moreno (OAB/SP nº 231.625), Rogério Cavanha Babichak (OAB/SP nº 253.526), Karen Leticia Lopes de Assis (OAB/SP nº 338.204) e outros.

Fiscalização atual: GDF-9.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE REDE DE FIBRA ÓPTICA. COMPETITIVIDADE. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. ECONOMICIDADE. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. REGULARIDADE. ESCORREITA EXECUÇÃO DO OBJETO. TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, decidir julgar regulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos em exame, e legais os respectivos atos ordenadores da despesa, bem como conhecer da Execução Contratual e do Termo de Rescisão Unilateral, sem prejuízo da recomendação consignada no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

TC-013230.989.17-0

Contratante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Contratada: Consórcio Sice-Hitech SMV (composto pelas empresas Sice do Brasil Ltda. (atual Mobilitex Tecnologia e Mobilidade Ltda.) e Hitech Tecnologia e Sistemas S.A.).

Objeto: Elaboração de projeto executivo, fabricação, fornecimento e implantação do Sistema de Monitoramento de Vias (SMV), do Sistema de Telecomunicação da Linha 13 – Jade da CPTM.

Abertura do Certame Licitatório: Resolução de Diretoria de 30-04-15.

Homologação do Certame Licitatório: Resolução de Diretoria de 18-08-16.

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Paulo de Magalhães Bento Gonçalves (Diretor-Presidente), Milton Frasson, Carlos Roberto dos Santos (Diretores) e Sérgio Ceribelli Madi (Gerente).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 26-09-16. Valor – R$5.319.321,69. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 12-05-20.

Advogados: Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (OAB/SP nº 111.585), Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311), Douglas Macera Rey (OAB/SP nº 308.951), Magnus da Silva Menezes (OAB/SP nº 211.506), Márcia Cristina Angelo de Carvalho Pádua (OAB/SP nº 87.834) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Procuradores da Fazenda: Vera Wolff Bava e Luís Cláudio Mânfio

Fiscalização atual: GDF-3.

TC-020151.989.18-3

Contratante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Contratada: Consórcio Sice-Hitech SMV (composto pelas empresas Mobilitex Tecnologia e Mobilidade Ltda. (antiga Sice do Brasil Ltda.) e Hitech Tecnologia e Sistemas S.A.).

Objeto: Elaboração de projeto executivo, fabricação, fornecimento e implantação do Sistema de Monitoramento de Vias (SMV), do Sistema de Telecomunicação da Linha 13 – Jade da CPTM.

Responsáveis: Paulo de Magalhães Bento Gonçalves (Diretor-Presidente), Carlos Roberto dos Santos, José Augusto Rodrigues Bissacot (Diretores) e Sérgio Ceribelli Madi (Gerente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 18-09-18. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 12-05-20.

Advogados: Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (OAB/SP nº 111.585), Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311), Douglas Macera Rey (OAB/SP nº 308.951), Magnus da Silva Menezes (OAB/SP nº 211.506), Márcia Cristina Angelo de Carvalho Pádua (OAB/SP nº 87.834) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Procuradores da Fazenda: Vera Wolff Bava e Luís Cláudio Mânfio

Fiscalização atual: GDF-3.

TC-012749.989.19-0

Contratante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Contratada: Consórcio Sice-Hitech SMV (composto pelas empresas Mobilitex Tecnologia e Mobilidade Ltda. (antiga Sice do Brasil Ltda.) e Hitech Tecnologia e Sistemas S.A.).

Objeto: Elaboração de projeto executivo, fabricação, fornecimento e implantação do Sistema de Monitoramento de Vias (SMV), do Sistema de Telecomunicação da Linha 13 – Jade da CPTM.

Responsáveis: Pedro Tegon Moro (Diretor-Presidente), Rodrigo Sergio Dias, Marcelo José Brandão Machado (Diretores) e Nilton Roberto Herculin (Gerente).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 03-05-19. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 12-07-19.

Advogados: Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (OAB/SP nº 111.585), Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311), Douglas Macera Rey (OAB/SP nº 308.951), Magnus da Silva Menezes (OAB/SP nº 211.506), Márcia Cristina Angelo de Carvalho Pádua (OAB/SP nº 87.834) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Procurador da Fazenda: Luís Cláudio Mânfio

Fiscalização atual: GDF-3.

TC-014996.989.17-4

Contratante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Contratada: Consórcio Sice-Hitech SMV (composto pelas empresas Mobilitex Tecnologia e Mobilidade Ltda. (antiga Sice do Brasil Ltda.) e Hitech Tecnologia e Sistemas S.A.).

Objeto: Elaboração de projeto executivo, fabricação, fornecimento e implantação do Sistema de Monitoramento de Vias (SMV), do Sistema de Telecomunicação da Linha 13 – Jade da CPTM.

Responsáveis: Paulo de Magalhães Bento Gonçalves, Pedro Tegon Moro (Diretores-Presidentes), Milton Frasson, Carlos Roberto dos Santos, José Augusto Rodrigues Bissacot, Rodrigo Sergio Dias, Marcelo José Brandão Machado (Diretores) Sérgio Ceribelli Madi e Nilton Roberto Herculin (Gerentes).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 10-05-19 e 12-05-20.

Advogados: Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (OAB/SP nº 111.585), Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311), Douglas Macera Rey (OAB/SP nº 308.951), Magnus da Silva Menezes (OAB/SP nº 211.506), Márcia Cristina Angelo de Carvalho Pádua (OAB/SP nº 87.834) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Procurador da Fazenda: Luís Cláudio Mânfio

Fiscalização atual: GDF-3.

TC-018408.989.20-0

Contratante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Contratada: Consórcio Sice-Hitech SMV (composto pelas empresas Mobilitex Tecnologia e Mobilidade Ltda. (antiga Sice do Brasil Ltda.) e Hitech Tecnologia e Sistemas S.A.).

Objeto: Elaboração de projeto executivo, fabricação, fornecimento e implantação do Sistema de Monitoramento de Vias (SMV), do Sistema de Telecomunicação da Linha 13 – Jade da CPTM.

Responsável: Nilton Roberto Herculin (Gerente).

Em Julgamento: Termo de Recebimento Provisório de 07-06-19. Termo de Recebimento Definitivo de 24-06-20. Devolução da Garantia Contratual.

Advogados: Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (OAB/SP nº 111.585), Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP nº 182.311), Douglas Macera Rey (OAB/SP nº 308.951), Magnus da Silva Menezes (OAB/SP nº 211.506), Márcia Cristina Angelo de Carvalho Pádua (OAB/SP nº 87.834) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Procurador da Fazenda: Luís Cláudio Mânfio

Fiscalização atual: GDF-3.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. SISTEMA DE MONITORAMENTO DE VIAS. PUBLICIDADE. COMPETITIVIDADE. COMPATIBILIDADE DE PREÇO. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. ECONOMICIDADE. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. REGULARIDADE. ATRASO NO CRONOGRAMA. APLICAÇÃO DE PENALIDADES. EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO. COMPROVANTE DE DEVOLUÇÃO DE GARANTIA. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, decidir julgar regulares a Concorrência, o Contrato e os Termos Aditivos, bem como legais os atos ordenadores das despesas decorrentes, e conhecer do Acompanhamento da Execução Contratual, dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e do Comprovante de Devolução da Garantia Contratual.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Carim José Féres.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

RECURSO ORDINÁRIO

TC-019748.989.20-9 (ref. TC-016046.989.20-8 e TC-019613.989.18-5)

Recorrente: Nicolau Finamore Junior – Prefeito do Município de Louveira.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Louveira e West Side Viagens e Turismo Ltda., objetivando a implantação e operacionalização do transporte público coletivo municipal, no valor de R$13.200.000,00.

Responsáveis: Nicolau Finamore Junior (Prefeito) e Vlamir Sartori (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 13-08-20, que rejeitou Embargos de Declaração apresentados em face da decisão da E. Primeira Câmara, publicada no D.O.E. de 25-06-20, na parte que julgou irregulares a concorrência e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: UR-3.

TC-019751.989.20-3 (ref. TC-019613.989.18-5 e TC-016046.989.20-8)

Recorrente: Nicolau Finamore Junior – Prefeito do Município de Louveira.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Louveira e West Side Viagens e Turismo Ltda., objetivando a implantação e operacionalização do transporte público coletivo municipal, no valor de R$13.200.000,00.

Responsáveis: Nicolau Finamore Junior (Prefeito) e Vlamir Sartori (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 13-08-20, que rejeitou Embargos de Declaração apresentados em face da decisão da E. Primeira Câmara, publicada no D.O.E. de 25-06-20, na parte que julgou irregulares a concorrência e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. CONCORRÊNCIA. CONTRATO DE CONCESSÃO. PRAZO DESARRAZOADO PARA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Josué Romero, preliminarmente, não conhecer do Recurso Ordinário interposto no TC-019748.989.20.

Decide, outrossim, o E. Plenário, ainda em preliminar, rejeitando o pedido de anulação da decisão, conhecer do Recurso Ordinário tratado no TC-019751.989.20, e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhe provimento, mantendo-se, na íntegra, o fundamento da decisão combatida.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES-PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

TC-026320.989.19-7 (ref. TC-008486.989.19-7 e TC-003982.989.16-2)

Embargante: Jurandir Barbosa de Morais – Ex-Prefeito de Nova Aliança.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Nova Aliança, relativas ao exercício de 2016.

Responsável: Jurandir Barbosa de Morais (Prefeito).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão do E. Tribunal Pleno, publicado no D.O.E. de 17-12-19, que negou provimento a Pedido de Reexame, mantendo o parecer prévio desfavorável à aprovação das contas emitido pela E. Primeira Câmara e publicado no D.O.E. de 31-10-18.

Advogados: Aparecido Lessandro Carneiro (OAB/SP nº 333.899) e Franklin Prado Socorro Fernandes (OAB/SP nº 234.907).

Fiscalização atual: UR-8.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE REEXAME. CONTAS DE PREFEITURA. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. NÃO COMPROVADA. OUTRO PRECEDENTE DO TRIBUNAL. APLICAÇÃO INVIÁVEL. REJEIÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Josué Romero, preliminarmente, conhecer dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitá-los.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES-PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-001934.989.18-7

Contratante: Prefeitura Municipal de Valparaíso.

Contratada: 4R Sistemas & Assessoria Ltda.

Objeto: Fornecimento de licença de uso, instalação, suporte técnico e manutenção de sistemas informatizados customizáveis e integrados, inerentes a: Orçamento, Contabilidade Pública e Tesouraria, Portal da Transparência, Administração de Pessoal e Folha de Pagamento, Controle de Frequência (Ponto), Holerite Web, Compras e Licitações, Almoxarifado, Patrimônio, Administração Tributária (IPTU, ISS e Dívida Ativa), ISSQNWEB, Procuradoria, Educação, Social, Saúde e Controle de Frota.

Responsável pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Roni Cláudio Bernardi Ferrareze (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 04-08-17. Valor – R$508.000,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 21-04-18 e 29-05-20.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591), Elisandra Cornacini Sallesse (OAB/SP nº 141.191), Rondon Akio Yamada (OAB/SP nº 157.508), Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), Marcelo Miranda Araujo (OAB/SP nº 209.763), Elaine Cristina Vieira Brandão (OAB/SP nº 220.722), Agostinho Barbosa Neto (OAB/SP nº 304.397), Thiago da Cruz Ramos (OAB/SP nº 382.412), Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561) e outros.

Fiscalização atual: UR-1.

TC-007099.989.19-6

Contratante: Prefeitura Municipal de Valparaíso.

Contratada: 4R Sistemas & Assessoria Ltda.

Objeto: Fornecimento de licença de uso, instalação, suporte técnico e manutenção de sistemas informatizados customizáveis e integrados, inerentes a: Orçamento, Contabilidade Pública e Tesouraria, Portal da Transparência, Administração de Pessoal e Folha de Pagamento, Controle de Frequência (Ponto), Holerite Web, Compras e Licitações, Almoxarifado, Patrimônio, Administração Tributária (IPTU, ISS e Dívida Ativa), ISSQNWEB, Procuradoria, Educação, Social, Saúde e Controle de Frota.

Responsável: Lúcio Santo de Lima (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-09-18. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 21-03-19.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591), Elisandra Cornacini Sallesse (OAB/SP nº 141.191), Rondon Akio Yamada (OAB/SP nº 157.508), Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), Marcelo Miranda Araujo (OAB/SP nº 209.763), Elaine Cristina Vieira Brandão (OAB/SP nº 220.722), Agostinho Barbosa Neto (OAB/SP nº 304.397), Thiago da Cruz Ramos (OAB/SP nº 382.412), Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561) e outros.

Fiscalização atual: UR-1.

TC-006760.989.19-4

Contratante: Prefeitura Municipal de Valparaíso.

Contratada: 4R Sistemas & Assessoria Ltda.

Objeto: Fornecimento de licença de uso, instalação, suporte técnico e manutenção de sistemas informatizados customizáveis e integrados, inerentes a: Orçamento, Contabilidade Pública e Tesouraria, Portal da Transparência, Administração de Pessoal e Folha de Pagamento, Controle de Frequência (Ponto), Holerite Web, Compras e Licitações, Almoxarifado, Patrimônio, Administração Tributária (IPTU, ISS e Dívida Ativa), ISSQNWEB, Procuradoria, Educação, Social, Saúde e Controle de Frota.

Responsável: Lúcio Santo de Lima (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 10-10-18. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 21-03-19.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591), Elisandra Cornacini Sallesse (OAB/SP nº 141.191), Rondon Akio Yamada (OAB/SP nº 157.508), Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), Marcelo Miranda Araujo (OAB/SP nº 209.763), Elaine Cristina Vieira Brandão (OAB/SP nº 220.722), Agostinho Barbosa Neto (OAB/SP nº 304.397), Thiago da Cruz Ramos (OAB/SP nº 382.412), Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561) e outros.

Fiscalização atual: UR-1.

TC-001967.989.18-7

Contratante: Prefeitura Municipal de Valparaíso.

Contratada: 4R Sistemas & Assessoria Ltda.

Objeto: Fornecimento de licença de uso, instalação, suporte técnico e manutenção de sistemas informatizados customizáveis e integrados, inerentes a: Orçamento, Contabilidade Pública e Tesouraria, Portal da Transparência, Administração de Pessoal e Folha de Pagamento, Controle de Frequência (Ponto), Holerite Web, Compras e Licitações, Almoxarifado, Patrimônio, Administração Tributária (IPTU, ISS e Dívida Ativa), ISSQNWEB, Procuradoria, Educação, Social, Saúde e Controle de Frota.

Responsáveis: Roni Cláudio Bernardi Ferrareze e Lúcio Santo de Lima (Prefeitos).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591), Elisandra Cornacini Sallesse (OAB/SP nº 141.191), Rondon Akio Yamada (OAB/SP nº 157.508), Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº191.573), Marcelo Miranda Araujo (OAB/SP nº 209.763), Elaine Cristina Vieira Brandão (OAB/SP nº 220.722), Agostinho Barbosa Neto (OAB/SP nº 304.397), Thiago da Cruz Ramos (OAB/SP nº 382.412), Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561) e outros.

Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATO. LICENÇA DE USO, INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS CUSTOMIZÁVEIS E INTEGRADOS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS PARA DELIMITAÇÃO DO OBJETO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INTEGRALIDADE DOS SISTEMAS. INSUFICIENTE PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO. REGISTRO DA VENCEDORA EM ASSOCIAÇÃO DE CLASSE OU DOS SOFTWARES NO INPI. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL GENÉRICA. VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA. RESTRIÇÃO A LICITANTES IMPEDIDAS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO EM VIOLAÇÃO À SÚMULA Nº 51. TERMOS ADITIVOS. IRREGULARIDADE. MULTA. EXECUÇÃO CONTRATUAL. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidir julgar irregulares o Pregão Presencial, o Contrato e os Termos Aditivos em exame e ilegais os atos ordenadores das despesas decorrentes, com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Decide, outrossim, nos termos do artigo 104, inciso II, da mencionada Lei, aplicar multa ao Responsável pela contratação, Senhor Roni Cláudio Bernardi Ferrareze, Prefeito do Município à época, e ao signatário dos termos de aditamento, Senhor Lúcio Santo de Lima, atual Prefeito do Município de Valparaíso, no valor individual de 100 (cem) Ufesps, pelo cometimento das infrações mencionados no corpo do aludido voto, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da presente decisão.

Decide, por fim, conhecer da Execução Contratual.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-004478.989.14-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Taciba.

Contratada: Teceng Construções Ltda. – EPP.

Objeto: Construção de uma creche, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Responsável: pela Abertura e Homologação do Certame Licitatório, e pelo(s) Instrumento(s): Hely Valdo Batistela (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato de 04-07-14. Valor – R$1.507.996,68. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa e pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 21-03-15 e 08-11-17.

Advogado: Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

TC-015526.989.17-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Taciba.

Contratada Teceng Construções Ltda. – EPP.

Objeto: Construção de uma creche, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Responsável: Hely Valdo Batistela (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 16-04-15. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 08-11-17.

Advogado: Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

TC-015527.989.17-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Taciba.

Contratada: Teceng Construções Ltda. – EPP.

Objeto: Construção de uma creche, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Responsável: Hely Valdo Batistela (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 04-12-15. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 08-11-17.

Advogado: Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

TC-015530.989.17-7

Contratante: Prefeitura Municipal de Taciba.

Contratada: Teceng Construções Ltda. – EPP.

Objeto: Construção de uma creche, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Responsável: Hely Valdo Batistela (Prefeito).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 04-08-16. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 08-11-17.

Advogados: Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

TC-015616.989.17-4

Contratante: Prefeitura Municipal de Taciba.

Contratada: Teceng Construções Ltda. – EPP.

Objeto: Construção de uma creche, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Responsável: Alair Antônio Batista (Prefeito).

Em Julgamento: Termo de Rescisão Unilateral de 31-05-17. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 08-11-17.

Advogado: Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

TC-002687.989.14-5

Representante: Ramos Sales Construtora e Comércio EIRELI.

Representado Prefeitura Municipal de Taciba.

Responsável: Hely Valdo Batistela (Prefeito).

Assunto: Possíveis irregularidades na Concorrência Pública nº 02/2014, promovida pela Prefeitura Municipal de Taciba, objetivando a contratação de empresa para a construção de uma creche municipal. Assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa e pelo Substituto de Conselheiro Auditor Josué Romero, publicada(s) no D.O.E. de 21-03-15 e 08-11-17.

Advogados: Fernando Sabino Bento (OAB/SP nº 261.624) e Adriano Gimenez Stuani (OAB/SP nº 137.768).

Procuradores de Contas: Thiago Pinheiro Lima e Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-5.

EMENTA: CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. REPRESENTAÇÃO. CONSTRUÇÃO DE CRECHE. DEFICIÊNCIA NO PROJETO BÁSICO. INSUFICIÊNCIA DO MEMORIAL DESCRITIVO. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DE CUSTOS DETALHADOS. ORÇAMENTO DEFASADO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA. IRREGULARIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO. TERMOS ADITIVOS. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. ACESSORIEDADE. IRREGULARIDADE. OBRA NÃO CONCLUÍDA. TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidir julgar irregulares a Concorrência, o Contrato e os Termos Aditivos em exame, bem como ilegais os atos ordenadores das despesas decorrentes, bem como parcialmente procedente a Representação em exame, com determinação para as providências previstas nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a este Tribunal das medidas adotadas.

Decide, ainda, conhecer do Termo de Rescisão.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-004849.989.18-1

Câmara Municipal: Marapoama.

Exercício: 2018.

Presidente: João José Barbieri.

Advogado: Reginaldo Roberto Aranha (OAB/SP nº 214.615).

Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-8.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. REGIME DE ADIANTAMENTO. REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS. MEDIDAS ANUNCIADAS PARA A CORREÇÃO. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Marapoama, exercício de 2018, sem prejuízo do alerta, advertência e recomendações consignados no voto do Relator, juntado aos autos, quitando-se o Responsável, Senhor João José Barbieri, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópias do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas, devendo a Fiscalização verificar, na próxima inspeção, a efetiva adoção das medidas noticiadas e determinadas nos autos.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-005016.989.18-8

Câmara Municipal: Trabiju.

Exercício: 2018.

Presidente: João Francisco Thomazini.

Advogados: Camila Maria Rosa (OAB/SP nº 247.602), José Branco Peres Neto (OAB/SP nº 247.724), Hugo de Barros Pinto Grifoni (OAB/SP nº 399.589) e outros.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalização atual: UR-13.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Trabiju, exercício de 2018, quitando-se o Responsável, Senhor João Francisco Thomazini, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das advertências, recomendações e alerta consignados no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópias do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas, devendo a Fiscalização verificar, na próxima inspeção, a efetiva adoção das medidas noticiadas e determinadas nos autos.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-005509.989.16-6

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Ribeirão Branco.

Entidade Beneficiária: Casa da Criança de Ribeirão Branco.

Responsáveis: Sandro Rogério Sala (Prefeito) e Lucinei Paes de Lima (Presidente da Entidade).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2014.

Valor: R$1.854.318,41.

Advogado: Diego Rodrigues Zanzarini (OAB/SP nº 333.373).

Fiscalização atual: UR-16.

EMENTA: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR. SAÚDE. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. TERCEIRIZAÇÃO INDEVIDA DE MÃO-DE-OBRA. BURLA À REGRA DE CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PLANO DE TRABALHO, DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE RELATÓRIO GOVERNAMENTAL. FALTA DE COMPARAÇÃO DAS METAS PACTUADAS COM O RESULTADO ALCANÇADO. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, nos termos do artigo 33, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar irregular a Prestação de Contas em exame, com determinação para as providências previstas no art. 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo diploma legal, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a este Tribunal das medidas adotadas.

Determina, também, a proibição de novos repasses à entidade para fins de contratação de pessoal relacionados ao Programa Saúde da Família e outros inerentes à atividade finalística da Administração Municipal, em consonância com o precedente citado no corpo do voto (TC-000857/016/14).

Deixa, por fim, de condenar a entidade à devolução dos montantes transferidos, eis que a documentação acostada aos autos evidencia, apesar dos desacertos constatados, que os recursos foram empregados em favor da Municipalidade, e que, também, não há indícios de desvio ou malversação de verbas públicas.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

TC-011948.989.19-9

Convenente: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis.

Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Junqueirópolis.

Objeto: Gerenciamento do Pronto Socorro Municipal de Junqueirópolis.

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Hélio Aparecido Mendes Furini (Prefeito), Adílio Carlos Bortolatto Beloti (Diretor) e Mauro Bernardino Alves (Provedor da Irmandade).

Em Julgamento: Convênio de 02-01-19. Valor – R$1.550.000,00.

Advogado: Claudia Iwaki (OAB/SP nº 265.846).

Fiscalização atual: UR-18.

TC-013369.989.19-9

Convenente: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis.

Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Junqueirópolis.

Objeto: Gerenciamento do Pronto Socorro Municipal de Junqueirópolis.

Responsáveis: Hélio Aparecido Mendes Furini (Prefeito), Adílio Carlos Bortolatto Beloti (Diretor) e Mauro Bernardino Alves (Provedor da Irmandade).

Julgamento: Termo Aditivo de 30-04-19.

Advogado: Claudia Iwaki (OAB/SP nº 265.846).

Fiscalização atual: UR-18.

TC-013365.989.19-3

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis.

Entidade Beneficiária: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Junqueirópolis.

Responsáveis: Hélio Aparecido Mendes Furini (Prefeito), Adílio Carlos Bortolatto Beloti (Diretor) e Mauro Bernardino Alves (Provedor da Irmandade).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, publicada(s) no D.O.E. de 07-08-20.

Exercício: 2019. Valor: R$1.518.955,31.

Advogado: Claudia Iwaki (OAB/SP nº 265.846).

Fiscalização atual: UR-18.

EMENTA: REPASSES. TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO MUNICIPAL. EXISTÊNCIA DE INTERESSE RECÍPROCO. BOA ORDEM DAS CLÁUSULAS PACTUADAS. TERMO ADITIVO. AUMENTO DE VALOR DE REPASSES JUSTIFICADO. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, decidir julgar regulares o Convênio nº 05/19 e o Termo de Aditamento 001/19, bem como legais os respectivos atos ordenadores de despesa, sem prejuízo da recomendação consignada no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Decide, também, julgar regular a aplicação dos recursos públicos repassados à entidade, quitando-se os responsáveis no valor de R$ 1.518.955,31 (um milhão, quinhentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

TC-022285.989.20-8 (ref. TC-015505.989.20-2 e TC-007956.989.19-8)

Embargante: Prefeitura Municipal de Salmourão.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Salmourão e Bellan Transformações Veiculares Ltda., objetivando a aquisição de um veículo pickup, tipo ambulância, zero km.

Responsável: Ailson José de Almeida (Prefeito).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 25-09-20, que negou provimento a Recurso Ordinário, mantendo a sentença, publicada no D.O.E. de 15-05-20, na parte que julgou irregular o termo aditivo de 11-02-19, e ilegais os atos ordenadores das despesas, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogado: Juliano Quito Ferreira (OAB/SP nº 236.399), Valdinei César Bonato (OAB/SP nº 202.493) e Enizio Miranda (OAB/SP nº 334.534).

Fiscalização atual: UR-18.

TC-022286.989.20-7 (ref. TC-015506.989.20-1 e TC-007952.989.19-2)

Embargante: Prefeitura Municipal de Salmourão.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Salmourão e Bellan Transformações Veiculares Ltda., objetivando a aquisição de um veículo pickup, tipo ambulância, zero km.

Responsável: Ailson José de Almeida (Prefeito).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 25-09-20, que negou provimento a Recurso Ordinário, mantendo a sentença, publicada no D.O.E. de 15-05-20, na parte que julgou irregular o termo aditivo de 21-12-18, e ilegais os atos ordenadores das despesas, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Juliano Quito Ferreira (OAB/SP nº 236.399), Valdinei César Bonato (OAB/SP nº 202.493) e Enizio Miranda (OAB/SP nº 334.534).

Fiscalização atual: UR-18.

TC-022287.989.20-6 (ref. TC-015507.989.20-0 e TC-024471.989.18-6)

Embargante: Prefeitura Municipal de Salmourão.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Salmourão e Bellan Transformações Veiculares Ltda., objetivando a aquisição de um veículo pickup, tipo ambulância, zero km, no valor de R$87.000,00.

Responsável: Ailson José de Almeida (Prefeito).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 25-09-20, que negou provimento a Recurso Ordinário, mantendo a sentença, publicada no D.O.E. de 15-05-20, na parte que julgou irregulares o pregão presencial e o contrato, e ilegais os atos ordenadores das despesas, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Juliano Quito Ferreira (OAB/SP nº 236.399), Valdinei César Bonato (OAB/SP nº 202.493) e Enizio Miranda (OAB/SP nº 334.534).

Fiscalização atual: UR-18.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, preliminarmente, conhecer dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitá-los.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

TC-001934.989.20-3 (ref. TC-007459.989.19-0 e TC-004276.989.16-7)

Embargante: Edson José Marcusso – Ex-Prefeito do Município de Boituva.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Boituva, relativas ao exercício de 2016.

Responsáveis: Edson José Marcusso e José Barbosa Júnior (Prefeitos).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão do E. Tribunal Pleno, publicado no D.O.E. de 16-01-20, que negou provimento a Pedido de Reexame, mantendo o parecer prévio desfavorável à aprovação das contas emitido pela E. Primeira Câmara e publicado no D.O.E. de 23-01-19.

Advogados: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136), Milena Guedes Corrêa Prando dos Santos (OAB/SP nº 231.319), Fernando Jammal Makhoul (OAB/SP nº 272.877), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Milena Aparecida Tadiotto Martimiano Nunes (OAB/SP nº 287.616), Aline Grazielle Fleitas Cano (OAB/SP nº 351.475) e outros.

Fiscalização atual: UR-9.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTAS DE PREFEITURA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. VÍCIOS NÃO COMPROVADOS. REJEIÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 18 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Josué Romero, preliminarmente, conhecer dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitá-los.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 26 de novembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-025140.989.20-3

Representante: José Eduardo Bello Visentin

Representada: Prefeitura Municipal de Pitangueiras

Assunto: Pregão eletrônico nº 71/2020, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada em sistema integrado de arrecadação de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e nota fiscal municipal (NFS-E), bem como implantação, treinamento, consultoria sempre que solicitado, testes e serviços de manutenção, atendimento e suporte técnico".

Em julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Marcos Aurélio Soriano (Prefeito)

Advogados cadastrados no e-TCESP: José Eduardo Bello Visentin (OAB/SP nº 168.357), Adilson Gallo (OAB/SP nº 122.178), Ana Maria Bento (OAB/SP nº 1228.978), Victor Luchiari (OAB/SP nº 247.325), Erika Pedrosa Padilha (OAB/SP nº 251.561), Carlos Alberto Salerno Neto (OAB/SP nº 286.937).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA INTEGRADO DE ARRECADAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) E NOTA FISCAL MUNICIPAL (NFS-E). RESTRITIVA EXIGÊNCIA DE REGISTRO DO SOFTWARE NO INPI. INDIRETA REQUISIÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DA QUASE INTEGRALIDADE DO SISTEMA. AUSÊNCIA DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E DA INFRAESTRUTURA A SER FORNECIDA. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DE GARANTIAS À ADMINISTRAÇÃO. MODELO DE PROPOSTA SEM A ADEQUADA SEGREGAÇÃO DA FASE DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INCIDÊNCIA MENSAL INDEVIDA REQUISIÇÃO DE BANCO DE DADOS RELACIONAL COM LICENÇA LIVRE. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 09 de dezembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos reclamados pelo artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-023213.989.20-5

Representante: Incidade Planejamento Consultoria e Projetos Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra

Assunto: Concorrência nº 06/2020, do tipo menor preço total, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos especializados para realização de diagnóstico físico e fundiário, elaboração de plano de urbanização, levantamento planialtimétrico cadastral, estudo técnico ambiental, selagem e cadastro socioeconômico das famílias, projetos de regularização fundiária nos núcleos habitacionais constantes nestes termos, ou áreas equivalentes e assessoria para realizar processos de aprovação, registro e acompanhamentos dos atos em cartório".

Em julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Jorge Costa (Prefeito)

Subscritor do Edital: Ivo Martello Filho (Secretário Municipal de Finanças)

Advogados: Não constam advogados cadastrados no e-TCESP.

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO FÍSICO E FUNDIÁRIO, ELABORAÇÃO DE PLANO DE URBANIZAÇÃO, LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL, ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL, SELAGEM E CADASTRO SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS, PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS NÚCLEOS HABITACIONAIS. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS. RESTRIÇÃO INDEVIDA. REQUISIÇÃO DE ATESTADO ACOMPANHADO DA CAT. AFRONTA ÀS SÚMULAS 23 E 24. INDEVIDA REQUISIÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA. PROCEDÊNCIA.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 09 de dezembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em considerar procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos reclamados pelo artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

AGRAVO

Processo: TC-024588.989.20-2 (Ref.: TC-023839.989.20-9)

Requerente: Worldcom Comercial Ltda.

Assunto: Agravo contra despacho que indeferiu liminarmente o pedido de paralisação do edital rerratificado 02 do pregão nº 67/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para execução de serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva no parque de iluminação do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e serviço 0800".

Responsável: Adler Alfredo Jardim Teixeira (Prefeito)

Subscritor do edital: Ricardo Orsini Silva (Secretário de Serviços Urbanos)

Advogada cadastrada no e-TCESP: Camila Brandão Sarem (OAB/SP nº 245.521).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. RECURSO ORDINÁRIO CONTRA DESPACHO QUE INDEFERIU PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CERTAME. APELO CONHECIDO COMO AGRAVO PELO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. APELO COMBATE EDITAL MODIFICADO APÓS SUA REPRESENTAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 09 de dezembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em conhecer do apelo como agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE CONCURSO PÚBLICO

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Processo: TC-025281.989.20-2 (Ref.: TC-022503.989.20-4).

Recorrente: Prefeitura Municipal de Araçariguama

Assunto: Concurso Público nº 01/2020, destinado ao preenchimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva para diversas funções.

Em julgamento: Pedido de Reconsideração

Responsável: João Batista Damy Correa Júnior (Prefeito)

Advogados cadastrados no e-TCESP: Márcia Regina Carneireiro (OAB/SP nº 389.275) e Marcelo dos Santos Ergesse Machado (OAB/SP nº 167.008).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. REITERADOS OS ARGUMENTOS ORIGINAIS. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES PARA MODIFICAR A DECISÃO. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 09 de dezembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em conhecer do pedido de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Processo: TC-025730.989.20-9 (Ref.: TC-022829.989.20-9)

Recorrente: Luís Fernando Gasperini, Prefeito

Assunto: Pregão presencial nº 37/2020, elaborado pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, que tem por objeto a "contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de locação de sistemas de informática".

Em julgamento: Pedido de Reconsideração

Responsável: Luís Fernando Gasperini (Prefeito)

Advogado cadastrado no e-TCESP: Carlos Ernesto Paulino (OAB/SP nº 197.622)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. RECURSO ORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO. RECEBIDO E CONHECIDO COMO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO COM APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. A CONTINUIDADE DE FALHAS CONVALIDA A SANÇÃO MONETÁRIA APLICADA. INAFASTÁVEL A RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL. APELO NÃO PROVIDO.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 09 de dezembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Josué Romero, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em conhecer do pedido de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PARECER

TC-004110.989.18-3

Prefeitura Municipal: Elisiário.

Exercício: 2018.

Prefeito: Rubens Francisco.

Procuradora de Contas: Élida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-8.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM MARGEM TOLERADA POR ESTA CORTE DE CONTAS. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, decidir emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Elisiário, relativas ao exercício de 2018.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

PARECER

TC-004520.989.18-7

Prefeitura Municipal: Cruzeiro.

Exercício: 2018.

Prefeito: Thales Gabriel Fonseca.

Advogado: Diógenes Gori Santiago (OAB/SP nº 92.458) e Paulo Sérgio Mendes de Carvalho (OAB/SP nº 131.979).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização atual: UR-14.

Sustentação oral proferida em sessão de 10-11-20.

EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E DÉFICIT FINANCEIRO ACIMA DO PATAMAR TOLERADO PELO TRIBUNAL. FALHAS NA GESTÃO DE PESSOAL. PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidir emitir parecer prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, relativas ao exercício de 2018.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas, principalmente com relação ao Programa Família Participativa e Matemática inovadora (item C.2.2), objeto de Ação Civil Pública.

Determina, ainda: abertura de autos próprios para tratar da Carta Convite n° 005/2017 (item B.3.5.1 Contratação de Serviços de Assessoria e Consultoria em Captação de Recursos, Gerenciamento de Convênios e Prestação de Contas para o Setor de Planejamento); abertura de autos próprios para tratar, em conjunto dos contratos n° 18/2018, 43/2018 e 106/2018, relativos à contratações emergenciais de entrega da merenda escolar (item B.3.5.2 – Contratação Emergencial de Transporte de Escolar I); e abertura de autos próprios para tratar do Pregão Presencial n° 40/2017, devendo o expediente TC-000221.989.19 subsidiar a matéria.

Determina, também, o encaminhamento de cópias do parecer, do relatório da Fiscalização e da manifestação da Prefeitura de Cruzeiro ao Ministério Público do Estado de São Paulo, em face da solicitação contida no Expediente TC-021101.989.19, bem como para ciência das inúmeras irregularidades verificadas na Gestão de Pessoal.

Determina, por fim, a expedição de ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB (com cópias das fls. 14/15 do evento 73.195 e 33/45 do evento 89.1), dando ciência ao Fisco Federal sobre a compensação tributária promovida unilateralmente pela Administração Municipal.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

PARECER

TC-004648.989.18-4

Prefeitura Municipal: Sorocaba.

Exercício: 2018.

Prefeitos: José Antonio Caldini Crespo e Rodrigo Maganhato.

Períodos: (01-01-18 a 28-08-18 e 01-09-18 a 31-12-18) e (29-08-18 a 30-08-18).

Advogado: João Benedito Martins (OAB/SP nº 65.529), Antonia Marinete Barbe (OAB/SP nº 68.773), Luiz Angelo Verrone Quilici (OAB/SP nº 73.578), Douglas Domingos de Moraes (OAB/SP nº 185.885), Anderson Tadeu Oliveira Machado (OAB/SP nº 221.808), Fabrício Pereira de Oliveira (OAB/SP nº 270.073), Celso Tarcísio Barcelli (OAB/SP nº 299.185), Cristiane Alonso Salão Piedemonte (OAB/SP nº 301.263), Erika Capella Fernandes (OAB/SP nº 330.995), Laura Botto de Barros Nascimento Santos (OAB/SP nº 359.723) e outros.

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO AMPARADO PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, decidir emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Sorocaba, relativas ao exercício de 2018.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Determina, ainda, a abertura de autos específicos para tratar da matéria objeto do Processo CPL 1021/2017, devendo o Expediente eTC018238.989.18 subsidiar a matéria, e a tramitação autônoma do Expediente TC-009156.989.18.

Determina, também, que os Expedientes eTC-022962.989.18; eTC-006163.989.19; eTC-000274.989.17 sejam referenciados ao TC-004989.989.19, que trata das contas anuais de 2019 da Prefeitura de Sorocaba, para as providências que o E. Relator entender pertinentes.

Determina, ademais, que os Expedientes: eTC-009562.989.19 e eTC-021930.989.18 sejam referenciados ao TC-010242.989.19 (que trata da Concorrência nº 19/2017) e o arquivamento do eTC-016094.989.18.

Determina, por fim, a expedição de ofícios aos i. Subscritores dos Expedientes TC-021141.989.18, TC-006163.989.19, TC-009562.989.19 e TC-016094.989.18, com cópia digitalizada do relatório da fiscalização e da íntegra do voto.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldo.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

PARECER

PEDIDO DE REEXAME

TC-008610.989.20-4 (ref. TC-006899.989.16-4)

Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Campinas, relativas ao exercício de 2017.

Responsáveis: Jonas Donizette Ferreira (Prefeito) e Henrique Magalhães Teixeira (Vice-Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio favorável à aprovação das contas, emitido pela E. Primeira Câmara e publicado no D.O.E. de 29-02-20.

Advogados: Júlio Cesar Mariani (OAB/SP nº 143.303), Ricardo Henrique Rudnicki (OAB/SP nº 177.566), Luiz Ricardo Ortiz Sartorelli (OAB/SP nº 248.543), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Beatriz Neme Ansarah (OAB/SP nº 242.274), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Rodrigo Guersoni (OAB/SP nº 150.031), Paulo Francisco Tellaroli Filho (OAB/SP nº 193.532), Tatiana Barone Sussa (OAB/SP nº 228.489), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849), Vinícius de Moraes Felix Dornelas (OAB/SP nº 331.641), Camila Aparecida de Pádua Dias (OAB/SP nº 331.745), Rodrigo Sponteado Fazan (OAB/SP nº 342.542), Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955), Márcia Letícia Pereira Mendes (OAB/SP nº 361.777), Maylise Rodrigues Santos (OAB/SP nº 380.089) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. CONTAS DE PREFEITURA. PRECATÓRIOS. ADIMPLÊNCIA CERTIFICADA PELO DEPRE. REQUISITÓRIOS DE PEQUENA MONTA. PAGAMENTOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE. INADIMPLÊNCIA PARCIAL DE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS DEVIDAS AO RPPS. PARCELAMENTO DENTRO DO PRÓPRIO PERÍODO FISCALIZADO. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS PARA RELEVAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de novembro de 2020, pelo voto de desempate do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, Presidente e Julgador Certo, acompanhando a corrente formada pelos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini e Dimas Ramalho, diante do exposto no voto do Relator e em conformidade com as respectivas notas taquigráficas, juntados aos autos, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame, mantendo-se inalterado o v. parecer recorrido.

Vencidos os Conselheiros Renato Martins Costa e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto Josué Romero.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Proc.: eTC-008289.989.16.

Órgão Convenente: Prefeitura Municipal de Charqueada. Responsável: José Henrique Piazza (Prefeito). Entidade Conveniada: Hospital e Maternidade Beneficente de Charqueada. Responsável: Ely Aparecida Ibanez (Presidente). Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - CONVÊNIO nº 01/2016 de 12/01/2016. Exercício: 2016. Valor total dos Repasses: R$2.000.040,00. Instrução por: UR-07 - Unidade Regional de São José dos Campos/DSF-II. Processo Principal: eTC-003448.989.16. Advogados: Emerson de Hypolito (OAB/SP 147.410); Carlos Eduardo de Souza Del Pino (OAB/SP 263.820); Erika Francine Scannapieco Fernandes (OAB/SP 178.469).

Extrato de sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULAR a prestação de contas da entidade beneficiária: Hospital e Maternidade Beneficente de Charqueada, no valor de R$2000.040,00, exercício de 2016, nos termos e para os fins do disposto no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e, por consequência, quito os responsáveis, na forma do artigo 35, da referida Lei, liberando-os para novos benefícios.

Outrossim, alerto os responsáveis pela entidade beneficiária, para a recomendação feita por d. SDG (evento 132)

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO:00001274.989.18-5

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO (CNPJ 46.439.113/0001-99)

CONTRATADO(A): M & B SISTEMAS LTDA (CNPJ 01.207.242/0001-13)

INTERESSADO(A): IVANDECI JOSE CABRAL

ASSUNTO: EDITAL Nº 18/2017

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2017

CONTRATO: N.º 62, DE 26/07/2017

OBJETO: LICENCIAMENTO DE USO DE PROGRAMAS OU SISTEMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E O TREINAMENTO DOS TÉCNICOS MUNICIPAIS, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTOS, ARRECADAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-05

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00001397.989.18-7

Vistos.

Em exame, Pregão Presencial nº 04/2017 e Contrato nº 62 de 26/07/2017 no valor de R$78.000,00 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santo Expedito e a empresa M & B Sistemas Ltda. - EPP para Licenciamento de uso de Programas ou Sistemas para a Administração Pública Municipal, e o treinamento dos técnicos municipais, para a execução dos serviços de locação de Sistema de Contabilidade Pública e Sistema de Folha de Pagamentos, Arrecadação e suporte técnico.

Fiscalização pela irregularidade anotou: a) Juntada de pesquisa de preços com valores discrepantes das demais, e, devido às especificações dos orçamentos apresentados não coincidirem com aquelas constantes no Anexo I do Edital, não foi possível aferir se os serviços orçados eram compatíveis com os que a Prefeitura pretendia contratar; b) Ausência de publicação do instrumento resumido do contrato na imprensa oficial, não atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/93; c) Ausência de cláusula que especificasse no termo contratual o crédito pelo qual a despesa ocorrerá, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, com descumprimento do disposto no artigo 55, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

Os interessados e responsáveis foram regularmente notificados, nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, tendo sido apresentada defesa no evento 34.

ATJ pela irregularidade e MPC obteve vista nos termos regimentais.

É o relatório. Decido.

As razões apresentadas pela defesa não são suficientes para afastar a totalidade das irregularidades constadas no curso da instrução que contrariam dispositivos da lei vigente.

Conforme atestado pelo setor técnico de economia desta Corte a licitação se processou sem que houvesse um orçamento estimativo adequado para balizar a aceitabilidade dos preços propostos, em afronta ao artigo 43, IV, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à ausência de indicação do crédito da despesa com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, a falha pode ser relevada e alçada ao campo das recomendações para que seja dada fiel observância do artigo 55, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto e mais do que dos autos consta, acolhendo as manifestações da fiscalização e da ATJ Economia, Julgo Irregulares a Licitação e o Contrato em exame, com a recomendação constante no corpo da decisão, determinado o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Transitado em julgado, expeçam-se as notificações e ofícios necessários. Após fixo ao Órgão o prazo de 30 (trinta) dias para informar as providências adotadas no âmbito administrativo, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas aqui relatadas.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:00001535.989.20-6

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEICAO (CNPJ 44.751.725/0001-97)

ADVOGADO: RAFAEL FRANCESCHINI LEITE (OAB/SP 195.852) / CAMILA OLIVEIRA BEZERRA (OAB/SP 239.548)

CONTRATADO(A): GRAFICA E EDITORA GUTEPLAN LTDA (CNPJ 43.719.855/0001-80)

INTERESSADO(A):PATRICIA CAPODIFOGLIO LANDGRAF

ASSUNTO: TERMO DE SUPRESSÃO, ASSINADO EM 10/12/2019. OBJETO: SUPRIMIR DO CONTRATO ORIGINAL A QUANTIDADE DE 33,5 (TRINTA E TRÊS E MEIO) KITS, QUE PERFAZ O VALOR GLOBAL DE R$ 10.686,50 (DEZ MIL SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO PRINCIPAL: 2090.989.18-7

PROCESSO:00007744.989.20-3

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEICAO (CNPJ 44.751.725/0001-97)

ADVOGADO: RAFAEL FRANCESCHINI LEITE (OAB/SP 195.852) / CAMILA OLIVEIRA BEZERRA (OAB/SP 239.548)

CONTRATADO(A): GRAFICA E EDITORA GUTEPLAN LTDA (CNPJ 43.719.855/0001-80)

INTERESSADO(A): PATRICIA CAPODIFOGLIO LANDGRAF

ASSUNTO: TERMO DE ADITAMENTO S/Nº, ASSINADO EM 04/02/2020. OBJETO: ADITAR AO CONTRATO ORIGINAL A QUANTIDADE DE 122 (CENTO E VINTE E DOIS) KITS, PARA SUPRIR O PRIMEIRO BIMESTRE LETIVO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO PRINCIPAL: 2090.989.18-7

Vistos.

Por Sentença publicada no DOE de 23/04/2020 foram julgados irregulares o Pregão Presencial nº 09/2017, o Contrato nº 10/2017 e os Termos Aditivos anteriores celebrados entre a Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição e a empresa Gráfica e Editora Guteplan Ltda. para fornecimento de sistema de ensino para alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com entrega de materiais didáticos que desenvolvam as habilidades e competências; acompanhamento pedagógico com orientação continuada para professores e gestores; avaliação de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental; acesso ao portal educacional para alunos, professores e gestores da Prefeitura.

A r. Sentença transitou em julgado em 01 de junho de 2020.

Em exame nesta oportunidade os termos aditivos:

TERMO DE SUPRESSÃO S/Nº, de 10/12/2019. Valor R$10.686,50. Supressão de 33,5 kits pedagógicos, no valor de R$ 10.686,50, devido à atualização da quantidade de alunos matriculados nas escolas municipais.

TERMO DE ADITAMENTO S/Nº, de 04/02/2020. Valor R$38.918,00. Fornecimento de 122 kits pedagógicos para suprir o primeiro bimestre letivo das escolas municipais.

Fiscalização pela irregularidade (eventos 15 dos respectivos processos).

Os interessados e responsáveis foram regularmente notificados, nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 (eventos 19 dos respectivos processos) e foi apresentada defesa no evento 28 do TC-001535.989.20-6.

MPC obteve vista nos termos regimentais (eventos 38 e 40).

É o relatório.

Decido.

A matéria é irregular pelo princípio da acessoriedade, pois os precedentes vícios detectados, que levaram ao juízo de irregularidade da contratação originária, por consequência lógica, estendem-se aos procedimentos adotados posteriormente.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, "a acessoriedade recai tanto nos termos firmados anteriormente ao julgamento definitivo da licitação quanto naqueles onde já havia sido dado conhecimento da ilegalidade, uma vez que tais instrumentos são acessórios do ajuste principal e não da decisão que considerou irregulares os atos." (TC-013228/026/06 – Relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes – Sessão do Egrégio Plenário de 13/11/13).

Assim, resultou evidente a natureza acessória dos instrumentos aditivos subsequentes, razão pela qual não há como considerá-los regulares, mesmo porque não importa o momento em que foram assinados, se antes ou após a prolação da decisão definitiva, pois este Tribunal apenas declara irregularidade já preexistente.

Diante do exposto e mais do que dos autos consta, compartilhando as manifestações desfavoráveis do órgão de fiscalização, Julgo Irregulares os Termos de Aditamento em exame, determinando o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº. 709/93, concedendo ao Órgão o prazo de 30 (trinta) dias, para que informe esta Corte acerca das providências adotadas em face das irregularidades constatadas.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:00008081.989.17-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)

CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)

INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI

ASSUNTO: EDITAL N° 05 /2017

LICITAÇÃO PREGÃO O PRESENCIAL N° 05/2017

CONTRATO 022/2017, DE 10/02/2017

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL) , ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL, ACESSO A UM PORTAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS , OFERTA DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL QUE CONTRIBUA PARA SISTEMATIZAR, ORGANIZAR E ACOMPANHAR OS RESULTADOS EDUCACIONAIS ALCANÇADOS PELO MUNICÍPIO E UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 4O ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

VIGÊNCIA 12 MESES - 10/02/2017 A 09/02/2018

VAÇOR R$ 253.999,70

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-01

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00008273.989.17-8, 00000226.989.18-4, 00006458.989.18-3, 00007648.989.18-4, 00009596.989.18-6, 00017371.989.18-7, 00001333.989.19-2, 00002380.989.20-2, 00008075.989.20-2

PROCESSO:00008273.989.17-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)

CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)

INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI

ASSUNTO: CONTRATO N°. 22/2017 ASSINATURA EM 10/02/2017

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL, ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL, ACESSO A UM PORTAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS, OFERTA DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL QUE CONTRIBUA PARA SISTEMATIZAR, ORGANIZAR E ACOMPANHAR OS RESULTADOS EDUCACIONAIS ALCANÇADOS PELO MUNICÍPIO E UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

VIGÊNCIA 10/02/2017 A 09/02/2018

VALOR R$ 253.999,70

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-01

PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0

PROCESSO:00000226.989.18-4

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)

CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)

INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 47/2017, DE 28/8/2017 / EDITAL N° 05 /2017 LICITAÇÃO PREGÃO O PRESENCIAL N° 05/2017 CONTRATO 022/2017, DE 10/02/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL) , ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL , ACESSO A UM PORTAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS , OFERTA DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL QUE CONTRIBUA PARA SISTEMATIZAR, ORGANIZAR E ACOMPANHAR OS RESULTADOS EDUCACIONAIS ALCANÇADOS PELO MUNICÍPIO E UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 4O ANO DO ENSINO FUNDA-

MENTAL, PARA O ANO LETIVO DE 2017. VIGÊNCIA 12 MESES - 10/02/2017 A 09/02/2018 VAÇOR R$ 253.999,70
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00006458.989.18-3
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI (CPF 126.658.078-66)
ASSUNTO: 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERAIL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31/12/2018.
VIGÊNCIA 10/02/2017 A 09/02/2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00007648.989.18-4
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): * JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE DEFINIÇÃO DA QUANTIDADE DE MATERIAL DIDÁTICO QUE SERÁ FORNECIDA.
VIGÊNCIA 10/02/2017 A 31/12/2018
VALOR R$ 254.193,52
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00009596.989.18-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE REAJUSTE NO VALOR DE R$ 3.414,59, PASSANDO O VALOR DO CONTRATO DE
R$ 254.193,52 PARA R$ 257.608,11.
VIGÊNCIA 10/02/2017 A 31/12/2018
VALOR R$ 3.414,59
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00017371.989.18-7
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE EM DECORRÊNCIA DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONSTANTES NAS CLÁUSULAS 3.1 E 3.2 SUPRA, O CONTRATO COM VALOR ORIGINAL DE R$ 257.608,11, SERÁ ACRESCIDO EM R$ 28.075,87, PASSANDO A VIGORAR COM O VALOR DE R$ 285.683,98.
VIGÊNCIA 10/02/2017 A 31/12/2018
VALOR R$ 28.075,87
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00001333.989.19-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 01/01/2019 A 31/12/2019, E VALOR ESTIMADO EM R$ 290.739,35.
VIGÊNCIA 01/01/2019 A 31/12/2019
VALOR R$ 290.739,35 (ESTIMADO)
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00002380.989.20-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 8° TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N°. 22/2017 ASSINADO EM 19/12/2019
RESUMO DO PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL N°. 05/2017 CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 01/01/2020 A 31/12/2020 E O VALOR GLOBAL DO CONTRATO, ATUALIZADO PARA O ANO LETIVO DE 2020, FICA ESTIMADO EM R$ 302.189,96.
VIGÊNCIA 01/01/2020 A 31/12/2020
VALOR R$ 302.189,96 (ESTIMADO)
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
PROCESSO:00008075.989.20-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NHANDEARA (CNPJ 45.146.271/0001-98)
CONTRATADO(A): EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ 79.719.613/0001-33)
INTERESSADO(A): JOSE ADALTO BORINI
ASSUNTO: 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 22/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS, MATERIAL EM BRAILE E MATERIAL AMPLIADO (PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL E PARCIAL), ASSESSORIA PEDAGÓGICA A TODOS OS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL.
FINALIDADE O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO FORMALIZAR A ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, DE EDITORA POSITIVO LTDA PARA EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.
VIGÊNCIA 01/01/2019 A 31/12/2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 8081.989.17-0
Vistos.
Em exame, Pregão Presencial nº 005/2017 e Contrato nº 022 de 10/02/2017 no valor de R$253.999,70 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nhandeara e Editora Positivo Ltda., para fornecimento de material didático-pedagógico para alunos e professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Município para o ano letivo de 2017.
Também em exame a execução contratual e os Termos Aditivos:
TERMO ADITIVO nº 047/2017 de 28/08/2017: Acréscimo e supressão de quantitativos;
TERMO ADITIVO nº 002/2018 de 15/01/2018: Prorrogação do prazo de vigência contratual para até 31/12/2018;
TERMO ADITIVO nº 003 de 28/02/2018: Acréscimo e supressão de quantitativos;
TERMO ADITIVO Nº 21/2018 (4º termo aditivo ao Contrato nº 22/2017), assinado em 28/3/2018: Reajuste do valor contratual, tendo sido aplicado o índice INPC, no percentual de 1,87%, referente ao período de doze meses acumulados em janeiro de 2018;
TERMO ADITIVO nº 005 de 01/08/2018: Acréscimo e supressão de quantitativos:
TERMO ADITIVO nº 006 de 17/12/2018: Prorrogação do prazo de vigência contratual para até 31/12/2019 (Cláusula Primeira) e alteração da quantidade estimada para o exercício de 2019 (Cláusula Segunda), acrescendo-se um percentual de 13,58%, passando a distribuição do material por ciclo e etapa;
TERMO ADITIVO nº 007 de 07/6/2019: Formalizar a alteração da Razão Social, de "EDITORA POSITIVO LTDA" para "EDITORA APRENDE BRASIL LTDA", constante do preâmbulo do Contrato n° 022/2017, conforme modificações realizadas pela 58° Alteração do contrato social da empresa, devidamente consolidada e registrada na Junta Comercial do Paraná, com fundamento no artigo 54, caput, da Lei n° 8.666/93 c/c artigos 1.1 1 e 1.151 do Código Civil e artigos 32. II e 36 da Lei n° 8.934/94.
TERMO ADITIVO nº 008 de 19/12/2019: Prorrogação do prazo de vigência contratual para até 31/12/2020 (Cláusula Primeira) e acréscimo do valor global de aproximadamente 4,13%, com base na variação do INPC, conforme Cláusula Nona do contrato original.
Fiscalização apontou irregularidades: a) exigência de amostras de todos os licitantes; b) publicação extemporânea; c) empenho da despesa em período de execução sem a devida cobertura; d) prorrogação de contrato de serviços que não são de natureza continuada; e) prorrogação do contrato de fornecimento de material didático em percentual equivalente a 100% do quantitativo; f) ausência de comprovação de preços e condições mais vantajosas; g) inobservância do prazo de encaminhamento de termos estabelecido no artigo 82 das Instruções nº 02/2016.
ATJ pela irregularidade quanto a não comprovação da economicidade nos aditamentos.
Notificada, a Origem trouxe defesa (eventos 58 e 97 do processo principal).
MPC obteve vista nos termos regimentais.
É o relatório. Decido.
As razões de defesa não foram suficientes para afastar a totalidade das irregularidades constatadas no curso da instrução processual, impedindo a aprovação da matéria.
A exigência de amostras de todos os licitantes já na sessão pública da licitação vai além do necessário à consecução do contrato e não contribui para a competitividade no certame, que no caso contou com apenas 01 (uma) licitante oferecendo proposta, em desconformidade com o que preceitua os artigos 3º da Lei de Licitações e 37, XXI, da Constituição Federal.
Ao prorrogar o prazo de fornecimento de material didático para mais 12 (doze) meses ocorreu um aumento equivalente a 100% do quantitativo inicialmente contratado, superando os limites estabelecidos no §1º do artigo 65 da Lei de Licitações.
E ainda as prorrogações contratuais ocorreram sem que os serviços sejam de natureza continuada em afronta ao artigo 57 da Lei de Licitações.
E também o empenhamento da despesa ocorreu somente após mais de 30 dias da assinatura dos termos aditivos, ou seja, em período de execução sem a devida cobertura orçamentária e financeira desatendendo ao artigo 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.
Houve ainda publicação extemporânea ao prazo máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93 e inobservância do prazo de encaminhamento de documentos a esta Corte estabelecido no artigo 82 das Instruções nº 02/2016.
A fiscalização constatou a boa ordem da execução contratual estando o objeto quantitativa e qualitativamente de acordo com as cláusulas.
Diante do exposto e mais do que dos autos consta, acolhendo as manifestações da Fiscalização e da ATJ Economia, Julgo Irregulares a Licitação, o Contrato e os Termos Aditivos subsequentes e Tomo Conhecimento da Execução Contratual em exame, determinado o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.
Transitado em julgado, expeçam-se as notificações e ofícios necessários.
Após, fixo ao Órgão o prazo de 30 (trinta) dias para informar as providências adotadas no âmbito administrativo, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas aqui relatadas.
Publique-se a Sentença.
PROCESSO:00009866.989.17-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL (CNPJ 45.138.070/0001-49)
ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / (OAB/SP 170.050) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / ADRIANO DE ALMEIDA YARAK (OAB/SP 220.164) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771)
INTERESSADO(A): ADEMIR MASCHIO
ASSUNTO: EDITAL Nº 05 - LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 05 - CONTRATO Nº 19, DE 20/02/2017: VISA-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE - RSS, CLASSIFICADOS NOS GRUPOS A, B, E E, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2005 E DEMAIS LEIS PERTINENTES, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA UMA QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA DE 2500 KG, CONFORME ANEXOS I E II.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00010011.989.17-5, 00006608.989.18-2, 00018296.989.19-7
PROCESSO:00010011.989.17-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL (CNPJ 45.138.070/0001-49)
ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / (OAB/SP 170.050) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / ADRIANO DE ALMEIDA YARAK (OAB/SP 220.164) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771)
INTERESSADO(A): ADEMIR MASCHIO
ASSUNTO: CONTRATO Nº 19, DE 20/02/2017.
OBJETO: VISA-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE ? RSS, CLASSIFICADOS NOS GRUPOS A, B E E, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2005 E DEMAIS LEIS PERTINENTES, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA UMA QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA DE 2500 KG (DOIS MIL E QUINHENTOS QUILOGRAMAS), CONFORME ANEXOS I E II.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO PRINCIPAL: 9866.989.17-1
PROCESSO:00006608.989.18-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL (CNPJ 45.138.070/0001-49)
ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / (OAB/SP 170.050) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / ADRIANO DE ALMEIDA YARAK (OAB/SP 220.164) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771)
INTERESSADO(A): ADEMIR MASCHIO
ASSUNTO: TERMO ADITIVO REFERENTE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 19/2017.
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO PRINCIPAL:9866.989.17-1
PROCESSO:00018296.989.19-7
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL (CNPJ 45.138.070/0001-49)
ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / (OAB/SP 170.050) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / ADRIANO DE ALMEIDA YARAK (OAB/SP 220.164) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771)
INTERESSADO(A):ADEMIR MASCHIO (CPF 181.542.828-79)
ASSUNTO: 2º TERMO DE PRORROGAÇÃO - ASSINADO EM 21/02/2019 PROCESSO Nº198/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017, CONTRATO Nº 19/2017.
FINALIDADE: TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, O CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES E VERIFICANDO A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO, A SECRETARIA SOLICITOU A PRORROGAÇÃO COM BASE NO ARTIGO 57, II DA LEI DE LICITAÇÕES.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO PRINCIPAL: 9866.989.17-1
Vistos.
Em exame, Pregão Presencial nº 05/2017 e Contrato nº 19 de 20/02/2017 no valor de R$180.000,00 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul e a empresa Constroeste Construtora e Participações Ltda. para serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde – RSS.
Também em exame a execução e os aditivos:
Termo Aditivo de Prorrogação s/nº de 29/01/18: Prorrogação do prazo por mais 12 meses sem reajuste de valor.
Termo Aditivo de Prorrogação s/nº de 21/02/19: Prorrogação do prazo por mais 12 meses sem reajuste de valor.
Fiscalização pela irregularidade anotou:
a) Ausência de publicação em jornal diário de grande circulação no Estado;
b) Empenho parcial do valor do contrato;
c) Ausência de publicação no DOE nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93 no segundo aditamento;
d) O objeto contratual não estava sendo executado diretamente pela Contratada;
e) O veículo utilizado na coleta não dispunha de sinalização de teto com luz giratória, grade protetora instalada entre a carroceria e a porta traseira do veículo, balança eletrônica instalada, placa identificadora das especificações dos resíduos transportáveis no lado direito e de solução desinfetante;
f) Observaram-se circunstâncias que afetaram as pesagens dos resíduos, bem como o derramamento de material durante a coleta.
Foram expedidas notificações aos interessados e responsáveis nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e a Contratada e a Contratante trouxeram defesas nos eventos 30; 32; 57; 80; 82; 116; 118; 134; 147; 167 do processo principal e também nos eventos dos processos acessórios.
SDG pela irregularidade e MPC obteve vista nos termos regimentais.
É o relatório. Decido.
As razões apresentadas pela defesa não são suficientes para afastar a totalidade das irregularidades constadas no curso da instrução que contrariam dispositivos da lei vigente.
A Prefeitura reconhece os desacertos no processo licitatório, noticiando, inclusive, a deflagração de novo certame, observando no novo edital a correção dos pontos tidos como irregulares por essa Corte, em especial, prevendo a separação em itens distintos dos grupos dos RSS, quantificando, individualmente, cada um dos grupos.
A contratada insistiu na regularidade do procedimento, repisando argumentos lançados.
A matéria não comporta aprovação, uma vez que a composição do objeto aglutina em um único lote serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde dos grupos "A", "B" e "E", sem quantificar individualmente cada um dos grupos e ainda sem previsões sobre da possibilidade de participação de empresas reunidas em consórcio e/ou subcontratação.
Exigiu-se também apresentação de licença de operação do sistema de tratamento e do aterro licenciado por ocasião da assinatura do contrato, sem a concessão de prazo razoável para atendimento.
E ainda como observado pela SDG a despeito da evidente distinção entre os grupos e subgrupos, as propostas comerciais, nos moldes do Anexo III do edital, deveriam considerar apenas o total mensal estimado de resíduos, sem qualquer quantificação.
Tais irregularidades estão em desacordo com a jurisprudência desta Corte, que impõe a concessão de prazo razoável para comprovações da espécie, e as exigências vão além do indispensável à garantia do cumprimento das obrigações restringindo no caso a competitividade no certame, tanto que houve apenas uma licitante participando e efetivando proposta, em afronta aos artigos 3º da Lei 8666/93 e 37, XXI, da Constituição Federal.
Os termos aditivos estão comprometidos pelas irregularidades constatadas na licitação e contrato originários pelo princípio da acessoriedade.
Ainda que tenha sido cumprido o objeto é fato que as irregularidades constatadas pela Fiscalização na execução contratual também a comprometem, uma vez que o objeto contratual não estava sendo executado diretamente pela Contratada; o veículo utilizado na coleta não dispunha de sinalização de teto com luz giratória, grade protetora instalada entre a carroceria e a porta traseira do veículo, balança eletrônica instalada, placa identificadora das especificações dos resíduos transportáveis no lado direito e de solução desinfetante; e que houve circunstâncias que afetaram as pesagens dos resíduos, bem como o derramamento de material durante a coleta.
Aliás, convém observar que a própria Prefeitura no evento 151 do processo de acompanhamento da execução contratual ressalta violação de cláusula contratual, informando adoção de medidas administrativas cabíveis.
Diante do exposto e mais do que dos autos consta, acolhendo as manifestações da Fiscalização e da SDG, Julgo Irregulares a Licitação, o Contrato, os Termos Aditivos e a Execução Contratual, determinado o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, determinado o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.
Transitado em julgado, expeçam-se as notificações e ofícios necessários.
Fixo ao Órgão o prazo de 30 (trinta) dias para informar as providências adotadas no âmbito administrativo, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas aqui relatadas.
Publique-se a Sentença.
PROCESSOS:TC-010004.989.20-8 e TC-010124.989.20-3
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - FAMAR (CNPJ 51.174.001/0001-93)
RESPONSÁVEIS: IGOR RIBEIRO DE CASTRO BIENERT (DIRETOR PRESIDENTE); EVERTON SANDOVAL GIGLIO (DIRETOR PRESIDENTE – EXERCÍCIO 2017);
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL.
INTERESSADOS:FERNANDO ANDOZIA PEGORARO E OUTROS (2017) E CIBELE COLOMBANI DA SILVA OLIVEIRA E OUTROS (2018)
EXERCÍCIOS: 2017 E 2018
INSTRUÇÃO POR:UR-04
EMENTA: ADMISSÃO DE PESSOAL PROCESSO SELETIVO. EXERCÍCIOS DE 2017 E 2018. FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – FAMAR. REGULARIDADE DA MATÉRIA, COM RECOMENDAÇÃO, PARA FINS DE REGISTRO.
1. VISTOS.
1.1. Em exame, Atos de pessoal, por processo seletivo, dos exercícios de 2017 e 2018, efetuados pela Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR, referentes às admissões relacionadas no arquivos '01-Planilhas SisCAA-Proc 010004.989.20 ' e '01-Planilhas SisCAA 010124.989.20' (evento 11.1 do TC-010004.989.20-8 e evento 19.1 do TC-010124.989.20-3).
1.2. Instrução a cargo da Unidade Regional de Marília (UR-04) que deixou de registrar inconsistências (eventos 11.1 a 11.5 do TC-010004.989.20-8 e eventos 19.1 a 19.5 do TC-010124.989.20-3).
1.3. A Procuradoria da Fazenda do Estado opinou pela regularidade (evento 14.1 do TC-010004.989.20-8 e evento 22.1 do TC-010124.989.20-3).
1.4. O Ministério Público de Contas, nos termos regimentais (evento 16.1 do TC-010004.989.20-8 e evento 24.1 do TC-010124.989.20-3).
É o relatório.
2. DECIDO.
2.1. Dos elementos constantes dos autos, verifica-se a inexistência de óbices com relação à efetuação dos registros dos atos admissionais em exame.
2.2. De acordo com a Fiscalização, que realizou exame 'in loco', não foram encontradas irregularidades.
Ressalto que as contratações são efetuadas pelo órgão em comento mediante existência de vagas e recursos comprovados, realizadas por comissão de seleção e contratação de pessoal, com base em regulamento próprio de processo seletivo (evento 11.3 do TC-010004.989.20-8 e evento 19.3 do TC-010124.989.20-3).
Oportuno mencionar que as admissões foram realizadas respeitando a ordem de classificação, estando as desistências devidamente justificadas.
2.3. Deste modo, acolhendo as manifestações do Órgão Instrutivo e da douta PFE, nos termos do art. 33, III, da Constituição do Estado de São Paulo1, DECIDO pela REGULARIDADE da contratação, dos funcionários arrolados nos arquivos '01-Planilhas SisCAA-Proc 010004.989.20' e '01-Planilhas SisCAA 010124.989.20' (evento 11.1 do TC-010004.989.20-8 e evento 19.1 do TC-010124.989.20-3), determinando os seus respectivos registros, sem prejuízo de recomendação à Origem para que observe rigorosamente os apontamentos feitos pela Fiscalização.
Anoto que, conforme a Resolução nº 01/11, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.
PUBLIQUE-SE A SENTENÇA.
PROCESSO: eTC-16735.989.18-8
eTC-16948.989.18-1
eTC-22744.989.18-7
CONTRATANTE: PREFEITURA DE LEME
RESPONSÁVEIS: WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
CONTRATADA: ARTHUR MARCHI DE SOUZA – ME
RESPONSÁVEL: ARTHUR MARCHI DE SOUZA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, LICENCIADA E LEGALIZADA, PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CONSTRUÇÃO/DEMOLIÇÃO/REFORMA) E SERVIÇOS URBANOS (PODA/VARRIÇÃO/LIMPEZA DE TERRENOS E MADEIRAS) NO MUNICIPIO DE LEME.
ADVOGADOS: DR. ANTONIO S. BAPTISTA OAB/SP 17.111 E OUTROS
Vistos.
Em exame, Pregão Presencial nº 16/2018, decorrente Contrato, Termo Aditivo e Execução Contratual, firmados entre a Prefeitura de Leme e a empresa Arthur Marchi de Souza ME, visando a contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada, para disposição final de resíduos provenientes da construção civil (construção, demolição, reforma) e serviços urbanos (poda, varrição, limpeza de terrenos e madeiras) no município de Leme.
A Licitação contou com a participação de um proponente e deu origem ao Contrato nº 90/2018, de 29/03/18, no valor total de R$ 219.450,00.
Posteriormente, foi firmado o Termo Aditivo nº 319/2018, de 25/10/18, no valor de R$ 54.862,50, que objetivou acrescer em 25% o valor do objeto incialmente contratado.

A fiscalização esteve a cargo da Unidade Regional de Araras que registrou irregularidades2.

Os responsáveis vieram aos autos, no entanto, não apresentaram justificativas, eventos 39/40 (TC-16735.989.18-8).

Vista ao MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno.

SDG pela regularidade com recomendação da Licitação e do Contrato, e pela irregularidade do Termo Aditivo e da Execução Contratual, evento 66 (TC-16735.989.18-8).

É o relatório. Decido.

O primeiro ponto irregular, à exigência editalícia de que as licitantes deveriam apresentar certidão negativa de débitos junto a Fazenda Municipal. Com efeito, o edital não admitiu a apresentação de Certidão Negativa com Efeito de Positiva, a qual possui os mesmos efeitos da certidão negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

É cediço nesta Corte3 o entendimento de que a demonstração de regularidade prevista na norma de regência (artigo 29, IV. da Lei Federal nº 8.666/93) também pode ser efetivada por meio de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, considerando a mencionada cláusula editalícia prejudicial à competitividade no certame.

Anote-se que, no caso, houve apenas uma empresa participante do pregão.

Igualmente irregular, a ausência de parecer técnico-jurídico, descumprindo o parágrafo único do artigo 38 da Lei 8666/93.

Quanto ao Termo Aditivo, houve um acréscimo de 25% sobre o quantitativo inicialmente contratado, limite previsto no §1º do artigo 65 da Lei de Licitações, não demonstrando objetivamente a necessidade do aditamento, carecendo de memoria de calculo sobre o valor já executado e o previsto a ser realizado até o final da vigência contratual.

O fato de o percentual de acréscimo estar dentro do limite legal não significa que este não precise vir acompanhado de pertinentes justificativas, conforme previsto no caput do dispositivo legal supracitado.

Apesar de o administrador ter o poder discricionário de lançar mão de um aditivo de acréscimo de quantitativos, como aquele ora em exame, o fato de se tratar de ato discricionário não significa que não precise ser motivado. Aliás, é a motivação que permite controlar a legitimidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Também, não foi demonstrada a superveniência de alguma situação que tenha levado ao aumento da necessidade, em relação ao previsto quando da abertura da licitação.

Essa postura denota uma falta de programação e planejamento, configurando erro de previsão de quantitativos por parte da administração, que poderia em momento anterior à abertura do certame ter incluído a totalidade dos quantitativos almejados no objeto licitado. Essa inclusão atenderia aos princípios da publicidade e isonomia, por permitir ao universo de empresas interessadas conhecer o real escopo da contratação, além de possibilitar uma maior vantajosidade na seleção das propostas, devido à economia de escala, em conformidade com o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

Por fim, sobre a execução contratual, a Fiscalização deu conta da ausência de controle e correta mensuração dos serviços prestados pelo ente público. Assim sendo, não há como confirmar a higidez dos quantitativos apurados e, consequentemente, o devido cumprimento contratual, especialmente em vista dos indícios de deturpação dos números apurados.

Acolhendo manifestação dos órgãos técnicos, JULGO Irregular a Licitação, o Contrato, o Termo Aditivo e a Execução Contratual, determinando o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/9.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:00018074.989.19-5

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA (CNPJ 65.712.002/0001-59)

ADVOGADO: EDISON AUGUSTO RODRIGUES (OAB/SP 170.726)

CONTRATADO(A): JONAS GOMES PACHECO E CIA LTDA (CNPJ 22.055.702/0001-05)

INTERESSADO(A): JOSUE EDUARDO DE ASSUNCAO

ASSUNTO: Aspásia: 2019

Edital nº3/2019

Pregão Presencial nº3

Contrto: 7/2019 - Data de Assinatura: 04/02/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede pública de ensino infantil e fundamental deste município durante o ano de 2019.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00018200.989.19-2

PROCESSO:00018200.989.19-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA (CNPJ 65.712.002/0001-59)

ADVOGADO: EDISON AUGUSTO RODRIGUES (OAB/SP 170.726)

CONTRATADO(A): JONAS GOMES PACHECO E CIA LTDA (CNPJ 22.055.702/0001-05)

INTERESSADO(A): JOSUE EDUARDO DE ASSUNCAO

ASSUNTO: CONTRATO: 007/2019

EDITAL Nº003/2019

Pregão Presencial n° 03/2019

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede pública de ensino infantil e fundamental do município de Aspásia durante o exercício de 2019.

VIGÊNCIA: 04/02/2019 a 31/12/2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO PRINCIPAL: 18074.989.19-5

Vistos.

Em exame, Pregão Presencial nº 003/2019, Contrato nº 007/2019, de 04/02/19, e Execução Contratual, firmados entre a Prefeitura de Aspasia e a empresa Jonas Gomes Pacheco e Cia Ltda. - ME, visando a contratação de empresa para aquisição de suprimentos consistentes em gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para abastecimento da Rede Municipal de Ensino, durante o exercício de 2019, no valor de R$ 174.039,50.

A fiscalização esteve a cargo da Unidade Regional de Fernandópolis que registrou irregularidades[1].

Os responsáveis vieram aos autos com justificativas, evento 48 (TC-18074.989.19-5).

Vista ao MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno, evento 55 (TC-18074.989.19-5).

É o relatório. Decido.

O primeiro ponto irregular, ausência de justificativa explícita para as quantidades licitadas, em inobservância ao artigo 3º, incisos I a III da Lei nº 10.520/2002.

Na justificativa para abertura do certame, a nutricionista solicitante informa que os alimentos são destinados à rede escolar de ensino para o exercício de 2019.

Entretanto não há um estudo preliminar detalhado contendo o quantitativo de alunos por unidade e total de refeições necessárias, ou sequer a média histórica de consumo por item para subsidiar o planejamento da contratação.

Desse modo, não há justificativa explícita para as quantidades licitadas, em inobservância ao artigo 3º, incisos I a III da Lei nº 10.520/2002.

Corrobora com juízo de irregularidade da matéria o fato de a Administração ter demandado e liquidado apenas 51,99% do valor inicialmente contratado (R$ 90.488,19 e R$ R$ 174.039,50, respectivamente). Todavia, não foi firmado termo de aditamento visando à supressão dos quantitativos inicialmente contratados, seja unilateralmente, até o limite de 25% (art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93), ou acima disso em comum acordo entre as partes.

Além disso, adquirir aproximadamente 50% do quantitativo estimado e contratado denota falha grave de planejamento, que oneram o orçamento, visto as sucessivas anulações e reforços, em afronta ao artigo 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Igualmente irregular, a vedação à participação de empresas em recuperação judicial no certame, desrespeitando o teor da Súmula 50 desta Corte.

Por fim, a falta de previsão no contrato de dados relativos aos créditos orçamentários em cláusula obrigatória, nos termos da Lei nº 8.666/1993, e ausentes no ajuste os critérios de atualização monetária no caso de inadimplemento de pagamento pela Administração, em inobservância ao inciso III do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993.

Quanto a execução contratual, a Origem não providenciou a correção da irregularidade apontada pela Fiscalização em seus relatórios, reincidindo em atraso nos pagamentos efetuados a contratada.

Acolhendo manifestação da Fiscalização, JULGO Irregular a Licitação, o Contrato e a Execução Contratual, determinando o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/9.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:019521.989.19-4

ÓRGÃO: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP (CNPJ 63.025.530/0001-04)

ADVOGADO: SALVADOR FERREIRA DA SILVA (OAB/SP 84.997) / GISELDA FREIRIA PRESOTTO (OAB/SP 161.603) / HAMILTON DE CASTRO TEIXEIRA SILVA (OAB/SP 161.750) / ANA MARIA CANCORO KAMMERER (OAB/SP 172.376) / MAURICIO MONTANE COMIN (OAB/SP 199.219) / ADRIANA FUMIE AOKI (OAB/SP 235.935) / YEUN SOO CHEON (OAB/SP 236.245) / MARIANA CASAGRANDE TAVOLONI DE ALMEIDA (OAB/SP 246.765) / OMAR HONG KOH (OAB/SP 259.733) / ADRIANA FRAGALLE MOREIRA (OAB/SP 290.141) / DANIEL KAWANO MATSUMOTO (OAB/SP 311.829) / RAFAEL SECO SARAVALLI (OAB/SP 318.478) / THIAGO AROXA DE CASTRO CAMPOS (OAB/SP 336.153)

INTERESSADO(A): VAHAN AGOPYAN (CPF 839.536.208-00)

ASSUNTO: Aposentadoria: Jurandyr Luciano Sanches Ross.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: DF-05

ATOS DE PESSOAL - APOSENTADORIA

EMENTA: ATOS DE PESSOAL. APOSENTADORIA. UNIVERSIDADE SÃO PAULO – USP. PROVENTOS ACIMA DO TETO CONSTITUCIONAL ESTIPULADO PELO ARTIGO 37, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APOSTILA RETIFICATÓRIA SANEOU A FALHA. LEGALIDADE E REGISTRO.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XI, estabelece como teto remuneratório para os servidores dos Estados e Distrito Federal o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo.

VISTO.

1.1.Em exame ato de aposentadoria e apostila retificatória do ex-servidor Jurandyr Luciano Sanches Ross, levados a efeito pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP, no exercício de 2018.

1.2.A Fiscalização, a cargo da 5ª Diretoria de Fiscalização – DF-05, secundada por sua Chefia e Diretoria, entendeu, em uma primeira análise, que o ato de aposentadoria em exame não se encontrava em condição de ser apreciado e considerado legal para fins de registro, ao constatar que houve a superação do teto remuneratório do Governador do Estado nos pagamentos dos proventos da aposentadoria concedida, em afronta ao limite estabelecido pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal (evento 8).

1.3.Acolhendo as propostas da Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE e do Ministério Público de Contas – MPC (eventos 14 e 18), os interessados foram notificados (evento 21), porém não se manifestaram nos autos.

1.4.Após a segunda notificação (evento 39) a Origem apresentou a apostila retificatória dos proventos de aposentadoria da ex-servidora, com os respectivos documentos comprobatórios (evento 48).

1.5.A PFE opinou pela legalidade e registro dos atos, com determinação de recomposição ao erário (evento 52), e o MPC propôs diligência (eventos 55), assim determinei que os autos seguissem para a Fiscalização complementar a instrução com relação à retificação dos proventos e correspondentes documentos acrescidos pela origem (evento 59).

1.6.Nesta oportunidade a 5ª Diretoria de Fiscalização – DF-05 constatou que a irregularidade apontada anteriormente foi sanada pela Origem, ao limitar os proventos ao teto remuneratório do Governador do Estado, e providenciar a respectiva apostila retificatória. Ao final, a Fiscalização opinou pela legalidade e registro do ato (evento 69).

1.7.Em manifestação conclusiva, a PFE opinou pela ilegalidade e negativa de registro do ato de aposentadoria até que sejam devolvidos os valores pagos a maior (evento 73), entendimento ratificado pelo Procurador Chefe da PFE (evento 75).

1.8.O MPC, em seu parecer final, anotou que a irregularidade apontada foi sanada, conforme constatado pela Fiscalização em análise posterior a apresentação da apostila retificatória, e mencionou a manifestação da PFE pela legalidade e registro que consta no evento 52, pugnando pela regularidade e registro dos atos, sem prejuízo de que fosse calculado o total pago acima do teto remuneratório, para se apurar o prejuízo ao erário e respectiva responsabilização (evento 78).

É o relatório. DECIDO.

2.1.A Fiscalização, em suas análises iniciais, procedeu aos necessários testes e verificações nas documentações pertinentes à materia, constatando irregularidade quanto à extrapolação do limite do teto remuneratório.

2.2.Em verificação posterior à retificação dos proventos de aposentadoria pela Origem, a 5ª Diretoria de Fiscalização – DF-05 constatou o saneamento da falha, e a regularização do ato em exame, procedendo ao registro da apostila no Sistema SisCAA (evento 69.1).

2.3.Os demais órgãos Técnicos desta Casa também verificaram que a partir de agosto de 2019 a Universidade passou a limitar os proventos de aposentadoria ao subsídio do Governador.

2.4.Ante o exposto, acolhendo as manifestações finais da equipe técnica e do Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 33, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, JULGO REGULARES o ato concessório da aposentadoria e a respectiva apostila retificatória e, por consequência, determino os respectivos registros.

2.5.Anoto que, nos termos da Resolução no 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:00021067.989.17-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.087/0001-61)

ADVOGADO: FABIO EVANDRO PORCELLI (OAB/SP 138.243)

CONTRATADO(A):NOROMIX CONCRETO S/A (CNPJ 10.558.895/0001-38)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2017.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2017.

CONTRATO: 226/2017, DE 14/09/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, DO TIPO CBUQ, DAS VIAS PÚBLICAS - VILA MARAJOARA, NESTE MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, COM RECURSOS PARCIALMENTE ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - CONTRATO DE REPASSE N° 829554/2016, FIRMADO EM 27/09/2016.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-18

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00021271.989.17-0, 00018556.989.18-4, 00018559.989.18-1, 00002088.989.19-9

PROCESSO:00021271.989.17-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.087/0001-61)

CONTRATADO(A):NOROMIX CONCRETO S/A (CNPJ 10.558.895/0001-38)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 226/2017, DE 14/09/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, DO TIPO CBUQ, DAS VIAS PÚBLICAS - VILA MARAJOARA, NESTE MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, COM RECURSOS PARCIALMENTE ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - CONTRATO DE REPASSE N° 829554/2016, FIRMADO EM 27/09/2016.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-18

PROCESSO PRINCIPAL: 21067.989.17-8

PROCESSO:00018556.989.18-4

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.087/0001-61)

CONTRATADO(A): NOROMIX CONCRETO S/A (CNPJ 10.558.895/0001-38)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO

ASSUNTO: 1º TERMO DE ADITAMENTO DE 07/06/2018 - FINALIDADE: SUPRIMIR O VALOR ORIGINAL DO CONTRATO, EM R$ 12.654,92 (DOZE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), CONSTANTE DA CLÁUSULA SEGUNDA, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA MELHOR ADEQUAÇÃO TÉCNICA.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-18

PROCESSO PRINCIPAL: 21067.989.17-8

PROCESSO:00018559.989.18-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.087/0001-61)

CONTRATADO(A): NOROMIX CONCRETO S/A (CNPJ 10.558.895/0001-38)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO

ASSUNTO: 2º TERMO DE ADITAMENTO DE 03/07/2018 - FINALIDADE: COM BASE NO ARTIGO 57, §1°, II, DA LEI DE LICITAÇÕES, PRORROGAR O PRAZO DE SUA VIGÊNCIA POR ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, A CONTAR DE 14/07/2018.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-18

PROCESSO PRINCIPAL: 21067.989.17-8

PROCESSO:00002088.989.19-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.087/0001-61)

CONTRATADO(A): NOROMIX CONCRETO S/A (CNPJ 10.558.895/0001-38)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO

ASSUNTO: 3º TERMO DE ADITAMENTO DE 18/12/2018.

FINALIDADE: COM BASE NO ARTIGO 65, INCISO I, ALÍNEA "B", E § 1º, DA LEI DE LICITAÇÕES, ACRESCER O VALOR ORIGINAL DO CONTRATO, EM R$ 96.051,95, CONSTANTE DA CLÁUSULA SEGUNDA, EM VIRTUDE DO NECESSÁRIO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DO OBJETO, EM RAZÃO DA SUPRESSÃO REALIZADA ANTERIORMENTE, CONFORME AS JUSTIFICAVAS E PLANILHAS JUNTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR:UR-18

PROCESSO PRINCIPAL: 21067.989.17-8

Vistos.

Em exame, a Tomada de Preços nº 14/2017 e o Contrato nº 226/2017 celebrada entre a Prefeitura Municipal de Tupã e a empresa Noromix Concreto S/A., no dia 14/09/2017, no valor de R$408.998,15, objetivando a execução dos Serviços de Recapeamento Asfáltico, do tipo CBUQ, das vias públicas. Também em exame a execução e os aditivos:

Termo de Aditamento supressivo s/nº de 07/06/2018: Suprimir itens da planilha não utilizados ou não executados.

Termo de Aditamento s/nº de 03/07/2018: Prorrogar o prazo de execução em 180 dias;

Termo de Aditamento s/nº de 18/12/2018: Acrescer o montante de R$96.051,95, correspondente a 23,48% em serviços referentes à elevação da área a ser recapeada em 3.756 m².

Fiscalização e ATJ Engenharia e Economia pela regularidade, se apontamentos.

MPC nos termos regimentais.

É o relatório. Decido.

Os elementos que instruem os autos demonstram boa ordem dos procedimentos adotados, sendo preservada a competitividade com a participação de 03 licitantes habilitadas oferecendo propostas.

As Unidades de Engenharia e de Economia da Assessoria Técnica atestaram que o orçamento estimativo foi elaborado utilizando-se a tabela SINAPI data base março/2017, sendo assim, capaz de demonstrar sua compatibilidade com os preços praticados no mercado a época.

De igual modo a Fiscalização atestou a boa ordem da execução contratual, constatando em visita "in loco" que a contratada já havia executado a totalidade do contrato inicialmente firmado, sendo as correspondentes despesas empenhadas, liquidadas e pagas. A Origem informou também a correção de falhas na pintura/sinalização de vias relatadas na última inspeção.

Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos, respectivamente, em 09/12/2019 e 09/01/2020 estão anexados nos autos (doc. 08 do evento 69).

Diante do exposto e mais do que nos autos consta, acompanho manifestações favoráveis da Fiscalização e ATJ e Julgo Regulares a Licitação, o Contrato e os Termos Aditivos e Conheço da Execução Contratual em exame.

Após o trânsito em julgado e anotações de praxe, ao arquivo.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:024290.989.19-3

ÓRGÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33)

ADVOGADO: FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO (OAB/SP 210.899) / LIVIA RIBEIRO DE PADUA DUARTE (OAB/SP 317.158)

INTERESSADO(A):MARCELO KNOBEL (CPF 032.487.608-42)

ASSUNTO: Interessada: Maria Fabiana Bezerra Muller.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-03

ATOS DE PESSOAL - APOSENTADORIA

EMENTA: ATOS DE PESSOAL. APOSENTADORIA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. INCORPORAÇÃO INDEVIDA DE DÉCIMOS DE GRATIFICAÇÃO. APOSTILA RETIFICATÓRIA SANOU A FALHA. LEGALIDADE E REGISTRO.

VISTO.

1.1.Em exame ato de aposentadoria e apostila retificatória da ex-servidora Maria Fabiana Bezerra Muller, levados a efeito pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP, no exercício de 2018.

1.2.A Fiscalização, a cargo da Unidade Regional de Campinas – UR-03, secundada pela sua Chefia e Diretoria, entendeu, em uma primeira análise, que o ato de aposentadoria em exame não se encontrava em condição de ser apreciado e considerado legal para fins de registro, ao constatar irregularidade na incorporação de décimos de Gratificação de Representação, que contrariou dispositivo da Lei Complementar nº 813/96 (evento 11).

1.3.Os interessados foram notificados (evento 15), e a Origem apresentou a apostila retificatória dos proventos de aposentadoria da ex-servidora, com os respectivos documentos comprobatórios (evento 26).

1.4.Com propostas de diligência da Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE e do Ministério Público de Contas – MPC (eventos 30 e 34), os autos seguiram para a Fiscalização complementar a instrução com relação à retificação dos proventos e correspondentes documentos acrescidos pela origem.

1.5.Nesta oportunidade, a Unidade Regional de Campinas – UR-03 constatou que a Origem refez os cálculos da incorporação e providenciou a respectiva apostila retificatória, sanando a falha apontada anteriormente, e opinou pela legalidade e registro do ato, bem como pela devolução dos valores recebidos a maior (evento 45).

1.6.Nas manifestações conclusivas, PFE e MPC opinaram pela legalidade e registro do ato, sem acompanhar a proposta de restituição dos valores recebidos irregularmente (eventos 48 e 51).

É o relatório. DECIDO.

2.1.A Fiscalização, em suas análises iniciais, procedeu aos necessários testes e verificações nas documentações pertinentes à materia, constatando irregularidade quanto à incorporação de décimos de gratificação.

2.2.Em verificação posterior à retificação dos proventos de aposentadoria pela Origem, a Unidade Regional de Campinas – UR-03 constatou o saneamento da falha, e a regularização do ato em exame, procedendo ao registro da apostila no Sistema SisCAA (evento 45.1).

2.3.Os demais órgãos Técnicos desta Casa também verificaram o acerto dos proventos de aposentadoria após a retificação do ato pela Origem.

2.4.Ante o exposto, acolhendo as manifestações da Fiscalização, da Procuradoria da Fazenda do Estado e do Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 33, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, JULGO REGULARES o ato concessório da aposentadoria e a respectiva apostila retificatória e, por consequência, determino os respectivos registros.

2.5.Anoto que, nos termos da Resolução no 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se a Sentença.

PROCESSO:00001161.989.20-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA (CNPJ 46.465.126/0001-32)

CONTRATADO(A): DIAS & SANTOS CONSTRUCAO LTDA (CNPJ 09.083.907/0001-36)

INTERESSADO(A): ALEXANDRE TASSONI ANTONIO

OSVALDO JOSE BENETTI

ASSUNTO: EDITAL Nº 12/2014

LICITAÇÃO: 067/2014

TOMADA DE PREÇO 12/2014 CONTRATO: 029/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PUBLICA - EXECUÇÃO DE OBRA DE EQUIPAMENTO SOCIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL DE TUPI PAULISTA "D", COMPLEMENTO RUA PEDRO TONDELLI, ESQUINA COM JAIRO LUIZ DA GAMA, MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA/SP.

EXERCÍCIO: 2014

INSTRUÇÃO POR: UR-15

Vistos.

Em exame, Tomada de Preços nº 12/2014 e Contrato nº 29/2014 celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA e a empresa DIAS & SANTOS CONSTRUÇÃO LTDA - ME, no dia 11/08/2014 pelo valor de R$179.483,43, para Construção de Praça Publica – Execução de Obra de Equipamento Social, no Conjunto Habitacional de Tupi Paulista "D", complemento Rua Pedro Tondelli, esquina com Jairo Luiz da Gama, município.

Fiscalização apontou diversas irregularidades (evento 17):

Não foi realizada estimativa do impacto orçamentário-financeiroNão foi realizada a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias * Não foram apresentadas as publicações em jornal de grande circulação, nos termos do art. 21 de Lei 8.666/93. * Não foram apresentados comprovantes de recolhimento de garantias de participação, *Exigência de Certidões Negativas de Contribuições e de Tributos Federais, de Tributos Estaduais e de Tributos Municipais, em desacordo com jurisprudência deste Tribunal. * As planilhas orçamentárias propostas pelo Município evidenciam um BDI de 0%, o que se mostra incompatível com o mercado. * Não foram publicados os atos de homologação e adjudicação, em atenção ao princípio da publicidade. *A obra se encontra atualmente abandonada pelo Município. *O Município não tomou providências de penalidades em relação à contratada, mesmo com previsão fixada em edital e contrato para tanto; *Não há qualquer medida efetiva adotada pela Administração ou perspectiva de retomada das obras.

Notificada, a Origem trouxe defesa no evento 38.

MPC obteve vista nos termos regimentais (evento 42).

É o relatório. Decido.

As razões de defesa não foram suficientes para afastar a totalidade das irregularidades constatadas no curso da instrução processual que contrariam a legislação vigente, impedindo a aprovação da matéria.

O Edital não foi publicado em jornal de grande circulação, com vistas a ampliar a área de competição, em afronta ao que determina o artigo 21, inciso III, de Lei 8.666/93.

A exigência de Certidões Negativas de Contribuições e de Tributos Federais, de Tributos Estaduais e de Tributos Municipais, sem a possibilidade de apresentação de certidão negativa com efeitos de positiva tem caráter restritivo e contraria a jurisprudência deste Tribunal.

De igual modo, as planilhas orçamentárias propostas pelo Município evidenciam um BDI de 0% e mostram desconexão com a prática habitual de mercado, o que pode influenciar na formulação de propostas e não contribui para o afluxo de proponentes no certame.

O termo de ciência e notificação com preenchimento incompleto e sem as assinaturas dos interessados certamente e a ausência de declaração nos termos do artigo 83, XVIII, das instruções nº 02/2016 certamente não favorecem a transparência dos atos administrativos.

A atividade administrativa afrontou o principio da eficiência diante da paralisação da obra que permanece segundo noticiado pelo próprio município, quando da apresentação da peça de defesa, ainda que haja informação no sentido da realização de termo de aditamento do convenio com a Secretaria de Estado da Habitação com alteração do plano de trabalho e cronograma físico-financeiro visando finalizar o objeto da contratação em questão.

Diante do exposto e mais do que dos autos consta, acolhendo as manifestações da Fiscalização, Julgo Irregulares a Licitação e o Contrato em exame, determinado o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, com aplicação de multa de 160 (cento e

sessenta) UFESP's ao responsável à época o Senhor Osvaldo José Benetti ex-Prefeito Municipal de Tupi Paulista, nos termos do artigo 104, II, da Lei Complementar nº 709/93, por violação aos dispositivos mencionados na fundamentação.

Transitado em julgado, expeçam-se as notificações e ofícios necessários.

Se não comprovado o recolhimento da sanção pecuniária em 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório deverá adotar as medidas de praxe para cobrança.

Fixo ao Órgão o prazo de 30 (trinta) dias para informar as providências adotadas no âmbito administrativo, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas aqui relatadas.

Publique-se a Sentença.

SENTENÇA DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

SENTENÇA PROFERIDA PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO.

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

Processo: TC-025883.989.20-4. Representante: A3D Comércio Eireli. Representada: Secretaria da Administração Penitenciária -Gabinete do Secretário e Assessorias. Responsável: Mariana Noemi Pina de Branger (Chefe de Gabinete Substituta). Assunto: Representação contra edital do Pregão Eletrônico CG nº 15/2020, promovido pelo Gabinete do Secretário e Assessorias - Secretaria da Administração Penitenciária, tendo por objeto aquisição de veículos adaptados para transporte de presos e prestação de serviços nas Unidades Prisionais.

Em exame, representação formulada por A3D Comércio Eireli., em face do edital do Pregão Eletrônico CG n.°015/2020,instaurado pela Secretaria da Administração Penitenciária - Gabinete do Secretário e Assessorias, com vistas à "aquisição de veículos adaptados para transporte de presos e prestação de serviços nas Unidades Prisionais".

Voltou-se a empresa representante, em apertada síntese, contra a exigência de apresentação de "declaração expressa da respectiva indústria montadora no sentido de que a licitante é revendedora ou concessionária autorizada", nos termos previstos no item 4.1.5 do edital. A seu ver, referida imposição implicaria em indevida restrição ao caráter competitivo do certame, tanto por configurar compromisso de terceiro alheio à disputa, como por direcionar o certame às montadoras ou revendedoras e concessionárias por ela autorizadas, afastando interessados que, assim como ela, detenham autorização da Receita Federal e Junta Comercial do Estado de São para a comercialização de veículos novos.

Do exposto, pugnou pela concessão de liminar suspendendo o certame, e, no mérito, pela supressão da imposição combatida, bem como pela inclusão de previsão autorizando, expressamente, o fornecimento de veículos por "empresa que realize o primeiro emplacamento em nome próprio com a posterior transferência à municipalidade".

Considerando que o teor do pedido reclamava esclarecimentos por parte da interessada, a matéria foi recebida como exame prévio de edital, conforme despacho encartado no evento 13.

Convocada, a Secretaria da Administração Penitenciária veio aos autos defendendo a legitimidade do dispositivo impugnado. Informou, de início, que o edital em apreço seguiu padrão definido pela BEC, com minutas desenvolvidas pela PGE, sendo que exigências de qualificação técnica assemelhadas já fizeram parte de outros certames, aprovados por este Tribunal. Aduziu que a cláusula combatida encontra amparo na Lei Federal 6.729/79 (Lei Renato Ferrari), com redação dada pela Lei 8.132/90, segundo as quais "somente podem participar de tais processos concessionárias de veículos (rede de distribuidores) e concedentes (montadoras e importadoras de veículos)", e que, nos termos do artigo 12 da Lei 6.729/79, "o concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente ao consumidor final (incluindo aqui a Administração Pública), sendo vedada a comercialização para fins de revenda". Afirmou, ainda, que em caso de revenda de veículo por não concessionário ou não fabricante, restaria descaracterizado o conceito de veículo novo ("antes do seu registro e licenciamento"), conforme a Deliberação Contran no 64/2008.

A Procuradoria da Fazenda do Estado manifestou-se pela improcedência da representação, destacando que a exigência combatida se destina ao vencedor do certame, "por ocasião da assinatura do contrato", e que, em se tratando de simples declaração, não haveria qualquer infringência à Súmula 15 dessa Corte de Contas.

Com vista dos autos, o Ministério Público de Contas dissentiu dos preopinantes. Reportando-se à decisão proferida no TC-8801.989.20-3, aduziu não ser possível acolher a tese da Administração, de que a exigência estaria em consonância com a Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), uma vez que esta se destina a regular a relação entre concessionarias e montadoras, e não os processos de compra realizados pela Administração. Destacou que a redação emprestada ao item 4.1.5 configura compromisso de terceiro alheio à disputa, bem como que o ato convocatório não pode estabelecer preferências ou distinções que restrinjam o caráter competitivo do certame. "Como se encontra, a exigência, ainda que indiretamente, confere ao fabricante/montador dos veículos a escolha das empresas participantes do certame, uma vez que poderá optar por aquelas que considera mais adequadas para representá-la e comercializar seus produtos e serviços, em detrimento de outras empresas com iguais capacidades técnicas".

Afastou o Parquet, por outro lado, a pretensão da representante de ver inserida "previsão de que os veículos poderão ser fornecidos por empresa que realize o primeiro emplacamento em nome próprio com a posterior transferência "para a Administração, já que o edital não contempla qualquer disposição que impeça tal procedimento. Não obstante, diante do entendimento explanado pela Origem, de que a realização de "novo registro e licenciamento", pela revendedora, "retiraria do veículo a característica de '0 km'", propôs a expedição de alerta quanto ao sedimentado entendimento jurisprudencial desta Corte, no sentido de ser imprópria a exigência de primeiro emplacamento dos veículos em nome da Administração, vez que, por via oblíqua, restringiria a participação às concessionárias e fabricantes de veículos. Do exposto, manifestou-se pela procedência parcial da representação.

Diversas não foram as conclusões da Secretaria Diretoria Geral, no sentido da procedência parcial das insurgências, acompanhando, inclusive, a proposta de expedição de alerta feita pelo MPC.

É o breve relato.

Decido.

Diante da natureza do objeto licitado e considerando o disposto no artigo 223, Parágrafo Único, do Regimento Interno, passo ao exame de mérito, submetendo a presente decisão, na primeira oportunidade, à ratificação do Tribunal Pleno.

Conforme antecipado por ocasião da decisão que determinou a paralisação do certame, a exigência de apresentação de "declaração expressa da respectiva indústria montadora no sentido de que a licitante é revendedora ou concessionária autorizada", nos termos previstos no item 4.1.5 do edital, vai de encontro ao enunciado Sumular de no 15 desta Corte, que veda a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa, bem como resulta na indevida restrição ao caráter competitivo do certame, direcionando-o exclusivamente às montadoras ou revendedoras e concessionárias por ela autorizadas.

A matéria não é nova no âmbito deste Tribunal, que reiteradamente vem negando a aplicação das disposições da Lei 6.729/79, conhecida como "Lei Ferrari", às contratações praticadas no âmbito da Administração Pública, por considerar que "a preferência em se comprar veículos exclusivamente de concessionárias, com desprezo às demais entidades empresariais que comercializam os mesmos produtos de forma idônea, é medida que não se harmoniza com o princípio da isonomia e as diretrizes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, além de também contrariar o comando do artigo 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/933".

Elucidativas, a esse respeito, são as conclusões exaradas na Sessão Plenária de 13/11/2019, nos autos do TC-21184.989.19-2, de relatoria do E. Conselheiro-Substituto Valdenir Antonio Polizeli:

"A Lei nº 6.729/79 – conhecida como "Lei Ferrari?, em referência a Renato Ferrari (empresário do ramo de distribuição de automóveis e Presidente da ABRAVE no período de 1975 a 1980), e não à famosa marca que leva o mesmo nome como se poderia imaginar -, delimita o seu alcance a disposições afetas à "concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre?, conforme se verifica de sua ementa.

Assumindo ser correto deduzir que a ementa – parte integrante do preâmbulo – visa a sintetizar o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada, devendo guardar estreita relação com a ideia central do texto, como ponderou o Assessor Específico da ATJ -cujo parecer, por sinal, merece elogios –entendo ser razoável concluir, em sua companhia, que o citado diploma legal destinou-se a disciplinar, em linhas gerais, a relação comercial entre fabricantes de veículos (concedentes) e suas distribuidoras (concessionárias), representadas pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

Em outras palavras, sendo certo afirmar que o objetivo do legislador limitou-se ao estabelecimento de direitos, obrigações, limites de atuação geográficos e exclusividades para fins de distribuição de veículos por concessionárias, ampliar esta intelecção a fim de alcançar também regramentos específicos afetos às compras públicas parece-me inapropriado, já que se antagoniza com a própria Constituição Federal –seja em relação ao seu art.37, inc. XXI, cujo teor assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes nos processos de licitação -,seja no tocante ao seu art. 170, o qual eleva como princípio geral da atividade econômica a livre concorrência.

Aliás, raciocínio similar já fora sustentado pelo Poder Judiciário, ao ponderar que a Lei nº 6.729/79 não se aplicaria ao caso, por vincular apenas as concessionárias e montadoras, não a Administração Pública nas contratações para aquisição de veículos (sentença proferida pela 6ª Vara da Fazenda Pública, confirmada pela 13ª Câmara de Direito Público, sessão de 23/11/2011, MS nº 00012538-05.2010.8.26.0053), conforme apontado durante a instrução processual".

De outro lado, ainda em consonância com as manifestações de MPC e SDG, não me parece ser o caso de determinar a inclusão de dispositivo autorizando, expressamente, o fornecimento de veículos por "empresa que realize o primeiro emplacamento em nome próprio, com a posterior transferência à municipalidade", nos termos pleiteados pelo representante, visto que o edital, a priori, não impede tal procedimento. Basta, portanto, que durante a condução do certame, a Secretaria de Administração Penitenciária observe os limites definidos pela jurisprudência desta Corte, da qual são exemplos as decisões proferidas nos TCs-586/989/18e TC-9204.989.20-6, aspecto que alço ao campo das recomendações, diante de entendimento firmado em sede de contraditório.

Ante o exposto, acompanho as manifestações de MPC e SDG e considero parcialmente procedente a representação intentada por A3D Comércio Eireli., determinando à Secretaria da Administração Penitenciária que, caso queira prosseguir com o certame: (i) suprima a exigência de "declaração expressa da respectiva indústria montadora no sentido de que a licitante é revendedora ou concessionária autorizada", viabilizando a participação das demais entidades empresariais que comercializem regularmente os veículos.

Outrossim, recomendo que reavalie as demais prescrições do texto convocatório, especialmente as que guardarem relação com as que ensejam correções, a fim de verificar sua consonância com as normas de regência, jurisprudência e Súmulas desta Corte, com a consequente publicação do novo texto e reabertura do prazo legal, à luz do que preconiza o art. 21, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93.

A presente Decisão será submetida à ratificação do Tribunal Pleno, na primeira oportunidade, nos termos do artigo 223, Parágrafo Único.

Publique-se, para que passe a produzir efeitos imediatos.

Ao cartório, para as providências devidas.

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC-00020181.989.20-3 ENTIDADE: FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC ADVOGADO: VINICIUS GROTA DO NASCIMENTO (OAB/SP 290.896) RESPONSÁVEL: ADRIANA BERRINGER STEPHAN - PRESIDENTE MATÉRIA: CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES EXERCÍCIO: 2020 PERÍODO: JANEIRO A JULHO INSTRUÇÃO: DF-9.2 / DSF-II

EXTRATO: Considerando as dificuldades alegadas e que, de acordo com os registros do sistema Audesp, não restam entregas pendentes relativas ao período, deixo de aplicar a multa prevista no art. 104 da Lei Complementar nº 709/93, alertando a Origem que, nos termos do inciso II do citado dispositivo legal, em caso de reincidência, a multa acima mencionada poderá ser aplicada. Contudo, advirto que atrasos cometidos na entrega de documentos nos prazos estabelecidos prejudica sobremaneira os trabalhos da Fiscalização, além de configurar desobediência às instruções vigentes deste Tribunal de Contas. Recomendo, pois, à Origem, que envide esforços para que atrasos dessa natureza não mais ocorram, lembrando que a reincidência pode ensejar a aplicação de sanção pecuniária, nos termos do artigo 104 da Lei Compementar Paulista n° 709/93. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00021430.989.20-2 FUNDO: FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE DE NEVES PAULISTA RESPONSÁVEIS: PAULO RUBENS BONSEGNO CARVALHO - PRESIDENTE À ÉPOCA LUCIA FLORA VASQUES - PRESIDENTE ATUAL EM EXAME: APOSENTADORIA EXERCÍCIO: 2017 INTERESSADOS: ANTONIO HERMINIO DE SOUZA FILHO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-8 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame neste feito e determino os registros pertinentes, nos termos do inciso VI, do artigo 2 º da Lei Complementar Paulista nº 709/93. Outrossim, recomendo à Origem que em futuros atos da espécie atente à legislação que rege a matéria, em especial no que concerne à aposentadoria compulsória, bem como, zele pela formalização dos processos de aposentadoria nos moldes determinados nas instruções vigentes deste Tribunal (ITCESP nº 01/2020), em observância ao princípio constitucional da legalidade plasmado no caput, do artigo 37 da Carta Magna. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00021606.989.20-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES RESPONSÁVEL: ROGERIO PASCON – PREFEITO MUNICIPAL ADVOGADOS: VICTOR RONCATTO PIOVEZAN (OAB/SP 242.595) EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – SUBSEQUENTES (CONCURSO PÚBLICO) – EDITAL Nº 02/2016. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: THAINA MIRELA MURBACH E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º e na Resolução TCESP 03/2012, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissões de pessoal em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00025755.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA RESPONSÁVEL: CÂNDIDO MURILO PINHEIRO RAMOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO - Nº 01/2015 LEI MUNICIPAL AUTORIZADORA Nº 02/2006 EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADA: MARIA CLEONICE DE OLIVEIRA MENDES INSTRUÇÃO: UR-7 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL a contratação em exame neste feito, nos termos do inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e determino o registro pertinente. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00026408.989.20-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CESARIO LANGE RESPONSÁVEL: RAMIRO DE CAMPOS – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA RONALDO PAIS DE CAMARGO – PREFEITO MUNICIPAL ATUAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – SUBSEQUENTES (CONCURSO PÚBLICO) – EDITAL Nº 01/2014. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: ALEXANDRE DE SANT ANNA VALLE E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico- e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00026479.989.20-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO RESPONSÁVEL: PÉRICLES GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: MILENA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS INSTRUÇÃO: UR-9 SOROCABA - DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL o ato de admissão em exame e determino o registro pertinente, nos termos do inciso V, do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00026481.989.20-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO RESPONSÁVEL: PÉRICLES GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2015 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: BRUNA NOELY FOGAÇA E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-9 SOROCABA DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes, nos termos do inciso V, do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução n° 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR JOSUÉ ROMERO

SENTENÇAS DO AUDITOR JOSUE ROMERO

PROCESSO: TC-00001498.989.16-9 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO - INPREM ADVOGADO: ROGERIO CALAZANS PLAZZA (OAB/SP 160.045) RESPONSÁVEL: RENE LUIZ LENNY - PERÍODO: 01/01 A 31/12/16 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-15/UNIDADE REGIONAL DE ANDRADINA/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES, COM RESSALVA, as contas anuais de 2016 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, com as determinações mencionadas nesta decisão. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Quito o responsável, nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: TC-00001502.989.16-3 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DE PARANAPANEMA - IPESPEM ADVOGADO: ELIANA ARAUJO DE CAMARGO (OAB/SP 125.908) RESPONSÁVEL: PAULO RUBENS GUIMARAES SEAWRIGHT - - PERÍODO: 01/01 A 31/12/2016 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-16/UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO IRREGULARES as contas de 2016 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSITICA DE PARANAPANEMA – IPESPEM, com amparo no art. 33, inciso III, letra "b", c.c. parágrafo único do art. 36, ambos da Lei Complementar Estadual nº 709/93, com as determinações mencionadas nessa decisão. Remeter cópia desta sentença ao Ministério Público do Estado para providências que entender pertinentes. Outrossim, nos termos do art. 104, inciso II da Lei Complementar citada, aplico ao responsável, Sr. Paulo Rubens Guimarães Seawright, multa no equivalente pecuniário de 160 (cento e sessenta) UFESPs, sob pena de inscrição dos valores não quitados em Dívida Ativa do Estado. Após o trânsito em julgado, o responsável deverá ser notificado, nos termos do art. 86 da Lei Complementar n° 709/93, para pagamento da multa que lhe foi imposta, implicando o não recolhimento na inscrição dos respectivos valores em Dívida Ativa do Estado. Excetuo os atos pendentes de apreciação por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se

PROCESSO: TC-00001557.989.16-7 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SANTO ANDRE ADVOGADO: MARCEL LEONARDO DINIZ (OAB/SP 242.219) / ARTHUR MARQUES SILVA (OAB/SP 332.112) RESPONSÁVEIS: REMIGIO TODESCHINI - PERÍODOS: 01/01 A 30/06, 11/07 A 15/09, 01/10 A 13/10 E DE 29/10 A 31/12/2016 APARECIDA DE FATIMA PIANTA FREDERICO LINO - PERÍODOS: 01/7 A 10/07, 16/09 A 30/09 E DE 14/10 A 28/10/2016 EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: DF-9.2/DF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULAR, COM RESSALVAS as contas de 2016 do JULGO REGULAR, COM RESSALVAS as contas de 2016 do IPSA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, com as determinações delineadas nesta decisão. Alerto a origem que o descumprimento de determinação desta Corte poderá ensejar a reprovação de futuros demonstrativos e imposição de sanção pecuniária ao responsável, nos termos do inciso VI, do art.104, do citado diploma legal. Quito os responsáveis nos termos do art. 35 da Lei Complementar citada. Excetuo os atos pendentes de apreciação por este Tribunal. Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: TC-00001588.989.16-0 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA - IPMH RESPONSÁVEL: Hamilton Andrighetti - Dirigente - Período: 1°.1.2016 a 31.12.2016. EXERCÍCIO: 2016 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR.19

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULAR, COM RESSALVAS as contas de 2016 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, com a determinação delineada nesta decisão. Quito o responsável nos termos do art. 35 da Lei Complementar citada. Excetuo os atos pendentes de apreciação por este Tribunal. Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: TC-00002018.989.17-8 ÓRGÃO: EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE PIRACICABA - EMDHAP RESPONSÁVEL: JOAO MANOEL DOS SANTOS-Diretor Administrativo à época 01.01 a 31.12.2017 EXERCÍCIO: 2017 OBJETO: Balanço Geral - Contas do Exercício EM EXAME: Balanço Geral do Exercício INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARARAS-UR-10/ DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES, com ressalvas, as contas da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba, conforme artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendo a Empresa que cobre celeridade para entrega do relatório do controle interno, evitando assim, transtornos futuros e dê atendimento o artigo 8º e o artigo 10 da Lei Municipal nº 3238/90 e o artigo 9º do Estatuto. Quito o responsável, nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra desta decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se

SENTENÇA DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

SENTENÇAS DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

PROCESSO: eTC-00025617.989.20-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA RESPONSÁVEL: CÂNDIDO MURILO PINHEIROS RAMOS – PREFEITO MUNICIPAL ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO INTERESSADOS: ANTONIO CARLOS SALOMÃO DA SILVA E OUTROS EXERCÍCIO: 2019 MPC: ATO PGC Nº 006/2014 INSTRUÇÃO: UR-07/DSF-I PROCESSO PRINC.: eTC-00000280.989.19-5

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Autorizo vista dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00026409.989.20-9 ÓRGÃO: COMPANHIA ITUANA DE SANEAMENTO - CIS RESPONSÁVEL: SR. VINCENT ROBERT ROLAND MENU – DIRETOR-SUPERINTENDENTE ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO INTERESSADOS: LUCAS GABRIEL DE SOUZA RICARDO E OUTROS EXERCÍCIO: 2019 MPC: ATO PGC Nº 006/2014 INSTRUÇÃO: UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA/DSF-II.

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Autorizo vista dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

SENTENÇAS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: TC-013848/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Taquaritinga - IPREMT RESPONSÁVEIS: Aristeu de Campos Silva – Superintendente à época; Miquéias José Sobral – atual Superintendente ASSUNTO: Aposentadoria INTERESSADO: Paulo Cesar Ferreira Santos EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: UR-13 Araraquara / DSF-II ADVOGADOS: Nadia Assis Battistetti Lima, OAB/SP 378.255; Calil Simão Neto, OAB/SP 210.747, Julia Garcia Campos, OAB/SP 406.366; Miguel Tadeu Giglio Pagliuso, OAB/SP 191.029

EXTRATO: Dessa forma e nos termos do art. 73, § 4º, da Constituição Federal c/c o parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 979/2005 e Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO ILEGAL os ato concessório da aposentadoria em exame, negando-lhe o respectivo registro e aplicando, por conseguinte, o disposto nos incisos XV e XXVII do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Fixo ao atual Presidente do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Taquaritinga o prazo de 60 (sessenta) dias para informar a este Tribunal a adoção das providências para regularização da matéria, conforme consignado nesta decisão, sob pena de aplicação das cominações legais, inclusive podendo ser compelido ao ressarcimento do erário. Alerto ainda o atual gestor para que se abstenha de expedir novos atos administrativos eivados das falhas em exame, sob pena de imposição de outras cominações legais mais severas em caso de reincidência. Tal recomendação se faz necessária porque a entidade previdenciária de Taquaritinga já teve atos semelhantes reprovados em exercícios pretéritos, mas se mostra recalcitrante à posição deste Tribunal de Contas. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão

e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-008104/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Itirapina RESPONSÁVEL: José Maria Cândido, Prefeito à época ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Concurso nº 01/2017 INTERESSADOS: Agente Comunitário de Saúde Jd Indaias: Marina Fabricio; Assistente em Administração: Renato Aparecido de Campos; Auxiliar Administrativo: Juliane Cristine da Silva, Mirajade Boaretto Pizani e Rita de Cassia Benevides dos Santos; Auxiliar de Cozinha: Roselei Aparecida Pitana e Juliana Aparecida da Silva Vieira; Auxiliar de Creche: Lucas Rodrigues de Oliveira Souza, Maristela Wicher, Ana Caroline Mendes, Andressa Lourenco, Priscila Pereira Lima, Evani Ribeiro Barros Cardoso, Tatiane Augusto de Souza e Renata Aparecida Macedo Ferreira; Caixa I: Erika Fabricia Rego de Jesus, Mizael Pinheiro Pereira e Guilherme Marcelino do Lago; Cozinheira: Janaina Bueno Petrilio, Gercilene Azevedo da Cunha, Fernando Jose Baladore, Marta Raquel Durao Martins, Mirela Regina Silva Vardeleides e Tania Maria Costa dos Santos; Enfermeiro II: Alam Freitas Pereira, Camila Bianchini, Andressa Janaina Marciano Engenheiro Civil II: Isabela Zulini; Instrutor de Informática: Maria Anatania Franco de Souza Pucci; Médico Plantonista Urgência Emergência: Bruno Eduardo Cagnin Zavan, Jessica Andressa Borsatto de Moraes, Davi Klava, Daniele Cristine Lima Kenes, Rodrigo Santos Aguilar, Ricardo Guimaraes Marim, Stephania de Araujo Rodrigues e Lazara Cristina Alves; Médico Veterinário: Lucilene Granuzzio Camossi; Motorista: Osvaldo Somogyi Junior e Arlei Cardoso de Souza; Op de Est de Trat de Água e Efluentes: Celso Thomazinho; Operador de Poço de Abastec de Água: Vitor Amadeu Lando de Carvalho e João José de Oliveira Andrade; Professor Assistente: Valdir José da Silveira Junior e Maria Ivone Pereira de Sá; Professor Educação Básica II Artes: Luiz de Souza Mendes, André Ricardo Barros Marques, João Gabriel de Camargo Dias Beraldo, Bruna Fuentes da Costa e Cibele Bertolo Mattos Dibo; Professor Educação Básica II Educ Física: Silas Balieiro de Almeida; Professor Educação Básica II Matemática: Michelle Francisco de A B de Freitas; Professor Educação Infantil: Mayara Perussi Bolato, Ana Caravantes Garzon, Mariane Fonseca Mancin de Brito, Natalia Lima de Oliveira, Janaina Rodrigues Brabo, Thaina Seud Chizoti, Geise Daniele Milagres Crepaldi e Gabriele Fernanda Bueno; Servente de Escola: Alexandre da Silva, Dalva Ribeiro dos Santos, Renata Cristina Paulo, Josilene Ribeiro dos Santos e Karline Amelia Marchesini; Servente de Limpeza: Elaine Cristina Bonometti, Silveria Aguiar e Arlete Conceição Costa Barbosa; Servente Geral: Helton Furquim, Brenda da Silva Pereira, Italo Rodrigo Carneiro Cesarino, Carlos Eduardo Muniz, Rodrigo Francisco da Silva, Robinson dos Santos e Carlos Eduardo de Souza Rezende; Técnico de Enfermagem: Lais Fernanda de Souza Janeis, Saula Marques da Silva e Jessica Floriano Vital EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: UR-10 / DSF-II ADVOGADO: Santiago Morelato,OAB/SP nº 336.573, Procurador do Município

EXTRATO: Desse modo, acompanhando a manifestação favorável da Fiscalização, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Sem prejuízo, RECOMENDO à Prefeitura do Município de Itirapina que envide esforços a fim de evitar as reincidências das impropriedades elencadas pela Fiscalização. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026726/989/20 ÓRGÃO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Pedro RESPONSÁVEL: Sergio Jorge Patricio, Diretor Presidente ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Concurso nº 01/2013 INTERESSADO: Técnico de Laboratório P A Químicas: Rafael Carlos Monteiro EXERCÍCIO: 2016 INSTRUÇÃO: UR-10 Araras / DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão do servidor em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderá ser obtido mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-025770/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência Municipal de Suzano – IPMS RESPONSÁVEL: Joel de Barros Bittencourt, Superintendente à época EM EXAME: Aposentadoria EX-SERVIDORES: Amarilis Guedes, Andrea Maria Pinheiro da Silva, Anselmo Faustino da Silva, Cleide Cavalcante de Souza, Cleide Thomazini, Creusa Pereira da Silva, Dirce Takako Fujiwara, Edson Eli Stein, Edvalda Rogerio de Souza, Elisabete Aparecida de Paula Iglesias, Eloisa Helena Araujo Mathias, Elza Canatani, Elzita Pereira de Sales, Eva Faria, Geraldo Jesus de Oliveira, Izilda Maria da Silva Rosa, Lizete Alves dos Santos, Lizete Gonçalves Rocha, Maria Apparecida Milani de Carvalho, Maria Cristina Criscito Galvão Souza, Maria da Paz Alencar Sousa, Maria da Penha Silva Domiciano, Maria do Socorro Santos Silva, Maria Lucia Bittencourt, Maria Vilma Almeida Costa, Marlene Silva Santana, Marly Viana Santos, Marta Witkovski dos Santos de Bona, Noemia Pires de Santana Silva, Norma Cristina Botaro, Petronio Pereira dos Santos, Rosana da Conceição Fernandes, Sara Marta de Brito Angelo, Tania Helena de Almeida, Tito Erwin Landivar Hurtado, Vilma Maria Lima Pereira, Waldir Luiz dos Santos e Zelia Domingos EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: DF-3 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS as concessões das aposentadorias dos ex-servidores acima relacionados e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026551/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Cotia RESPONSÁVEL: Rogério Cardoso Franco, Prefeito à época ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Concurso nº 01/2014 INTERESSADOS: Prof Educação Básica II Educação Física: Jessica Maria de Souza Queiroz, Diego Dudek Kojo, Jerri Leandro, Gisele Lismeia Gomes Cardoso Ribeiro, Wagner Amaral Honorato, Edneia Aparecida de Paula, Luciano Caetano de Oliveira Machado, Ricardo Drudi Lima e Thaise Justo de Oliveira Ferreira; Psicopedagogo Institucional: Beatriz Cristina Silva e Edlaine Fernanda Aragon de Souza; Secretário de Escola: Jonatas Lopes dos Reis, Helio Luiz Machado dos Santos, Ana Claudia da Silva Ribeiro, Cristielen Rosa da Silva e José Maria Simões Cavalcante Junior EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: DF-6 / DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

SENTENÇAS DO AUDITOR MARCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC-002957.989.19 ORGÃO: Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto - Riopretoprev MUNICÍPIO: São José do Rio Preto RESPONSÁVEL: Jair Moretti PERÍODO: 01/01 a 02/01, 18/01 a 19/05 e 22/07 a 31/12/2019 RESPONSÁVEL: Rodolfo Luiz Taddei Barbosa PERÍODO: 03/01 a 17/01 e 20/05 a 21/07/2019 ASSUNTO: Balanço Geral do exercício de 2019 INSTRUÇÃO: UR-11 / DSF-I ADVOGADO: Bruno Santana Costa - OAB/SP nº 278.637 Wilclem de Lazari Araujo – OAB/SP nº 333.181 MPC: Ato Normativo nº 006/2014 – PGC

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES com ressalvas as contas anuais de 2019 do Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto - Riopretoprev, conforme artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93. À margem recomendo a Origem que: envide esforços no sentido de obter o equilíbrio de suas contas; atente para os requisitos de certificação e habilitação comprovadas para os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, conforme estabelecido no artigo 8-B da Lei Federal nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterada pela Lei Federal nº. 13.846, de 19 de junho de 2019; encaminhe tempestivamente os dados ao Sistema Audesp. Quito os responsáveis, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-025234/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Osasco RESPONSÁVEIS: Rogério Lins Wanderley – Prefeito Eduardo Matias da Silva – Diretor do Departamento de Administração de Pessoal ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso (Admissões Subsequentes) INTERESSADOS: Analista de Negócios: Rafael Rodisanski Patricio, José Domingues de Oliveira Junior; Analista Financeiro: Tayana Tomazin de Paiva, Carla Regina Pais Fontes, Marcel Fumio Isomoto; Arquiteto: Regis Yassuda Sugaya, Vitor Silva Matos, Francisco de Oliveira Soares; Auditor: Dirce Prandato Curi, Ricardo Takashi Fujisawa, Rinaldo Fuzisaka, Beatriz de Almeida Yanaguizawa, Arthur Manoel Silva dos Santos; Contador: Davi Rocha de Moraes; Dentista Diarista: Daniela Willers, Renata de Valentim, Vanessa de Souza Silva, Carla Inglit Maria de Sousa Pires, Anna Paula Galhardo Duarte, Priscilla Sousa Farias, Sofia Bevilaqua de Castro, Renata Pinheiro Ferreira dos Santos, Bruna Emi Takamura, Sany Cristina Jacintho Barreto, Andrea Sayuri Shimabuku, Thaiz Helena Mascia Ramos, Ellen Perim Rosa, José Carlos Martins Junior, Christiane Soares Pinto, Daniele de Freitas Viana, Kelli Roberta Murasaki Andrade Carmona, Rogério Martino Fonseca, Carla Massaoka, Tania de Abreu Barboza Grassetti, Tatiane Alves Delfino Torres, Daniela Cristina Godoy Zamur, Paula Martucheli Botelho, Danielle Schwartzman; Economista: Marilia Thomaz da Silva, Queren Hapuque Borges Rodrigues, Vitor Augusto Meira França; Engenheiro Civil: Bruno Fragoso Gleria, Mauricio Akira Santana, Renata Litoldo Marques, Gabriel do Nascimento Ribeiro, Gabriel Giuseppe Martins Benfica; Engenheiro de Segurança do Trabalho: Renan Araujo Silva; GCM – 3ª Classe – Masculino: Cleberson Rodrigues da Silva, Fabricio Barbosa da Silva Pereira; Médico Anestesista Plantonista: Carla Iacomini Ida Lopes, Fernanda Marcondes Crossetti Nallini, Jorge Luis Pontes Namen, Cristiane Knopp Tristão Rocha; Médico Mastologista Diarista: Gisele Tolaini Gomes Pereira; Médico Proctologista Diarista: Tulio Barcelos Denadai; PEB I: Gracilene Timoteo Nunes, Valdecy Ferreira de Sousa Morales, Gisele Aparecida Augusto, Josielen Janaina Maschetti Borella, Debora Cenerez Couto, Vanderlea de Oliveira Rocha Migliorini, Ingrid de Castro Brandão Damasceno, Andrea Camilo dos Santos, Angela Izidoro de Andrade, Eronilte dos Santos Lopes Barros, Marta Carollo Sarabia, Sandra Fatima Arruda Barreto, Lenice da Silva Pereira, Edineia dos Santos Lopes, Loiri Helena de Paula, Cassia Regina dos Santos Martins, Antonia Maria Pereira de Souza, Roseli Aparecida de Lima Gonçalves, Fabiana Santos de Santana, Renata Araujo de Souza, Marcilene Mesquita Cabedo, Renata Campos Alvares, Maria Cristina de Oliveira Araujo, Rosileia Primo Passos Ribeiro, Marcia Torres de Almeida, Morgana Veiga Vieira, Monica de Jesus Melo, Sandra Nobre de Santana, Patricia Leite Perez, Dalva Leandro da Silva Santos, Maria Lucia Milan, Maria Gonçalves Kawano, Sabrina Gomes dos Santos, Sandra Maria Muniz, Fabiana Cardia da Silva, Ivana Cristiane de Campos, Elisângela da Costa Teixeira, Taina Tacilia Oratorio da Silva, Rosilene Manoel Barbosa Mathias, Priscila Calsonari Santos, Geraldo Vieira dos Santos, Cristiane Ferreira da Silva, Helia Marisa da Silva Costa, Antonia Zoralha Neves Gomes, Fabiana Torres da Costa, Creudi Vitor Cordeiro de Mattos, Brigida de Fatima das Novas, Izabel Cristina da Cruz, Claudineia de Jesus Pereira,Patricia dos Santos, Claudezita Batista de Souza Matos, Ana Julia Oliveira Silva Santos, Suzana Dionisio Soares, Jorge Marcelo Gonçalves Freitas, Sueli Chrispim Moreschi, Amanda Scala Bicudo Ponzetta, Isabel Cristina de Sousa Sá Barbosa, Ernestina Ribeiro da Silva, Suely Ferreira da Silva, Roseli Gomes de Lima Santos, Ligia Cristina Ferreira Santos, Marinalva de Oliveira Macedo, Amanda Vila Verde de Sá Fernandes, Polyanna Alves Pereira, Josiane Cristina de Pontes, Regiane Moraes Peçanha, Juliano Julival dos Santos, Cibele Vieira de Araújo, Daniel Mendes Gandini, Joseli Rosa dos Anjos Lapa, Luciana Grotti Vidal Torres, Liliane Aparecida Rios de Almeida, Valeria Felix de Oliveira Dias, Carla Ciolene Porto Custa Puerta, Leideni Novre da Silva, Raquel Oliveira Santos de Jesus, Diana Borges da Silva, Sabrina Aparecida do Nascimento Santos, Viviane Cristina da Silva Marques Limão, Edlene Souza Loura dos Santos, Aurilene de Lima Oliveira, Elisangela da Silva Pires Michelim, Francione de Souza Santos, Vilma Barbosa Alexandre Gomes, Alex Sandra Maria Vasconcelos Borba, Kelly Lopes Galvão Viana, Macilandia da Conceição Silva, Risonete Campos Passos, Vinicius Lossurdo de Lima, Juliana Godinho da Silva, Daiana Barbosa Monteiro da Silva, Maite Ernesto Siqueira, Alessandra Cristina Moreira Galinari, Amanda Soares de Souza, Grasiele Santana Silva, Gabriela Titionic da Silva, Isabela Cristina Silva, Marisa Cristina dos Santos, Maria Aparecida Calixto Viana, Maria Audilete da Cruz Jesus, Helenilza Assunção Farias, Rosangela Alves de Andrade Silva, Eva Maria Roldão Araujo, Maria Aparecida de Oliveira Viana, Eva Vilma Souza de Castro, Daniela Guatura Perroni de Paula, Ana Karlla dos Santos Zambuzi Silva, Cleber Wilker do Espirito Santo, Betanilda Teixeira Oliveira, Carla Eliteia Gonçalves Felipe, Ivanildo Rocha do Nascimento, Andrea Bitaraes, Maria dos Santos Neves Bezerra Silva, Edinan de Freitas Matos, Francisca Rosilene da Silva, Luci Bay Dantas, Juliana Maria Santos da Silva, Gisele de Oliveira Batista Medeiros, Magali Santos Araujo Amaral, Priscilla Aparecida de Souza Chagas, Juliana Batista, Fabio Moraes Silva, Paula Ponciano de Souza, Elidiane Cristina de Sousa, Vanessa Teixeira dos Santos, Geovana Lopes de Lima Silva, Darlene Silva Carvalho Mendes, Ruben Borges Santos, Cristiene Maria Ferreira da Silva, Barbara Alves de Azevedo, Ane Caroline da Silva Cruz, Kelli Charlou dos Santos Brito, Elaine Cristina Rodrigue de Melo, Wagner Luiz Henrique, Marcia Maria de Souza Batista Santos, Natalia Santana Ribeiro Lima, Ariani Domingues Ribeiro, Adenilda Damascena dos Santos, Gabriela Pires, Marcelina Santos Costa Serejo, Diana Rosa da Silva Bessa, Nagela Oliveira Hereman, Gecione Gomes dos Santos, Jorge Gomes dos Santos Junior, Daniela Sequeira Valentim, Aline Aparecida de Souza, Jessica Zabotto Capucci, Millena Santos Bassani, Andressa Borges dos Santos, Raquel Araujo Cruz, Francisco das Cahgas Belesa Feitoza, Mariza Aparecida Correa Soares, Lucineide Menezes Neto, Maria Paixão Gonçalves Gama, Edna Maria Moraes Toledo Pereira, Jane Mary Ihara de Carvalho, Maria do Carmo Teles Silva, Marileide de Oliveira Ricardo, Cleonice Batista de Lima Pontani, Sandra Gualdani, Otoniel Oliveira da Silva, Rosangela Gonçalves da Silva Santos, Nadia de Carvalho Moraes, Silvana Monteiro, Marcio Aparecido Paiva Soares, Jaqueline Sarmento Primocena, Edvane Maria dos Santos, Adriana Procopiao Eloy Pereira, Andreia Gomes Oliva, Ana Paula de Jesus, Melissandra Ferreira, Vania Rosa Regio Teles, Vagner Luisa da Silva Ribas, Luis Gustavo Araujo Coelho, Elenir Alves do Nascimento, Girleuza Silverio Pereira da Silva, Homero Honorato Pedro, Simone da Silva Rodrigues da Mata, Vanessa Diana Gomes Viana, Flavia Mendonça dos Santos Silva, Vivian Bueno de Camargo Sousa, Katia Cristina dos Santos, Marcia Regina Soga, Jucineide Arfre da Rocha, Katia Pereira da Silva Rezende, Fabiana de Oliveira Passos, Maria Cristina Nunes de Oliveira Alves, Leonardo Barros Santos, Andressa de Paulo Rezende Farias, Talita Ester dos Santos, Monica Kelly Santos do Nascimento, Natalia Corsi Cavalcante Calado, Aline Silva Rodrigues, Aline de Oliveira Mendes Ledo, Jumma Severo Silva Costa, Douglas Teixeira Fernandes, Bruna Rodrigues da Silva, Rosangela de Souza Pereira, Angelina Maria Caldeira de Souza, Maria Filomena Moraes, Joana da Silva Gomes, Regineia de Lourdes Fernandes Meireles, Francisca Aparecida Otaviano Ribeiro, Maria Cristina Gouvea Teixeira, Alessandra Revis Lacerda de Sousa, Andreia Vanessa Nogueira Costa Marques, Silvia Margareth Xavier, Artemisa de Oliveira Almeida Barbosa, Leda Andrea de Araujo, Andera Maria dos Santos, Flavia Lucia Ferreira da Silva, Ivania da Silva, Rosangela do Nascimento Aguilera Olivares Martins, Renata Cristiane de Oliveira Olinda, Valdilea Nascimento Torquato Machado, Joselia Gomes Monteiro, Fernanda Elvina de Morais, Sheila Mereles da Fonseca, Amanda Martins Borges, Elaine Neves de Oliveira Michelan, Elaine Cristina Teixeira Scopin, Claudete Gissi, Karina Ribeiro Alvarenga, Hebe Thais Pereira Dias, Graciela de Oliveira Teixeira, Silvia Araujo Santos, Heidi Ribeiro Pereira, Lucilene Neres Gastão, Elisabete Farias Alves dos Santos, Tiago Matos do Carmo, Emanoel da Anunciação Fraga Lopes, Vanessa Regina de Melo Santos, Rodrigo Santana Rodrigues Maciel, Admajara Carvalho dos Santos, Bruna Soares Rodrigues dos Santos, Andrea Cassandre Batista, Devanir Alves Lima, Aline Lima da Costa Santos, Tais Silva Santos, Karen Berbek do Nascimento, Raiane Carolina Felicio de Oliveira, Nilza Ferreira Leite Rodrigues, Silvia Regina Robreira de Souza, Adriana Maria do Nascimento Tinti, Maria José de Andrade Porto, Lara Cristilhane Barris Henrique Nunes, Silvia Helena Rufino, Marcia Alexsandra Sparrapan Santos, Sueli de Freitas Lourenço, Fernanda da Silva Dias, Lidia Katarina Giusti, Aline Lidia dos S. Resende, Ariadne de Souza Silva, Luciana Camargo Borges, Maria Marciana de Lima Ferreira, Eliane Cruz dos Santos, Valeria Rodrigues da Silva, Marcia Regina Cremm de Assis Santos, Fernanda Candida Brandão, Valdenice Costa dos Santos, Marli de Jesus Souza Albuquerque, Evelyn Sacramento de Oliveira, Elisangela Bazoti Severo, Hilene Pereira dos Santos, Andrea Cristina Guize Prisco, Solange de Souza Santos, Gisele Araujo Pereira, Claudia Teixeira da Silva, Cleise Gonçalves Passos, Emerson Santos da Silva, Thatiane dos Santos Silva Camargo, Marcia Portella Ivaldo, Eliana de Jesus Mendes Aleixo, Andreia Bonatto Gouvea, Teresa Cristina Carvalho dos Reis, Michele Vasques Farias, Ivanete Ataide Antunes Souza, Arlete Gonçalves do Nascimente Barros, Kelly Bianca Regiani de Almeida Batista, Hellen Dias Egon, Karen Aparecida Tagliatti dos Santos, Valdeci José de Lima, Leticia Aparecida Barcarollo Gualtieri, Maria de Lourdes de Oliveira, Maria Virlandia de Lacerda Espinola, Ana Maria Alves Patussi da Silva, Daniele Grilo, Lilian Faquim, Maria Inez Elias Medrado, Luciana Ribeiro da Silva Santos, Soraia Regina Sylvestrin Andrade, Lidia de Jesus Ferreira Netto, Silvia Renata Ramos Navarro Martinez, Michele Buzato das Neves, Maria de Lourdes Soares Bastos, Rosana Silva dos Santos, Isis Boscolo dos Santos, Vanessa dos Santos Andrade, Adriana Carvalho de Alcantara Roque, Luiz de Santana Lima, Patricia Fernanda Leite dos Santos, Maria da Luz Oliveira Anacleto Rocha, Regina Sueli Heguedusch de Oliveira, Lucia Helena da Silva Rescia, Marilene Maria Gonçalves Leite Oliveira, Herica Oliveira Santos, Miriam Cristina Silva Machado de Medeiros, Ivone Gomes de França, Eliana de Oliveira Lopes Gomes, Terezinha Braz Lima, Rosangela Maria Luiz de Andrade, Ana Cecilia Negrao Silva, Nadir Ferreira dos Santos, Liliane Andrea Huang de Azevedo Mimoto, Evanilde da Silva Nunes, Eliane Santos de Sousa, Carmelita Gomes de Souza Silva, Mirian Souza Donas, Alessandra Maria Amorim, Beatriz Cristina da Rocha, Cristina Divito Machado, Luciene Santos da Silva, Elaine Caldeira Gonçalves de Oliveira, Fabiana Duarte Coimbra, Ana Paula Aparecida Ciriaco Prates Moraes, Andre de Souza Viana, Gessica de Cassia Marcheti Queiroz, Mario Ferreira Mendes, Adelaide Borges da Cruz Gonçalves, Laudiceia Araujo Gomes, Maria Aparecida da Silva, Jaqueline Queiroz Marques, Eliana Aparecida Moreira, Ruzinete de Jesus Reis, Cleide Aparecida Garcia de Almeida, Elizabete de Jesus Santos, Simone Adriana Rezende de Souza Gouvea, Maria Andrea Viana, Maria de Fatima Oliveira, Elisangela Silva Reis Patez, Ednilza Baptista dos Santos, Cristiane Santana Savi, Andreza Fascina Pimentel, Andreia de Moraes Pinto, Rosileide Ferreira dos Santos Almeida, Lidiane de Oliveira Alencar Vieira, Fernanda Aparecida dos Santos Aguiar, Varlessa Barbosa Gualiato, Jorivan Pedro Coelho Torres, Cristiane Pitteri, Viviane Marques Franco Lima, Vilda Nascimento de Oliveira, Fernanda Carolina Mendes de Morais, Raquel de Sousa Oliveira, Sineia da Silva Pereira, Gisele Aparecida Ramos de Albuquerque, Gisele Carriel Soares de Oliveira, Erica Gonçalves das Neves, Bruna Lais Profito de Souza, Talita Santana da Silva, Elaine Pereira Costa, Jessica Pinheiro Chaves, Diana Alves Barboza, Ana Carolina dos Santos Miranda, Elaine Cristina Azedia, Irani Portugal dos Santos Felippe, Francisca Magalhães de Oliveira Costa, Celia Aurea de França, Silvana dos Santos, Maria de Lourdes Rocha Domingues, Maria Aparecida Araujo Pereira Borgui, Adriana Teresinha Veronez, Cecilia Valeria de Campos Oliveira, Maria Aparecida Thome Cruz, Luciana Gama da Costa, Sergio de Sousa, Djenani Xavier Silva, Cleide Almerita da Silva Borges, Luciana Januario Moreira, Renata Amanda Moreno Oliveira, Maria Vanuzia Nascimento Silva, Rejane Maria Nascimento Soares, Kelly Regina Bertini, Jane Patricie Marques Martins, Elsana Aparecida Alves de Medeiros, Rosileide Pereira dos Santos Lourenço, Marco Antonio Siqueira, Andrea Chiquito Buassali, Maria Girlei Jesis de Souza, Sheyla Santos Vasconcellos, Cristiana de Carvalho Nascimento, Divani Bezerra da Silva, Cristina da Silva Alexandre Lima, Cirlene dos Santos Silva Farias, Ana Paula Santana dos Santos, Maria Eduarda Nardes, Valeria dos Santos Felipe Silva, Elisangela Magalhães Missias, Lubia da Silva Lessa Mereles, Francisca Agleivany Peres Monteiro, Franciane Santiago Guerra, Marcelo Teixeira da Silva, Claudete de Figueiredo, Cicera Fabia de Souza Ambrosio, Karen Rochelle Zenaro, Tatiane Garcia Diniz Silva, Vanessa Cristina da Silva Teixeira Ferreira, Magali Ramos das Neves Torres, Fabricia Gomes Aguilar de Almeida, Neliana Guimarães Perondi Contini, Ivanete Valencio de Oliveira, Wanderleia Gonçalves Ribeiro, Carina Clair Calesso Menezes Clemente, Gretchen Marcia de Souza Moura, Cibele Rosa de Almeida, Gisele Deodato dos Santos Barreto Funchal, Givaldo da Silva, Cilene Maria Lima Barbosa, Karina Torres, Luciana Gouveia de Sousa, Sibele de Oliveira Lima Silva, Elaine Neubert Bassetto, Cirlene Coelho Sanches Dias, Kellyhwygen Tadach Araujo de Oliveira Alves, Mailde Nunes da Cruz, Patricia Souza do Carmo Leite, Michele Almeida dos Santos, Anezia Aparecida Oliveira Silva, Tassia Cristina Rodrigues Polo, Graciele Belmiro de Souza Pereira, Clhilyane Santos Sousa Rocha, José Nilton Gracenio da Silva, Ariane Cristina Machado, Renata Silva Ribeiro Oliveira, Izabel Cristina dos Santos Maximiano, Sabrina Figueiredo dos Santos, Maiara Ingridi da Rosa, Talita Coelho Batista, Danila Ambrosia Bispo, Amanda Salvador Lopes, Bruna de Oliveira Belido, Rayane Acsa Barbosa, Bianca Pedrozo Lanchoti, Maria Gonçalves Vieira Cardoso, Izabel Cristina Gallo Salmazi, Maria Lurdes Ana de Jesus Silva, Sueli Cristina Lombo, Maria das Graças Freire, Maria Clara Revez Guedes, Maria dos Anjos Bispo de Almeida, Marisete Novaes Bomfim, Ana Maria da Silva Costa, Marta Leda Pinheiro, Sergio Augusto de Lima, Lucia Conceição Leonardo dos Santos, Isabel Cristina Pereira da Silva, Maria Cleilda Gomes Araujo, Marcia Aparecida Macedo de Souza, Ana Angelica Maria de Almeida, Norma Cristina Maciel, Nivair Gonçalves de Ramos, Regiane Henriques Machado, Angela D'Angelo Lopes, Donatila Castro Marques, Sonia Maria dos Santos, Geane Messias dos Santos Moreno, Regina Paula Melo Martins, Maria Iris Duarte Pereira Fernandes, Sara Alves Moreira, Claudeineia de Souza Oliveira, Neilor Rito da Silva, Kelma Baia, Lecia Ferreira de Lima, Celia dos Santos Silva, Adriana Mataragia Amorim, Stella Rodrigues de Macedo, Andrea Aparecida Moguinho Rodrigues, Egrimaria Pereira dos Santos, Paula Aparecida Estevão Casimiro dos Santos Santana Pimentel, Patricia Ferreira da Rocha Gonçalves, Sandra Aparecida da Silva, Carmem Esmera Scarpini, Solange Maria de Paula Oliveira, Karina Bueno Pereira, Ana Graziele Dias de Oliveira, Roberta Ginetti de Oliveira Teixeira, Tarcila Tavares dos Santos, Cristiana Rodrigues Ferreira de Lima, Eclideia Silva Aguiar, Rosineire Josefa da Silva Santana, Gisele de Almeida Ferreira, Alexandra Pereira Galindo, Juliana Paixão Conceição, Mirian Leal Bezerra, Vanessa Aparecida Siqueira Ramos, Perola da Silva Souza, Elen Alda Viana Mendes, Juliana Carvas Abir, Graziela Ramos de Oliveira Santana, Renata da Conceição Amaro, Kelly Cristina Cristine de Carvalho Severiano, Juliana Mesquista de Oliveira, Camila Lima de Matos, Camila Moreira de Almeida Granja, Denise de Almeida Rittmeyer, Lais Pereira da Silva, Edneia dos Santos Lucena, Livia Riany Souza dos Santos, Denise Leal Maia, Poliana Arruda Cordeiro, Danilo Vital Santos, Camilla Ribeiro Pantaleão da Silva, Claudimara Santana de Barros, France Rocha de Carvalho, Lucimara Alves de Faria, Maria Jorgina Martins, Janete Aparecida dos Santos, Vania Siano Castro, Iara Aparecida da Silva, Valquiria Marquioli de Moraes Araujo, Maria José Pereira Borges, Eliana Guize Busquete, Luciana Aparecida de Araujo Bento, Rosangela Vieira da Silva, Ana Claudia Flores dos Santos, Regiane Calsolari de Oliveira Rocha, Shirleu Teixeira da Silva, Claudia Peinado da Silva Gatto, Lucinete Gonçalves dos Santos, Debora Costa Pereira, Rita de Cassia Rodrigues, Aparecida Guarani Adorno Alencar, Claudineia Vieira de Almeida, Leonardo Lobo, Cleide Rodrigues, Norma Luiza Sebastião, Fabiana Cristina Marçal de Oliveira, Marli Aparecida Bernardo Lima, Adriana Amaral Bento, Cileide Aparecida Alves Moura, Sueli Aparecida Veloso Campmann, Liliane Paes Lima, Rita de Cassia Silva de Souza, Silvia Regina de Freitas, Camili Nascimento da Silva, Eliane Miranda Pinto de Queiroz, Priscila Vital, Simone Maria Silva Sena, Barbara Cunha, Arlane Marques Lopes, Daniela Dias Prando, Andreza Novais de Oliveira, Vanessa Eliana Gonçalves Martins, Bruno Nascimento dos Santos, Jessica Cristina Rodrigues de Andrade, Camila Silva de Miranda, Carolina Carol de Oliveira Cruz, Jessica Caroline Norberto do Nascimento, Lidia Nadia de Lima Leal Sousa, Roseane Paixão da Conceição, Gabriela Rodrigues Cruz, Kleberson Durval Bispo, Thawany Tenorio Carvalho; PEB II – Educação Artística: Luciana Maria de Oliveira Ananias, Tatiane Aparecida Viana Santos, Carolina Viana Fiori, Sueli Aparecida Actum, Silvia Cristina de Souza de Paula, Marluca dos Anjos Ribeiro da Silva, Marcia Cristina Chican Cunha, Elaine Miguel Pereira de Queiroz, Aline Tupina de Lima Izaias, Debora Mendes de Matos, Ane Caroline da Silva Cruz, Ana Maria dos Santos, Shirlei Moura da Costa, Kelly Cristina Rocha, Regiane Aparecida Ramos da Silva; PEB II – Educação Física: Helio Cesar Romero Peres, Adriana da Silva Araujo, Danilo Augusto Vaz, Angela Guilherme da Silva, Douglas Rodrigo Gil, Guilherme França de Vasconcelos, Gabriela Sá Teles Nascimento, Rodrigo Dias Fernandes; PEB II – Inglês: Emilia Gabriela Oliveira Alves, Clicia Carlos Chiconato, Amanda dos Santos Moura, Eliane Pereira dos Santos, Gabriela Carloto Araujo, Vanessa de Carvalho Monteiro, Andrea Cristina Duarte Cardodo, Marcelo Figueiredo da Silva, Maria Gilvandra Vieira Alves dos Santos, Catarina Comparut Dab Ribeiro, Mairielle Lopes da Rocha Lima, Aparecido Eliezer de Moraes, Grecia Marques, Claudio Aparecido Faian, Maria Gilvaneide Rodrigues da Silva, Auderler My Lei Rodrigues Yip Pereira, Pablo Pontes Ferraz; Procurador do Município – Classe I: Vinicius Magalhães Gonçalves EXERCÍCIO: 2019 EDITAL: 01/2017 MPC: Ato Normativo 06/2014 - PGC INSTRUÇÃO: DF-05/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-025329/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEIS: Marcos André Breda – Dirigente Beatriz de Lourdes Nascimento Borlina Bernardi – Diretora de Previdência e Atuária ASSUNTO: Apostila Retificatória de Aposentadoria INTERESSADA: Andrea Giaretta Chirumbolo EXERCÍCIO: 2020 MUNICÍPIO: Paulínia MPC: Ato Normativo n.° 006/14 - PGC INSTRUÇÃO: UR-03/DSF-II ADVOGADOS: Leonardo Jenichen de Oliveira – OAB/SP 428.931; Paula Ferreira dos Santos – OAB/SP 432.210

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na s

01/2018 MPC: Ato Normativo 06/2014 - PGC INSTRUÇÃO: UR-15/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-026325/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Salesópolis RESPONSÁVEL: Vanderlon Oliveira Gomes - Prefeito ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso (Admissões Subsequentes) INTERESSADOS: Inspetor de Alunos: Celia Regina Santos Fonseca Melo; Professor de Educação Infantil: Andrea Aparecida da Silva de Oliveira, Eliane da Silva dos Santos; Servente: Shirley Luzia Pereira, Sandra Helena Cyrino, Juliana Aparecida Mariano Venâncio de Almeida EXERCÍCIO: 2019 EDITAL: 01/2016 MPC: Ato Normativo 06/2014 - PGC INSTRUÇÃO: UR-07/DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendo à Origem que adapte os contratos de trabalho/atos de admissão e os Termos de Ciência e Notificação aos exatos termos das Instruções que estiverem vigentes na data da admissão. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

COMUNICADOS DE CARTÓRIOS

COMUNICADOS DO CARTÓRIO DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

COMUNICADO DO CARTÓRIO DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

O Cartório do CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO faz saber, em conformidade com a Resolução nº 01/2005, publicada no DOE de 29/04/2005, que, no período de 17/10/2020 a 14/12/2020, transitaram em julgado as decisões proferidas nos seguintes processos:

TC-000013895/026/05; PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA; CONTRATO; SIOUX MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA; 2004;

TC-000033687/026/06; GABINETE DO SECRETARIO; CONTRATO; VETEC ENGENHARIA LTDA; 2006;

TC-000010764/026/07; PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES; CONTRATO; CONSTRUTORA KAMILOS LTDA; 2007;

TC-000044695/026/07; CIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS; CONTRATO; ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA; 2007;

TC-000001468/005/08; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; CONTRATO; ENCALSO CONSTRUCOES LTDA; 2008;

TC-000001469/005/08; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; CONTRATO; CONSTRUTORA ETAMA LTDA; 2008;

TC-000000041/011/08; PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; FUNDACAO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SAO JO-SE DO RIO; 2006;

TC-000023856/026/08; GABINETE DO SECRETARIO; CONTRATO DE GESTAO; A CASA MUSEU DE ARTES E ARTEFATOS BRASILEIROS; 2008;

TC-000001147/007/09; URBANIZADORA MUNICIPAL SA DE SAO JOSE DOS CAMPOS; CONTRATO; VIOBRAS CONSTRUCOES LTDA; 2009;

TC-000043519/026/09; GABINETE DO COORDENADOR - GESTAO DE CONTRATOS DE SERV.SAUDE; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; ASSOCIACAO BENEFICENTE CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA; 2008;

TC-000800203/519/09; PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELOPOLIS; APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL; 2009;

TC-000001432/002/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; CASA DA CRIANCA DE BARRA BONITA - SP; 2009;

TC-000002679/003/10; FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP FUNCAMP; ADMISSAO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO; 2009;

TC-000000535/012/10; CAMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-ACU; REPRESENTACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-ACU; 2010;

TC-000000627/014/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO; CONTRATO; VIACAO NA MONTANHA LTDA; 2006;

TC-000018404/026/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO; 2010;

TC-000038187/026/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA; CONTRATO; COLISEU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.; 2010;

TC-000043459/026/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONTRATO; CONSORCIO TCRE PROMAPEN SBC; 2010;

TC-000800038/052/10; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE; APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL; 2010;

TC-000001998/003/11; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS; CONTRATO; DSF DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS FISCAIS LTDA; 2011;

TC-000000362/007/11; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO; CONTRATO; AUTO VIACAO SAO SEBASTIAO LTDA; 2011;

TC-000000397/012/11; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-ACU; CONTRATO; DIRLEI TRANSPORTES LTDA - ME; 2009;

TC-000015925/026/11; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO; 2010;

TC-000017251/026/11; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO DO GRANDE; 2011;

TC-000000728/003/12; PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; PRO SAUDE ASSOCIACAO BENEFICIENTE DE ASSIST SOC E HOSPITALAR; 2011;

TC-000000866/010/12; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA; CONTRATO; FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E DA COM; 2003;

TC-000002985/026/12; INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERV.PUBL.DO MUNIC.DE ASSIS; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2012;

TC-000003597/026/12; INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2012;

TC-000016198/026/12; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO D; 2012;

TC-000001716/002/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-TERMO DE PARCERIA; INSTITUTO DE GESTAO DE PROJETOS DA NOROESTE PAULISTA; 2012;

TC-000001716/002/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-TERMO DE PARCERIA; INSTITUTO DE GESTAO DE PROJETOS DA NOROESTE PAULISTA; 2012;

TC-000001084/010/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LEME; 2010;

TC-000000330/026/13; CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2013;

TC-000000748/026/13; INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE JALES; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2013;

TC-000003845/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO; CONTRATO; AUTOP COMERCIO DE AUTO PECAS E SERVICOS LTDA EPP; 2008;

TC-000003847/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO; CONTRATO; EFFECTOR COMERCIAL DE PECAS LTDA; 2008;

TC-000005223/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO; 2011;

TC-000006264/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO DO GRANDE; 2011;

TC-000006511/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; SEHAL SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO ABC; 2012;

TC-000009238/026/13; GABINETE DO COORDENADOR - COORDENADORIA REGIOES DE SAUDE; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA; 2013;

TC-000010279/026/13; JOAO GRANDINO RODAS; RESCISAO DE JULGADO; UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-REITORIA; 2013;

TC-000010279/026/13; JOAO GRANDINO RODAS; RESCISAO DE JULGADO; UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-REITORIA; 2013;

TC-000010279/026/13; JOAO GRANDINO RODAS; RESCISAO DE JULGADO; UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-REITORIA; 2013;

TC-000018644/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS; CONTRATO; ERA TECNICA ENGENHARIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA; 2012;

TC-000024002/026/13; GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS; CONTRATO; FUNDACAO ESCOLA SOCIOLOGIA POLITICA DE SAO PAULO; 2013;

TC-000040966/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-TERMO DE PARCERIA; INSTITUTO DE SAUDE E MEIO AMBIENTE; 2012;

TC-000041793/026/13; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO DO GRANDE; 2012;

TC-000002945/003/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA; CONTRATO; COMERCIAL DAMBROS LTDA.; 2014;

TC-000002197/009/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE; CONTRATO; CASTELLUCCI FIGUEIREDO E ADVOGADOS ASSOCIADOS; 2013;

TC-000000950/013/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE; CONTRATO; MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS; 2012;

TC-000000568/020/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; SOLOVIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA; 2014;

TC-000014987/026/14; CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP; CONTRATO; CONSORCIO COBRAPE-VIZCA; 2014;

TC-000015590/026/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI; CONTRATO; FERNANDO PENA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.; 2011;

TC-000021072/026/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA; CONTRATO; AGRO COMERCIAL DA VARGEM LTDA; 2012;

TC-000025425/026/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA; CONTRATO; EXPRESSO TRANSPORTES KACULLA LTDA; 2014;

TC-000035243/026/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS; CONTRATO; EDITORA MELHORAMENTOS LTDA; 2013;

TC-000037669/026/14; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS; CONTRATO; CONSTRUCOES ENGENHARIA E PAVIMENTACAO ENPAVI LTDA; 2014;

TC-000005338/989/14; TRIBUNAL DE JUSTICA; APOSENTADORIA; 2013;

TC-000001013/003/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA; CONTRATO; MULTIMIL CONSTRUTORA LTDA.; 2015;

TC-000000495/006/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SIMAO; CONTRATO; CASTELLUCCI FIGUEIREDO E ADVOGADOS ASSOCIADOS; 2013;

TC-000000099/012/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; ORGANIZACAO SOCIAL E EDUCACIONAL PAULISTANA; 2012;

TC-000004692/026/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; UNIAO DOS MORADORES DA VILA ZEFERINA; 2013;

TC-000002095/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; SMILE TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2014;

TC-000002096/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; ROSOLEN TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2014;

TC-000002097/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; SMILE TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2014;

TC-000002098/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; ROSOLEN TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2014;

TC-000002099/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; SMILE TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2015;

TC-000002100/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; ROSOLEN TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2015;

TC-000002102/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; SMILE TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2015;

TC-000002103/989/15; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SUMARE; ADITAMENTO; ROSOLEN TRANSPORTES E TURISMO LTDA; 2015;

TC-000005307/989/15; CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2015;

TC-000005311/989/15; DESENVOLVE SP-AGENCIA DE FOMENTO DO EST.DE SAO PAULO S.A.; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2015;

TC-000005495/989/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE; CONTRATO; HEBROM CONSTRUCOES LTDA; 2015;

TC-000005955/989/15; HEBROM CONSTRUCOES LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE; 2015;

TC-000006383/989/15; PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA; CONTRATO; TETO CONSTRUTORA S/A; 2015;

TC-000009521/989/15; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; CONTRATO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2015;

TC-000010028/989/15; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; 2015;

TC-000000256/989/16; FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; COORDENADORIA REGIONAL DAS OBRAS DE PROMOCAO HUMANA - CROPH; 2014;

TC-000000458/989/16; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2016;

TC-000002791/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; ADITAMENTO; ASSOCIACAO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA; 2016;

TC-000003451/989/16; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE GUARATINGUETA; PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO VLR.INF; 2014;

TC-000004290/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS; CONTAS MUNICIPAIS; 2016;

TC-000005411/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONV.-REPASSES PUBL.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIVADA; CENTRO DE EDUCACAO ESTUDOS E PESQUISAS; 2016;

TC-000005738/989/16; CAMARA MUNICIPAL DE GUAPIARA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2017;

TC-000005834/989/16; CAMARA MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2017;

TC-000006720/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA; CONTAS MUNICIPAIS; 2017;

TC-000006807/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA; CONTAS MUNICIPAIS; 2017;

TC-000006837/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS; CONTAS MUNICIPAIS; 2017;

TC-000007023/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; CONTRATO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2016;

TC-000007325/989/16; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; 2016;

TC-000007358/989/16; CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP; CONTRATO; HR SERVICOS DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA; 2016;

TC-000007724/989/16; HR SERVICOS DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP; 2016;

TC-000009678/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; CENTRO DE EDUCACAO ESTUDOS E PESQUISAS; 2016;

TC-000011224/989/16; TECNOSET INFORMATICA PRODUTOS E SERVICOS LTDA; REPRESENTACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; 2016;

TC-000012929/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2016;

TC-000013296/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; CONTRATO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000013297/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; CONTRATO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000013299/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; CONTRATO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000014444/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2016;

TC-000019115/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; CONTRATO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2016;

TC-000019193/989/16; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2016;

TC-000000071/005/17; SECRETARIA DA EDUCACAO; PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO-VLR.SUP; PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO; 2015;

TC-000023436/026/17; FENIX DO BRASIL SAUDE-GESTAO E DESENVOLV POLITICAS; REVISAO DE JULGADO; ELISABETH CATANESE; 2017;

TC-000000738/989/17; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; 2016;

TC-000001776/989/17; AGENCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO S.PAULO; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2017;

TC-000001962/989/17; PIRAPORA ENERGIA S.A.; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2017;

TC-000003977/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2016;

TC-000004315/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; CONTRATO; DESAFIO JOVEM JEOVA - RAFA; 2016;

TC-000004602/989/17; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2017;

TC-000004729/989/17; DESAFIO JOVEM JEOVA - RAFA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; 2016;

TC-000006071/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; CONTRATO; COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO; 2016;

TC-000006322/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2017;

TC-000007086/989/17; COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO; 2016;

TC-000007719/989/17; FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; COORDENADORIA REGIONAL DAS OBRAS DE PROMOCAO HUMANA - CROPH; 2015;

TC-000007957/989/17; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2017;

TC-000007994/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL; CONTRATO; REDE ATIVA COMERCIO DE PETROLEO LTDA; 2017;

TC-000008060/989/17; REDE ATIVA COMERCIO DE PETROLEO LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL; 2017;

TC-000008349/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; ADITAMENTO; DESAFIO JOVEM JEOVA - RAFA; 2017;

TC-000009639/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2017;

TC-000009974/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-AUX/SUB/CONTR; IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PAULO DE FARIA; 2015;

TC-000011646/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL; ADITAMENTO; REDE ATIVA COMERCIO DE PETROLEO LTDA; 2017;

TC-000012884/989/17; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; TERMO DE RESCISAO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2017;

TC-000016565/989/17; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2017;

TC-000018436/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO NORTE; CONTRATO; CCF SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI; 2015;

TC-000018708/989/17; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2017;

TC-000019040/989/17; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI; ADITAMENTO; MRDN CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIR; 2017;

TC-000020732/989/17; FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR"CHOPIN TAVARES DE LIMA"; CONTRATO; BR MAC COMERCIAL IMPORTADORA DE MATERIAS PRIMAS QUIMICAS FAR; 2017;

TC-000021533/989/17; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; HOSPITAL NOSSA SENHORA DA DIVINA PROVIDENCIA - ASSOCIACAO LA; 2015;

TC-000005694/026/18; CARLOS ALBERTO TAINO JUNIOR; REVISAO DE JULGADO; CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO; 2018;

TC-000006266/026/18; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; CONVENIO-REPASSES A ORGAOS PUBLICO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2009;

TC-000001902/989/18; BR MAC COMERCIAL IMPORTADORA DE MATERIAS PRIMAS QUIMICAS FAR; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR"CHOPIN TAVARES DE LIMA"; 2017;

TC-000001953/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRA; CONTRATO; COMPANHIA ULTRAGAZ S/A; 2017;

TC-000002131/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; ADITAMENTO; DESAFIO JOVEM JEOVA - RAFA; 2017;

TC-000002446/989/18; EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA S/A- EMAE; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2018;

TC-000004092/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004195/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004209/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004243/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-ACU; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004283/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CORRENTE; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004470/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004491/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIBA; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004531/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA; CONTAS MUNICIPAIS; 2018;

TC-000004712/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDOES; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000004914/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE PIQUEROBI; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000004964/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000005002/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE TACIBA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000005070/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE GUARANI D´OESTE; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000005146/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE VARGEM; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000005219/989/18; CAMARA MUNICIPAL DE TIETE; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2018;

TC-000007558/989/18; GABINETE DO COORDENADOR - GESTAO DE CONTRATOS DE SERV.SAUDE; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; FUNDACAO APOIO ENSINO PESQ HOSP CLINICAS RIB PRETO; 2015;

TC-000007559/989/18; GABINETE DO COORDENADOR - GESTAO DE CONTRATOS DE SERV.SAUDE; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; FUNDACAO APOIO ENSINO PESQ HOSP CLINICAS RIB PRETO; 2016;

TC-000007808/989/18; COMPANHIA ULTRAGAZ S/A; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRA; 2017;

TC-000009172/989/18; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2018;

TC-000010698/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA; CONTRATO; CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE; 2018;

TC-000010816/989/18; FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR"CHOPIN TAVARES DE LIMA"; CONTRATO; BR MAC COMERCIAL IMPORTADORA DE MATERIAS PRIMAS QUIMICAS FAR; 2018;

TC-000011237/989/18; CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA; 2018;

TC-000012241/989/18; SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SJRP; ADITAMENTO; CENTROPROJEKT DO BRASIL S/A; 2018;

TC-000013331/989/18; BR MAC COMERCIAL IMPORTADORA DE MATERIAS PRIMAS QUIMICAS FAR; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR"CHOPIN TAVARES DE LIMA"; 2018;

TC-000014632/989/18; ADEMIR ALVES LINDO; RECURSO ORDINARIO; PRODEX CONSTRUTORA E COMERCIAL LTDA; 2012;

TC-000017492/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRA; ADITAMENTO; COMPANHIA ULTRAGAZ S/A; 2018;

TC-000018760/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA; RECURSO ORDINARIO; 2018;

TC-000020519/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; ADITAMENTO; DESAFIO JOVEM JEOVA - RAFA; 2018;

TC-000022276/989/18; LUIZ CARLOS VIEIRA SOBRINHO; RESCISAO DE JULGADO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA; 2018;

TC-000023951/989/18; INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA SERV PUBL ESTADUAL; CONTRATO; SOCIEDADE PARA A EXCELENCIA DA SAUDE E MEDICINA LTDA; 2018;

TC-000024073/989/18; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2018;

TC-000024320/989/18; SOCIEDADE PARA A EXCELENCIA DA SAUDE E MEDICINA LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA SERV PUBL ESTADUAL; 2018;

TC-000006201/026/19; SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA; PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CONTRATO GESTAO; ASSOCIACAO MUSEU DE ARTE SACRA DE SAO PAULO-SAMAS; 2017;

TC-000006576/026/19; COMPANHIA DESENVOLVIMENTO HAB URB EST SAO PAULO; PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO-VLR.SUP; PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIANOPOLIS; 2016;

TC-000009099/026/19; UNIVERSIDADE DE TAUBATE; REVISAO DE JULGADO; NARA LUCIA PERONDI FORTES; 2019;

TC-000000213/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRA; ADITAMENTO; COMPANHIA ULTRAGAZ S/A; 2018;

TC-000000912/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BOCAINA; 2017;

TC-000001378

TC-000001385/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO; ADITAMENTO; MIXCRED ADMINISTRADORA LTDA; 2014;

TC-000005044/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005051/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANCA DO SUL; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005129/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE GUAREI; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005202/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOLANDIA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005274/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJO; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005314/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005341/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE TABAPUA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005375/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE ALTINOPOLIS; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005437/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE NANTES; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005457/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE PORANGABA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005534/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE MONTE ALTO; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000005617/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA; CONTAS DE CAMARA MUNICIPAL; 2019;

TC-000007076/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000007078/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000007080/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000008331/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO; ADITAMENTO; MIXCRED ADMINISTRADORA LTDA; 2015;

TC-000009967/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA; ADITAMENTO; CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE; 2018;

TC-000010034/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA; ADITAMENTO; CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE; 2018;

TC-000012208/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012209/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012210/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; ASSOCIACAO DE MULHERES BAMBINAS DE ITAQUA; 2019;

TC-000012212/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012213/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012214/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012215/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012216/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012217/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012218/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012219/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012220/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012221/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012222/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012224/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012225/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012226/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012226/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012227/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012228/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012229/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012231/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000012485/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; ASSOCIACAO RIOPRETENSE DE PROMOCAO DO MENOR - ARPROM; 2016;

TC-000012770/989/19; JOSE IZIDRO NETO; REEXAME; 2019;

TC-000013732/989/19; INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA SERV PUBL ESTADUAL; TERMO DE RESCISAO; SOCIEDADE PARA A EXCELENCIA DA SAUDE E MEDICINA LTDA; 2019;

TC-000014251/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000016257/989/19; CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000017308/989/19; INSTITUTO APOIO SOCIAL; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA; 2019;

TC-000017466/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO; CONTRATO; SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA; 2019;

TC-000017794/989/19; SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO; 2019;

TC-000018047/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SALESOPOLIS; ADITAMENTO; JOTERRA PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM EIRELI; 2018;

TC-000018124/989/19; FUNDACAO DE APOIO A CIENCIAS HUMANAS EXATAS E NATURAIS; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2018;

TC-000018143/989/19; FUNDACAO DE APOIO A FACULDADE DE EDUCACAO DA USP FAFE; BALANCO GERAL DO EXERCICIO; 2019;

TC-000018736/989/19; CELSO PIRANI PASSOS; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES; 2019;

TC-000019110/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; DEMAX SERVICOS E COMERCIO LTDA; 2015;

TC-000019117/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; DEMAX SERVICOS E COMERCIO LTDA; 2017;

TC-000019121/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; DEMAX SERVICOS E COMERCIO LTDA; 2015;

TC-000019122/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; DEMAX SERVICOS E COMERCIO LTDA; 2015;

TC-000019124/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS; CONTRATO; DEMAX SERVICOS E COMERCIO LTDA; 2015;

TC-000019420/989/19; FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR-CG/TP/CV/TC/TF-VLR.INF; CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRACAO SOCIAL DA CRIANCA PER; 2016;

TC-000019433/989/19; GABINETE DO SECRETARIO; ADITAMENTO; SPDM-ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA; 2018;

TC-000019916/989/19; DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A; CONTRATO; CAPGEMINI BRASIL S/A; 2018;

TC-000020431/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000020721/989/19; CAMARA MUNICIPAL DE BARUERI; CONTRATO; IVANDRO DA SILVA TEIXEIRA; 2019;

TC-000020785/989/19; IVANDRO DA SILVA TEIXEIRA; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; CAMARA MUNICIPAL DE BARUERI; 2019;

TC-000021115/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; RETIRRATIFICACAO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000021125/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; ADITAMENTO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000021137/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; ADITAMENTO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2017;

TC-000021164/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; ADITAMENTO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2018;

TC-000021173/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; ADITAMENTO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2019;

TC-000021340/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; RETIRRATIFICACAO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000021535/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI; RETIRRATIFICACAO; DIGITAL JUNDIAI LTDA; 2016;

TC-000022492/989/19; CAPGEMINI BRASIL S/A; ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL; DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A; 2018;

TC-000022538/989/19; DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A; ADITAMENTO; CAPGEMINI BRASIL S/A; 2019;

TC-000023124/989/19; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO-VLR.SUP; HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE MEDICINA DA USP; 2016;

TC-000023292/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOVALINA; REEXAME; 2017;

TC-000023582/989/19; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; PREST.CONTAS-REP.TERC. SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROVIDENCIA DE DEUS; 2017;

TC-000023779/989/19; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; PREST.CONTAS-REP.TERC. SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO NA PROVIDENCIA DE DEUS; 2018;

TC-000024189/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2019;

TC-000024594/989/19; SERVICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE ARARAS; RECURSO ORDINARIO; 2019;

TC-000025174/989/19; HOSPITAL GERAL DR. MANOEL BIFULCO DE SAO MATEUS; ADITAMENTO; MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI; 2016;

TC-000025175/989/19; HOSPITAL GERAL DR. MANOEL BIFULCO DE SAO MATEUS; ADITAMENTO; MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI; 2016;

TC-000025181/989/19; HOSPITAL GERAL DR. MANOEL BIFULCO DE SAO MATEUS; ADITAMENTO; MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI; 2018;

TC-000025184/989/19; HOSPITAL GERAL DR. MANOEL BIFULCO DE SAO MATEUS; ADITAMENTO; MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI; 2019;

TC-000026443/989/19; PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI; PREST.CONTAS-REP.TERC.SETOR/ENTIDADE PRIV-CONVENIO; SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI; 2017;

TC-000000208/989/20; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; ADITAMENTO; HOSPITAL REGIONAL DE ILHA SOLTEIRA - ASSOCIACAO LAR SAO FRAN; 2019;

TC-000001113/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2020;

TC-000001701/989/20; UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-REITORIA; AGRAVO; 2020;

TC-000001822/989/20; JOSE IZIDRO NETO; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2016;

TC-000001994/989/20; LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA; REEXAME; 2017;

TC-000007650/989/20; LUIZ CARLOS VIEIRA SOBRINHO; RECONSIDERACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA; 2012;

TC-000008057/989/20; SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV; APOSENTADORIA; 2017;

TC-000008345/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO; RETIRRATIFICACAO; SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA; 2019;

TC-000008648/989/20; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SAO JOSE DOS CAMPOS; ADMISSAO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO; 2019;

TC-000008863/989/20; EDGAR DE SOUZA; REEXAME; 2017;

TC-000009813/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA; ADITAMENTO; MAGON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2020;

TC-000010200/989/20; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MARILIA; CONVENIO-REPASSES A ORGAOS PUBLICO; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA; 2020;

TC-000011120/989/20; COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA; CONV.-REPASSES PUBL.TERC. SETOR/ENTIDADE PRIVADA; SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PINDAMONHANGABA; 2020;

TC-000011596/989/20; SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV; APOSENTADORIA; 2017;

TC-000013354/989/20; DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE AMERICANA; PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CONVENIO VLR.INF; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D´OESTE; 2018;

TC-000013444/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE ICEM; RECURSO ORDINARIO; 2017;

TC-000013600/989/20; RENATA ANCHAO BRAGA; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000014282/989/20; EDMILSON PEREIRA ALVES; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BONIFACIO; 2014;

TC-000014499/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL; RECURSO ORDINARIO; RAQUEL MORAIS BOM DODOPOULOS; 2018;

TC-000014851/989/20; FUNDACAO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA; RECURSO ORDINARIO; JOSE CARLOS NARDI; 2018;

TC-000014946/989/20; LAIS SALES DO PRADO E SILVA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; CIA REGIONAL ABASTECIMENTO INTEGRADO SANTO ANDRE; 2020;

TC-000014948/989/20; ADAILTON CESAR MENOSSI; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS; 2014;

TC-000015021/989/20; MARCIO GUSTAVO BERNARDES REIS; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA; 2020;

TC-000015046/989/20; ANTONIO JOSE PEREIRA; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000015172/989/20; CONFEDERACAO NACIONAL DE ENTIDADES COMUNITARIAS; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2020;

TC-000015175/989/20; CONFEDERACAO NACIONAL DE ENTIDADES COMUNITARIAS; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2020;

TC-000015352/989/20; MARIA ISABEL LOPES REPIZO; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE TANABI; 2020;

TC-000015391/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU; RECURSO ORDINARIO; CONSTREX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA; 2019;

TC-000015420/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL; RECURSO ORDINARIO; DORIVALDO BOTELHO; 2016;

TC-000015459/989/20; ADEMIR ALVES LINDO; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA; 2020;

TC-000015460/989/20; FUNDACAO EDUCACIONAL GUACUANA; RECURSO ORDINARIO; 2018;

TC-000015503/989/20; EMPRESA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO CAMPINAS S/A; RECURSO ORDINARIO; 2017;

TC-000015850/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000016125/989/20; DEPARTAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL DO ESTADO; COMPLEMENTACAO DE PROVENTOS - VALOR DA PENSAO; 2019;

TC-000016153/989/20; JOSE LUIZ PARELLA; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATE; 2020;

TC-000016382/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA; RECURSO ORDINARIO; 2012;

TC-000017023/989/20; ALEX EUZEBIO TORRES; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000017113/989/20; ALEX EUZEBIO TORRES; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000017118/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA; REEXAME; 2018;

TC-000017520/989/20; FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000017604/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000017605/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000017669/989/20; SOMAR ELETRICIDADE E SERVICOS LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000017998/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000018203/989/20; FUNDACAO PARA O VESTIBULAR DA UNESP; ADMISSAO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO; 2019;

TC-000018333/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000018383/989/20; TRIBUNAL DE JUSTICA; APOSENTADORIA; 2018;

TC-000018903/989/20; FELIPE AUGUSTO; RECURSO ORDINARIO; CONSITEC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA; 2020;

TC-000018911/989/20; JOAO BENEDICTO DE MELLO NETO; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2020;

TC-000018967/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000019012/989/20; SOCCER GRASS ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINIA; 2020;

TC-000019147/989/20; HOSPITAL INFANTIL"CANDIDO FONTOURA"; ADMISSAO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO; 2017;

TC-000019613/989/20; DARIL ANTONIO PRATES FILHO; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS; 2020;

TC-000019659/989/20; MAURICIO VALENTE MAIRINQUE; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000019704/989/20; O3 GESTAO AMBIENTAL LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA; 2020;

TC-000019709/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE; RECURSO ORDINARIO; 2018;

TC-000019860/989/20; WORLDCOM COMERCIAL LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA; 2020;

TC-000019934/989/20; INSTITUTO APOIO SOCIAL; EMBARGOS DE DECLARACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA; 2020;

TC-000019948/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIMPIA; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2018;

TC-000020019/989/20; COMERCIAL LICYTARE EIRELI; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDAO; 2020;

TC-000020020/989/20; HOSPITAL DR FRANCISCO RIBEIRO ARANTES EM ITU; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000020133/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO; RECURSO ORDINARIO; 2020;

TC-000020273/989/20; ADRIANO DE SOUZA LUSTOSA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000020274/989/20; MASTER CONSTRUCOES E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU; 2020;

TC-000020309/989/20; MAYFRAN LOCACAO DE VEICULOS E TRANSPORTES LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000020321/989/20; CLAUDIA REGINA ARAUJO ROLFSEN; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000020383/989/20; GLOBOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEM; 2020;

TC-000020402/989/20; JOSE LUIZ PEREZ; RECURSO ORDINARIO; PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI; 2020;

TC-000020647/989/20; UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II - HOSPITAL IPIRANGA; ADMISSAO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO; 2018;

TC-000020924/989/20; GEM ASSESSORIA & SOLUCOES EM LICITACAO LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA; 2020;

TC-000020979/989/20; CIA REGIONAL ABASTECIMENTO INTEGRADO SANTO ANDRE; EMBARGOS DE DECLARACAO; 2020;

TC-000021215/989/20; PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTANIA; RECURSO ORDINARIO; 2017;

TC-000021224/989/20; JOSE EDUARDO BELLO VISENTIN; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CESAR; 2020;

TC-000021324/989/20; FIORILLI SOFTWARE LTDA; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ADAMANTINA; 2020;

TC-000021551/989/20; LUCIA DE PAIVA MEIRA LOURENCO; EXAME PREVIO DE EDITAIS DE LICITACAO; PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA; 2020;

TC-000021557/989/20; SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; RECONSIDERACAO; 2020;

TC-000021617/989/20; FERNANDO AUGUSTO DA SILVA FERREIRA; AGRAVO; PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA; 2020;

TC-000022079/989/20; SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV; APOSENTADORIA; 2018;

TC-000023224/989/20; JAIRO APARECIDO MASCIA; AGRAVO; 2018;

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO

PROCESSO:00016885.989.19-4

CONVENENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO (CNPJ 47.492.806/0001-08)

ADVOGADO:MAURICIO CRAMER ESTEVES (OAB/SP 142.288) / NARA NIDIA VIGUETTI YONAMINE (OAB/SP 147.880) / ROGERIO MOLINA DE OLIVEIRA (OAB/SP 156.107) / VERA DENISE SANTANA AZANHA DO NASCIMENTO (OAB/SP 156.964) / MARCELO LEME DE MAGALHAES (OAB/SP 200.867) / WALLAN PEREIRA E SILVA (OAB/SP 318.869) / GILBERTO DO NASCIMENTO E SILVA (OAB/SP 341.673)

CONVENIADO(A):ASSOCIACAO CUBATENSE DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES (CNPJ 51.643.385/0001-46)

INTERESSADO(A):MARCIA ROSA DE MENDONCA SILVA (CPF 066.086.978-05)

RAQUEL REIS GONCALVES PERALTA (CPF 259.780.728-25)

ADEMARIO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 133.863.968-44)

JOSE ANTONIO D ALRIO (CPF 108.276.998-32)

ASSUNTO:Prestação de Contas do exercício 2015 do Convênio nº 020/2015 de 28/09/2015 celebrado para execução do Projeto "Inclusão, um caminho, o resgate para a vida" - Serviço de domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

EXERCÍCIO:2015

INSTRUÇÃO POR:UR-20

Trata o processo TC-016885.989.19-4 sobre a prestação de contas de recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Cubatão à entidade Associação Cubatense de Defesa dos Direitos das Pessoas Deficientes – ACDDPD, no exercício de 2015, por meio do Termo de Convênio nº 020/2015.

Em face da determinação contida no r. Despacho de 17 de abril de 2020 (evento 36), expediu-se Notificação à Senhora Raquel Reis Gonçalves Peralta, Ex-Secretária Municipal de Assistência Social de Cubatão, para que apresentasse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do Ofício CGC-SEB nº 0549/2020, as justificativas e os documentos que entendesse pertinentes para a elucidação do quanto apontado nos autos, sob pena de julgamento da matéria no estado em que se encontra.

A entrega do Ofício resultou infrutífera, consoante documentos acostados nos autos (evento 48).

Isto posto, fica Notificada a Senhora Raquel Reis Gonçalves Peralta, Ex-Secretária Municipal de Assistência Social de Cubatão, com base no artigo 91, inciso IV, da Lei Complementar estadual nº 709/93, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da última publicação deste, as justificativas e os documentos que entender pertinentes para a elucidação do quanto apontado nos autos, sob pena de julgamento da matéria no estado em que se encontra.

E para que não seja alegada ignorância é expedido o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado, por três vezes consecutivas.

Publique-se.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Auditor Valdenir Antonio Polizeli, Relator do processo e-TC-010985.989.20, que trata de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, da Prefeitura do Município de Itaberá ao Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no exercício de 2018, NOTIFICA o Atual Responsável pela Beneficiária, nos termos do artigo 36, caput, e 91, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da última publicação deste, devolva aos cofres públicos o valor de R$ 1.080.927,51 (um milhão, oitenta mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), devidamente atualizado, conforme Sentença publicada do DOE de 07/11/2020. Por se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Resolução n. 01/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br. Para que não seja alegada ignorância é expedido o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado por três vezes consecutivas.

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

Ofício expedido solicitando justificativas:

Of. 006/2020 - UR-10.5 CP Data: 11/12/2020

TC-012466.989.20-9 – Controle de Prazos das Resoluções e Instruções

Órgão: Empresa Municipal de Desenvolvimento e Habitação de Mogi Guaçu-Proguaçu S/A

Responsável: Luis Wanderley Brunheroto - Presidente

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS DO PRESIDENTE

ATOS DO PRESIDENTE

MONICA ROCHA LIMA DE ALMEIDA, RG 11.122.974-1, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Danielle Brasil Fanzeres Martins, por férias (ATO 1410/2020);

ALEXANDRE MATEUS DOS SANTOS, RG 26.714.291-2, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Andréa da Cunha Leal Kapaz, por férias (Ato 1443/2020);

GERSON FERNANDES ALVES, RG 15.148.327-9, ocupante do cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete II, do SQC-I, durante o impedimento de Cilene Aparecida Faglioni Cordeiro, por férias (ATO 1444/2020);

MATHEUS LOURENÇO PERIPATO, RG 28.627.432-2, OAB/SP nº 382602, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização - Administração, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico-Procurador, do SQC-I, durante o impedimento de Rui Vendramin Camargo, por férias (ATO 1462/2020);

CESAR EDUARDO OLIVEIRA ANDRADE, RG 13.491.047-3, ocupante do cargo de Assessor de Transporte e Segurança, do SQC-I, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Marcos Osorio dos Santos, por férias (ATO 1478/2020);

GLAUCIA ZACHEU, RG 29.581.551-6, OAB/SP nº 227309 ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico-Procurador, do SQC-I, durante o impedimento de Alexandre Kikko, por férias (ATO 1538/2020);

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 233 • São Paulo, terça-feira, 15 de dezembro de 2020

DANIELA TAVARES LIMA DE ALMEIDA, RG 34.793.492-4, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Leandro Fraguas Monteiro de Carvalho, por férias (ATO 1551/2020);

RAFAEL AZAR GIMENES, RG 42.377.798-1, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Leandro Fraguas Monteiro de Carvalho, por licença excepcional compulsória (ATO 1556/2020).

PRORROGANDO, nos termos do artigo 66 da Lei nº 10261/68, o afastamento de ISABEL CRISTINA DE SOUZA, RG 9039860581, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo, porém com ônus para o cessionário, mediante ressarcimento dos valores devidos à servidora, no período de 01/01 a 31/12/2021, SEI-9003550-02 (ATO 1463/2020).

ATOS DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

ATOS DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

DESIGNANDO:

GRACIETE UTIYAMA, RG 10.187.010-3, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Daiane Vieira Melo Costa, por férias (ATO 1553/2020);

MARGARETE SEIKO NAKANO, RG 12.666.148, exercendo a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Diretor Técnico de Divisão, do SQC-I, durante o impedimento de Sergio Kenji Nakamura, por férias (ATO 1554/2020).

ATOS DO DEPARTAMENTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

LOTANDO na Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF, a partir de 01/12/2020, ALEXANDRE D ALFONSO FERNANDES, RG 16.890.214-X, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização - Administração, do SQC-III, do QSTC (ATO 1483/2020).

DESIGNANDO:

ELVIRA GUEDES MIRANDA, RG 16.468.126-7; GREICE MARIA MANSINI DOS SANTOS, RG 43.496.960-6 e CARLOS HENRIQUE DOS REIS ARAUJO, RG 29.461.576-3, todos do QSTC, para comporem Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, objeto do processo SEI 8797/2020-45, cabendo à primeira a gestão do contrato (ATO 1502/2020);

MARCELA LOUREIRO PEREIRA, RG 09.629.456-6, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização - Administração, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Tiago Strapazzon Severo, por abono (ATO 1503/2020);

MAURICIO RAMOS ARAUJO MARTINS, RG 1103741243; FABIANA SANTOS VIEIRA RODRIGUES, RG 34.390.470-6; LAERCIO BISPO DOS SANTOS JUNIOR, RG 23.523.871-5 e ALESSANDRO CESAR FINARDI, RG 52.839.100-8, todos do QSTC, para comporem Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, objeto do processo SEI 5423/2020-78, cabendo ao primeiro a gestão do contrato (ATO 1504/2020);

MARIO BORGES RODRIGUES FILHO, RG 10.191.048-4, exercendo a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Diretor Técnico de Divisão, do SQC-I, durante o impedimento de Marcello Jose Ferreira de Amorim, por férias (ATO 1505/2020);

ELVIRA GUEDES MIRANDA, RG 16.468.126-7; DENISE MAGALHÃES DA FONTE PORTINHO, RG 14.559.970-X; GREICE MARIA MANSINI DOS SANTOS, RG 43.496.960-6; BERNARDO LUIZ PECORARO SANCHES, RG 44.240.791-9; TATIANA PEREIRA DOS REIS NUNES, RG 34.437.191-8; CRISTIANE LOPES PEREIRA OHIRA, RG 33.959.305-2 e FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA, RG 26.893.598-1, todos do QSTC, para comporem Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, objeto do processo SEI 7643/2020-36, cabendo à primeira a gestão do contrato (ATO 1506/2020);

ANA LUCIA HIGINO DE BRITO DANTAS, RG 9.435.783-3, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização - Administração, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Lincoln Marshal Tagomori, por férias (ATO 1507/2020);

HERBERT LADISLAU DE ARAUJO, RG 28.420.877-2, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Mario Borges Rodrigues Filho, que substitui no cargo de Diretor Técnico de Divisão, em comissão (ATO 1508/2020);

RODRIGO AZEVEDO, RG 30.420.051-7, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Michele Schulz dos Reis Rodrigues, por licença-gestante (ATO 1509/2020);

NIELS DE CASTRO LEMOS, RG 34.912.166-7, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Assessor Técnico de Gabinete I, do SQC-I, durante o impedimento de Margarida Silveira Costacurta, por férias (ATO 1510/2020);

CLAUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA, RG 23.974.625-9, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Claudio Alves de Oliveira, por férias (ATO 1511/2020);

JÚLIO TERUO HAYAKAWA, RG 18.375.734-8, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico da Fiscalização, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Leonel Vieira do Prado Junior, por férias (ATO 1512/2020);

RAFAEL RODRIGUES, RG 28.669.214-4, ocupante do cargo de Agente da Fiscalização - Administração, do SQC-III, do QSTC, para exercer em substituição a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, durante o impedimento de Catarina Borali, por férias (ATO 1516/2020).

APOSTILA DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

É feita a presente Apostila a fim de declarar que, em virtude dos elementos que instruem o processado, a servidora DENISE MILANI PASSOS passou a assinar DENISE SANCHES MILANI, SEI 9005404-21.

DESPACHOS DO DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEFERINDO 180 dias de licença-gestante, nos termos do artigo 198, inciso II da Lei nº 10.261/68, com nova redação dada pelo artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 1.054/2008, à servidora CINTHYA HARUMI YABASSE, RG. 21.516.157-9, a partir de 20/11/2020

DIRETORIA DE MATERIAIS

DM5

DIRETORIA DE MATERIAIS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES - DM-5

PREGÃO ELETRÔNICO TCE 40/20 – ABERTURA

Encontra-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO TCE nº 40/20 - Objeto do SEI Processo n° 2205/2019-48, visando à manutenção corretiva do sistema de impermeabilização da cobertura do prédio Anexo I. A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site da Bolsa Eletrônica de Compras: www.bec.sp.gov.br (Pregão Eletrônico) com início previsto para 18/01/2021, às 10h. O edital na íntegra será disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br e www.tce.sp.gov.br.

DIRETORIA DE CONTRATOS E PROJETOS

PROCESSO: SEI Nº 0018701/2019-13

CONTRATO Nº 77/2020

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: BULL LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços gerenciados de segurança da informação, compreendendo monitoramento de ameaças, resposta e tratamento de incidentes, em regime 24x7, e gestão de vulnerabilidades, pelo período de 30 meses.

VALOR TOTAL: R$ 1.627.125,00 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, cento e vinte e cinco reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821 – Elemento: 3.3.90.40.90.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e Lei Federal 10.520/02.

VIGÊNCIA: Inicia-se na data indicada na Autorização para Início dos Serviços, encerrando-se no término do prazo de execução dos serviços, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) meses consecutivos e ininterruptos, contados da emissão do Termo de Aceite Técnico da Etapa 2, conforme cronograma estabelecido no ajuste.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2020.

PROCESSO: SEI Nº 0010247/2019-52

CONTRATO Nº 79/2020

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA. - EPP

OBJETO: Aquisição de lâmpadas LED, com fornecimento parcelado.

VALOR TOTAL: R$ 51.320,00 (cinquenta e um mil trezentos e vinte reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821, Elemento: 3.3.90.30.90.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, e Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data indicada pelo CONTRATANTE na Autorização de compras ou de fornecimento, conforme o caso.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2020.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TRIBUNAL PLENO - SESSÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

SEI Nº 0009457/2020-31 - Recurso administrativo contra decisão da Presidência que aplicou multa à empresa Loggerais Indústria, Comércio e Distribuidora Ltda., face à mora no adimplemento do ajuste firmado para aquisição de poltronas giratórias, com fornecimento parcelado. Extrato: O Tribunal Pleno preliminarmente conheceu do recurso e, quanto ao mérito, negou-lhe provimento, mantendo incólume a decisão recorrida.